UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdades de Educação e Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-Graduação em História

ANDRÉ MASCARENHAS PEREIRA

EM BUSCA DA PÓLIS SUL-AMERICANA

Cidadania e Espaço Público durante os processos de modernização da capitalidade de Buenos Aires e Rio de Janeiro (1880-1906)

Belo Horizonte , outubro de 2020

ANDRÉ MASCARENHAS PEREIRA

EM BUSCA DA PÓLIS SUL-AMERICANA

Cidadania e Espaço Público durante os processos de modernização da capitalidade de Buenos Aires e Rio de Janeiro (1880-1906)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.
Linha de pesquisa: História Social da Cultura.
Orientadora: Profª. Dra. Regina Helena Alves da Silva
Coorientador: Prof. Dr. Dhan Zunino Singh (CONICET – Argentina)

Belo Horizonte , outubro de 2020

980
P436e
2020

Pereira, André Mascarenhas.

Em busca da pólis sul-americana [manuscrito] : cidadania e espaço público durante os processos de modernização da capitalidade de Buenos Aires e Rio de Janeiro (1880-1906) / André Mascarenhas Pereira. - 2020.

258 f. : il.

Orientadora Regina Helena Alves da Silva.
Coorientador: Dhan Zunino Singh .

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2. Cidadania - Teses. 3.Espaços públicos - Teses. I.Silva, Regina Helena Alves da. II.Zunino Singh , Dhan . III.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV.Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Em Busca da Pólis Sul-americana: Cidadania e Espaço Público Durante Os Processos de Modernização da Capitalidade de Buenos Aires e Rio de Janeiro (1880-1906)"

André Mascarenhas Pereira

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva - Orientadora
UFMG

Prof. Dr. Dhan Zunino Singh
Universidad Nacional de Quilmes

Prof. Dr. Julio Alejandro Pinto Vallejos
Universidad de Santiago de Chile

Profa. Dra. Kátia Gerab Baggio
UFMG

Prof. Dr. Tito Flavio Rodrigues de Aguiar
UFOP

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2020

Documento assinado eletronicamente por **Regina Helena Alves da Silva**, **Professora do Magistério Superior**, em 18/12/2020, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Katia Gerab Baggio**, **Professora do Magistério Superior**, em 21/12/2020, às 00:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Julio Pinto Vallejos**, **Usuário Externo**, em 21/12/2020, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Tito Flávio Rodrigues de Aguiar**, **Usuário Externo**, em

21/12/2020, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Dhan Zunino Singh**, **Usuário Externo**, em 07/01/2021, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0429433** e o código CRC **E222A8C9**.

Referência: Processo nº 23072.242406/2020-71 SEI nº 0429433

Dedico esta tesis a mi hijo, Martín Gael y mi hija, Briana Emilse así como a Pamela, mi compañera de aventuras con quien comparto el amor por estos dos niños: espero que crezcan con esperanza y contribuyan como ciudadanos para ciudades más justas y más igualitarias.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a minha orientadora, do qual tenho uma grande admiração, a Professora Doutora Regina Helena Alves da Silva. Da mesma forma gostaria de registrar minha gratidão ao Professor Doutor Dhan Zunino Singh pela coorientação durante os períodos dos quais estive realizando a pesquisa em Buenos Aires. Registro meus agradecimentos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES pela bolsa de estudos do qual tornou esta tese possível e a Red de Macrouniversidades Públicas de América Latina y el Caribe pelo financiamento de meu período de investigação em Buenos Aires.

Também não posso deixar de demonstrar minha gratidão a minha companheira Pamela pelo apoio incondicional, não apenas na construção desta tese mas por compartilhar a dedicação a Martín e Briana, que foram uma grande inspiração para lutar por cidades mais igualitárias, justas e habitáveis em um futuro próximo.

Gostaria de registrar meus agradecimentos a Professora Samantha Casareto da Universidad de Buenos Aires, ao Professor Julio Pinto da Universidad de Santiago de Chile Professor e Tito Flávio Rodrigues de Aguiar da Universidade Federal de Ouro Preto. Aos meus eternos professores da Pontifícia Universidade Católica que continuam sendo grandes referencias, Mario Cleber Martins Lanna Junior, Carla Ferretti, Jacyra Antunes Parreira, Edson Gomes, Elisabeth Parreiras, Maria Mascarenhas e Monica Eustáquio.

Aos professores do Departamento de História da UFMG, André Miatello, Douglas Atila Marcelino, José Newton e Kátia Gerab Baggio. Aos meus caros colegas desta universidade que conheci durante o mestrado e doutorado, Felipe Malacco, Ana Marilia Carneiro, Matheus Rezende, Rodrigo Paulinelli, Gabriel Leão, Thais Tanure, Natalia Ribeiro e todos colegas de futebol que formaram a “pelada histórica”, que tanto me descontraiu nos finais de tarde. Esta tese não seria completa sem meus companheiros do NECH (Núcleo de Estudos de Cidades na História) com os quais buscamos novas referencias e olhares para percorrer as cidades no espaço e no : o grande Leandro Faluba (*in memorian*), Bruno Carvalho, Romulo Marcolino, Philippe Urvoy e Valdeci Cunha.

As colegas de oficio, dos quais obtive um incalculável aprendizado, Vinícius, Duarte, Inez Candido, Silvana Cançado, Leticia Julião, Carmem Lemos, Maria Cecilia Alvarenga. A toda equipe da Casa Kubitschek, e do Museu Histórico Abílio Barreto do qual tive oportunidade de trabalhar. Meus amigos que compartilharam momentos de

suporte e diversão, Alexandre Albernaz e família, Helio D´Amada Borges, Guilherme Guzela Martinelli, André Pignolati, Juliano Lino, Bruno Silva, Jonas Vollmer, Sabriny Santos, Bella Figueira, Gabriela Brasileiro, Matheus Fleming, Gastón Gabioud, Jeniffer Martins, Larissa Altemar, Lapo Gori, Smally Rodrigues, Lays Souza, Carolina Alcantara, Charles Junio Souza, Lauren Rial e meus colegas de graduação Tiago Velloso e Julio Cesar Pires.

Todos os funcionários dos Museus e Arquivos do realizei minhas pesquisas, dos quais enfatizo a especial atenção prestada: as equipes do Arquivo General de Buenos Aires, Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Cedinci e do Museu da República e Arquivo Geral da Cidade, no Rio de Janeiro.

À minha família portenha, que vive em Buenos Aires, cidade da qual chamo de segundo lar: Guillermo, Ida, Melisa, Lucila, Cuca e o grande e eterno poeta Osvaldo Gorga *(in memorian)* do qual nunca me esquecerei. A todos meus amigos do qual cultivei amizade nesta cidade.

Por último, quero enfatizar todo meu agradecimento e carinho a minha família, sobretudo a meus pais Murilo e Beth, pelo suporte, compreensão e paciência inesgotável; minhas queridas irmãs Ana Beatriz (também minha colega de estudos urbanos) e Silvia (saudades) e ao meu irmão e amigo de sempre, Luiz Flavio; meus sobrinhos, Bruno, Bernardo, Pedro, minha tia Maria Aparecida, à Lena, à Meire e a Inês.

RESUMO

Nas duas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, Argentina e Brasil almejaram tornar-se referências civilizacionais na América do Sul. A fim de materializar esse objetivo, as elites de ambos países buscaram na modernização de suas respectivas capitais a edificação da *nova Atenas* do continente que, subsidiada por uma tendência liberal de cidadania, limitou a participação de específicos agentes sociais no espaço público. Destarte, examinou-se a reformulação da capitalidade de Buenos Aires, empreendida pelo intendente Torcuato de Alvear, assim como a do Rio de Janeiro, sob a administração de Pereira Passos, como processos semelhantes que propagaram novas concepções de cidadania ao redefinir as formas de acesso e apropriação do espaço público destas cidades. Por meio de um estudo comparativo, procurou-se cruzar dados qualitativos adquiridos em fontes primárias, como legislação urbana, códigos de posturas, ordenações, leis e as respectivas Constituições, com o objetivo de identificar os princípios e as ações que moldaram este novo espaço público e estabeleceram que tipo de cidadão teria direito à cidade. Demais fontes, como relatórios técnicos, correspondências e atas de assembleias dos poderes municipal e federal, formaram um extenso repertório de discursos acerca da modernização do espaço público e revelaram diferentes propostas sobre a condução de tal processo. Por sua vez, foi identificada em periódicos, como jornais e revistas ilustradas, uma complexa polifonia que ultrapassa a dualidade antagônica abordada com frequência pela historiografia tradicional que contrapõe o discurso oficial das elites políticas ao discurso informal popular. Nesse contexto, identificou-se a modernização como um processo dialético que, conduzida pelo poder público, causou um heterogêneo conjunto de reações e apropriações por parte da população urbana. Essa resposta resultou em uma cidadania singular que não se ajustava integralmente à proposta de espaço público almejado pelas elites políticas. A análise das fontes revelou que as modernizações dessas capitais, apesar de algumas distinções socioeconômicas e culturais, estabeleceram um intenso intercâmbio de influências e se desenvolveram por meio de três instrumentos normativos: burocratização, estetização e a ritualização. A semelhança desses instrumentos em ambas capitais fornece indícios de um latente intuito das elites políticas de configurar cidadãos que absorvessem os valores civilizacionais materializados no *modus vivendi* burguês ocidental. Conclui-se, assim, que a relação de Buenos Aires e Rio de Janeiro foi estabelecida por meio de uma rede de reciprocidade não apenas no que tange à disputa pela hegemonia continental, mas

também de influências nos procedimentos de estetização, burocratização e ritualização do espaço público, que determinaram a configuração deste novo modelo de cidadania. Dessa forma, pretendeu-se contribuir para a historiografia ao distanciar-se do viés que considera tais modernizações como mimeses da *Paris Haussmaniana* e, portanto, tende a desvanecer a originalidade e a capacidade técnica desses empreendimentos, assim como a troca entre ambas experiências.

Palavras-chave: Modernização, Espaço público, Cidadania, Buenos Aires, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

In the last two decades of the 19th century and in the beginning of the 20th century, Argentina and Brazil aimed to become civilizational references in South America. In order to materialize this aim, the elites of both countries sought in the modernization of their respective capitals to build the *new Athens* of the continent which, subsidized by a liberal tendency of citizenship, limited the participation of specific social agents to the public space. Thus, it was examined the reformulation of the capitality of Buenos Aires, undertaken by the mayor Torcuato de Alvear, as well as that of Rio de Janeiro, under the administration of Pereira Passos, as similar processes that propagated new conceptions of citizenship by redefining the forms of access to and appropriation of the public space of these cities. Based on a comparative study, we sought to converge qualitative data acquired from primary sources, such as urban legislation, posture codes, ordinances, laws and the respective Constitutions, in order to identify the principles and actions that shaped this new public space and established what kind of citizen would have the right to the city. Other sources, such as technical reports, correspondence and assembly minutes of the municipal and federal powers, formed an extensive repertoire of speeches concerning the modernization of public space and revealed different proposals to conduct such a process. Furthermore, it was identified in periodicals, such as newspapers and magazines, a complex polyphony which goes beyond the antagonistic duality often addressed by the traditional historiography that contrasts the official discourse of political elites with the popular informal discourse. In this context, modernization was approached as a dialectical process that, led by the public authorities, caused a heterogeneous set of reactions and appropriations by the urban population. This response resulted in a singular citizenship, which did not fully adapt to the proposal of public space desired by political elites. The analysis of the sources revealed that the modernizations of these capitals, despite some socioeconomic and cultural distinctions, established an intense exchange of influences and were developed by three normative instruments: bureaucratization, aesthetics and ritualization. The similarity of these instruments in both capitals provides evidence of a latent intention by the political elites to configure citizens who absorbed the civilizational values materialized in the Western bourgeois *modus vivendi*. It is concluded, therefore, that the relationship between Buenos Aires and Rio de Janeiro was established by means of a network of reciprocity not only with respect to the dispute for continental hegemony, but also of influences in the

procedures of aestheticization, bureaucratization and ritualization of public space, that determined the configuration of this new model of citizenship. Hence, we intended to contribute to historiography by distancing itself from the bias that considers such modernizations as mimesis of *Haussmanian Paris* and, therefore, tends to fade the originality and technical capacity of these enterprises, as well as the exchange between both experiences.

Keywords: Modernization, Public space, Citizenship, Buenos Aires, Rio de Janeiro.

RESUMEN

En las dos últimas décadas del siglo XIX y en el inicio del siglo XX, Argentina y Brasil aspiraron convertirse en referencias civilizacionales en América del Sur. A fin de materializar ese objetivo, las elites de ambos países buscaron en la modernización de sus respectivas capitales la edificación de la *nueva Atenas* del continente que, subsidiada por una tendencia liberal de ciudadanía, limitó la participación de específicos agentes sociales en el espacio público. De esta manera, se examinó la reformulación de la capitalidad de Buenos Aires, emprendida por el intendente Torcuato de Alvear, así como la de Rio de Janeiro, bajo la administración de Pereira Passos, como procesos semejantes que propagaron nuevas concepciones de ciudadanía al redefinir las formas de acceso y apropiación del espacio público de estas ciudades. Por medio de un estudio comparativo, se buscó cruzar datos cualitativos adquiridos en fuentes primarias, como legislación urbana, códigos de posturas, ordenanzas, leyes y las respectivas Constituciones, con el objetivo de identificar los principios y las acciones que moldaron este nuevo espacio público y establecieron qué tipo de ciudadano tendría derecho a la ciudad. Demás fuentes, como informes técnicos, correspondencias y actas de asambleas de los poderes municipal y federal, formaron un extenso repertorio de discursos a cerca de la modernización del espacio público y revelaron diferentes propuestas sobre la conducción de tal proceso. A su vez, fue identificada en periódicos, como diarios y revistas ilustradas, una compleja polifonía que ultrapasa la dualidad antagónica abordada con frecuencia por la historiografía tradicional que contrapone el discurso oficial de las elites políticas al discurso informal popular. En ese contexto, se identificó la modernización como un proceso dialéctico que, conducida por el poder público, causó un heterogéneo conjunto de reacciones y apropiaciones por parte de la población urbana. Esa respuesta dio como resultado una ciudadanía singular que no se ajustaba integralmente a la propuesta de espacio público deseado por las elites políticas. El análisis de las fuentes reveló que las modernizaciones de esas capitales, a pesar de algunas distinciones socioeconómicas y culturales, establecieron un intenso intercambio de influencias y se desarrollaron por medio de tres instrumentos normativos: burocratización, estetización y ritualización. La semejanza de esos instrumentos en ambas capitales fornece indicios de una intención latente de las elites políticas de configurar ciudadanos que absorbiesen los valores civilizatorios materializados en el *modus vivendi* burgués occidental. Concluimos, así, que la relación de Buenos Aires y Rio de Janeiro fue establecida por medio de una

red de reciprocidad no apenas en lo que respecta a la disputa por la hegemonía continental, sino también de influencias en los procedimientos de estetización, burocratización y ritualización del espacio público, que determinaron la configuración de este nuevo modelo de ciudadanía. De esa forma, pretendimos contribuir para la historiografía al distanciarnos de la perspectiva que considera tales modernizaciones como mimesis de la *Paris Haussmaniana* y, por tanto, tiende a desvanecer la originalidad y la capacidad técnica de esos emprendimientos, así como el intercambio entre ambas experiencias.

Palabras clave: Modernización, Espacio público, Ciudadanía, Buenos Aires, Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Comitiva brasileira em Buenos Aires, no estabelecimento em Cañuelas. Acervo digital CPDOC..... 53

FIGURA 2 Senado Nacional que sancionou a Lei da Capital da Republica da Argentina ou a Federalização de Buenos Aires, em 1880. Archivo General de la Nacion Depto. Doc. Fotográficos. 62

FIGURA 3 - Plano para a Capital Federal, Buenos Aires 1882. Mapoteca Biblioteca Nacional Mariano Moreno. 64

FIGURA 4 - Obras del Puerto de Buenos Aires : República Argentina Sir John Hawkshaw, Son & Hayter, ingenieros. Mapoteca Biblioteca Nacional Mariano Moreno. 65

FIGURA 5 - Melhoramentos do Porto do Rio de Janeiro, 1903 Acervo Fundação Biblioteca Nacional..... 72

FIGURA 6 -Pereira Passos com grupo de conselheiros municipais. Acervo Fundação Biblioteca Nacional 74

FIGURA 7- Plano de Melhoramentos Distrito Federal, projetados pelo Prefeito Dr. F. P. Passos incluindo Melhoramentos projetados pelo Governo Federal Acervo Fundação Biblioteca Nacional 76

FIGURA 8 - Típico conventillo portenho no início do século XX . Harry Olds.. Archivo General de la Nación, Depto Documentos Fotográficos. 96

FIGURA 9 - Plaza de La Victoria e Recova, 1882. Archivo General de la Nación Depto. Documentos Fotográficos. 99

FIGURA 10 - Avenida Alvear, meados de 1900. Archivo General de la Nación Depto. Documentos Fotográficos. 103

FIGURA 11- Jardín de la Recoleta. Censo General de la Población de Buenos Aires, 1887. Biblioteca del Congreso de la Nación. 104

FIGURA 12 - Avenida Central. Marc Ferrez ,1908. Coleção Brasiliana Fotográfica Biblioteca Nacional 105

FIGURA 13 - Avenida Beira Mar, Rio de Janeiro. Acervo Iconográfico Digital Biblioteca Nacional..... 107

FIGURA 14 - Cortiço Rio de Janeiro, 1906. Coleção Augusto Malta, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro 118

FIGURA 15– “Carrito Restaurante”, Buenos Aires, 1900 Archivo General De La Nación Depto Doc Fotográficos. Inventario 102 122

FIGURA16 -Vendedores ambulantes de alimentos, final do século XIX. Archivo General De La Nación Depto Doc Fotográficos. Inventario 280562_A 122

FIGURA 17- Projeto da Avenida Central e alargamento de ruas , 8 de março de 1903. Biblioteca Nacional..... 128

FIGURA 18 - Obelisco da Avenida Central, 8 de março de 1903 - 15 de novembro de 1906. Biblioteca Nacional..... 129

FIGURA 19- Projeto de melhorias da Praça Victoria, 1883. Mapoteca . Biblioteca Nacional Argentina Mariano Moreno. 132

FIGURA 20 - A Praça de maio após a demolição da Recova, 1886. Archivo General de la Nación Depto. Doc. Fotográficos 133

FIGURA 21 – População de Buenos Aires frequentando a nova Plaza de Mayo, 1890. Argentina. Archivo General de La Nacion DDF Inv_215831 146

FIGURA 22 - Passos Diários do Senhor Passos – O Malho, 30 de maio de 1903. Brasil Fundacao Biblioteca Nacional..... 153

FIGURA 23- Nossa brava marselhesa tem este verso descacha que berra toda a grandeza - Cidadão! ou vai ou racha! O Malho, julho de 1904. Brasil, Fundação da Biblioteca Nacional..... 153

24- “Avante rapazes”. El Mosquito 3 Outubro de 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno. 154

FIGURA 25- No Nacional de quarta passada Dr. Domingo se declarou defensor das palmeras de D. Torcuato. El Mosquito, 24 de novembro de 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno 155

FIGURA 26 - Don Quijote. Año II Nro. 124 del 7-Ago-1886, páginas 2 y 3 .. 156

FIGURA 27- O leiteiro do dia. - El Mosquito, 6 de junho de 1886. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno. 158

FIGURA 28: Uma boa medida. Tagarela, 7 maio de 1903.Brasil, Fundação Biblioteca Nacional..... 159

FIGURA 29 -. Aspecto da Praça da República no dia 14 de novembro de 1904 Marianno da Silva / Acervo Fiocruz: https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2 163

FIGURA 30- Tagarela 11 agosto de 1904 edição 139. Brasil , Fundação Biblioteca Nacional..... 165

FIGURA 31– Entrudo - O Rio Nu 30 de fevereiro de 1904. Brasil Fundação Biblioteca Nacional. 169
FIGURA 32- Carnaval na avenida Central atual avenida Rio Branco, 1906 - Augusto Malta. Brasil, Rio de Janeiro Acervo IMS 170
FIGURA 33- Pondo as coisas nos trilhos. O Malho, 20 julho 1903 edição 040. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional 173
FIGURA 34 – Na Greve, O Tagarela 14 janeiro 1904. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional 173
FIGURA 35- Revista da Semana 11 de setembro de 1904. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional 174
FIGURA 36- Revista da Semana – Os grandes projetos 15 de marco de 903. Fundação Biblioteca Nacional 175
FIGURA 37 “El Reformador” – A Avenida 1903. 176
FIGURA 38 - Os primeiros passos de Passos. Tagarela 10 de janeiro de 1903.Brasil, Fundação Biblioteca Nacional 176
FIGURA 39- Equidade “ Intendezca” - El Mosquito, 23 de agosto de 1885. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno 178
FIGURA 40 - El Mosquito, 29 de março de 1885. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno 179
FIGURA 41 - A Gerineldo Palmerin lhe cabe a honra de apresentar o futuro presidente deste verão – Don Quijote - 24 de agosto de 1884. Argentina, Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani". 180
FIGURA 42 - El Mosquito, 10 novembro de 1883 número 1088 ano XXI .Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno 180
FIGURA 43- El Mosquito, 24 de novembro de 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno 181
FIGURA 44- El Mosquito, 16 de dezembro de 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno 182
FIGURA 45– A reabertura do Conselho Municipal. A Avenida, 9 de Abril de 1904. Acervo Pereira Passos. Brasil, Museu da República. 183
FIGURA 46 - El Mosquito, 28 Novembro 1880 . Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno 184
FIGURA 47– Planta da Cidade do Rio. O Tagarela, 25 de junho de 1903. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional 185

FIGURA48-. El Mosquito, 22 de outubro de 1882.....186
FIGURA 49– A Mazela da Cidade. Data aproximada, 1903-1904. Coleção Família Passos, Museu da República.....186
FIGURA 50– Grupo de jornalistas, escritores com o Prefeito Pereira Passos comemorando o aniversário de 67 anos de Machado de Assis. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.....195
FIGURA 51 - Campanha de Vacinacao Publica em um Conventillo de Buenos Aires, final do Seculo XIX. Caras y Caretas. 210
FIGURA 52- O presidente Roca junto a seus ministros e deputados. Argentina, Arquivo General de La Nacion, Departamento Fotográfico.....211
FIGURA 53- Brigada contra mosquito do Serviço de Profilaxia da febre amarela, 1905. Rio de Janeiro, Acervo Casa de Oswaldo Cruz 215
FIGURA 54 - Plaza Armas, Santiago de Chile . Biblioteca Nacional de Chile. FOT-1883-sin-BNF-13 224
FIGURA 55 - Plaza Bolivar 1876, Caracas , Venezuela. Disponivel em: http://guiaccs.com/planos/la-ciudad-de-guzman-blanco/ 225
FIGURA 57– Puerto Madero. Disponível em: https://turismo.buenosaires.gob.ar/ 238
FIGURA 58 - Porto Maravilha. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/web/cdurp_portomaravilha 239
FIGURA 59– População se mobiliza na Plaza de Mayo exigindo a liberdade de Juan Domingos Peron, dia da lealdade peronista. Arquivo General de la Nacion 240
FIGURA 60– Reunião das mães na Plaza de Mayo, 1977. Arquivo General de la Nacion. 240
FIGURA 61– Mobilizacões trabalhistas e sindicais contra políticas de austeridade e acordos com FMI. Disponível em https://www.pagina12.com.ar/24341-las-fotos-de-la-marcha.....241
FIGURA 62-Vladimir Palmeira, o líder do movimento civil, discursando durante a Passeata dos Cem Mil, no centro do Rio de Janeiro. Disponível em http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-cem-mil.....242
FIGURA 63- Protesto na av. Rio Branco, centro do Rio de Janeiro, contra o endurecimento do arrocho salarial. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/fora-daqui-o-fmi-e-o-novo-grito-da-rua ...242

FIGURA 64- Protesto na av. Rio Branco, centro do Rio de Janeiro no ano de 2013. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-no-rio-reune-300-mil-pessoas-e-termina-em-confronto-com-pm.html 243

SUMÁRIO

SUMÁRIO 20

PRÓLOGO 18

INTRODUÇÃO 21

O Estudo Comparativo na História Urbana Latino Americana 22

Modernidade, Modernização e Reafirmação da capitalidade 24

Cidadania , Civilização e Espaço Público 29

Em busca da cidadania e espaço publico: estrutura do trabalho 37

CAPITULO 1 - UMA QUESTÃO CAPITAL: AS ELITES POLÍTICAS E A CIDADE COMO ESPAÇO CIVILIZADOR 40

1.1 - A cidade como lócus da civilização 40

1.2 - Gestão pública e a política da capitalidade 53

CAPÍTULO 2 - O LIMIAR DA CIDADANIA: OS MECANISMOS DE CONTROLE E DE NORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO 84

2.1 – Do povo real ao povo civilizado: quem é o cidadão na cidade moderna? 84

2.2 – Mecanismos de normatização do espaço publico 97

2.2.1 - Obras Públicas 98

2.2.2 - Moral e Ordem Pública 108

2.2.3 - Salubridade e Higiene 114

2.2.4 – Urbanização Cívica 124

CAPÍTULO 3 - A POLISSEMIA URBANA: OS VÁRIOS DISCURSOS DO ESPAÇO PÚBLICO 136

3.1 – Discursos, Opinião Pública e Cidadania 136

3.2.1 - Obras, ruas, praças e avenidas 144

3.2.2- Higiene e Saúde Publica 157

3.2.3 - Moral e Ordem Publica 165

3.2.4 - Gestão Municipal e Impostos 172

3.2.5 -Alegoria da Cidade: Satirizando o Urbanismo Cívico..... 183

CAPÍTULO 4 - O DISCURSO DA INTELLIGENTSIA: UTOPIA, ROMANCE E RACIONALIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO..... 188

4.1 – A Intelligentsia: os missionários de uma nova ordem urbana..... 188

4.1.1 – A polis do porvir 191

4.2 – Intelectuais da cidade: redigindo o espaço público..... 196

4.3 – O saber cientifico e a organização social 204

4.3.1 - Higiene, estética e saneamento do corpo urbano..... 206

CONCLUSÃO 219

REFERENCIAS..... 244

Bibliografia Especifica..... 244

Acervos e Fontes Consultadas 254

- Atas, Correspondências, Memorias, Relatórios..... 254

- Leis..... 255

- Periodicos 256

- Livros..... 257

- Crônicas 258

Relação de Arquivos Consultados por País 258

PRÓLOGO

Cidadania ontem e hoje nas Pólis sul americanas

Foi de extrema relevância buscar a influência da modernização de Buenos Aires em 1882 e seus impactos decorrentes na idealização de processo semelhante empreendido por Pereira Passos no Rio de Janeiro em 1903. A rede de comunicações entre os dois países e as informações sobre suas respectivas capitais se intensificaram no final do oitocentos e poderia ser identificada no discurso de intelectuais, políticos e técnicos. Após a Guerra do Paraguai, Argentina e Brasil consolidaram-se como as economias mais comparadas com o restante da região: possuíam grande extensão territorial, concentravam a maioria das exportações, das indústrias e do fluxo de imigração. Entretanto, o desenvolvimento argentino era superior ao brasileiro.

A federalização de Buenos Aires, prosseguida pela grande modernização encabeçada pelo intendente Torcuato de Alvear, simbolizaram este período de prosperidade. A modernização de sua capitalidade se consolidou por meio de grandes obras nas redes de transporte, comunicação, portos, sistemas de saneamento, edifícios administrativos e espaços cívicos e culturais. Tais ações tinham o objetivo atrair imigrantes, investimentos internacionais e indústrias, tornar a cidade mais higiênica e, por fim, se consagra-la como um polo civilizacional em todo o continente. No Brasil técnicos e políticos acreditavam na correlação entre a modernização de Buenos Aires e a ascensão argentina e, portanto, avistaram que um processo das mesmas proporções ocorrido no Rio de Janeiro poderia promover o Brasil a níveis de superação em seu desenvolvimento. As elites políticas acreditavam que uma reformulação urbana radical, além de potencializar as estruturas da capital, também promoveria melhorias em todo o país.

Por outro lado, a modernização não se restringiu às estruturas físicas da cidade. Além de transformar o tecido urbano, um aparato de ações coercitivas e persuasivas foi aplicado sobre a população urbana, a fim de que se ajustassem a concepção contemporânea de cidadão civilizado. Muitas medidas dessa natureza corroboram a relação que existiam no processo de modernização entre ambas cidades. É neste ínterim que a trama e as lutas pelo reconhecimento da cidadania, assim como as reivindicações do espaço público, em suas conotações atuais, se dinamizaram. Entretanto, deve-se

alertar para o contexto que durante a modernização de Buenos Aires, chegaram na Argentina uma substanciosa quantidade imigrantes, que representava uma população desejada, ou povo que tinham o potencial de cidadania; por outro lado, durante as obras empreendidas por Rodrigues Alves e Pereira Passos no Rio de Janeiro viviam na cidade milhares de ex escravizados que não faziam parte do projeto político e cultural do país e se constituíam como povo real, conformando-se portanto como povo sem potencial de cidadania. Enfim, uma reapropriação do sentido da pólis da qual a sua construção definiria quem seriam os indivíduos a participarem da política e do espaço público e quais seriam alheios a este direito. Por fim, constatou-se a escassez de estudos com tal teor, em que aproximam a influência entre as duas cidades, principalmente sob o aspecto de que suas modernizações propagaram mecanismos de normatização.

Recentemente pude acompanhar dois casos dos quais o espaço urbano destas capitais foi readequado diante eventos de proporção mundial. No Rio de Janeiro a Copa do Mundo de 2014 e posteriormente os Jogos Olímpicos de 2016; em Buenos Aires, os Jogos Mundiais da Juventude que foram sediados no ano de 2018. Na capital fluminense, isso se evidenciou com a reforma do estádio Maracanã. Famílias que viviam na favela *Metro-Mangueira* a 700 metros do estádio tiveram casas removidas para ceder a construção de vias de acesso ao estádio. Posteriormente foram os moradores do Morro da Providência que começaram a ser despejados em virtude da implementação do complexo Porto Maravilha, na antiga região portuária,revitalizada e posteriormente gentrificada.[1] Na capital da Argentina, para a construção da Vila Olímpica que alojaria os atletas dos Jogos da Juventude, iniciou-se a desapropriação do bairro popular da *Villa 20* onde vários moradores foram forcados a deixar suas casas para ceder ao complexo imobiliário. A indústria do turismo internacional sempre foi uma aliada do mercado de imóveis. O bairro *La Boca*, mundialmente conhecido por suas atrações, na realidade tem poucas ruas com restaurantes e lojas, o *Caminito*. Atualmente é um bairro popular composto em sua maioria por imigrantes de países limítrofes e habitantes do norte do país, mas que vão sendo pressionados pela especulação imobiliária que se expande na região. Recentemente alguns incêndios suspeitos vem assolando olocal, obrigando os atuais moradores a deixarem suas casas. [2]

[1] Para mais ver em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/habitacao-social-do-porto-maravilha-cade/

[2] Para mais ver em: http://www.laizquierdadiario.com/La-Boca-tierra-donde-el-negocio-inmobiliario-vale-mas-que-el-derecho-a-la-vivienda

Estas reformulações muitas vezes buscavam velar algumas ações autoritárias: a desapropriação de pessoas em locais que eram destinados para a construção de vias ou novos espaços e o desaparecimento de vários moradores de rua que relembrava a mais cruel política de higienização social. Mais de um século se passou, porém atitudes arbitrárias que em nome de uma de normatização e padronização cosmopolita, fizeram com que centenas de pessoas fossem retiradas não apenas de suas de suas casas, mas também alijadas do espaço público, por não se encaixarem dentro do perfil de cidadão que se queria mostrar ao resto do mundo.

Ao estabelecer uma conexão entre tais intervenções urbanas, seja na virada do século XIX para o XXI, sejam as atuais, constata-se que, em prol das melhorias da cidade, as classes populares são as que realmente sentem o peso de tais ações impulsionadas por esta lógica da reformulação. Se no século XIX identifica-se um projeto de ajuste do espaço urbano e de sua população às demandas do capitalismo industrial, no século XXI verificamos mais uma vez o reajuste deste espaço voltados para outros fins: a tendência atual pressupõe que várias metrópoles do mundo tenham o seu solo reaproveitado para a espetacularização, a fim de reproduzir capital por meio de grandes eventos turísticos.

Portanto, durante a era contemporânea, identifica-se que, de acordo com as tendências de mercado de cada período, o espaço público deve ser revitalizado para que possa gerar reprodução de capital. No contexto histórico do qual direciona-se esta tese, verifica-se que o espaço público é reformulado para a atração de imigrantes e para o ajuste da população (libertos, camponeses, mestiços) ao trabalho industrial. Já na virada do século XX para o século XXI, este mesmo espaço deve atender ao mercado turístico e especulativo. Tais processos apesar da distância temporal podem ser identificados nas modernizações de várias metrópoles do continente, seja Buenos Aires, Rio de Janeiro, Caracas ou Santiago.

Devido a tais eventos, um expressivo número de reformulações no espaço público urbano alterou intensamente o cotidiano e as perspectivas de várias pessoas. Não obstante, é necessário sublinhar que as reformulações do espaço público diante as novas demandas do capitalismo não ocorrem apenas nas estruturas físicas. É necessário criar uma normatização para que os indivíduos se ajustem como mantenedores desta tendência, seja como consumidores ou trabalhadores deste novo espaço. Na atualidade, por mais que exista uma abertura multiculturalista, o fator condicionante para se

alcançar a cidadania é o consumo, como observam brilhantemente Nestor Garcia Canclini, em sua obra *Consumidores e Cidadãos*, e José Murilo de Carvalho, no livro *Cidadania no Brasil: o Longo Caminho.* Por cidadania no espaço público tratar-se do tema de discussão desta tese, não se pode ignorar um recente evento ocorrido no Rio de Janeiro, em julho de 2020, durante a Pandemia de Covid-19, o novo coronavírus que assolou todo o mundo e ceifou milhares de vidas. Ao abordar um casal que se encontrava em um restaurante com clientes que não seguiam as normas de prevenção contra a disseminação do vírus, o fiscal da Prefeitura solicitou a estes que colocassem as máscaras faciais. O mesmo fiscal se dirigiu a um homem chamando-o de cidadão e visivelmente com desgosto pela forma como seu companheiro foi chamado, a mulher respondeu ao funcionário público: "Cidadão não, engenheiro civil, melhor do que você". Este evento nos mostra que a compreensão da cidadania enquanto direito (e em muitos casos privilegio) , conquistado pela reivindicação e luta de mulheres e homens durante milênios, ainda é algo muito volátil.

Tais fatores me fizeram considerar que a transformação da cidade altera a vida das pessoas e ao promovê-la, potencializa manifestações e sentimentos, seja de raiz ideologica ou pelofato de se sentirem prejudicadas, buscando a defesa de seus direitos. Esta queda de braço travada por uma pluralidade de agentes na afirmação da cidadania, resultou uma dialética da modernização urbana,. Walter Benjamin magistralmente apresenta em sua obra, *Charles Baudelaire um lírico no auge do Capitalismo*, que a transformação da cidade, em um movimento de destruição e reconstrução, faz com que as pessoas criem imagens, seja do passado ou da perspectiva que se projeta daquele espaço. Estas imagens, ou seja, estas impressões emotivas das pessoas, surgem como discursos do espaço urbano.

INTRODUÇÃO

O Estudo Comparativo na História Urbana Latino Americana

Quais foram os motivos que definiram a escolha de um estudo comparativo que envolvesse estas duas cidades latino-americanas e seus processos de modernização? Além da pertinência para o campo da História Urbana, a reflexão sobre Buenos Aires e Rio de Janeiro não se deve somente a sua proximidade regional, mas pela grande influência que exerceram mutuamente. As capitais dos maiores países da América do Sul possuíam uma relevância cultural, política e econômica e, portanto, funcionaram como engrenagens que poderiam alavancar os desenvolvimentos de seus países. Realizadas em períodos distintos (apesar de um curto intervalo de tempo) as modernizações urbanas do Rio de Janeiro e Buenos Aires foram processos semelhantes que se iniciaram a partir de ambiciosos projetos politicos. Na documentação pesquisada sobre o Rio de Janeiro, identificou-se em crônicas de intelectuais, políticos e técnicos menções às obras que modernizaram Buenos Aires e ao intendente que chefiou tais empreendimentos. A capital da Argentina serviu como frequente referência das novas práticas de administração e revitalização do espaço público, uma vez que ambas cidades competiam pela hegemonia civilizacional no continente.

No que tange às medidas que almejavam primordialmente disciplinar os hábitos da população urbana, ou seja, de civilizar o habitantes, identifica-se uma grande semelhança no aparato burocrático e técnico expressado nos códigos de posturas, leis e regulamentações urbanas de ambas capitais. Neste ínterim busca-se identificar a modernização do espaço público por meio da burocratização da gestão urbana, que almejava a renovação da capitalidade destas duas grandes capitais - Rio de Janeiro e Buenos Aires. Desta forma, esse processo não apenas transformava a composição física do espaço público, mas seu funcionamento (por meio de posturas e leis) configurado sob a ideologia de uma cidadania liberal e, portanto, extremamente segregadora de grande parte da população urbana.

Soma-se aos objetivos desta tese apresentar a relação de Buenos Aires e Rio de Janeiro como polos que estabeleceram uma rede de reciprocidade não apenas de disputa, mas também de influências, da qual sua remodelação urbana não se tratava de uma competição para que uma capital tomasse o posto de Paris da América do Sul. Tal discussão que insiste neste viés mimético reduz, portanto, a verdadeira essência destes processos e ignora que o intercâmbio de referências entre tais centros era amplo, uma

vez que o modelo de burocratização do espaço público da capital argentina foi uma inovação seguida em vários aspectos pela capital brasileira:

> Diante de tais informações, foi definido como método recorrer aos referenciais de História Comparada. Para a historiadora Maria Ligia Prado existe uma escassez de estudos que comparam o Brasil a demais países do continente e a que a escolha deste método promove a ampliação "das potencialidades e contribuiria para a reflexão sobre novos problemas e questões" e conclui que o mais pertinente do estudo comparativo seria buscar "a unidade do problema em duas ou mais sociedades latino-americanas" e promover as devidas conexões globalizantes. (PRADO, 2005, p. 30).

Além disso a autora salienta, ao recordar do clássico livro de Marc Bloch[3], que a metodologia comparativa permite uma produção que se desvia de uma história estritamente nacional com sintomas autistas, da qual não se interage de forma mútua com os cenários vizinhos. Ou seja, deve-se direcionar os esforços metodológicos à perspectiva comparada para detectar processos históricos semelhantes, que podem ocorrer em conjunturas paralelas ou até mesmo em períodos distintos. Entretanto, deve-se ter cautela ao colocar na mesma fórmula todas cidades latino-americanas ou presumir que devido ao fato de serem cidades de um mesmo continente, neste caso de países limítrofes, que estaremos diante de duas realidades muito semelhantes. Pelo contrário, a distância temporal, os fatores sociais e políticos e a peculiaridade de como se discorrem tais conjunturas tornam-se um fator complexo para a comparação. Complexidade enfatizada nas indagações de Julio PintoVallejos: "como comparar o incomparável?"[4] Adrián Gorelik[5], ao analisar os estudos urbanos latino americanos, sublinha que existe uma profusão de estudos clássicos que tendem associar as cidades latino-americanas como uma única categoria de cidade que se resume a sua condição periférica de uma região global. A cidade latino-americana,

> funcionou como uma categoria do pensamento social, como uma figura do imaginário intelectual e político em vastas regiões do continente e, como tal, pôde ser estudada e puderam ser reconstruídos seus itinerários conceituais e ideológicos, suas funções políticas e institucionais, em cada uma das conjunturas específicas da região (GORELIK,2003, p. 112).

Discutir sobre a modernidade urbana latino-americana e tomar como exemplo apenas a realidade de Buenos Aires e Rio de Janeiro, seria reproduzir novamente um

[3] Para mais sobre um dos primeiros clássicos de História Comparada, ver em: BLOCH, March. *Os Reis Taumaturgos*, Cia das Letras, 1999.
[4] PINTO VALLEJOS, Julio. Disciplina : La Construcción Social del Estado en América del Sur: Argentina, Perú y Chile, 1830-1862, ministrada em novembro de 2015 no Programa de pós- graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.
[5] GORELIK, Adrian. Produção da "'"cidade latino-americana"'". *Tempo Social. Sã* Paulo, v. 17, n. 1, jun 2005 Disponível em:. ://www.scielo.br/scielo.php.

estudo monolítico, que há muito deve ser questionado e criticado. Voltando à questão comparativa, apesar das duas cidades terem sido palco de tamanhas reformulações em seu conjunto urbano, deve-se considerar com cautela as patentes diferenças entre ambas. Para que tenhamos uma ideia das distinções, podemos exemplificar que no período abordado Buenos Aires recebia uma massa de milhares de imigrantes, em sua maioria italianos, seguidos de espanhóis, alemães e franceses. Por outro lado, o Rio de Janeiro não recebia a mesma quantidade de europeus, entretanto se deparava com uma imensa população de ex-escravizados, marginalizados socialmente. Assim como a escravidão foi abolida cerca de 14 anos antes da reforma de Pereira Passos não havia políticas públicas voltadas para a inserção do negro na sociedade brasileira, enquanto que na Argentina a imigração tratou-se de uma pujante proposta de governo, voltada para a qualificação da mão de obra e para a ocupação do território. Inclusive esta preponderância migracional da Argentina sobre o Brasil seria umas das justificativas das reformas, quando Rodrigues Alves indica em discurso que o porto deve estar mais apto assim como a capital deve possuir melhores estruturas para receber imigrantes.

Modernidade, Modernização e Reafirmação da capitalidade

Na capital argentina, a reformulação de sua capitalidade, ou seja, o ajuste simbólico e material de suas estruturas, coincidiu-se com um período de prosperidade econômica e estabilização política nas últimas décadas do século XIX. No caso brasileiro, os processos realizados em Buenos Aires quase duas décadas anteriores se tornaram um importante referencial para o projeto de transformações urbanas realizadas no Rio de Janeiro durante os primeiros anos de experimentação republicana e retomada financeira.

Por meio das fontes apuradas, foi possível constatar que a modernização destas capitais se desenvolveu por meio de três diretrizes normativas: uma focada na burocratização (código de posturas, impostos, leis e normas); outra na estetização (saneamento, embelezamento, alargamento e pavimentação de equipamentos e espaços urbanos) e, por último, na ritualização (propagação de referenciais urbanos de caráter cívico). Tais diretrizes tinham como princípio a atualização das tendências de civilização difundida no Estado burguês ocidental e, portanto, se inseriram no rol de intervenções que inauguraram e influenciaram as posteriores reformas urbanas

contemporâneas: “Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX a América Latina bombardeada por maciços investimentos e capitais europeus trilha decididamente o caminho da ocidentalização na sua forma burguesa – liberal num processo de mudanças muitas vezes brutal e de elevado custo social.” (CHALHOUB, 2001, p. 248). A roupagem civilizacional do período, tecida através de doutrinas como o liberalismo e o positivismo, influenciava políticos, intelectuais e técnicos na missão de conduzir a transformação de suas capitais como parte essencial de um colossal empreendimento social, político e econômico.

A observação histórica e a vivência nestas cidades permitem identificar o peso político, cultural e social que estas metrópoles carregam para seus respectivos países e também para seu continente. Outrora, tais aspectos não são artefatos tangíveis, mas estão impregnados na atmosfera urbana. Este aspecto não está visível no mármore ou tijolo dos colossais prédios, mas em uma essência que perpassa e sobrevive na cultura urbana e que não se desvanece, mas se reconfigura ao passar dos anos. Ou seja, as pessoas, seus costumes e sua relação com este espaço citadino ditam gradualmente um eixo comum: a cultura urbana de uma capital. Não é qualquer amontoado de pessoas ou uma cidade que possui uma cultura urbana tão irradiadora, aspecto que integra a capitalidade.

Tal característica que aglutina e irradia tendências faz com que a cidade tenha que se renovar de tempos em tempos, por meio de uma confluência de transformações urbanas. Para André Nunes de Azevedo a capitalidade é o elemento simbólico de um polo urbano com múltipla capacidade de sintetizar, irradiar e aglutinar fenômenos e eventos de ordem política, cultural e econômica conferindo essencial importância para seu território, região ou país:

> é um fenômeno tipicamente urbano que se caracteriza pela constituição de uma certa esfera simbólica originada de uma maior abertura às novas idéias por parte de uma determinada cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres e uma maior capacidade de operar sínteses a partir das diversas idéias que recepciona. Este conjunto simbólico que se desenvolve nas vicissitudes das experiências históricas vividas por esta urbe, identifica a cidade como espaço de consagração dos acontecimentos políticos e culturais de uma região ou país, tornando-a uma referência para as demais cidades e regiões que recebem a sua influência (AZEVEDO, 2002, p. 45).

A capitalidade, portanto, é um fenômeno típico da modernidade. Giulio Carlo Argan[6] cita o exemplo da reafirmação das grandes cidades europeias que assumiram o papel de capital administrativa dos grandes estados modernos, sede das Monarquias Nacionais. Na bibliografia argentina direcionada às discussões de reformas urbanas e reformulação das capitais, o conceito capitalidade pode ser relacionado como *ciudad capital*, ou cidade capital. Para Cláudia Shmidt (2011), a ideia de cidade capital representa um elemento mais simbólico da nação, não apenas como sede dos reinados, mas sim como síntese dos novos estados nacionais:

> Historicamente, a palavra capital estava variando seus significados. Passou de um adjetivo, qualificando os sete pecados bíblicos durante a Idade Média, para um substantivo feminino, em francês, espanhol e italiano, que deu nome à principal população e chefe de um estado. Mas depois da Independência Americana e da Revolução Francesa, a ideia da capital adquiriu uma conotação especial. Não era mais apenas o lugar natural da sede dos reis ou simplesmente dos governos. Tornou-se uma ideia intimamente ligada ao surgimento da "nação como novidade", à construção de estados e seus diversos modos de organização política. Isso abriu uma reelaboração dessa tradição em direção a uma nova capital-sede de um corpo social e político necessariamente novo (SHMIDT, 2011,p. 71).

Entretanto, a fim de se reafirmar a capitalidade, ou a importância política, cultural e econômica de uma cidade, seria necessário transformá-la de acordo com os novos preceitos e padrões que circulavam. No caso específico do contexto estudado, estas reformulações urbanas se relacionam a processos estruturais que foram aspectos das reformas de Buenos Aires e Rio de Janeiro, que correspondem ao que Adrián Gorelik e Arturo Almandoz definem como modernizações urbanas. Para Almandoz (2013), o termo modernização é adequado ao processo abordado, pois se relaciona a processos de industrialização capitalista com repercussões econômicas, políticas e culturais em todos os setores da sociedade. Mais do que um ato simbólico a modernização torna-se a ferramenta da reafirmação da capitalidade, esse um projeto político dos quais todos empreendimentos tinham como meta alavancar o desenvolvimento econômico, social e o progresso do país. Neste aspecto compreende-se que a modernização transcende o fator econômico, pois este processo abarca uma dimensão demográfica e cultural. Para o urbanista venezuelano, os projetos de modernização urbana seriam:

---

[6] Giulio Carlo Argan desenvolve argumentos de que a ideia moderna de cidade capital que concentra o poder administrativo e cultural a fim de representar um estado surgiu com o moderno estado Absolutista. para mais ver em: ARGAN, Giulio Carlo. *L'Europa delle capitali*. Milano: Skira, 1968.

> consequência de processos de industrialização e urbanização iniciados em nações européias com a Revolução Industrial. Se entende da mesma forma que esta sequência de paradigmas - para utilizar termo mais contemporâneo - tem mudado de avocação ao longo dos séculos XIX e XX sendo análoga a tríade oitocentista de corte positivista, de ordem, progresso e civilização. Ademais, essa concepção de modernização incorpora distintas dimensões da urbanização em tanto processo entre as que cabe mencionar a demográfica, territorial e cultural. (ALMANDOZ, 2013).

Tal modernidade, que no continente se desencadeia por meio de ideias, aspirações e projeções, se plasma e concretiza nos projetos políticos dos quais a cidade se potencializa como campo fértil para efetivar a modernização. Para o Gorelik, as metrópoles do continente são

> o produto mais genuíno criado como uma máquina para inventar a modernidade, ampliá-la e reproduzi-la. (...) Isso significa que, na América, a modernidade era uma forma de alcançar a modernização, não sua conseqüência.A modernidade foi imposta como parte de uma política deliberada para levar à modernização e, nessa política, a cidade era o objeto privilegiado (GORELIK, 1999, p. 4).

Neste aspecto, não se tratava de uma modernidade latino-americana que simulava e visava somente áParis. Como aponta Richard Morse[7], várias cidades europeias possuíam e ofereciam algum tipo de referencial que se ajustava às inovações e transformações socioculturais do contexto: "Nenhuma cidade poderia ser a sede de todos os ingredientes que forjaram a têmpera moderna" (MORSE, 1995, p. 207). Embora existisse alguma referência a ser seguida, sobretudo a proposta haussmaniana de urbanização, o processo de incorporação dos padrões civilizatórios, a adequação aos ritmos do capitalismo industrial e as reformas nas estruturas urbanas, conformaram aspectos nevrálgicos da fase sob a qual identificamos como modernidade. Estes foram integrados de forma peculiar de acordo com as necessidades e as realidades endógenas de cada lugar embora o discurso historiográfico insista em classificar a modernidade no Brasil descompassada ou como uma cópia vulgar da modernidade europeiacomo pontua Myriam Bahia Lopes.[8]

A adaptação aos novos padrões culturais e as remodelações estéticas, apesar de importadas de polos europeus, se plasmaram em uma realidade típica dos núcleos urbanos da América Latina. Mesmo que tais transformações surgissem sob a influência

---

[7] Para Richard Morse, Manchester, Londres e demais cidades do ocidente europeu também tiveram seu papel como fontes materiais e simbólicas enquanto padrões da Modernidade. Para mais ver em: MORSE, Richard M. "Cidades 'periféricas' como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina". *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro,; FGV v. 8, n. 16, 19, p. 205-225.

[8] LOPES, Miriam Bahia. *O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história 1890-1920* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

das demandas da emergente conjuntura político-econômica, a dinâmica e transcurso destas ocorreram de forma específica e distinta. As características endógenas de cada cidade e de sua população, em choque com a irrupção de transformações, geraram sínteses originais da modernidade latino-americana. Beatriz Sarlo (1996) aponta que o impacto dos processos socioeconômicos iniciados na última década do século XIX alterou não apenas o perfil e o ambiente urbano, mas também o conjunto de experiências de seus habitantes.

Não se trata de um caso *sui generis* de cidade em que a modernidade se irradiou de forma exemplar. O que deve ser apontado é que a modernidade se alastrou em várias cidades do planeta de forma específica e, em cada um destes locais, gerou uma cultura urbana peculiar. Como destaca Adrian Gorelik[9], é necessário um avanço de maiores análises que compreendam a modernidade latino-americana de forma mais complexa e menos tendenciosa ao apontar os processos de reformulação urbana e modernização como reprodução do caso europeu. Obviamente não se pode negar o legado urbanístico de Paris para todo o mundo, mas se cairmos neste tópico sobre a imitação poderemos citar casos anteriores a Paris como Washington e Londres, que pesaram nos referenciais arquitetônicos de Haussmann:

> A historiografia tradicional havia visto a modernização da cidade latino-americana como uma cópia degradada da proposta haussmanniana, numa interpretação muito marcada ideologicamente. A revisão da especificidade da modernização de Buenos Aires à qual me vinculo foi, em primeiro lugar, uma reação contra esta historiografia que identificava modernização e haussmannização, e ambas com "dependência cultural". De meu ponto de vista, o que deveria ser transferido do mundo da crítica literária e sociológica para o campo da compreensão da cidade é o fato de que a modernidade supõe uma globalização dos contatos culturais, e que se todas as culturas estão tomando elementos às outras, isso não pode mais ser pensado como um traço endêmico dos países dependentes. De fato, e utilizando a fórmula de Carlos Real de Azúa, não tem sentido falar de "dependência" em termos culturais, mas de "interdependência desigual": existe o domínio e, por isso, há desigualdade entre as partes, mas o domínio não afeta da mesma maneira as diversas dimensões, econômicas, políticas, sociais ou culturais, que entram em jogo nesses contatos (GORELIK, 2009, p. 246).

Segundo as reflexões do autor, conclui-se que não se trata de constatar qual é a mais bem sucedida ambientação ou versão de modernidade, já que é um fenômeno que abarca processos, vivências e ações dialéticas que advieram desse período do qual se consolida a hegemonia da classe burguesa e que se manifestou distintamente a partir das

[9] Citação retirada da entrevista realizada por: CARO, Ana; MELLO Joana. Cultura urbana sob novas perspectivas. Entrevista com Adrián Gorelik* . *Novos estudos. - CEBRAP* , no. 84. São Paulo, 2009.

realidades de cada cenário. Pensar em uma modernidade ideal remete-se a um equívoco. Como consequência, surge a necessidade de traçar um estudo que contemple, dentro deste panorama plural em que se manifesta a modernidade, como os processos de reafirmação da capitalidade ocorreram no Rio de Janeiro e Buenos Aires por meio de suas reformas urbanas e como tornaram-se vitais para que estas se consolidaram como polos do mundo civilizado.

Cidadania , Civilização e Espaço Público

A análise da legislação urbana, de ofícios, correspondências e ordenações permitiu identificar que tanto no caso portenho quanto no carioca os processos de melhoramentos da estrutura urbana, o empreendimento de burocratizar, estetizar e ritualizar o espaço público introduziu uma profusão de mecanismos normativos com a finalidade de condicionar a população urbana para que se ajustassem aos critérios imprescindíveis que formularam a concepção de cidadania liberal.[10] Para Marco Mondaini, a cidadania liberal gera uma distinção entre os cidadãos, diferenciando-os entre ativos e passivos: "A cidadania liberal foi uma cidadania excludente, diferenciadora de cidadãos ativos e cidadãos passivos, cidadãos com posse e cidadãos sem posse." (MONDAINI, 2003, p. 131).

Apesar de algumas distinções técnicas que se transcorreram nas obras urbanísticas, a semelhança destes instrumentos normativos e estéticos aplicados em ambas capitais nos forneceu indícios de um latente intuito das elites políticas em configurar cidadãos para que introjetassem os padrões culturais e econômicos da ideologia burguesa ocidentalizada. Em suma, verifica-se que esta nova configuração do espaço público plasmou a concepção vigente de cidadania e, portanto, algo restrito a uma pequena parcela da sociedade.

No período abordado, foi possível identificar que a modernização, além de adequar a malha urbana aos novos padrões, também buscou, por meio de um repertório de legislações, - que chamamos de mecanismos coercitivos e persuasivos - ajustar a população urbana. Para Elias (1993) o conceito de civilização expressa uma cadeia de

[10] Mondaini reflete sobre a gênese da cidadania moderna, no advento da Revolução Inglesa ocorrida no século XVII da qual a burguesia ao clamar por direitos civis, conquistam uma cidadania liberal, baseado no pressuposto entre os proprietários que teriam direitos políticos e não proprietários, dos quais não possuem este privilégio. Para mais ver em : MONDAINI, Marco. Revolução Inglesa: o respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

lentas transformações dos padrões sociais de autorregulação. Trata-se, essencialmente, de um processo de longa duração – o processo civilizador – que caminha "rumo a uma direção muito específica" (ELIAS, 1993, p. 193). Entretanto, no contexto das modernizações, estas transformações de padrões sociais e culturais foram aplicados de forma radical do qual a burocratização e a normatização do espaço público foram seu condicionante. Civilizar na virada do século XIX para o XX seria a adequação aos mais avançados padrões técnicos e científicos, assim como a atualização dos novos modelos culturais e finalmente, a inserção a dinâmica de trabalho e consumo do capitalismo liberal. Neste caso, a modernidade, neste contexto, era percebida em suas sinonímias de progresso e civilização. Para Karl Marx, a burguesia se torna o catalisador da civilização moderna, ao moldar sua moral e ética ao capital: "através do rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, através das comunicações infinitamente facilitadas, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para dentro da civilização" (MARX, 1998, p.7).[11]

Aos nos depararmos com as modernizações urbanas e todo o esforço civilizador empreendido para que seus habitantes se adaptassem a esta capitalidade, verificamos que a questão da cidadania permaneceu indefinida. Raquel Rolnik (2004) ao mencionar sobre a pólis grega, em seu livro *O que é Cidade?*, constata que nem todo indivíduo que vive na cidade grega é cidadão, ou seja, os cidadãos são aqueles que participam da vida pública, da vida política. Passados aproximadamente 100 anos desde as modernizações, torna-se pertinente fazer a mesma reflexão: Tais processos empreendidos nestas duas capitais latino-americanas na busca de um ideal civilizatório, possibilitaram a expansão da cidadania e consequentemente o direito pleno ao espaço público destas cidades? Para Andrelino Campos, em seu livro *Do Quilombo à Favela*, "o fazer a cidade pertence aos grupos socialmente mais representativos, que participam do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-los como massa, sem nenhuma determinação, seja qual for a instância analisada: política, econômica ou social" (CAMPOS, 2005,p.19). Fazer a cidade não era uma ação que pretendia a participação de todos os setores e a sua exclusão da construção e definição de um espaço público foi o fator que evidenciou, nas palavras de James Holston (2013), uma cidadania diferenciada.

[11] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. **Estud. av.**, São Paulo , v. 12, n. 34, p. 7-46, Dec. 1998 . disponível em <hp//www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002&lng=en&nrm=iso >. Acesso o em: 30 July 2020.

Entretanto, existia um paradoxo latente entre as concepções a respeito da inteligibilidade de cidadania. De um lado, a existencia de uma tendência liberal conservadora que condicionava a populacao urbana para se ajustar aos padrões civilizacionais e a partir disso, obter a condição de cidadão. Por outro, as diversas formas de reação desta mesma populacao que reinvidicava seus direitos de cidadania à medida que estas imposições normativas os afetavam. Outro dado importante analisado por James Holston diz respeito às condições de uma cidadania singular[12], que são resultado do movimento que consistia na transformação do povo real em povo civilizado[13], ou seja, do choque entre os mecanismos coercitivos e as reações da população, se produziu um processo dialético que concebeu na prática um tipo de cidadania que não era essencialmente nenhuma dessas concepções. Na difusão destes mecanismos, a lei se torna uma aliada da cidadania liberal, benfeitora para poucos e uma inimiga dos demais personagens urbanos. Em outras palavras, os mecanismos coercitivos e a burocratização do espaço público tornam-se uma ferramenta de clivagem social, determinadora de quais indivíduos teriam o privilégio de cidadania. Para Holston a lei, nestes contextos, não se efetiva em um pressuposto de isonomia para os cidadãos no Estado Nação:

> Tornou-se o que chamo de mau governo da lei, em inglês, mirsule of law: um sistema de estratagemas e complicações burocráticas usado pelo Estado e por indivíduos para ofuscar problemas, neutralizar oponentes, garantir a impunidade e, acima de ludo, legalizar o ilegal. [...] **Assim, para os amigos tudo; para os inimigos, os cidadãos, os pobres, os invasores, os marginais, os migrantes, os inferiores, os comunistas, os grevistas e outros "outros", a lei.** Para eles, a lei significa humilhação, vulnerabilidade e pesadelos burocráticos. (HOLSTON, 2013, **grifo nosso**).

[12] Holston estabelece uma reflexão sobre o desenvolvimento das cidadanias "clássicas" advindas da tradiçãcao iminista, como francesa e estadunidense, que que cgavam de um ""ea radical de igualdade" do qual o indivíduo se estabelece como membro pleno do Estado-Nação como medida que garante a igualdade. No caso brasileiro opera uma cidadania diferenciada na qual a incorporação dos indivíduos ao Estado-Nação não implica na igualdade legal entre os cidadãos. A formulação da cidadania no Brasil, hisoricamente adquirei a cndição atribuída a categorias específicas. A cidadania, neste contexto, não coloca cidadãos em isonomia, antes disso, é uma medida ""paradiferenciar e uma forma de distanciar as pessoas umas das outras"" (p.23). Para ver mais ver STON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil / Ja*dução Claudio Carina. 1a ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

[13] Julio Pinto Vallejos em seu artigo identifica que as elites chilenas, durante o regime portalino, se viam diante de um povo real, que deveria ser submetido e controlado, e um povo desejado, que era funcional a sociedade que se pretendia projetar. Já o conceito de engenharia sociocultural, no original em espanhol *ingeniería sociocultural*, está e melhor definido no livro em coautoria com ORTIZ. Para mais ver em: PINTO VALLEJOS, Julio. La tendencia de la masa al reposo? El régimen portaliano enfrenta al mundo plebeyo. *HISTÓRIA*, Nºn. , vol. 2, julio-diciembre 2011: 401-442 e PINTO VALLEJOS, Julio; ORTIZ DE ZARATE Verónica Valdivia, *¿Chilenos todos? La construcción social de la nación (1810-1840)*, Santiago, Lom Ediciones, 2009, p. 352

A proposta de Holston para se pensar a cidadania durante o processo de modernização das cidades latino-americanas é pertinente. Se nos atermos que, neste contexto, a grande referência do que era considerado um cidadão calcava-se na ideologia liberal – definição que pode ser verificada nas Constituições vigentes de Argentina[14] e Brasil[15], verifica-se este processo de diferenciação. Noutros termos, a estetização e burocratização do espaço público constituíram-se como um mecanismo que produziu esta cidadania diferenciada. Se relacionarmos um diálogo com demais análises sobre a cidadania, é necessário refletir sobre como se definia a grande parte da população, isto é, como era constituída a massa trabalhadora de cada uma da capital destes países do qual nos propomos a trabalhar. Na virada do século XIX para o XX, os casos sob escrutínio apresentaram dois cenários distintos: enquanto no Rio de Janeiro existia uma grande população de ex-escravizados que, diante da ideologia liberal e suas ramificações sociocientíficas como o darwinismo social e eugenismo, apresentava-se como um problema para o progresso do país, os portos de Buenos Aires recebiam uma onda migratória de europeus, a segunda maior das Américas, fruto de um projeto governamental que estimulava o recebimento desta mão de obra, visando a melhoria social e econômica para a Argentina.[16]

Apesar de distintas as conjunturas, os mecanismos coercitivos que condicionavam a cidadania foram aplicados. Não obstante pretendeu-se considerar as peculiaridades socioculturais de nossos objetos e analisar como as elites políticas por meio do aparato estatal levou a cabo a modernização do espaço público. Desta forma, algumas abordagens sobre a cidadania, como os pertinentes trabalhos de José Murilo de Carvalho (2006), não nos resultam eficientes para a abordagem desta tese. O autor se debruça sobre a clássica obra de Thomas A. Marshall[17] que utiliza a subdivisões dos direitos (social, civil, político) que compõe a cidadania e a classificação temporal e social de como se efetivou na Inglaterra a partir do século XVII.

---

[14] Constitución Argentina de 1853 porém sofreu uma alteração diante uma Reforma Constitucional de 1860

[15] Constituição Brasileira de 1891.

[16] Para mais ver em: CIBOTTI, Ema, "De habitante al ciudadano: la condición del inmigrante", em LOBATO, Mirta Zaida(org.). *Nueva Historia Argentina*, Buenos Aires, Sudamericana, 2000.

[17] José Murilo de Carvalho toma como referência para analisar a cidadania no brasil a obra de Thomas A. Marshall, que propõe o desenvolvimento da cidadania baseado em três direitos básicos: social, civil e político. Entretanto ele parte da formação do estado Moderno Inglês no final do século XVII e início do século XVIII. Para ver mais ver CARVALHO, José Murlo. *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*. 2006.

O que resulta problemático para levar este diagrama às realidades argentina e brasileira – sem mencionar a composição social e a distância espacial entre estes países – são os processos de formação destes estados, essencialmente distintos do processo inglês. Não se trata aqui de subestimar a relevância da obra de José Murilo de Carvalho, muito menos ignorar a forma como tais direitos foram introduzidos na sociedade brasileira; tampouco não pretende-se ignorar como as elites políticas por meio do Estado criaram dispositivos autoritários de segregação e muitas vezes foram hegemônicas em seus projetos sociais e políticos. Porém, a tentativa de elencar se a cidadania é mais plena na Inglaterra, devido a conquista consecutiva de direitos civis, políticos e sociais, rechaça as peculiaridades e a conquista da cidadania em outros locais do globo. Além disso a visão do autor que enfatiza a ideia de *estadania*, ou seja, o Estado como único construtor da cidadania, esvanece o sentido da resistência e lutas de agentes sociais por demais direitos. Neste caso a cidadania singular proposta por James Holston nos apresenta uma proposta que não se forma diante a conceituação tradicional, porém não significa que outros indivíduos em diferentes contextos socioespaciais que, por meio de resistências, não tenham se configurado como cidadãos.

A fim de complementar a perspectiva desenvolvida por Holston, insere-se a proposta de Hilda Sabato[18] na qual busca compreender a cidadania a partir das formas de participação política e inclusão social. Para a autora, na América Latina durante o século XIX e no princípio do século XX esta categoria foi instituída a partir de três aspectos: eleitoral, uso de armas e opinião pública. Sabato aborda a cidadania como uma lente de análise a fim de compreender o papel da participação política e as formas de inclusão/exclusão na república. Esta forma de explorar as formas de participação sociopolítica amplia as maneiras de se compreender a cidadania além dos "visões lineares ou progressivas da cidadania e aquelas que se limitavam a tratá-la em termos exclusivos de direito ao voto." (SABATO, 2009, p. 26). Esta perspectiva contribui portanto para a proposta desta tese uma vez que propõe uma reflexão mais ampla que atende as diferentes dimensões da participação politica e social e que questiona os

[18] Hilda Sabato propõe reflexões a respeito de como a cidadania como categoria que se desenvolve a partir de formas distintas de participação cívica que não se restringem aos direitos polítitico (eleiorais), uma vez que compreende as diversas formas de atuação a partir dos agentes políticos e sociais. Para ver mais ver eATO, Hilda. *La política en las calles. Entre el voto y la movilización.* Buenos Aires, 1862-1880. Sudamericana, 1998;. *Cadanía política y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina***.** Fondo de Cultura Económica, 1999;. *Sobranía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX*. . *F*um Almanack Braziliense. 2009.

princípios, práticas e normas assim como as insituições, imaginários e linguagens de diferentes contextos socioespaciais.

Por meio da amplitude de procedimentos aplicados em tais cidades, buscava-se reapropriar e reinterpretar o sentido contemporâneo de *pólis*: uma cidade cujo espaço público em seu sentido físico e transcendental aglutinasse e irradiasse elementos civilizacionais dos quais seriam os princípios a serem seguidos por seus cidadãos. Em ambos contextos tal condição seria um privilégio; no caso desta dinâmica liberal e contemporânea, para ser tornar cidadão seria necessário alcançar e adaptar-se às demandas de uma nova ordem social. Tal procedimento de ajuste do povo real em povo civilizado insurgiu diretamente sobre a questão da cidadania e suas formas apropriação e acesso ao espaço público. Diante desta observação compreendemos que o fazer a cidade muitas vezes exclui as classes menos favorecidas da apropriação e construção do espaço público. O que seria, portanto, este espaço? Iniciamos a reflexão de que estes não se resumem aos espaços abertos, ou seja, as praças e ruas das quais transitam as pessoas, mas uma categoria mais complexa; várias são as referências e análises sobre o espaço público, algo tão próximo de nosso cotidiano citadino, porém ao mesmo tempo tão complexo de conceituar.

Para Luciana Teixeira Andrade[19] o espaço público tem um essência que transcende o físico, ao ser local das interações e manifestações públicas onde evidencia os conflitos sociais e as disputas de poder:

> O espaço público, lugar das ações públicas, das festas e dos encontros, enfim, da vida coletiva, é também o local dos sem-lugar nas cidades, dos sem-casa. Espaço aberto a todos, é, nesse sentido, um espaço da igualdade. Em um comício ou uma festa, as desigualdades sociais ou de outra natureza são temporariamente suspensas. Mas o espaço público não é uma esfera imune às desigualdades, por isso mesmo é também o lugar do conflito, das disputas cotidianas, do exercício do poder de um grupo sobre outro, da inclusão de uns e exclusão de outros. É, por excelência, o espaço da vida social das cidades, por isso não lhe basta a existência meramente física, é necessário que os habitantes o ocupem e lhe confiram o status de público. Tampouco lhe basta a definição jurídica de aberto a todos, ele precisa ser efetivamente apropriado por todos, pois são os cidadãos que o tornam público. (ANDRADE, 2007, p.116).

Espacializar o espaço público, ou coisifica-lo, pode levar a um erro de interpretação de sua importância sociopolítica. Este não apenas emerge como algo físico, mas algo que permeia as disputas entre classes sociais e facções politicas, que

[19] Para mais ver em: Luciana Teixeira de Andrade. Singularidade e igualdade nos espaços públicos Revista do Arquivo Público Mineiro Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 2007.

permeia nos debates e concessões, como observa Enrique Robira: "O espaço entendido não apenas como um lugar, como um campo, como um escopo, mas também como um símbolo como uma situação, como uma referência e como um conteúdo que é construído ao longo do tempo no imaginário cultural" (ROBIRA, 2007, p. 102). Manuel Delgado define o espaço público como fruto de materializações ideológicas, onde categorias que permeiam as discussões e ações políticas são disputadas e reivindicadas: "O espaço público passa a se conceber como a realização de um valor ideológico, lugar em que se materializam diversas categorias abstratas como democracia, convivência, civismo, consenso e outros valores políticos hoje centrais." (DELGADO, 2011, p.10-11).

O alijamento das classes populares deste novo espaço público, em seu mais clássico processo de alienação (ou seja, a classe construtora destes espaços urbanos), faz com que estas respondam a concepção de cidadania liberal. Por meio da luta pelo direito de apropriação e intervenção deste lugar é onde se define sua cidadania. Delgado ainda identificou que o paradoxo do espaço público contemporâneo – seja desde o século XIX até o século XXI – por um aspecto, apresenta-se diante uma submissão ao liberalismo urbanístico ao mesmo tempo que seus legisladores se tornam extremamente preocupados em controlar as ruas e praças, agora obrigados a converte-los em espaços públicos de qualidade. Segundo Lefebvre (2008), a privação do espaço público das classes populares coloca em xeque a essência da cidadania, ou de pertencimento dessa comunidade, dessa civilização. Dado o exposto, calculamos que o cidadão é o protagonista, o agente político desta arena chamada de espaço público, dos quais os dois elementos são complementares: não existe espaço público sem cidadão da mesma maneira que existe cidadão sem espaço público.

> Excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. O direito a cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora. Esse direito do cidadão anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que a estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos. (LEFEBVRE, 2008, p. 32)

Verificou-se por meio das fontes analisadas que longe de ser um processo essencialmente dual, do qual a historiografia posiciona o discurso oficial das elites políticas em confronto com os discursos informais das classes populares, a

modernização destas capitais ecoou uma polifonia de discursos proferidos por vários agentes em seus processos de adaptação e apropriação de um novo espaço público que se configurava. Dentro das próprias facções políticas o discurso sobre a condução de modernização da cidade e de configuração da cidadania já era destoante e, portanto, cerne de conflitos. No que diz respeito a população urbana, existiam formas variadas de reivindicação da cidadania, à medida que as transformações da cidade os atingiam de formas distintas. Se por um aspecto exista uma tendência liberal conservadora da qual se alegava que os cidadãos civilizados seriam os que se adaptassem as tendências de uma cidade organizada, sana e higiênica, por outro existiam habitantes que, ao se sentirem oprimidos por estas imposições, reivindicavam direitos, mesmo sem ter noções elaboradas sobre o que consistia ser cidadão. Somam-se a estes discursos as vozes de periódicos e jornais que apresentavam um papel importante na mensuração da opinião pública e desta forma acentua os debates a respeito do espaço urbano em transformação.

As modernizações urbanas e toda a carga de normatizações e otimização aplicadas no espaço urbano, entre elas o ajuste de sua população a novos hábitos e condutas, não foram predominantemente aceitos de forma passiva; uma vez que a noção contemporânea de cidadania não era algo unânime muito menos consolidado, a dialética gerada a partir da aplicação dos mecanismos coercitivos e persuasivos e as formas de resistência, aceitação e reivindicação resultaram nas capitais estudadas, uma renovação de práticas e hábitos. Como observa Regina Helena Alves da Silva (2011) sobre a dialética do espaço público, a autora nos mostra a definição de cenas urbanas:

> Isso nos leva a pensar em como os habitantes se apropriam dos espaços da cidade em um processo de redefinição dos usos e apropriações do espaço, constituindo uma cena urbana. A partir da configuração de uma "cena urbana", se constroem representações que dialogam com outras representações e com outras práticas – que são os processos de apropriação do espaço urbano. (SILVA, 2011, p. 2).

Soma-se aos objetivos desta tese apresentar a relação de Buenos Aires e Rio de Janeiro como polos que estabeleceram uma rede de reciprocidade não apenas de disputa, mas também de influências nos procedimentos de estetização e burocratização do espaço público. Apesar de peculiaridade destes processos em ambas capitais, estas servem como importante referência, para a compreensão da modernização do espaço público no continente sul americano. Neste aspecto conclui-se que a modernização urbana não se tratava de uma competição para que uma capital tomasse o posto de Paris da América do Sul. Tal discussão que insiste neste viés mimético reduz, portanto, a

verdadeira essência destes processos e ignora que o intercâmbio de referências entre tais centros era amplo uma vez que o modelo de modernização do espaço público da capital argentina foi uma referência seguida em vários aspectos pela capital brasileira.

Em busca da cidadania e espaço publico: estrutura do trabalho

A primeira parte deste capitulo buscará discorrer uma reflexão sobre o panorama político-cultural que antecedeu e permeou a discussão sobre como era necessária a transformação radical de Buenos Aires e Rio de Janeiro para que estas fossem modernizadas com o fim de condicionar seus respectivos países - inclusive seus habitantes - aos referencias e padrões civilizacionais Em meados do século XIX as elites destes países , assim como de toda américa latina travaram densas reflexões e debates sobre a necessidade de alcançar a civilização como formas de repelir a barbárie; Nos finais do século e início do XX, os respectivos presidentes anunciaram a iminente a modernização de suas capitais, ou seja, o progresso material de seus países já não é algo etéreo, mas sim concreto. Ou seja, será necessário percorrer pela discussão ideológica no que se refere a barbárie e civilização, para compreender os primeiros debates e ações que possibilitaram a transformação das capitais. Tendo esclarecido este processo, foi necessário compreender o desenvolvimento político e administrativo que estruturou e executou o início dos trabalhos referente a modernização urbana de Buenos Aires e Rio de Janeiro: desde a efetivação das leis de organização e reforma destas capitais, formação dos Conselhos Municipais e nomeação dos Prefeitos. A efetivação destes procedimentos representou para as classes dirigentes, a materialização do que se compreendia como civilização e progresso.

No segundo capítulo, além dessas reformulações físicas e institucionais, os setores dirigentes acreditavam que era necessário tomar medidas a respeito dos habitantes da capital para que estes se adequassem aos novos preceitos civilizacionais. Continuando com o argumento abordado no primeiro capítulo de transformar o povo real em povo civilizado, o poder público recorreu a mecanismos de ajuste e controle das classes populares a fim de estimular uma nova cultura urbana fosse propagada por meio de ações civilizadas. As novas condutas de uma moral burguesa, como a otimização de formas de trabalho ajustada à ordem capitalista, costumes e hábitos mais higiênicos e a submissão às autoridades, iriam contribuir para o prestígio e hegemonia dessas cidades

na empreitada pela consolidação da capitalidade. As fontes que expressam tais medidas coercitivas são Códigos de Posturas, Legislações Nacionais e Municipais, além das correspondências emitidas entre funcionários do município. Os mecanismos de normatização do espaço público não foram os únicos a condicionarem a população a novos hábitos. Além das normas, leis e repressão existiram aparatos que induziram indiretamente os habitantes a usanças e práticas mais condizentes com os preceitos civilizados. Somadas as tais iniciativas também se identifica a propagação de elementos e práticas cívicas no espaço urbano, do qual denominamos neste trabalho de *urbanismo cívico*, cuja função seria dispor de locais para práticas desta natureza (cívica) e por meio de um conjunto de símbolos e alegorias que alimentaram um imaginário nacional representado pelo regime republicano

No terceiro capítulo, o exercício consistiu em captar qual foi o discurso da população urbana em relação as modernizações realizadas em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Tal discurso tampouco era homogêneo. Estes tipos de discursos, das pessoas e grupos que se sentiam afetados de alguma forma pela modernização, atrelados a imprensa formaram uma opinião pública, que corresponderiam a formas de se exercer a cidadania. Mas quais seriam as fontes das quais se tornariam possível aproximar das perspectivas e sentimentos da população urbana? As revistas ilustradas, jornais e panfletos divulgadas no período, possuíam um intenso conteúdo imagético que somado à sua proposta informal se constituíram como um pertinente indício da aproximação de tais percepções. Nestes periódicos foram encontrados uma variedade de fontes que auxiliaram na compreensão de como a população se comportou neste ínterim.

No quarto e último capítulo serão analisados os discursos dos intelectuais que correspondem a grandes escritores, jornalistas e cronistas que escreviam nestes veículos, suas perspectivas a respeito das modernizações urbanas de suas respectivas capitais. A fim de compreender como os discursos destes foram pertinentes para legitimar ou descredenciar as obras de reformulações, também foram utilizadas algumas referências em períodos anteriores e posteriores as reformas. Identifica-se que seus discursos não eram homogêneos: muitos eram críticos e outros não apenas eram a favor das reformulações assim como exigiam do poder oficial tais medidas.

Portanto identifica-se como a leitura dos textos emitidos por estes intelectuais são variados, sejam nas críticas, sejam nas apreciações. Na parte subsequente, será confrontado o discurso técnico-científico a fim de identificar sua influência na execução

de obras e criação de leis, regulamentos e posturas urbanas durante o período em que as grandes obras foram realizadas nas capitais estudadas. No período em que áreas como engenharia e medicina ganharam maior prestígio e valorização social, os clubes e associações de cientistas e técnicos, expressaram suas análises acerca de vários aspectos que estavam por ser executados durante as reformas. As análises e avaliações destes grupos, como os dos médicos e engenheiros, deram base técnica ao discurso oficial, que sob a chancela da especialidade científica determinariam algumas medidas no que se referiam a reformulações urbanísticas. No caso do Clube Engenharia do Brasil, seus membros se assumiram como os responsáveis pelo planejamento e condução das obras de saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro. Em Buenos Aires, sob os mesmos objetivos, muitos destes técnicos se incorporavam à Sociedade Científica Argentina.

CAPITULO 1 - UMA QUESTÃO CAPITAL: AS ELITES POLÍTICAS E A CIDADE COMO ESPAÇO CIVILIZADOR

1.1 - A cidade como lócus da civilização

> "*É claro, portanto, que a cidade tem precedência por natureza sobre o indivíduo.*" Aristóteles, *Política*, I, 1253b, 15-16.

A primeira parte deste capítulo buscará discorrer sobre o panorama ideológico que antecedeu a modernização de Buenos Aires, em 1882, e do Rio de Janeiro, em 1903, para que estas fossem reformuladas a fim de condicionar seus respectivos países - inclusive seus habitantes - aos referenciais e padrões civilizacionais. Portanto, antes de debruçar sob os vários aspectos da reformulação urbana, torna-se pertinente identificar as perspectivas intelectuais que fluíram por quase um século a ponto de sedimentar e formar a base da materialização destes processos. No final do século XIX e início do XX, as classes dirigentes podiam vislumbrar a execução de vários projetos que acreditam ser essenciais para inseri-los dentro do conjunto de países civilizados.

No início dos oitocentos o que se entendia como civilização nos moldes modernos e pós-iluministas eram, ainda, algo etéreo: passados quase um século, verifica-se que os presidentes de Argentina e Brasil já anunciavam a iminente modernização de suas capitais, ou seja, o progresso material de seus países já não era utópico, mas sim cada vez mais concreto. Julio Argentino Roca, em mensagem proferida no Congresso em 1880, ano em que Buenos Aires se transforma em Capital Federal da República Argentina, destacou que uma nova era havia sido inaugurada e, desta forma, antecipou que os trabalhos para a reformulação desta cidade estariam prestes a começar.

> A lei que acabastes de sancionar fixando a **capital definitiva da República é o ponto de partida de uma nova era** em que o governo poderá exercer sua ação com inteira liberdade inseto das lutas diárias e deprimentes de sua autoridade que tinha que sustentar para defender suas prerrogativas contra as pretensões invasoras de funcionários subalternos. Ela responde à suprema aspiração do povo por que significa consolidação da união e o império da paz por longos anos. A realização era uma necessidade inevitável (...).[20]

[20] Discurso do presidente argentino Julio Argentino Roca, Abertura das sessões do Congresso, *La Prensa*, 13 de octubre de 1880. Archivo Histórico, Educ. Misterio Educación Argentina, **[grifo nosso].**

No caso do presidente brasileiro, Rodrigues Alves, cuja proposta de governo baseou-se na necessidade de realizar reformas na Capital Federal e no seu porto, comunicou, durante conferência no Senado Federal, que o Rio de Janeiro e suas estruturas deveriam prontamente submeter-se a uma transformação radical, a fim de que simbolizasse os preceitos de progresso e civilização.

> A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo. Os serviços de melhoramento do porto desta cidade devem desta cidade devem ser tomados como elementos de maior ponderação para esse empreendimento grandioso**. Quando se consumarem poder-se-á dizer que a Capital da República libertou-se da maior dificuldade para o seu completo saneamento e o operário bem dirá o trabalho que lhe for proporcionado para o fim de tanta utilidade**.[21]

Tais pronunciamentos revelam que o emergente processo de modernização urbana se tratava de uma conquista simbólica e material alcançada após anos de expectativas. Roca destacou que a instauração da "Capital definitiva da República é o ponto de partida de uma nova era"; Rodrigues Alves enfatizou que a "Capital da República libertou-se da maior dificuldade para o seu completo saneamento". A partir deste contexto, buscar-se-á percorrer o caminho, em ambos os casos, rumo a capital icônica. Entre as elites brasileiras e argentinas urgia a necessidade de inserir seus países no rol dos grandes estados civilizados e a reformulação efetiva de suas capitais significaria que estes veneráveis objetivos seriam alcançados. Nesta perspectiva, era imperativo alcançar patamares correspondentes a *ordem, progresso* e *civilização* com o fim de banir resquícios que suscitaram a *barbárie* e o atraso. Neste contexto, o que significava, portanto, tais termos? Por que a reificação da civilização foi uma tarefa tão essencial?

Tomando-se em conta as peculiaridades dos dois casos abordados neste trabalho e que posteriormente serão analisados de forma específica, é válido apontar que após o período de independência e todo restante do século XIX as elites políticas destes países, sob um referencial iluminista e operando sob a influência do positivismo, buscaram a organização interna, ou seja, a ordem e a paz como uma condição *sine qua non* para se

---

[21] Discurso do Presidente Rodrigues Alves quando anuncia publicamente a realização do que seria a Grde Reforma Urbana de 1903-1906. Para mais ver em: "O manifesto inaugural à nação". *Correio da Manhã*, 16 de novembro de 1902, também disponibilizado em http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ **[grifo nosso].**

alcançar o progresso e civilização[22]. Esta organização, ou seja, a imposição da ordem almejava a prosperidade econômica e harmonia social que só seria possível se os intensos conflitos políticos fossem apaziguados, o território fosse unificado sob uma autoridade legitimada e se as classes populares fossem disciplinadas e ajustadas ao projeto nacional. Em seu livro *Modernización Urbana en América Latina* (2013)[23], o urbanista venezuelano Arturo Almandoz contextualiza que nos anos que se prosseguiram às independências de tais países foi difundido um processo de ajuste às demandas do mercado capitalista em ascensão. Por meio da influência da ilustração independentista concatenada ao positivismo de políticos liberais se constituiu uma fórmula que seria a chave para tais êxitos.

O autor citado ainda discorre que aplicação do projeto civilizatório em países do continente serviu como uma mola propulsora para a aplicação do liberalismo econômico. Os países avançados seriam os que estivessem atualizados frente às normas técnicas e econômicas instrumentalizadas pelo capitalismo e, para tal, eram necessários drásticos projetos de modernização destas estruturas. Portanto, a paz que neste contexto se torna equivalente a ordem era a base para se alcançar o progresso, este como um aspecto material da civilização. Por outro lado, devemos nos atentar para que não se reduza o sentido amplo do ideal civilizatório buscado neste período. Não se tratava somente de uma mera estratégia econômica, mas de um repertório que incorporava aspectos científicos, culturais e sociais. Tampouco se pode inferir que a busca por esses aspectos civilizacionais fosse consensual entre políticos, técnicos e intelectuais. Existia um anseio por tal ideal, mas as formas de alcançá-lo variavam de acordo com a conjuntura socioespacial da qual inseriram-se seus arautos.

Não obstante, a busca incessante destes ideais significava o ímpeto de combater seus opostos, tais como a barbárie. Assim como sua antônima civilização, a palavra barbárie tem sua acepção proveniente do período da Grécia antiga. Se referia aos povos que não pertenciam as cidades estado da "hélade", ou que possuíam práticas distintas deste local. Entretanto, foi durante o Império Romano que a palavra bárbaro incorpora uma semântica de antítese à civilização. A barbárie era algo que afrontava a civilização

[22] Mesmo no caso brasileiro, no governo imperial e no período da regência ocorreram várias revoltas populares que desafiavam o governo central e ameaçavam a estabilidade.

[23] Nas antípodas da institucionalidade exigida pelo progresso e a civilização dupla de ideais oitocentistas que ilustram a transição desde a ilustração independentista ao positivismo das repúblicas liberais. In: ALMANDOZ, Arturo Marte. *Modernización Urbana en América Latina. De las grandes aldeas a las Metrópolis Masificadas*. Santiago (Chile), Universidad Católica de Chile, Cocción de Estudios Urbanos, 2013.

e a expansão deste Império teria um sentido de civilizar aquele que vivia como antagônico a tal condição.[24]

Nestes termos é possível identificar que a visão de políticos como o Domingos F. Sarmiento e Paulino Jose Soares de Sousa, também conhecido como Visconde do Uruguai coincidiam a respeito da cidade como lócus civilizatório em repúdio à barbárie. Indubitavelmente Sarmiento, ex presidente e intelectual argentino, se destacou como um dos estandartes sobre tal reflexão na América Latina. De formação iluminista acreditava que a civilização era identificada e percebida nas cidades, espaço irradiador da integração social e do conhecimento, que se contrapõe a barbárie do interior. Para Adrian Gorelik[25], o significado de cidade para Sarmiento seria "um polo da civilização frente a dupla barbárie de natureza americana e o passado espanhol" e que mesmo que esta concepção de cidade corresponda a um imaginário, "não se faz falta conhecer a cidade, nem faz falta que as cidades cumpram efetivamente os princípios deste imaginário já que para ele a cidade é a modernidade e a civilização por definição (...) (GORELIK, 2003, p.10). O autor continua sua reflexão ao referir que para Sarmiento e para a elite intelectual ilustrada do século XIX a cidade, além de conceito, é imaginada como um instrumento que guiaria as pessoas rumo a uma sociedade moderna. Ao definir a potencialidade da cidade de "*Inventar habitantes con moradas nuevas*", determina sua concepção iluminista de que a cidade deveria ser construída como "espaço público produtor de cidadãos". (GORELIK, 2016, p. 52).

Neste caso, compreende-se que a cidade possuía o potencial para se tornar o espaço disciplinado e formalizado que iluminaria seus cidadãos contra o passado espanhol ou ignorância das populações nativo americanas. Este espaço que tem em sua essência a modernidade, ou seja, o que se mostra de mais civilizado e avançado, conformar a antítese da ignorância e rudeza do bárbaro, que vivia no campo alheio ao espaço citadino. No exercício de identificar a concepção destes ideais e seus opostos para indivíduos no século XIX (tais como Sarmiento), Ivo Coser[26] (2005) define civilizado e bárbaro como:

---

[24] MATTÉI, Jen-François. A barbárie interior. *Ensaio sobre o* i-mundo *moderno*. Tradução de Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

[25] GORELIK, Adrián. **O moderno em debate: cidade, Modernidade , moernização**. In: Wander. Miranda (org.). *Narrativas da Modernidade , Be*o Horizonte: Autêntica, 1999.

[26] COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, p. 237-248, Maio/Ago. 2005.

> conhecimento de certas regras de convívio, enquanto o bárbaro ignora esse conhecimento e vive longe das luzes que iluminam essas regras. A palavra "ignorância" também aponta para a ausência de "ilustração" (...) Nesse sentido, podemos assinalar que o termo "civilização", nesse momento [após segunda metade do XIX] , amplia seu significado, não denota apenas um comportamento polido, um conhecimento das regras de cortesia, mas aponta também para uma **dada inserção social**. Os indivíduos que possuem vínculos **estáveis com o trabalho** e o amor à propriedade são os cidadãos aptos para a civilização. Esses "sentimentos" passam a operar contra as sedições que, naquele momento, irrompiam pelo País (COSER, 2005, p. 240).

Diante tal reflexão, se torna pertinente destacar que a acepção de civilização no período oitocentista denota condições como estabilidade no trabalho e amor à propriedade, elementos intrínsecos à ideologia liberal clássica. Tais condições para se efetivarem com êxito necessitavam da premissa de ordem e progresso. Para Sarmiento a cidade seria o espaço em potencial para manifestar esss ideais que se propagavam, uma vez que possuía as instituições morais e materiais capazes de redimir os homens da selvageria que os cerca:

> O homem da cidade veste o traje europeu, vive a vida civilizada tal como a conhecemos em todas as partes: ali estão as leis, as ideias de progresso, os meios de instrução, alguma organização municipal, o governo regular etc. saindo do recinto da cidade tudo muda a respeito: o homem do campo leva outro traje, que chamarei de americano por ser comum a todos os povos, seus hábitos de vida são diversos, suas necessidades peculiares e limitadas: parecem duas sociedades distintas, dois povos estranhos um do outro. Ainda tem mais: o homem do ermo, longe de se aspirar a semelhar-se ao da cidade, nega com desdém seu luxo e seus moldes corteses; e o vestido do cidadão, o fraque, a cadeira, a capa, nenhum sinal europeu pode apresentar impunemente no ermo, Tudo que há de civilizado da cidade está bloqueado ali.[27]

Sarmiento possuía uma visão utópica em relação as cidades como a cura para salvar a civilização da barbárie. As viagens que realizou pelos Estados Unidos e Europa confirmaram sua crença que a fundação de cidades no rústico interior da América do Sul seriam formas de civilizar as cidades. Como sua idealizada Argiropolis[28], uma cidade insular no Rio Paraná entre as fronteiras de Paraguai, Argentina e Uruguai, seria um polo civilizacional para a América do Sul. A sua ideia de "cidade nova", como no caso de Washington, uma cidade que projetada entre pântanos por meio das mais avançadas propostas urbanas, representava o potencial de se formar uma nova

[27] Texto de Domingos Faustino Sarmiento. Facundo: Civilización y Barbarie. Buenos Aires: El Aleph, 1999.

[28] Sobre a proposta Sarmientiana da fundação de uma Metrópole na Bacia do Plata, ver mais em SHMIDT, Claudia. Buenos Aires: una nueva capital para una nación moderna (1850-1888) Córdoba, 2011.

sociedade. A mudança deveria ser radical: uma cidade carregada de vícios do passado, hábitos incultos e ultrapassados não poderiam renovar-se. Por isso sua proposta para Buenos Aires[29] seria de uma expansão da cidade, ao desamarrar-se de seu casco central antigo e expandir-se para áreas novas, configuradas com parques e um novo espaço público. No caso brasileiro, o *sertão* muitas vezes é o termo que designa a barbárie, ou pelo menos espacializa o local da barbárie. Coser destaca que o Brasil, no contexto sob o qual debruçamos, enfrentava as contraposições tais como "litoral" e "sertão" ou "civilização" e "barbárie" (2005, p. 238). O autor ainda discorre que esta oposição de termos era vigente no debate político e intelectual do período. Para citar um exemplo destaca-se as icônicas produções do Visconde do Uruguai. Para o político brasileiro o sertão surge como um ideário negativo que se relaciona "ao vazio, à idéia de deserto, à falta de governo, de leis, de religião de educação, de população, de luzes, enfim, de tudo que representasse a ordem e a civilização" (MADER, 2008, p.268). Para o Visconde do Uruguai os habitantes do sertão representam:

> a população que não participa dos poucos benefícios da nossa nascente civilização, falta de qualquer instrução moral e religiosa, porque não há aí quem lhe subministre, imbuída de perigosas idéias de uma mal entendida liberdade, desconhece a força das leis, e zomba da fraqueza das autoridades, todas as vezes que vão de encontro aos seus caprichos. Constitui ela, assim, uma parte distinta da sociedade do nosso litoral e de muitas de nossas povoações e distritos, e principalmente por costumes bárbaros, por atos de ferocidade, e crimes horríveis se caracteriza (SOUSA, 1841, p. 19 *apud* MADER, 2008).

Apesar de um considerável intervalo cronológico, é possível ver a essência dos pensamentos de Sarmiento e do Visconde do Uruguai na obra *Os Sertões*, do jornalista Euclides da Cunha, publicado em 1902.[30] Para o jornalista brasileiro, o sertão é a região marginalizada, onde os valores e normas são invertidos, regidos pelo místico. São territórios pouco conhecidos, que ficaram alheios aos descobrimentos e povoamentos oficiais, portanto pouco sistematizados pela geografia. Por outro lado a civilização seria o destino dos homens, do qual progredir e civilizar adquire um sentido escatológico que

---

[29] A discussão de Sarmiento que se desenrola posteriormente com Alvear sobre a renovação de Buenos Aires ocorre no início da década de 1880, quando o intendente inicia seus planos de construção da Avenida de Mayo. Para Sarmiento, Alvear insiste em renovar a cidade em sua parte central e antiga, enquanto ele propõe uma expansão para o norte na região de Palermo que poderia ser ornada com o espaço público civilizador, como os parques. Para mais sobre tal discussão, ver em: GORELIK, Adrian. *La Grilla y el Parque*, Quilmes, 2016.

[30] VENTURA, Roberto. "Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha". *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, volume supl. p. 133-147, Jun de 2019. Disponível em: ht://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998.

propõe que o destino final da humanidade deve ser a civilização. Se por alguma sina este destino natural não for alcançado, a extinção dos homens é iminente: "Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, nos civilizando, ou desaparecemos." (CUNHA, 2009, p. 43).

Juan Bautista Alberdi,[31] assim como seu contemporâneo Sarmiento, era um intelectual argentino, do qual concebia os conceitos de progresso e civilização tipicamente dos partidários liberais. Para ele civilização, progresso e liberdade estão estritamente conjugados: a riqueza econômica depende do trabalho harmonioso e das virtudes industriosas e para que isso seja possível é necessário a segurança e a liberdade política. Tais preceitos para Alberdi tinha como referências as sociedades que já experimentaram a industrialização e se acoplam ao modelo capitalista.

> Mas para civilizar por meio do povoamento é necessário fazê-lo com populações civilizadas; para educar a nossa América na liberdade e na indústria é preciso povoa-la preciso com populações da Europa mais adiantada em liberdade e indústria (...) [32].

Este preceito civilizatório que buscava na Europa o caso exemplar de harmonia entre trabalho e indústria alcançava cada vez mais adeptos. Refletia que a ideologia burguesa de ajuste a sociedade industrial se expandia por vários estados e se consolidava como os padrões essenciais para a nova ordem mundial. Neste texto de Henry Edger, traduzido do francês para o português pelo apóstolo positivista Miguel Lemo, os elementos essenciais para que as nações alcançassem os padrões modernos são categoricamente enunciados. Chamamos a atenção para o trecho do texto que se defende que os empreendedores industriais teriam um papel determinante na liderança não apenas econômica, mas política desta sociedade moderna:

> Neste país os verdadeiros estadistas não serão ordinariamente encontrados nos atuais partidos políticos. A nova ordem social há de ser essencialmente industrial. Assim como a evolução espiritual da Humanidade consiste na passagem da Teologia para o positivismo, a evolução temporal consiste na passagem da civilização Militar para a Industrial;è na entre os chefes industriais , isto é, na classe do capitalistas que a futura sociedade encontrará os seus diretores políticos. (...) Demais, o trabalhador inteligente ainda que não pudesse apreciar no todo a solução do problema industrial fornecida pelo Positivismo não pode deixar de sentir-se profundamente animado pelo

[31] Para mais ver em : SALINAS, Alejandra La presencia civilizadora de Juan Bautista Alberdi disponível em: https://www.elcato.org/.

[32] Alberdi, Juan Bautista. *Bases: y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: Fundación Bases. 1852.[Tradução do Autor]

> espetáculo que lhe apresenta a consagração direta do maior esforço filosófico e científico deste século a tarefa da elevação social de sua classe. (...) Nenhuma fração da sociedade moderna está isenta da necessidade de uma regeneração profunda. Seja porém qual for a nova ordem o que é muito certo é que tanto o trabalhador como o capitalista precisam de uma preparação moral e social , a fim de que possam cumprir os deveres e gozar com plenitude das vantagens correspondentes nessa nova ordem. Por falta de reconhecer a necessidade dessa preparação e por ser esta incontestavelmente a condição prévia obrigada da respectiva reorganização industrial, todos os projetos quiméricos das escolas socialistas trazem consigo a própria condenação.[33]

É pertinente salientar que a preocupação de conduzir o país por meio de projeto que levassem à civilização não se limitava a uma mera reprodução das sociedades europeias, mas buscar referências nestes países para que pudessem se legitimar dentro mundo civilizado. Ou seja, para a elite latino-americana, a experiência europeia não seria algo a mimetizar, mas uma influência que servisse de referência para se alcançar a autonomia de suas próprias nações. Tal percepção é visível neste trecho do diplomata Quintino Bocaíuva, que neste período trabalhava como diplomata em Buenos Aires e ao perceber que a imigração na Argentina era intensa destacou em uma carta direcionada ao deputado federal José Bonifácio que "um país que decai, que se enfraquece, que se atrofia e que pela sua própria fraqueza e decadência, pode despertar o apetite de nações mais fortes e poderosas que se julgam predestinadas a civilizar o globo.[34] Entretanto a ideia de progresso e civilização não era uma perspectiva almejada apenas pelos adeptos da Igreja Positivista. A crença na indústria, na técnica e na ciência como um instrumental civilizacional era difundido cada vez mais entre vários indivíduos e instituições, inclusive religiosas. A partir da citação de uma revista católica de 1902 é possível perceber a "fé" depositada neste estágio de desenvolvimento social que prosseguia rumo ao século XX:

> O século XX correrá certamente como o XIX , grande espaço no caminho do progresso e da civilização, que a Sabedoria eterna traçou para o homem. As ciências positivas acharão novas aplicações e arrancarão a natureza novos segredos.[35]

Na América Latina a questão civilizacional se tornou um dilema que se esbarrava em vários obstáculos. Um dos mais discutidos por intelectuais e pela elite

---

[33] Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Indicações Gerais sobre o Positivismo. Por Enrique Edger traduzida por Miguel lemos. Número 26 v Tradução do Inglês por Miguel Lemos 9 de Outubro de 1884.
[34] Anais da Câmara dos Deputados, Ano 1905, Edição 0007 (1), Civilização e Imigração.
[35] 1902 Almanach Ilustrado da Família Catholica Brasileira página, 20a edição, 01. Hemeroteca Nacional Digital.

seria a questão racial, em outros ternos, de limpeza étnica. Alberdi, em seus textos, faz um apologia a Europa, continente de modelo civilizacional mas não somente no aspecto de produção econômica como já abordamos acima, mas também étnico cultural. Para o autor, o homem europeu seria um agente purificador nas sociedades americanas que marcadas pelo traço indígena além de corromper a integridade europeia e caucasiana, eram elementos de barbárie:

> Quem conhece um cavalheiro entre nós que se orgulha de ser neto de um índio? Quem casaria a sua irmã ou filha com um filho da Araucano, e não mil vezes com um sapateiro inglês? Na América, tudo o que não é europeu é bárbaro: não há outra divisão além disso: 1º, os indígenas, isto é, os selvagens; Segundo, os europeus, isto é, nós, que nascemos na América e falamos espanhol, aqueles que acreditam em Jesus Cristo e não em Pillán (deus do povo indígena) ... De onde isso virá no futuro? A mesma origem de onde veio antes: da Europa.[36]

Passados quase 50 anos após as declarações de limpeza étnica proposta por Alberdi para a República Argentina, é possível identificar que tal posicionamento não se diluiu com o tempo nem foi algo restrito a seu país. É possível identificar a mesma linha de pensamento nas elites políticas brasileiras, como, por exemplo, neste trecho de uma mensagem proferida pelo Governador do Rio de Janeiro à Assembleia Legislativa, que defende a imigração europeia como um mecanismo que proporciona a evolução física, moral e intelectual dos "mestiços" do interior brasileiro. O que esta citação também fortalece é a visão discriminatória com o interior, ou seja com o sertão brasileiro como local da barbárie já apontado por outros autores:

> As imigrações não influem somente alterando as condições dos territórios pelo trabalho agrícola e pelo desenvolvimento das indústrias e da riqueza. Elas operam igualmente a modificação das raças pelo cruzamento e modificando os arquétipos primitivos, dando origem a formação de um novo tiipo, fisica e intelectualmente superior. Não se dirá que podemos dispensar essa vantagem. Longe disso a observação mais superficial pode atestar sobretudo , no interior do nosso paiz a degenerescência da raça , a presença do cretinismo, o abastardamento de nossos mestiço [37]

Escritor e médico, Afrânio Peixoto, em 1918, anos após a reforma empreendida por Pereira Passos, enfatizava: "...não nos iludamos, o nosso sertão começa para os

[36]Alberdi, Juan Bautista. *Op.cit.* 1852.[Tradução do Autor]
[37] Mensagens do Governador do Rio de Janeiro para Assembléia (RJ) - 1892 a 1930. Ano 1902\Edição 00002 (7), página 30.

lados da Avenida".[38] Ou seja, se tal observação foi proferida cerca de dez anos após um radical processo de reformulação urbana da capital carioca, buscamos refletir como era urgente a constituição de uma cidade capaz de se impor sobre o rude e atrasado sertão, uma vez que simbolizam ambientes isolados e rudes, distantes de cidades dinamizadas pelo trânsito de pessoas e conhecimento.

No caso argentino é pertinente destacar que Julio Argentino Roca liderou a campanha do deserto poucos anos antes de ser o presidente do país durante a grande reforma de Buenos Aires. Tal movimento foi reconhecido como uma expedição militar que tinha por objetivo expandir o território da Argentina rumo ao sul e eliminar as "rudes" populações indígenas. Esta expedição contra a barbárie resultou na dizimação de várias tribos nativas americanas e na submissão destes ao trabalho compulsório. Em nome do cientificismo civilizacional, cerca de dez indígenas da tribo *tehuelche,* entre eles o líder e cacique Inacayal e suas filhas, foram obrigados a viver no Museu de La Plata para comporem o "acervo vivo" da instituição. Exposto como exemplo de uma "*raça*" desaparecida, viveu nos porões deste edifício e submetido ao vício do álcool tornou-se objeto de estudo do novo conhecimento que buscava registrar sua inferioridade bárbara.[39]

No Brasil, o alvorecer da República marcou o sangrento combate entre as forças federais e habitantes do messiânico povoado de Canudos, liderado por Antônio Conselheiro, no agreste baiano. O arraial além de ter simbolizado apenas um movimento político distinto a República era acima de tudo um conjunto urbano que abrigava estilos de vida rústicos, abominados pelos defensores de um país civilizado. As tropas federais republicanas, vencedoras do conflito, degolaram os que se renderam e não pouparam mulheres nem crianças. Em ambos casos os projetos "civilizadores", ancorados em discursos de décadas anteriores, foram vitoriosos. A partir desse momento em que parcialmente foi alcançado um período de estabilidade, as elites políticas se focaram na modernização de suas capitais.

Como foi possível observar nos testemunhos desta elite ilustrada, a cidade teria um papel pedagógico e disciplinar. Sarmiento aponta que a cidade, na condição de

---

[38] PEIXOTO, Afrânio. "1922 'Discurso pronunciado no banquete oferecido ao prof. Miguel Pereira, em 19 de maio de 1918'". *Aapud* . Leão et alii (org.), *Afrânio versus Afrânio*. Niterói, Tipografia Jeronimo Silva, pp. 2937.

[39] Sobre Positivismo argentino, ver mais em: MÍGUEZ, Gustavo Ignacio., Nicolás Reydó. Po*sitivismo Argentino: Simuladores de La Razón*. Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Buenos Aires, 2015, p. 35.

espaço público, deveria ser ilustrada e modernizada sob o signo das letras e do polimento a fim de aglutinar os cidadãos neste projeto civilizatório. Uma vez realizadas tais transformações, a cidade por meio da potencialização da capitalidade, irradiaria todos esses elementos para o restante de seu território por meio de sua dinâmica urbana.

A organização, manutenção e provimento de equipamentos para seu funcionamento pleno deveriam ser harmonizados em um discurso oficial único, mesmo que entre estas elites políticas houvesse desacordos e diferenças. Afinal, consideravam que a capital deveria ser a referência primordial, espaço unificador e difusor do modelo de Nação o qual pretendiam construir, como é possível encontrar neste trecho do escritor e político Juan Bautista Alberdi:

> (...) é na cidade de Buenos Aires que está resumida a Nação Argentina. Por que todos os elementos e recursos do poder nacional, porto, tráfego, alfândegas, crédito, tesouro, administração, registros, arquivos, oficinas, monumentos históricos, se acham concentrados estabelecidos e arraigados na cidade de Buenos Aires, pela legislação, pela história e o costume do país argentino.[40]

Seguindo esta relevância da capital como modelo civilizacional e político, o deputado Barbosa Lima reconhece, apesar de reconhecer o federalismo como um fator descentralizador, o peso e o protagonismo do Rio de Janeiro como metrópole que se edificou como exemplo civilizacional para os cidadãos de outras regiões do Brasil:

> Na metrópole de nossa civilização, na cidade da qual , apesar da descentralização que a federação trouxe ainda continuam a promanar os exemplo políticos para o Brasil. o foco de luz para onde nossos concidadãos tem as vistas voltadas (...).[41]

É sob esse contexto e todo este imaginário que envolve a percepção de civilização que as elites dirigentes destas capitais apropriaram da essência ateniense para imprimir o mesmo sentido de referência civilizacional em Buenos Aires e Rio de Janeiro: ambas buscava o posto de *Atenas* da América do Sul. Em outras palavras, este posto seria a cidade que por meio de sua capitalidade, ou seja, de suas estruturas culturais e econômicas conduzira seus respectivos países e o restante do continente neste processo de eliminar a barbárie e edificar a civilização. O que foi possível identificar nesta coletânea de trechos de intelectuais e políticos foi que a barbárie se

[40] ALBERTI, Juan Bautista Alberdi,. *La República Argentina consolidada en 1880 con la ciudad de Buenos Aires como capital.* Para mais ver em: Buenos Aires: Imprenta de Pablo Coni, 1881. **(**Tradução do Autor).

[41]LIMA, Barbosa Annaes da Câmara dos Deputados 1902, edição 002, página 56. Hemeroteca Nacional Digital.

manifestava sob as seguintes características: ausência de indústrias, na população mestiça (seja esta indígena ou negra), no desconhecimento moral e intelectual dos hábitos ocidentais e sobretudo na vida além das metrópoles.

A pretensão de transformar Buenos Aires na Atenas do continente não era apenas um desejo de jornalistas, mas também de elite política. Em uma carta direcionada ao presidente Julio Roca, o Ministro de Justicia e Instrucción Pública de la Nación Argentina da Justiça, Eduardo Wilde, afirma que seus objetivos serão realizados ao conferir Buenos Aires os atributos civilizacionais que lhe permitissem irradiar a importância política econômica e cultural tal qual Atenas proporcionou para o mundo grego na antiguidade. "a tônica eufórica que presidirá os febris anos que estão por vir: adiante **faremos de Buenos Aires a Atenas da América do Sul**. [42] Alguns anos posteriores, a crença de que Buenos Aires se havia tornado cidade mais importante do continente estava consolidada, pelo menos entre os administradores do município. Porém, o grande processo de modernização deveria ocorrer não apenas para se alcançar o posto de capital sul americana mais imponente, mas de mantê lo. Neste aspecto que entre os técnicos e administradores locais existia uma atenção especial de que obras deveriam ser frequentemente realizadas a fim de sempre mantivesse sua capitalidade atualizada:

> esta se traduz na regular percepção e no natural aumento de renda assim como na boa aplicação destes recursos as necessidades múltiplas e crescentes deste extenso município. no curso desta exposição e nos relatórios parciais das Repartições se instruirá o Conselho de todos seus detalhes da marcha do Governo Municipal das obras públicas terminadas ou empreendidas das melhoras que tem sido possível introduzir os serviços e das que ainda reclamam dos propósitos primordiais de nossa instituição progressista e as necessidades mais imediatas desta grande cidade que não pode nem deve perder seu posto de primeira Capital da América do Sul.[43]

Por outro lado, Buenos Aires não era a única capital do continente da qual seus políticos a reivindicavam sua importância civilizacional ou a reverenciavam como a polis sul americana. Uma comitiva diplomática que se iniciou devido a um problema de fronteiras na região das missões promoveu um intercâmbio de viagens, primeiramente do presidente Julio Roca ao Rio de Janeiro e posteriormente do presidente Campos Salles a Buenos Aires, e estreitou as relações entre os países vizinhos assim como a

---

[42] WILDE, Eduardo Wildert para o presidente Julio Argentino Rocca *apud:* Oscar Terán. 20. **(grifo nosso)**

[43] Memorias de la Intendencia Municipal . Tomo 1 Correspondiente a 1884, Buenos Aires 1885, p. VII. Archivo Histórico de la Ciudad de Buenos Aires.

consciência dos chefes de estado e demais políticos, de que Argentina e Brasil se configurava como as maiores potências civilizacionais da região. Nesta mensagem do presidente brasileiro enviada ao congresso, Salles pronuncia seu otimismo sobre a relação entre as nações dos quais, em suas palavras, define como "potências":

> Venho hoje dar vos conta do modo por que interpretei o vosso pensamento a Continuam em pé de boa amizade as nossas relações com as potências estrangeiras. Assinalo com a mais viva satisfação o grato acontecimento da visita que me fez no mês de Agosto último o Exmo. S.r. General Julio Roca, Presidente da República Argentina Foi a primeira vez que coube ao Brasil receber um chefe de Estado. Foi assim que os inolvidáveis dias da permanência ilustre Presidente da República Argentina na capital da República brasileira puderam assumir o significativo caráter de verdadeiros dias de festa nacional, afetuosa consagração da tradicional cordialidade que domina a relação dos dois povos. [44]

Alguns meses após a estadia de Julio Roca ao Rio de Janeiro, Campos Salles retribui a visita do presidente argentino e desembarca em Buenos Aires aproximadamente entre outubro e novembro. Esta visita foi comemorada pelas elites políticas de ambos países.

> (...) e nesse instante na República Argentina hosanas se entoam em torno do Presidente da República não por ele ,as pelo Brasil. que ele ali representa . É natural pois assim que pensando e assim o querendo de longa data eu sufrague a moção. Voto-a não por que o sr. presidente da República o senhor Campos Salles seja alvo de manifestações tais mas por que vejo no amplexo em que se estreitam os presidentes das duas repúblicas a ligação de dois países destinados a se unirem na civilização americana por um laço que fatalmente ha de perdurar através da história continental.(...) Os brasileiros somos um povo intelectual um povo de concepção e imaginação , somos talvez a inteligência mais viva a criação mais ardente de todos os povos do continente americano. Somos duas metades de uma alma destinada a fundir se e quando essa fusão for feita, teremos a hegemonia da América como a Grécia a teve no mundo em período histórico assinalado. Eis o quadro que nos depara a viagem do Presidente do Brasil é a História elaborando a união de dois povos da América do Sul [45]

[44] Annaes da Camara dos Deputados (RJ) - 1900 a 1910 1900 edição 001 p. 82. Mensagem do presidente da República Campos Salles digida ao Congresso Nacional;. Hemeroteca Nacional.
[45] Anais da Camara dos Deputados (RJ) - 1900 a 1910, Ano 1900, Edição 0006 2, Dep. Fausto Cardoso, p. 42-,643.Hemeroteca Nacional.

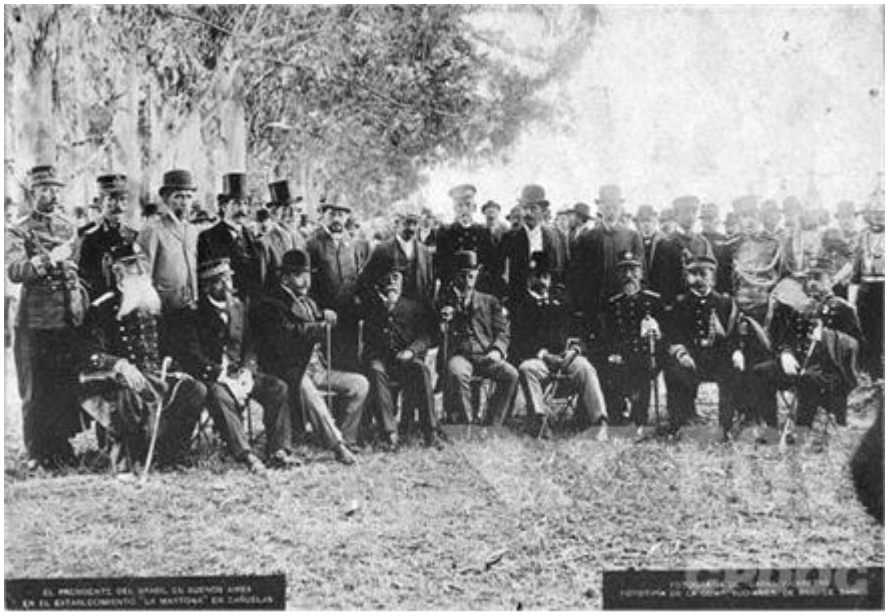


FIGURA 1 Comitiva brasileira em Buenos Aires, no estabelecimento em Cañuelas. Esq./dir.: (em pé) Quintino Bocaiúva (5º); (sentados) Campos Sales (4º) e Júlio Roca. Acervo digital CPDOC.

Diante de todos as percepções de intelectuais e políticos sobre a "missão civilizacional" na América do Sul, percebe-se a convicção de que a cidade seria o terreno fértil para a consolidação destes ideais. Tanto na Argentina como no Brasil as facções politicas reivindicavam que seus países fossem protagonistas nesse propagação da civilização no continente e suas capitais seriam os polos de referência, materializadas como tal após seus processos de modernização. A "hélade" sul americana se emergia como uma expectativa que viria a proporcionar forma e conteúdo para a edificação destas polis sul americanas.

1.2 - Gestão pública e a política da capitalidade

No final do século XVIII a era industrial influenciou estreitamente a forma de se planejar e configurar as cidades. As tendências pós-iluministas e a legitimação de ofícios de caráter técnico científico ditaram os projetos que buscavam soluções e curas para cidade - o urbanismo- e a partir de 1795, com a inauguração de Washington nos Estados Unidos, observa-se uma avalanche de transformações homéricas em vários centros urbanos do planeta. A capital norte americana, além de uma inovação arquitetônica, com linhas diagonais e octogonais que convergiam ao seu centro cívico, foi pioneira no termo de administração urbana, pois surge como um distrito federal, do qual o Congresso legisla diretamente sobre o município.

No século XIX, o Barão Eugene Haussmann, com a chancela da ditadura de Luís Bonaparte, impõe em 1853 um plano de reformulação de Paris, a fim de desafogar a área central, marcada por traçados medievais, tortuosos e insalubres, dificultado o desenvolvimento de indústrias, de espaços mais arejados para o lazer e o trabalho da burguesia parisiense. Sete anos posteriores, o engenheiro Ildefonso Cerdá após a aprovação do Conselho da Cidade de Barcelona, materializa seu plano para a cidade e, diferente as demais tendências da época, preserva o casco antigo e propõe uma expansão de quadras que estimulem o movimento e repouso, do qual as áreas verdes, quadras e corredores funcionassem como um organismo salubre. É diante destas várias propostas de reformulação e administração urbana, ou seja, de configuração do espaço público e a eliminação de seus males que os estes urbanistas pioneiros acreditavam que tais intervenções influenciaram também seus cidadãos.

Discutidos e discriminados os conceitos norteadores que balizaram a ideologia das classes dirigentes, dos intelectuais e das correntes urbanísticas do período, têm-se a necessidade de compreender como esses discursos plasmaram-se material e simbolicamente. Noutros termos, o poder oficial de ambos os países julgava que suas capitais não estavam em condições de expressar esse ideal civilizatório. Era necessário modernizar a cidade e romper com aspectos vistos como atrasados, mas não apenas na estrutura urbana e administrativa, mas também sua população.

Dessa forma, neste sub capítulo buscar-se-á identificar a conjuntura política, burocrática e administrativa na projeção das futuras e iminentes modernizações urbanas. Estruturados tais aspectos, diversas demandas civilizatórias seriam concretizadas em um polo por meio de três mecanismos normativos: burocratização (código de posturas, impostos, leis e normas), estetização (saneamento, embelezamento, alargamento e pavimentação de equipamentos e espaços urbanos) e ritualização (propagação de referenciais urbanos de caráter cívico).

No apartado anterior, percorremos pela discussão ideológica no que se refere à barbárie e civilização, para compreender os primeiros debates e ações que subsidiaram a modernização das capitais. Para os pensadores da primeira metade do XIX, a antítese da civilização era entendida como a barbárie que projetava aspectos como o interior, o selvagem e o sertão; no segundo momento, ou seja no último quarto deste século, definida a legitimação da cidade capital e iniciados seus processos de modernização, a civilização passa a ter suas sinonímias no progresso, saneamento e embelezamento do

qual a insalubridade (física e moral), epidemias, seriam seus opostos. Tendo esclarecido este processo, nos direcionamos para a compreensão do cenário político e administrativo que estruturou e possibilitou o início dos trabalhos referente a modernização urbana de Buenos Aires e Rio de Janeiro: desde a efetivação das leis de organização municipal, passando pelo processo de formação dos Conselhos Municipais e nomeação dos Prefeitos.

A efetivação destes procedimentos representou para as classes dirigentes a materialização do que se compreendiam como civilização e progresso. E tal materialização, ou seja, a concretização destes preceitos, não ocorreram harmonicamente. O próprio poder público, seja ele representado pela municipalidade e suas esferas administrativas e legislativas, apresentava algumas fissuras quando se tratava em deliberação de leis e na aplicação destas. Portanto durante a condução dos projetos de modernização destas capitais, sucederam tensões e concorrências no seio do poder público, já que em diversas ocasiões o que estava em jogo eram as ambições e expectativas que se traduziam em uma disputa de indivíduos e grupos pela gestão do espaço público e posteriormente pelo seu respectivo processo de apropriação e reformulação. O processo de organizar o caos, ou de promover a civilização, não se tratava de um projeto monolítico e consensual, mas sim uma negociação complexa e árdua na busca de se encontrar um equilíbrio entre estas facções.

Estes processos estruturais que foram sem dúvida aspectos das reformas de Buenos Aires, neste caso, correspondem ao que Adrian Gorelik[46] (1998) e Arturo Almandoz (2013)[47], definem como modernização urbana. Estas ações se plasmaram por meio de aspirações, expectativas, projetos e planos que aqui se difundiram por meio uma modernidade idealizada. Para Almandoz, os processos radicais de transformação das cidades, influenciados pela industrialização e pelas normas técnico-científicas a partir do século XIX, se classificam como modernização urbana. Almandoz aponta que esse processo, apesar de condicionado por um fator econômico, alcançou dimensões culturais e demográficas. Ou seja, a modernização urbana contemporânea, balizada pelas referências técnicas e científicas do capitalismo industrial, condicionou manifestações culturais e imaginários na população urbana assim como formas de

[46] Os conceitos de modernização discutidos por Gorelik estão definidos com precisão no artigo: GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, Modernidade, modernização. In: Wander. Miranda (org.). *Narrativas da Modernidade*, Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

[47] Arturo Almandoz, em sua obra *Modernização Urbana na América Latina*, define sua conceituação sobre reforma urbana enquanto modernização. ALMANDOZ, Arturo.2013.

representação sobre a cidade. No processo de dominação do espaço público urbano, a burguesia implantou uma nova dinâmica econômica – capitalista industrial, racionalizadora- mas também novos padrões científicos, culturais e sociais.

Adrián Gorelik discorre sobre uma perspectiva semelhante a de Arturo Almandoz. Para o primeiro, a fase de reformulação das grandes cidades no fim do século XIX e início do XX caracteriza-se como "modernização liberal-conservadora". A grosso modo, o estado define a cidade como o objeto primordial do projeto de reforma nacional, que coordenado pelas classes dirigentes, retomam o sentido aristotélico[48] da cidade como espaço civilizador: a cidade que é a materialização da civilização, transforma os indivíduos que comungam de seus valores em cidadãos. Gorelik destaca que neste período, ou seja, dos últimas décadas do século XIX às primeiras décadas do XX, havia uma ideia existente de cidade moderna, como uma forma de ordenação do caos que introduz a ideia de modernização urbana que conduz as ações de reforma pública. Neste jogo paradoxal, identifica-se o reformismo conservador das elites estatais: o estado se constrói mediante a tendência expansiva que se tornam inevitáveis os processos de universalização racional dos direitos públicos e os cristaliza em novas instituições, "entretanto sua constituição faz parte da tentativa de tentar reconciliá-los com os valores de uma sociedade tradicional, do que se consideram seus protetores" (GORELIK, 1999, p. 4).

Nesta perspectiva compreendemos a modernização urbana como um processo atrelado às tendências do capitalismo industrial que se relacionam a outros fatores não menos pertinentes e estes caracterizam a modernidade enquanto fenômeno mais amplo: a aplicação sistemática do conhecimento técnico-científico, o refinamento de hábitos e costumes balizados por uma moral burguesa e o reconhecimento de tendências vistas como ultrapassadas ou que se renovam através de uma releitura ou apropriação por meio dos valores vigentes.

Uma vez modernizada a cidade, em consonância com as inovações técnicas e culturais proporcionadas pelo desenvolvimento industrial, se romperia com aspectos considerados atrasados e ganharia um novo status, que seria capaz de irradiar sua

[48] Para Aristóteles a cidade é uma associação feita a partir de um desígnio natural do homem: "Semos que toda a cidade é uma espécie de associação, e que toda a associação se forma almejando um bem, pois o homem trabalha somente pelo que ele considera um bem." (Aristóteles: 2007, p.13). (...) "Assim é evidente que a cidade faz parte das coisas da natureza e que o homem é naturalmente um animal político destinado a viver em sociedade. Aquele que por instinto – e não porque qualquer circunstância o inibe – deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser desprezível ou superior ao homem." (Ibidem, 2007, p. 16)

influência econômica, política e cultural para o restante de seus respectivos países, ou seja, sua capitalidade. O historiador André Nunes de Azevedo (2002) sustenta que a capitalidade é o elemento simbólico de um polo urbano com múltipla capacidade de sintetizar, irradiar e aglutinar fenômenos e eventos de ordem política, cultural e econômica conferindo essencial importância para seu território, região ou país.[49]

Na América Latina, o que se pode afirmar que há em comum no processo reafirmação da capitalidade de suas capitais foi a tentativa de romper com aspectos coloniais, sejam administrativos ou urbanísticos, e a busca de referências em outros países europeus, como França e Inglaterra. Por este motivo, os modelos provenientes das ex-metrópoles, Portugal e Espanha, foram intensamente rechaçados[50] - No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, tal processo significou um alijamento do modelo de administração urbana empregado pela destituída monarquia, herdeira dos tempos coloniais. No *Prefácio da Consolidação das Leis e Posturas Municipais*, redigido pelo médico Alexandrino Freire do Amaral e pelo advogado Ernesto dos Santos, enfatiza-se a crítica a este antigo modelo de gestão municipal:

> Por muitos anos vegetou, entre nós a instituição municipal, abatida e desprestigiada, o que era consequência natural e lógica da centralização monárquica, que então predominava. As funções municipais eram concentradas por assim dizer em um único Poder , que delibera sobre tudo que podia interessar, que à comunhão em geral, quer a cada um de seus membros, afastando o cidadão da gestão direta e interessada a coisa pública."[51]

A valorização do racionalismo científico como uma ferramenta para se alcançar os estágios mais avançados da civilização era difundido amplamente entre técnicos por meio da corrente positivista. Desta forma a organização da sociedade - neste caso da cidade - se fundamentava no aspecto biológico do corpo humano. Portanto, a modernização urbana destas cidades se baseava em um estrito discurso científico do qual propunha que a disposição das ruas e avenidas deveriam seguir as referências do corpo humano.

---

[49] AZEVEDO, André Nunes de. "A Capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica". IN: AZEVEDO, André Nunes de (org.). *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002,. p.45.

[50] ALMANDOZ, Arturo. *op, cit. 2013.*

[51] Prefácio da Consolidação das Leis e Posturas Municipais, Alexandrino Freire do Amaral e pelo advogado Ernesto dos Santos SÉRIE - BR RJAGCRJ.CM.POM.4 POSTURAS 1904-1906

Os referenciais de civilização não eram concebidos de meras presunções no seio das disputas, mas de referências e modelos bem sucedidos em outros países, sobretudo da Europa. Nas atas do Conselho Deliberante de Buenos Aires, se justifica que a organização municipal tem como referência nas legislações de países mais civilizados.

> A atual organização municipal fruto de grandes acúmulo de conhecimentos, e cuja sanção representava um timbre de glória para o soberano Congresso da Nação havia sido inspirado nos princípios imutáveis do direito, consignados nas cartas fundamentais dos países mais civilizados do globo, relacionando seus preceitos com as necessidades do povo para ele que se ditavam e seus poderes a semelhança do estado (...).[52]

Referências europeias, rechaço de aspectos e estruturas coloniais, embasamento científico de forte tendência positivista: esta tríplice fórmula foi aplicada com entusiasmo tanto nas modernizações de Buenos Aires quanto Rio de Janeiro e seria a chave para se renovar a capitalidade destas capitais. Tanto no caso argentino quanto brasileiro, as facções políticas que eram representadas pelo governo central tinham consciência do potencial que suas capitais possuíam para sustentar esta capitalidade. Desta forma que tais setores imprimiram tantos recursos, sejam econômicos, técnicos e políticos em suas modernizações urbanas. Para compreender como tais modernizações se institucionalizaram é necessário, portanto, contextualizar o contexto sociopolítico argentino e brasileiro a fim de situar a particularidade da conjuntura em que Rio de Janeiro e Buenos Aires se inseriram.

Torna-se pertinente enfatizar que, apesar de distâncias temporais, a modernização de ambas as cidades foram antecedidas por um período (mesmo que de curta) de estabilidade política, prosseguido por uma ascensão econômica. Segundo Devoto e Fausto (2004), a Argentina na década de 1880 apresentou elevados índices de crescimento social e econômico. Em tal década a presidência de Julio Argentino Roca e seu *Partido Autonomista Nacional* dominaram o cenário político e a federalização de Buenos Aires antecedeu sua grande reformulação urbana, destacando-se o renovado Puerto Madero, que recebeu milhares de imigrantes e a Avenida de Mayo, que se tornou um centro de investimentos do qual conectou esta cidade ao capital internacional.

Os mesmos autores também indicam que a presidência de Rodrigues Alves no Brasil coincidiu com um período de prosperidade em virtude das complexas décadas

[52] Actas del Concejo deliberante de la Municipalidad de la Capital Federal. Sesión Ordinária Buenos Aires, 7 de mayo de 1884. Biblioteca del Congreso de La Nación Argentina.

anteriores, marcadas pela crise da política econômica do Encilhamento. Durante seu mandato, além da reforma da capital, "foi acelerada a formação de capital na indústria, se realizou um esforço de recondicionamento do sistema de transportes, através de grandes obras portuárias e ferroviárias ao mesmo tempo que por outro lado se mantinha uma relativa estabilidade de preços." (DEVOTO, FAUSTO, 2004, p. 138). O que estes dados apresentam é que no período de modernização destas capitais foi perceptível uma elevação no desenvolvimento de seus respectivos países. Entretanto, pode-se afirmar que estes aspectos seriam nada mais do que coincidências? David Harvey,[53] em seu livro *Paris Capital do Século XIX*, discorre magistralmente sobre a relação do governo autoritário de Luís Bonaparte, a imposição de Haussmann como prefeito e a grande reforma de Paris. Para Harvey a transformação de Paris foi um projeto político de Bonaparte e Haussmann de criar condições materiais e simbólicas que retirassem a França de uma grave crise econômica. A modernização de uma capital é um projeto político, de grande peso econômico e de relevantes consequência na cultura e na sociedade.

Torna-se relevante destacar que Buenos Aires nem sempre foi a capital do estado argentino. Ao contrário do Rio de Janeiro, não passou por um processo natural de continuidade de uma antiga sede colonial para capital de um país independente. Desde o processo de independência até 1880, foi a capital da província mais rica, que abrigou temporariamente um governo nacional. Embora após a Revolução de Maio de 1810 tivesse sido constituída de fato a sede do poder central das Províncias Unidas do Rio de La Plata, na prática a relação assimétrica com as demais províncias sempre foi motivo de conflito. Os diferentes esforços dos políticos e intelectuais próximos à figura de Bernardino Rivadavia, durante grande parte do 1820, forneceram os primeiros impulsos para resolver o duplo problema que apresentou o fato de não fixar um distrito federal: um governo sem jurisdição própria não poderia obter renda direta e deveria estar sujeito a subsídios provinciais, que implicava uma fraqueza política e econômica.

Rivadavia apresentou a esse congresso um projeto para capitalizar Buenos Aires que neste caso os federalistas bonaerenses refutaram em defesa das instituições da província, especialmente o porto e as alfândegas, sua principal fonte econômica. No entanto, a lei foi sancionada em 1826. O governador da província de Buenos Aires, Las Heras, renunciou ao cargo por decreto do Poder Executivo, embora, diante das críticas,

[53] HARVEY, David. *Paris: Capital da Modernidade*.. - 1a. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

Rivadavia tenha rejeitado o acordo e também sofresse o custo político do pacto, que seria uma das razões de sua subsequente renúncia. Assim, o mandato rivadaviano assim como o regime presidencial argentino mais uma vez chegou ao fim. Tal acao resultou que cada província fosse governada por suas próprias instituições, confiando a Buenos Aires para administrar as Relações Exteriores da região.

Posteriormente, a sanção da Constituição Argentina em 1853 prolongou a indefinição por quase mais três décadas. Longos debates, confrontos violentos e lutas políticas foram centradas na indefinição da capital. Um período de questionamento foi aberto às suposições que até então baseavam as relações de Buenos Aires com o resto do país. Em 1829, Juan Manuel de Rosas chegou ao poder após derrotar o Partido Unitário, liderando uma coalizão formada por a maioria da elite da cidade. Rosas aprovou uma lei de alfandegas que protegia a produção das províncias, mas aumentou significativamente a renda de Buenos Aires. Quando Rosas foi derrotado na Batalha de Caseros pelo General Justo Jose Urquiza, o centro do poder político ficou nas mãos de liberais e unitaristas. Porém o Legislativo de Buenos Aires, graças ao apelo do presidente Bartolomé Mitre, rejeitou o acordo. Urquiza tentou assumir a liderança de Buenos Aires, mas os portenhos, após a revolução de setembro de 1852, recuperaram o controle da cidade e se declarou autônoma das demais províncias que compunham a Confederação Argentina.

A fundação em 1854 da Intendência Municipal permitiu reorganizar juridicamente a cidade. Durante o longo processo de formação do Estado Nacional Argentino, Buenos Aires foi escolhida como sede do governo federal, ao mesmo tempo que esta não possuía autonomia administrativa e legislativa, pois formava parte da província homônima. Após décadas de conflitos, Buenos Aires deixa de ser sede administrativa da província de mesmo nome para se tornar a Capital Federal. No ano de 1880, o presidente da República, Nicolás Avellaneda, anunciou publicamente que se iniciaram os trabalhos para legislar a federalização da cidade de Buenos Aires. O governador da província Carlos Tejedor, em represália, ordenou a formação de milícias e agrupou um exército para resistir contra as ordens de Avellaneda. Tejedor assim como a elite portenha não tinham o interesse de expandir ou diluir o potencial econômico da cidade para o restante do país. Após dias de batalha entre as forças nacionais e as da capital, e com um saldo de mais de 500 mortos, Tejedor apresentou sua rendição a Avellaneda.

Poucos meses antes da presidência de Julio Argentino Roca, partidário de Avellaneda, foi sancionada uma lei pelo senado argentino, sediado no distrito de Belgrano (este que poucos anos depois seria integrado limite da capital federal como um bairro), que federalizou a cidade de Buenos Aires transformando-a na capital da República Argentina (FIGURA 2). A urgência de Roca para federalizar a cidade não se calcava apenas na necessidade de uma sede para o Executivo, mas também em edificar uma capital que fosse referência jurídica, educacional e municipal para o restante do país.

> Assim como a solução de a questão Capital que inutilmente temos buscado por espaço de setenta anos e que tem dado ao Governo Federal na cidade que estava designada por todos os antecedentes e conveniências tem vindo a dissipar para sempre os germens da anarquia (...) É de urgente necessidade antes de tudo completar a federalização desta cidade dando leis sobre administração de justiça, municipalidade e educação comum determinando o modo de forma e representação no Congresso.[54]

Intelectuais, políticos e outros setores da sociedade acreditavam que a cidade deveria sair de seu isolamento e promover a integração da Argentina. Alberdi, era um dos grandes defensores da sua federalização e tal ato seria imprescindível na reformulação de sua capitalidade, como é possível identificar em seu testemunho abaixo:.

> Que Buenos Aires não se equivoque em tomar como obstáculo ao que é chamado justamente a reunir todo o país libertado por seu braço. Se no círculo egoísta que especula com o isolamento de Buenos Aires são mal vistos os que hoje falam de união com a República baixo seu atual governo, nas Províncias serão pisoteados os que conspiram por restituir a Nação ao jugo de uma província, como nos anos de infame lembrança.[55]

---

[54] Acta de la sesión de apertura del Congreso. Discurso de Julio Argentino Roca. Asamblea de 8 de Mayo de 1881. Congreso de La Nación.

[55] ALBERDI, Juan Bautista. *Bases: y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. 18. Buenos Aires: Fundación Bases. p137.



FIGURA 2 Senado Nacional que sancionou a Lei da Capital da Republica da Argentina ou a Federalização de Buenos Aires, em 1880. Archivo General de la Nacion Depto. Doc. Fotográficos.

Não obstante, havia políticos críticos a federalização de Buenos Aires. Como o caso do deputado provincial, Leandro Além, opositor do Partido Autonomista de Roca e de Avellaneda. A capitalidade, ou seja. a irradiação e aglutinação da influência da capital sobre um país a seus olhos, seria sinônimo de centralização e viam em tal procedimento algo preocupante, uma vez que os problemas que afetam a cidade, afetariam todo o país:

> A centralização tem além do mais este gravíssimo inconveniente: que como traz todos os elementos e a vitalidade do país a um só ponto, quando este ponto oscila, quando há um sacudimento, toda a nação se comove profundamente. Não tem forças convenientemente distribuídas; ali está tudo; ali está o coração, ali se dá o golpe a toda a nacionalidade. [56]

Este ato de instauração da *Capital Permanente* - como Roca chamava Buenos Aires - representou uma conquista política, das quais as classes dirigentes buscaram simbolizar sua capital como marco de uma nova etapa que emergia no cenário nacional, em que a estabilidade fora conquistada para se alcançar o tão almejado desenvolvimento material do país:

> Lei de 21 de setembro de 1880: por quanto o senado e câmara de deputados da Nação Argentina, reunidos no Congresso, etc...sanciona com força de Lei:

[56] Leandro N. Alem sobre la federalización de Buenos Aires, Noviembre de 1880. Obra parlamentaria, Vol. III, Honorable Cámara de Diputados de la Provincia de Buenos Aires..

> Artigo 1º Declarasse Capital da República, o Município da Cidade de Buenos Aires, baixo seus limites atuais. [57]

Neste contexto em que Buenos Aires foi federalizada, Roca e seus aliados, , alcançaram hegemonia política. Seu lema de Governo, *Paz e Administração*, simbolizava claramente a obsessão deste setor em alcançar a ordem. Sob sua presidência se destacou um grupo de políticos e intelectuais que se predispuseram a se mobilizar para que a organização do país fosse garantida. A maioria destes participaram da vida política ao propagandear o Partido Autonomista Nacional ou obtiveram importantes cargos públicos. Este grupo ficou historicamente conhecido como "Geração de 80", devido ao fato de que seus protagonistas alcançaram sua maturidade intelectual e profissional a partir deste ano de grandes transformações na Argentina.

Solucionada a questão capital, seria necessário organizar sua estrutura administrativa. A composição final resultou em um governo constituído por um Conselho Deliberante e um Departamento executivo. O Conselho Deliberante era eleito e composto por 30 indivíduos. Já o cargo que chefiava o Executivo era o de Intendente Municipal, nomeado pelo Presidente da República sob a aprovação do Senado, cujo mandato poderia ser renovado pelo próprio Conselho Deliberante:[58]

> Lei orgânica da Municipalidade da Capital Sancionada em 23 de outubro de 1882. Capítulo I Composição da Municipalidade Artigo I: A Municipalidade da Capital da República se compõe de um Conselho Deliberante e de Departamento Executivo.[59]

O primeiro intendente a ter o posto na Capital Federal foi Torcuato de Alvear, este nomeado pelo presidente Roca. Técnico de confiança do presidente, abraçou as propostas e se dedicou intensamente aos trabalhos destinados a reformulação urbanística de Buenos Aires. Junto ao Conselho, focou em aspectos dos quais consideravam prioritários: higiene, moral pública, segurança, obras e edificações públicas. Entre suas várias ações voltadas para a reafirmação da capitalidade, se

---

[57] Ley de 21 septiembre de 1880. Sessiones y leyes Historicas. Camara de los Diputados de la Nacion Argentina.disponivel em: https://www.hcdn.gob.ar/secparl/dmuseo/archivo-Parlamentario/sesiones.html?page=actas

[58] SHMIDT, Claudia. La convivencia imposible: una capital para dos estados: Buenos Aires (1880-1888). **An. Inst. Arte Am. Investig. Estét. Mario J. Buschiazzo**, Buenos Aires , v. 41, n. 1, p. 27-36, jun. 2011. Disponible en <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2362-20242011000100004&lng=es&nrm=iso>. accedido en 21 oct. 2020.

[59] Dictámenes de la Asesoría Municipal: 1874- 189. Honorable Concejo Deliberante Buenos Aires. Imprenta Nacional, 1896. Biblioteca Congreso de La Nación. Tradução do Autor.

sustentou nos preceitos da “Geração de 80”. O recém-nomeado intendente também recebeu a incumbência do chefe da Nação para delinear o território da capital, uma vez que, federalizada, seus limites não fariam mais parte da província de Buenos Aires. Para isso contou com o auxílio do engenheiro Juan A. Buschiazzo, encarregado como diretor do Departamento de Obras Públicas, e no ano de 1882 definido o primeiro plano para a Capital Federal e seus limites (FIGURA 3).

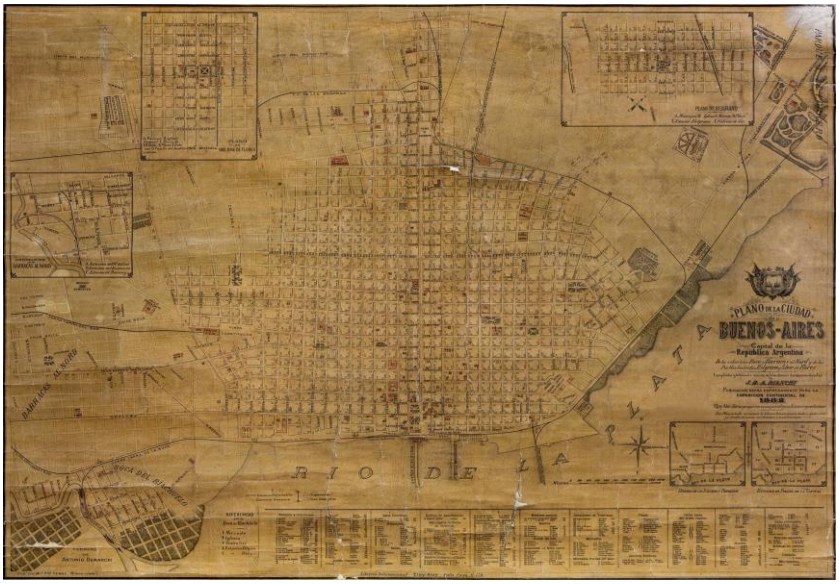


FIGURA 3 - Plano para a Capital Federal, Buenos Aires 1882. O Mapa esta no sentido leste (abaixo) oeste (acima)]. O Rio de La Plata esta na parte inferior e logo a suas margens no centro encontra-se a Plaza de Mayo indica o sentido leste oeste por meio da grande avenida. Mapoteca Biblioteca Nacional Mariano Moreno.[60]

É necessário enfatizar que no caso argentino a federalização de Buenos Aires foi um processo simultâneo à sua modernização urbanística. Neste aspecto, à medida que se instaurou um corpo administrativo e legislativo na capital, se prosseguiram os trabalhos em ruas, praças e avenidas. Situação que resultou em uma grande dissonância entre Conselho Municipal e Intendente. Entretanto, o projeto civilizatório, a ambição em reafirmar a capitalidade diante da nova ordem mundial e inseri-la dentro das grandes capitais mundiais, eram, acima de tudo, o objetivo de legisladores e administradores que aplicaram este imaginário com veemência no espaço público. Sua concepção de civilização, além da remoção de ícones que remontavam a um passado colonial, se

[60] Plan para la Capital Federal, 1882. Setor de Mapoteca, Biblioteca Nacional Argentina Mariano Moreno.

dirigia aos avanços do progresso, como os empreendimentos voltados para a reestruturação de uma cidade adequada aos novos preceitos das novas tendências ditadas pelo liberalismo e pelo capitalismo industrial. Entre tais medidas, promoveu a reforma do porto da cidade,(FIGURA 4) expandiu linhas férreas e a atividade industrial: "Assim como antigamente tinham que se realizar as conquistas do progresso por meio das armas, hoje os adianto que a civilização moderna os efetua e se impõem por meio do trabalho e dos esforços da indústria".[61]

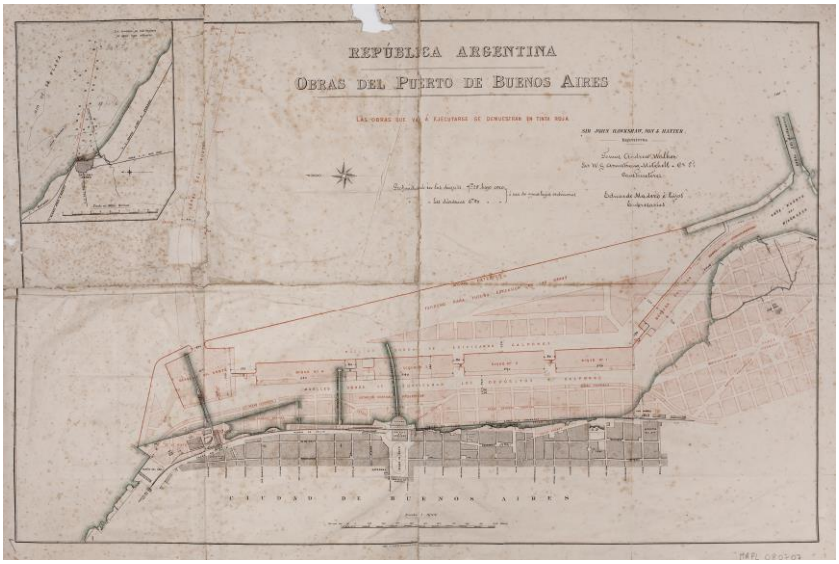


FIGURA 4 - Obras del Puerto de Buenos Aires : República Argentina Sir John Hawkshaw, Son & Hayter, ingenieros. Mapoteca Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

Não obstante, apesar das exitosas e monumentais obras de Alvear, este não governou de forma harmônica. O relacionamento entre o intendente, o Conselho Deliberante e parte da imprensa foi de delicado e de difícil equilíbrio.[62] Apesar de sua nomeação pelo presidente Roca, o Conselho possuía os poderes que possibilitava sua suspensão ou remoção de suas funções. Esta relação tensa foi uma das várias geradas pela Municipalidade e sem dúvida marcou a gestão de Alvear, que primeiramente começou como Presidente da Corporação Municipal antes da federalização de Buenos Aires, e posteriormente foi nomeado por Roca em dezembro de 1880. Em sua administração sofreu uma série de suspensões por parte do Conselho e restituições por

[61] Discurso pronunciado por T. Alvear en el Club Industrial Argentino. El Industrial, 27 septiembre, 1885. . Biblioteca Nacional Argentina Mariano Moreno.
[62] El Democrata 1 agosto, 1883 - 4 agosto 1883.Hemeroteca. Biblioteca Nacional Argentina Mariano Moreno.

parte do Governo Central. Este conflito com o Conselho pode ser identificado em uma correspondência que o convoca para julgamento devido supostas ações que descumpriam as Ordenanças Municipais da Capital Federal: "(...) em virtude da resolução em sessão do 17 do corrente tenho a honra de notificá-lo que na segunda 2 do próximo mês a as 3 p.m terá um julgamento instaurado contra o senhor"[63]. Após um acalorado e tenso julgamento, do qual o Intendente chegou a abandonar o recinto, o Conselho Municipal deliberou a suspensão temporária de Alvear, julgando que este foi irresponsável ao gerir as contas municipais:

> Creio convenientemente fazer que o senhor Intendente tem feito completo abandono da administração propriamente dita da qual é a recaudação da renda municipal. (...) Estamos comprovando pela interpelação cujos cargos permanecem que o senhor intendente não respeitou as prescrições que se impõe sob a lei orgânica a respeito da remissão de contas.[64]

Após tal julgamento, o veredito expedido pelo Conselho destituiu o intendente do cargo: "De acordo com o artigo 56 da lei orgânica Municipal, suspende-se no desempenho de suas funções o Intendente Torcuato de Alvear (...)[65]. É pertinente diante a análise da documentação referente a suspensão de Alvear de seu cargo os embates internos que causavam fissuras no Poder Público. Neste sentido identifica-se que o discurso oficial e institucionalizado, antes de ser proferido sofre um conflito interno. Exemplo disso, pode ser enfatizado na Ordenança de 7 de abril de 1886 que suspende os trabalhos de embelezamento e adorno estético de Buenos Aires:

> O honorável Conselho crê, assim como o senhor Intendente que as obras de ornato e embelezamento são reclamadas pelas cidades populosas, principalmente quando são como está o assento dos Poderes Públicos da nação. Mas difere do senhor Intendente na conveniência de sua aplicação atual. Antes que as obras belas estão as úteis e se aquelas levantam em seu favor um coro de admiração em uma pequena parte da população favorecida com esta medida e pode ser objeto dos elogios jornalísticas estas beneficiam diretamente a parte menos abastada e por consequência mais necessitada da proteção comunal.[66]

Diante disso identifica-se que a modernização do espaço público não era um processo do qual os agentes envolvidos possuíssem um discurso unânime. O parecer do Conselho Deliberante de Buenos Aires vê que um dos aspectos deste processo de

---

[63] Fondo M Alvear. Correspondencia Girada. Municipalidad de la Capital, 30 marzo 1884. Archivo General de Buenos Aires. Tradução do Autor.

[64] Concejo Deliberante Buenos Aires. Actas del Concejo, ano 1886. Biblioteca do Congresso. p. 32, 33.

[65] Fondo M. Alvear. Correspondência Girada. Municipalidad de la Capital, 7 ma 1884. T

[66] Concejo deliberante Buenos Aires. Actas del Concejo, ano 1884**.** Biblioteca do Congresso. p. 120

modernização, ou seja, o de estetização, não se conforma como prioritário. Desta forma percebe-se dois dados pertinentes que se pode extrair dessa constatação dos conselheiros: o primeiro é que existia uma divergência entre a condução dos projetos na própria elite política; e, segundo, que existiam várias camadas no processo de modernização e a estética não seria a única. Não obstante, apesar de distintas camadas existia um objetivo único que as tornava interdependentes: atualizar a capitalidade dessas cidades de modo que se materializassem como polos civilizacionais. A transformação estética, assim como a sua burocratização, teria um caráter importante na relação entre espaço público e cidadão ao impor um modelo de cidade. Normas e códigos eram ferramentas que condicionaram pessoas a se ajustassem à nova proposta de cidadania e se que adequassem a um espaço estetizado. Na nota do jornal a *Tribuna Nacional*, apresenta-se a argumentação de que Alvear, por meio de impostos, incentivava a ideia de cidadania, uma vez que por meio se estimula e consequentemente se reverte essas contribuições em elementos da civilização, como a indústria e o comércio. Ou seja, os impostos seriam um dever do cidadão para estimular a civilização:

> Devia ser considerada a tarefa de demonstrar que a medida que aumenta a população, o comércio a indústria e todos os elementos constitutivos da civilização requerem uma proteção mais ampla por parte do Governo que se manifesta pela organização e sistematização de numerosas instituições de utilidade pública (...) Considerava os efeitos del impuesto sobre el individuo eran económica y moralmente benéficos. Economicamente dizia tende a aumentar a riqueza porque estimula o trabalho e aconselha a economia. Sabendo que além de suas necessidades pessoais tem que prover o pagamento de sua cota social, o indivíduo necessita trabalhar mais e poupar algo sobre seus consumos desenvolvendo a vez essa dupla faculdade econômica e moral. Ao mesmo tempo que se melhora por esta educação da necessidade que se desenvolve suas faculdades individuais pela luta e que aumenta em igual proporção na riqueza nacional lavrando a sua maneira própria o indivíduo, o cidadão se sente cada vez mais aderido aos interesses de sua pátria de sua provincia de seu bairro em quanto tem contribuído a prosperidade destes objetos de seu amor com o sacrifício contínuo e constante de sua parte no imposto comum. Este é o critério inglês e norte americano dos povos mais livres ao passo que são os que pagam mais contribuições ao município, ao Estado e a Nação.[67]

Como apontado anteriormente, o processo de materialização da civilização foi árduo, uma vez que para obter sucesso era necessário direcionar os esforços nos dois grandes componentes de uma cidade, espaço público e cidadãos. Na citação abaixo,

[67] Impuestos. *La tribuna Nacional.* Buenos Aires, 25 noviembre de 1885,. ao V, número 1560.

Narciso Estrada, secretário de Alvear, ao contestar uma reportagem da *Tribuna Nacional*, jornal oposicionista do presidente Julio Roca, defende que todas as obras empreendidas pela Municipalidade, chefiadas por Torcuato de Alvear, tinham um caráter de extrema importância para a nação. Defende veemente obras de higiene pública e a construção da Avenida de Maio como feitos que levariam Buenos Aires a se transformar na primeira Capital da América do Sul:

> Seriam os jardins que são construídos em praças públicas fazendo desaparecer o estado vergonhoso desses indispensáveis centros de desafogo para a população e usando materiais dez vezes mais baratos do que o reivindicado? Será o aumento que a iluminação requer diariamente devido ao rápido desenvolvimento de prédios e salas em bairros remotos da cidade? A grande Avenida decretada pelo Congresso e defendida com bravura, escutar a própria Nação como uma obra higiênica e indispensável imposta à primeira capital da América do Sul, e que se custeia pela maneira em que as expropriações foram decretadas? Tudo isso pode ser porque o país não precisa das obras de suposto luxo que acredita que devem ser suspensas, mas tudo isso não pode ser suspenso e o esforço de todos deve andar de mãos dadas com sua continuação na qual salubridade, higiene e segurança do município em todas as circunstâncias, em uma palavra que deve ser consultada em boa administração e que o prefeito considera ter consultado. Indique uma obra inútil e o prefeito é o primeiro a respeitar a opinião.[68]

Além das tensões com o Conselho Deliberante, a gestão de Alvear tinha que enfrentar veículos de grande influência na opinião pública como o jornal *La Tribuna Nacional*. Alvear e o Conselho Deliberante - apesar de fórmulas um pouco distintas - buscaram como resultado a transformação destes dois elementos essenciais por meio da estetização, burocratização e padronização cívica. O que caracteriza a modernização de Buenos Aires, ou do Rio de Janeiro e todas as cidades que passaram por tais processos, seria que a administração pública, seja por meio do executivo nacional ou local que fomentou a aplicação destes mecanismos, porém de forma peculiar. A constatação de Alvear direcionada por meio de uma mensagem ao Conselho Deliberante aponta quão conflituoso foi a materialização da civilização do qual chama os portenhos de "vizinhos". Provavelmente o cuidado de nomear os habitantes desta cidade sob tal termo foi a pretensão de diagnosticar que, apesar de viverem em uma mesma cidade e de transitarem sob o mesmo espaço público, não seriam ainda cidadãos por não terem ainda absorvido estes ideais civilizacionais.

[68] SECRETARIA de la Intendencia Municipal. Narciso Estrada Pro Secretario, 6 octubre 1885 publicado en la Nación. Archivo General de la Ciudad de Buenos Aires.

> Não escaparão ao Honorável Conselho de que os vizinhos pela circunstância de não possuir ou regular o capital se encontrarão com sérias dificuldades para realizar o pensamento que se concebeu e que é imprescindível realizar porque é tão necessário na vida civilizada [69]

Ao considerar esses elementos que compõem o projeto de modernização portenha, situamos o processo semelhante desenvolvido na capital brasileira. Porém antes de analisá-lo sob esta abordagem, devemos primeiramente contextualizar parcialmente o desenvolvimento urbano da cidade carioca, assim como foi realizado no caso de Buenos Aires,

A cidade do Rio de Janeiro tem registro de sua primeira ocupação em 1502 quando a região foi utilizada como parada estratégica dos colonizadores portugueses. No ano de 1530 a corte portuguesa mandou uma expedição para colonizar a área no intuito de expulsar invasores estrangeiros, como os franceses. O primeiro traçado urbano foi entorno do Morro de São Januário, posteriormente denominado do Morro do Castelo, e depois na Praça Quinze, na atual área central da cidade. Assim como Buenos Aires, o Rio de Janeiro desenvolveu-se a partir de seu porto. No final do século XVII, época em que ouro foi descoberto, ampliou-se a importância do porto e fez com que a Metrópole ordenasse a transferência de Salvador, antiga capital da colônia, para o Rio de Janeiro.

Em 1808 a família real portuguesa se estabelece na cidade, onde D. João VI promove uma série de reformas, promovendo seu desenvolvimento urbano. No decorrer do século XIX e com a expansão da cultura cafeeira no Brasil, o Rio de Janeiro mais uma vez se enriquece devido ao aumento de suas atividades portuárias e de sua crescente produção industrial. A significativa expansão urbana ocorreu neste século XIX. Diante tal expansão, em 1843, o diretor das Obras Municipais, Henrique Beaurepaire Rohan, propõe um projeto de melhorias urbanísticas para a cidade, incluindo várias diretrizes de transformação baseado nas correntes efetivadas em cidades europeias. Em 1875 se desenvolve institucionalmente uma Comissão de Melhoramentos da Cidade, que viria a dar embasamentos e estrutura técnica para a reforma posterior de 1902, durante a gestão de Pereira Passos. Com o fim da Monarquia em 1889 e a consolidação do regime republicano, define-se pela Constituição de 1891 o Rio de Janeiro como Capital provisória do país:

---

[69] Fondo M Alvear .Ordenanzas, Buenos Aires, 21 janeiro 1884. Archivo de la Ciudad de Buenos Aires.

> Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal. Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.

Entretanto, no ano seguinte, após um período de intenso debate, foi promulgada a Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892. Sua aprovação significou que o município teria influência direta do Governo Federal, e provavelmente fez com que fosse prorrogado o período em que o Rio de Janeiro permaneceria na função de capital da República. Por meio desta reformulação, o Distrito Federal se torna autônomo do Estado do Rio de Janeiro, que teria sua capital sediada em Niterói.

> O Distrito Federal, compreendendo o território do antigo município neutro , tem por sede a cidade do Rio de Janeiro e continua constituindo Município. A gerência de seus negócios será encarregada de um conselho deliberativo e um Prefeito.[70]

Por meio do texto desta lei, a administração da cidade virou uma responsabilidade do governo central dos quais vários serviços urbanos ficaram sob seu controle, tais como a polícia e serviços de limpeza urbana: "(...) ficam pertencendo a Municipalidade do Distrito Federal os serviços concernentes à higiene e polícia sanitária urbana."[71] Nesse sentido, a clara e intencional intervenção do governo federal fez com que o Rio de Janeiro fosse capaz de representar o país e, assim, o Brasil seria refletido por sua capital. Realizados tais procedimentos os assuntos do Distrito Federal deixam de ser uma preocupação local para se tornarem uma questão nacional. As ações empreendidas em seu espaço público e seus conflitos tomam uma amplitude nacional. Além disso como capital administrativa dos poderes da República, o Rio de Janeiro se transforma em uma "caixa de ressonância da política" do território brasileiro, como afirmou o autor José Murilo de Carvalho[72].

Entretanto faz-se necessário sublinhar que a preocupação com a capital e suas estruturas urbanísticas e administrativas correspondiam também a manutenção e propaganda política da República. Na passagem do século XIX para o XX, pouco

---

[70] Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892 estabelece a organização municipal do Distrito Federal. In Senado Federal.

[71] Atos dos poderes legislativo e executivo sobre serviços impostos referente ao Distrito Federal. leis decretos e avisos (1891 a março de 1905) posturas municipais, Arquivo Geral Da Cidade do Rio De Janeiro.

[72] Para mais ver sobre: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

menos de 5 anos para a modernização do Rio de Janeiro, a jovem República sequer possuía 20 anos de vigência e, no entanto, já era arduamente criticada pela população e imprensa.

Intelectuais, tais como Olavo Bilac, demonstravam sua impaciência ao comparar o Rio de Janeiro com Buenos Aires. Para ele a capital brasileira ainda permanecia com os aspectos do período colonial, no período do reinado de D João VI, e para se modernizar frente aos novos tempos deveria ter um prefeito tal como o intendente Torcuato de Alvear que empreendeu a arrojada modernização de Buenos Aires: "Ainda temos por capital da República, em 1900, a mesma capital de D. João VI em 1808 –, isso é o que dói como uma afronta, isso é o que revolta como uma injustiça (...) Quando aparecerás tu, Providência desta terra, Alvear da cidade carioca?!"[73] Suas críticas, assim como sua descrença em relação ao Rio de Janeiro, não cessavam. Apontava que a cidade estava em um estado de negligência: suas ruas e avenidas eram mal cuidadas e ultrapassadas, seus habitantes eram incultos e desta forma a cidade não poderia pleitear um posto entre as grandes metrópoles da América do Sul. Para que sua capitalidade fosse reerguida, seria necessário assim como em Buenos Aires a ousadia de um homem atuar em sua transformação radical: "Ah! Quando um dia, do seu fecundo, surgir o homem fadado para reformar-te, o Torcuato de Alvear designado pelo destino para o mister glorioso de te curar a lazeira e de te infundir novo sangue, e então tu será a primeira capital, já não da América do Sul, mas de todo o mundo; (...)".[74]

Como aponta André Nunes Azevedo (2011) Rodrigues Alvespoucos meses após sua posse como presidente do Brasil, buscava associar o regime político àsímbolos que remetessem a civilização e ao progresso para superar seu descrédito entre as classes populares. O desenvolvimento material, seja por meio de obras, reforma de caráter técnico e econômico contariam para a população como sinônimo de progresso. Impaciente com as críticas direcionadas a República, o presidente expressou que "o regime republicano há de demonstrar a sua superioridade, impondo silêncio a murmurações e impaciências. Esse há de ser, sem cessar, em toda a parte, bom regime de civismo e de liberdade". [75] O político Barbosa Lima, em um discurso na câmara dos

[73] BILAC, Olavo *Gazeta de Notícias*, 18 de novembro de 1900. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.
[74] BILAC, Olavo. Cronica. I. *Gazeta de Notícias*. Ro de Janeiro, 18/11/1900. Acrvo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional.
[75] ALVES, Rodrigues Alves, *Gazeta de Notícias*, 16 de novembro de 1902. Hemeroteca Digital Nacional.

deputados, atesta que 9 anos após a proclamação da República este regime ainda não se consolidou e as promessas das quais foram propostas não foram cumpridas;

> Para que não possamos ouvir entre confusos e envergonhados a alegação que as almas de boa-fé não podem desconhecer que é real produzida pelos nossos adversários de todos os tempos que a República por enquanto está no período das promessas.[76]

Desta forma que os projetos que envolviam a transformação radical da capital por meio de obras do porto (FIGURA 5), obras de embelezamento e reorganização urbana, além de gerar trabalho, proporcionou grandes investimentos e finalmente materializaram a olhos do público, sinais de progresso.

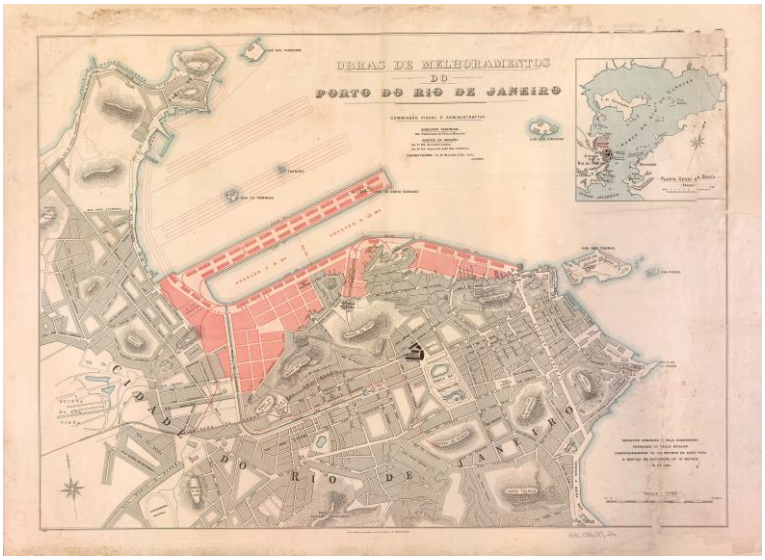


FIGURA 5 - Melhoramentos do Porto do Rio de Janeiro, 1903 Acervo Fundação Biblioteca Nacional.

De acordo com a Lei de 1892, criou-se o cargo de prefeito do Distrito Federal, chefe executivo que seria nomeado diretamente pelo presidente da República. Além desss a Lei previu a criação do Conselho Municipal de incumbência legislativa, que seriam eleitos diretamente pela população masculina, alfabetizada e maior de 21 anos, por meio do voto não secreto. "A gerência de seus negócios será encarregada de um conselho deliberativo e um Prefeito".[77] Por outro aspecto, por meio da lei número 939, de 29 de dezembro de 1902, o presidente estabeleceu o adiamento das eleições do

[76] LIMA, Barbosa. Annaes da Câmara dos deputados sessão em 4 de junho de 1900, p. 43, Ano 1900\Edição 0002 (10).

[77] Consolidação das leis federais sobre a organização municipal do Distrito Federal a que se refere o Decreto 5160 de 8 março 1904.

Conselho Municipal, assim como determinou sua indicação para prefeito do Distrito Federal, da qual resultou na nomeação do engenheiro Francisco Pereira Passos. Esta lei institucionalizou o período que ficou conhecido como a "ditadura do prefeito"[78].

Devido ao fato de conceder a Passos plenitude de poderes sem nenhum tipo de interferência de demais órgãos municipais, essa lei também se caracterizou no mínimo excessiva: "Durante este período o prefeito administrará e governará o Distrito Federal com plenitude de poderes, exceto de criar e elevar impostos". Além desta , foi promulgada no mesmo dia a de número 947, que "reforma o serviço policial" no Distrito Federal. A conciliação destas duas leis reforça que a perspectiva de uma inflexível e intensa ação e controle da entidade municipal sobre o espaço público carioca.

Como já mencionado, ademais do adiamento das eleições o Conselho ficou inativo devido a uma imposição por meio de recesso de seis meses. Assim, Pereira Passos tinha amplos poderes, tais como a demissão de funcionários. Além deste fator, a composição numérica do Conselho foi reduzida de 15 para 10, como pode ser observada na foto oficial de 1904 (FIGURA 6)[79], e o Senado não indicaria mais o prefeito e sim o Presidente da República sem nenhum tipo de interferência:

> Art. 1º O Conselho Municipal do Distrito Federal compor-se-á de 10 intendentes, um dos quais o presidirá, por eleição de seus pares. Art. 6º O Prefeito será nomeado por decreto, dentre os cidadãos brasileiros de reconhecida competência.[80]

Esta atitude causou grande indignação para alguns políticos, sobretudo na Câmara dos Deputados. Interpretavam esta lei como autoritária, fruto de uma manobra política de Rodrigues Alves para ter amplos poderes sobre a Capital Federal. Em uma discussão com o Deputado Paula de Ramos, seu colega na Câmara Heredia de Sá defendeu que era inconstitucional e de caráter de exceção a medida tomada pelo Executivo Federal:

---

[78] MOTTA, Marly Silva da; SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva. O "bota-abaixo" revisitado: o executivo municipal e as reformas urbanas no rio de janeiro (1903-2003) Dossiê Temático *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago. 2003 5

[79] Pereira Passos com grupo de conselheiros municipais. Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1904. Coleção Família Passos, Museu da República.

[80] LEI Nº 939, de 29 de dezembro de 1902. Reorganiza o Distrito Federal e dá outras providências in: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-939-29-dezembro-1902.

> (...) Hoje se procura de novo adiar a eleição municipal, fazendo uma lei odiosa e de exceção. Amanhã não se surpreenderá o orador si [sic] se apresentar um projeto acabando com o Conselho Municipal, entregando-se assim o governo do Município ao Sr. Presidente da República. E não suponha a Câmara que fantasia, por que isso é sonho de muita gente que aqui têm assento.[81]



FIGURA 6 -Pereira Passos com grupo de conselheiros municipais. Pereira Passos é o que está sentado, terceiro da esquerda para a direita.

Apesar de suas vitórias políticas sobre o Conselho Municipal, Passos e Alves também sofreram resistência na Câmara dos Deputados. Apesar de alguns aliados na casa a maioria não aprovou um projeto que lhe concederia poderes de negociar imóveis em perímetro municipal, sem a consulta e anuência dos Conselheiros:

> Tendo sido rejeitado o projeto de Cassiano Nascimento, o eleito conselho municipal entre em discussão no congresso um projeto do Deputado Azevedo Marques que amplia os poderes do prefeito , dando lhe a faculdade de vender ou trocar sem licença o conselho municipal , terrenos ou prédios desapropriados que não tenham sido aproveitados para logradouro público.[82]

Entretanto, alguns meses se passaram e o prefeito logrou a ampliação de seus poderes, que enrijeceu qualquer tipo de debate com demais autoridades municipais e comprovou um caráter mais autoritário a sua gestão: "é aprovado pela Câmara dos deputados o projeto de Azevedo Marques, que altera disposições da lei orgânica do

[81] Heredia de Sá ano 1903, Anais da Câmara de Deputados. Edição 02 Hemeroteca Nacional Digital., página 81.
[82] Sessão em 3 de julho de 1903. Anais Câmara dos Deputados, p. 425. Hemeroteca Nacional Digital.

Distrito Federal e amplia os poderes do prefeito.”[83] Sob a chancela de Rodrigues Alves, Pereira Passos tinha em mente que a transformação da Capital Federal era um ato em prol do progresso, não apenas do município, mas de toda a nação e a concretização de suas estruturas seriam necessárias para se alcançar os patamares civilizados. Em uma entrevista ao jornal *Gazeta de Notícias*, Passos esclarece tais condições:

> Entre o governo da União e a Municipalidade do Distrito Federal é forçoso que haja relações estreitas. O Rio de Janeiro é a Capital da República e está no interesse do próprio governo contribuir **para seu progresso**, torna-la uma cidade de primeira ordem, **com todos os melhoramentos que a civilização reclama**.[84]

Sob a responsabilidade de reafirmar a capitalidade do Rio de Janeiro por meio de um desenvolvimento material tão requisitado pelo presidente, tal empreitada consistiria em legitimar a República e inserir a capital brasileira como um dos polos civilizados do globo. Tarefa árdua quePereira Passos para consumá-la aproveitou de sua experiência obtida em Paris quando presenciou as grandes obras de modernização pelo Barão Eugene Haussmann.[85] A partir destas referências, em 1903, apresentou ao Governo seu plano de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro (FIGURA 7), do qual incluía a perspectiva de ruas que seria abertas e a reforma do porto:

[83] Sessão 5 setembro de 1903. Anais Câmara dos Deputados. Hemeroteca Nacional Digital.

[84] Pereira Passos, Impressões de um ex dictador. *Gazeta de Notícias*, 4 de junho de 1903.

[85] PINHEIRO, Petti Eloisa. A “«Hasmannização»” sua difusão como modelo urbano no Brasil. *V Seminário de História da cidade e do urbanismo*. FAU - Rio de Janeiro.



FIGURA 7- Plano de Melhoramentos Distrito Federal. projetados pelo Prefeito Dr. F. P. Passos incluindo Melhoramentos projetados pelo Governo Federal [86]

Na perspectiva semelhante ao de Rodrigues Alves, o prefeito da capital brasileira interpretava a modernização como uma missão civilizatória, de extirpar os resquícios de barbárie e inserir o Rio de Janeiro como referência entre as grandes metrópoles das Américas.

> Vivíamos até há poucos anos - senhores intendentes, na mais descurada das cidades, rodeado do mais encantador cenário que logrou encontrar o homem civilizado. Surgiu enfim este governo, graças a árdua campanha , nela lidamos delicadamente e aos ilustres delegados de todos os países das Três Américas vieram aqui celebrar a paz e a confraternidade na terceira conferência Pan Americana , podemos oferecer para a glória do nome brasileiro, espetáculo mais belo da imponência dos nossos panoramas e da exuberância de nossa natureza, o espetáculo sem par da transformação da cidade em poucos anos , obras de paz e de confraternidade maior entre as maiores. [87]

A concepção civilizacional de Passos que deveria ser plasmada na cidade muito se relacionava às atualizações das tendências do capitalismo industrial. Para o prefeito, trabalho, circulação de capitais e riqueza eram sinais de progresso e, portanto, de civilização. Isso sintetizaria as inovações trazidas pela indústria e técnica. Em uma entrevista ao jornal *Gazeta de Notícias*, afirma que as obra espalhadas pela cidade estimulariam o crescimento econômico: "quanto melhor for o nosso calçamento, tanto

[86] In: FERREZ, Marc. Avenida Central, 8 de marco de 1903 - 15 de novembro de 1906. Coleção Biblioteca Nacional, Hemeroteca.

[87] Mensagem do Prefeito do Districto Federal. Conselho Municipal. Biblioteca do Museu da República 5 de setembro de 1905, p. 28, 29.

mais valorizados ficaram os prédios. E depois disso dará a muitos vontade de possuir um carro; será um elemento de progresso.” E continua a afirmar que é necessário “circular o dinheiro, é preciso que a nossa cidade seja limpa”[88]. Esta ousada empreitada de Passos necessitava, portanto, de um investimento capaz de sustentar a quantidade de obras espalhadas por toda a cidade. O político Fausto Cardoso citou que vários impostos antes obsoletos foram resgatados a fim de que arrecadasse fundos para a modernização da cidade.

> O aumento das rendas municipais é coisa que salta aos olhos de quem lê os balancetes constantemente publicados. Os impostos sobre cães, cavalos , taxa sanitária , placas e tantos outros que figuravam até agora como letra morta nos orçamentos municipais estão sendo arrecadados e regularmente percebidos sem repugnância dos contribuintes. A cobrança do imposto predial tem dobrado. As multas vão sendo arrecadadas por forma que até agora não há memória na Municipalidade. Até agora, isto é até os fins do semestre vencido, tem-se recebido mais multas do que em todos os exercícios anteriores se recebiam em cada ano. Os vários serviços municipais foram todos reformados. A municipalidade de Buenos Aires cujos progressos nós vivemos a invejar recebendo um exemplar do nosso regulamento de construções , elogiou-o e adotou algumas das suas disposições.[89]

A materialização da civilização, como já foi discorrido neste capítulo, era evidente e indispensável no senso comum de políticos, técnicos e intelectuais do século XIX e início do XX. Entretanto as práticas e implementações de elementos que representassem esta civilização no espaço público não era singular. Podemos destacar que a literatura acadêmica já apontou as diferenças entre as propostas urbanísticas de Haussmann, Passos e Alvear. Em trabalhos recentes, identifica-se que Passos tinha uma proposta de integração da população ao centro criando dispositivos que os condicionaram a hábitos mais civilizados, ao contrário do prefeito de Paris que buscou banir classes populares das áreas centrais[90]. Já em Buenos Aires, a continuação do modelo da quadrícula urbana não seria uma mera perpetuação do tabuleiro espanhol colonial mas um projeto público que tinha o intuito homogeneizador do espaço público e seus agentes[91]. Adrian Gorelik (2009, p. 247)[92] discute que “Haussmann já era, no

[88] Pereira Passos, Impressões de um ex dictador. *Gazeta de Notícias*, 4 de junho de 1903., . 8 e 9.

[89] O político ainda destaca que representantes da municipalidade de Buenos Aires solicitam o regulamento de impostos a fim de aplicá-lo na capital argentina. Anais Câmara Deputados, Ano 1903, Edição 0004 (1), Fausto Cardoso, p. 196. Hemeroteca Nacional.

[90] AZEVEDO, A. N. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio/Mauad X, 2016.

[91] GORELIK, Adrian. *La grilla y el parque: espacio público y cultura urbana en Buenos Aires, 1887-1936*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

final do século XIX, uma fonte de prestígio entre os dirigentes urbanos em todo o mundo" e portanto tornava-se uma referência muito mais do que uma ingênuo processo de mímese.

Apesar das menções que comparam Passos e Haussmann, a contribuição de Alvear como modelo de administração municipal é detectado em várias fontes de época onde se relaciona a municipalidade carioca com a capital portenha. No que tange sob o modelo de gestão, havia uma estrutura administrativa com respectivos aparatos de estetização e burocratização semelhantes entre as capitais. Como observa Gorelik, o que torna preponderante a relevância de Alvear se faz por sua transformação administrativo-jurídica e também por uma reformulação do espaço público da cidade. Não obstante, apesar de suas contribuições para o modelo de administração urbana, Alvear obteve dificuldades em negociar com o Conselho Deliberante. Caso semelhante ao de Pereira Passos que em virtude da lei número 939, pode diluir suas dificuldades políticas devido seu período ditatorial.

Este tipo de discussão também se torna pertinente ao refletirmos de relação de Buenos Aires e Rio de Janeiro diante uma tendência mundial que as insere dentro do rol de capitais que foram administradas por um poder executivo municipal centralizado e autoritário; Bernardo Monteiro, em uma intensa discussão travada na Câmara dos Deputados, incita uma reflexão sobre os modelos de administração municipal destacando o caso de Washington e Buenos Aires que, pelo fato de serem distritos federais, deveriam possuir uma soberania administrativa.[93] Dentre as justificativas apresentadas em sua análise, o deputado cita que a centralização da Capital como polo nacional deveria ter uma maior aproximação com o Poder Executivo Nacional, neste caso o presidente da República:

> organização municipal diz que é com temor , e mesmo constrangido que vem tomar parte no projeto ora em discussão reformando a organização local da primeira cidade da república pela população , pela riqueza e onde devem existir por isso mesmo os homens de maior competência do país em todos os ramos do saber humano. Acha que é assunto de suma importância por que a extraordinária expansão comercial e industrial gerada pela **civilização**

[92]Para mais ver em: CASTRO, Ana; MELLO, Joana. *Novos estud. - CEBRAP*, Sã Paulo , n 84, p. 235-249, 09 . Disponivel em: ht://www.scielo. br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-aceso em 20 Au 20.

[93] A discussão sobre poder, política e administração do Distrito federal é apresentada em vários artigos publicados por Américo Freire, Para ver mais ver: FREIRE, Américo Oscar Guichard. **Uma capital para a República: Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

> **moderna** tem atraído aos centros urbanos grandes massas de população que arrastam o governo e influem o destino dos povos. Duas são as correntes de opiniões que tem ouvido neste recinto: uma daqueles que querem os poderes discricionários do Prefeito, e outra, a daqueles que querem a autonomia quase ilimitada. O Orador não está nem com uns nem com outros e, historiando a situação de **Washington** desde sua fundação faz ver as modificações que sofreu a organização municipal daquela cidade hoje entregue a três comissários nomeados pelo Presidente da República e confirmados pelo Senado, sendo seu orçamento aprovado pelo Congresso Nacional. Cita **Buenos Aires** que é uma cidade pela qual os argentinos têm verdadeira idolatria, onde a organização municipal tinha uma administração eleita que mais tarde teve o Prefeito nomeado pelo presidente da República, e atualmente tem 24 vereadores nomeados , dentre os proprietários, advogados e engenheiros pelo chefe do Poder Executivo.(...) Acha que a organização Municipal como existiu está condenada pelo país inteiro por que apesar de terem por ela passado cidadãos de valor e de patriotismo os seus resultados foram negativos. Entende que a depuração do Distrito Federal deve auxiliar o presidente da República que é o primeiro chefe de Estado que tem, com sinceridade procurado melhorar esta capital por cuja prosperidade faz o orador como brasileiro o mais ardentes votos.[94]

A respeito da modernização do espaço público, o modelo portenho várias vezes fora mencionado não apenas por políticos, técnicos mas também pelo próprio prefeito do Rio de Janeiro. Em uma carta endereçada a Passos, o político Francisco Xavier Guimarães envia uma série de sugestões baseadas em procedimentos e obras realizadas no projeto de Buenos Aires, cidade da qual se encontrava no momento que redigiu a correspondência:

> Ainda não recebi os regulamentos e outras publicações prometidas pelo Diretor de Passeios de Buenos Aires, Carlos Thays; E hoje o ideal de toda cidade adiantada uma avenida cinturão com jardins como nos campos Elíseos para desafogo das populações urbanas. Buenos Aires vai tê-la em breve acompanhando o rio da prata, em prolongação do monumental porto Madero ate Palermo onde acabara numa rotunda colossal para restaurante, música, o etc...é o que eu idealizava para o Pão de Açúcar, o morro da viúva Esta avenida terá de fazer-se com o tempo e será um feito de higienizar se o Rio de Janeiro ja pelo desafogo Hoje o que se costuma fazer é cortar o centro do quarteirão como o projeto que acabo de lhe mandar para a avenida Norte sul (de Buenos Aires) dando duas frentes e obrigando as construções a um certo cunho elegância e de grandeza. Assim se faz a Avenida de Maio e nem por isso as calles (sic) Rivadavia e Victoria perderam o seu valor comercial; (...) Destas espanholadas (*sic*) é que eu queria que fizessem nós os brasileiros; Aqui todos estão unidos no bem da cidade, todos estão de acordo em fazer melhoramentos. todos tem orgulho em contribuir para fazer de Buenos Aires numa das maiores e melhores cidades do mundo![95]

---

[94] MONTEIRO, Bernardo Organização da Capital . Anais Câmara Deputados, Ano 1903, Edição 0003, p. 462. Hemeroteca Nacional **(grifo nosso).**

[95] GUIMARAES, Francisco. Buenos Aires, 2 de fevereiro de 1903. Carta para Pereira Passos,; Coleção família Passos, Museu da República.

Poucos meses após sua nomeação, Passos, claramente apontou que sua intenção com o Rio de Janeiro seria empreender uma modernização semelhante a de Buenos Aires, apesar do exíguo orçamento:

.

> Ao correspondente de *El Diario*, declarou o Dr. Pereira Passos contar que a boa vontade da população fluminense o auxiliará na realização de reformas urbanas que pretende empreender, apesar da situação financeira não lhe permitir fazer uma nova Buenos Aires, imitando o que em benefício da nossa capital fez o grande Alvear.[96]

Em uma entrevista ao jornal *Gazeta de Notícias*, Passos aponta que queria oferecer aos cidadãos do Rio o aconchego do paisagismo urbano que as cidades da Europa possuíam. Mais do que cópia de modelos estrangeiros, a ideia do Prefeito seria implementar referências e experiências bem sucedidas como no caso de Buenos Aires:

> O meu sonho seria afeiçoar a nossa cidade a meus patrícios. Até aqui o brasileiro assim que adquire uma certa fortuna, apressasse em ir gozar na Europa. Até certo ponto, tem razão. A nossa cidade não oferece o conforto e os prazeres que deveria ter como em Buenos Aires tem (…).[97]

Neste aspecto poderíamos nos deter em algumas bibliografias que comparam as cidades a partir de uma discussão sobre a disputa simbólica pelo posto de *Paris Sul Americana*.[98] Contudo, neste tipo de discussão, toma-se o risco de dar maior ênfase ao processo de mimetização da capital francesa e buscar no Rio de Janeiro e em Buenos Aires aspectos que se associam a uma modernidade parisiense. Outros estudos relevantes que focam o caso específico de cada uma destas capitais, muito enfatizam o protagonismo autista e solitário do Estado durante as reformas, os quais se dirigem ao cenário parisiense como um *tipo ideal das reformas urbanas.*[99]

Seguindo estas referências, podemos apontar o estudo de Jaime Benchimol (1992) ao referir-se ao prefeito Pereira Passos, responsável pela reforma do Rio de

---

[96] Telegramas *Jornal do Commercio*, 31 dezembro 1902. Hemeroteca. Biblioteca Nacional

[97]. Pereira Passos, Impressões de um ex dictador. *Gazeta de Notícias*, 4 de junho de 1903. p. 8 e 9.

[98] No Artigo de Bianca Pinheiro Freire , autora analisa a disputa cultural e urbanística entre Buenos Aires e Rio de Janeiro pelo posto simbólico de Paris sulamericana. Tais cidades "disputaram entre si o quimérico título de " "Paris da América do Sul"". Para mais ver em: FREIRE-MEDEIROS, Bianca Pinheiro de. O sonho de ser Paris: Buenos Aires e Rio de Janeiro na virada do século. *V Encontro Nacional da ANPUR*, Belo Horizonte, 1993.

[99] Muito se relaciona os prefeitos das capitais carioca e portenha ao Barão de Haussmann que foi nomeado por Luís Bonaparte prefeito de Paris. Tal processo de ser designado por um chefe de estado para um cargo municipal com autonomia de ação, fi muito utilizado na literatura brasileira e argentina ao comparar com os casos de reformas do Rio de Janeiro e Buenos Aires.

Janeiro, em 1903, como o *Haussmann tropical*. Também são existentes menções como a dos autores Julio Cacciatore e Clara Braun (1996) ao intendente que tomou frente na reformulação de Buenos Aires, Torcuato de Alvear, como o *Haussmann porteño*[100]. Se nos focarmos aos testemunhos de Olavo Bilac e de Pereira Passos é possível identificar que o modelo de Buenos Aires estava tão presente ou até mais intenso na modernização do Rio de Janeiro do que Paris. Desta forma, poderíamos reproduzir os paralelos da historiografia e nomear Pereira Passos de *Alvear Tropical* ou *Alvear Brasileiro*, na insistência de buscar um paradigma para o caso da capital carioca. A modernidade, enquanto processo global e cosmopolita, não possui um único núcleo irradiador tampouco se limita a um processo de mimetização; Esta pressupõem o fluxos de ideiasa transculturação.[101]

Buenos Aires, ao ser referenciada não era apenas chamada de *Paris da América do Sul*, mas sim em alguns jornais, cronistas mencionaram a denominação de *Atenas do Prata.*[102] Tal termo se aproxima da concepção aristotélica de Sarmiento para as cidades. Um polo exemplar de progresso intelectual e material que deveria guiar os demais povos, uma "metrópole que marcha à dianteira da civilização sulamericana". No que se refere ao padrão de gestão urbana, a municipalidade de Buenos Aires buscou mais referências no modelo de Londres do que no parisiense traçado por Haussmann. Tal fato fez com que Alvear fosse chamado pelos periódicos de sua época de *Lord Mayor*[103], em analogia ao cargo de intendente da capital inglesa.

Para Adrián Gorelik (2016) a dinâmica da modernização de Buenos Aires representou a preocupação do Estado em construir e controlar esse novo espaço público metropolitano. A manutenção do tecido urbano em forma de quadrícula não teria sido simplesmente um legado dos tempos coloniais: o ordenamento da cidade em blocos uniformes, por um lado favorecia a expansão imobiliária e impedia o surgimento de "subúrbios distintos". Em suma, esta organização de seu espaço urbano sob a gestão de

---

[100] Os autores do livro referenciado relacionam a proposta de Alvear com a de Haussmann. Para mais ver em: CACCIATORE, Julio; BRAUN, Clara. El imaginario interior: el intendente Alvear y sus herederos. Mamorfosis y modernidad urbana. In: VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. (Org.). *Buenos Aires 1880-1913. L Capital de un Imperio Imaginario*. Madrid: Alianza Editoral, 1996.

[101] CASTRO, Ana; MELLO, Joana. *Novos estud. - CEBRAP*, So Paulo , n . 84, p. 235-249, 09. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200013&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Ju 20.

[102] La Nación. Gobierno Municipal: Un bueno Ejemplo. 11 de janeiro de 1888. Hemeroteca Congreso de La Nación.

[103] Errores del Lord Mayor. *El Demócrata*, 23 julio de 1883, n. 2399. Hemeroteca. Biblioteca Nacional Argentina Mariano Moreno.

Alvear integrava um projeto das elites políticas que se consolidou a integração das classes populares (principalmente dos recém-chegados imigrantes), assim como a suposta "homogeneização" população urbana e a distribuição equitativa dos serviços públicos. Esta homogeneização da população urbana proposta por Alvear se daria por meio da burocratização, estetização e ritualização cívica ditada agora pelo Governo Federal do qual transformou a capital "no coração da nação" (GORELIK, 2016, p. 109). Passos, como já mencionado acima, recorre a mecanismos muito semelhantes aos empregados pelo intendente portenho: sua forma de integrar a cidade por meio de um urbanismo de "apelo estético" e pela legislação busca condicionar o habitante que tentasse "subverter a nova disciplina urbana proposta" (AZEVEDO, 2015, p. 85).

O que vemos, portanto, é que o intervalo de tempo das modernizações de Buenos Aires e do Rio de Janeiro correspondiam a um imaginário urbano pós-iluminista que se perpetuou no século XIX. Espacializar a civilização e exterminar qualquer indício que suscitasse a barbárie: seja na perpetuação de maus hábitos, no descumprimento das leis ou na falta de higiene. Apesar de perspectivas distintas de como consolidar a civilização, o *leitmotiv* das elites políticas era de estruturar a cidade como materialização destes ideias – Sarmiento distingue-se de seu conterrâneo Alvear ao propor uma cidade nova que se desprendesse de seu centro antigo e decadente e que se expandisse para os parques mais ao norte na região de Palermo: estes parques funcionariam como um modelo de espaço público de renovação socioeducativa gerando novos cidadãos. Alvear, na prática, se opôs ao antigo presidente e projetou a cidade civilizada por meio da reformulação do antigo centro ao inaugurar um boulevard central, a Avenida de Mayo, que seria eixo nevrálgico que integraria o restante do tecido urbano.

Distinções à parte, ambos caminhavam (talvez por atalhos diferentes) para a direção que tinha como rumo uma renovação social: "***Inventar habitantes con moradas nuevas"***, a máxima de Sarmiento, que em meados do XIX propagou um sentido neste contexto das modernizações. Para cumprir esta prescrição, portanto, era necessário não apenas transformar fisicamente a cidade, pois habitantes inventados se correspondem a um povo civilizado. É diante esta premissa que as municipalidades de Buenos Aires e Rio de Janeiro, sob o suporte dos Governos Federais e das referencias das Constituições vigentes, manipularam os **mecanismos de normatização** do espaço público - processo a ser apresentado nas seguintes páginas desta tese. Como será analisado no próximo

capítulo, estes mecanismos são os **mecanismos de normatização** que irão condicionar os habitantes da cidade a nova proposta de espaço público, buscando a harmonia estética entre estes dois elementos urbanos.

CAPÍTULO 2 - O LIMIAR DA CIDADANIA: OS MECANISMOS DE CONTROLE E DE NORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

> *Mas os sacrifícios que tudo isso custou, nós só os descobrimos mais tarde. Depois de pisarmos, por uns quantos dias, as pedras das ruas principais, depois de passar a custo pela multidão, entre as filas intermináveis de veículos e carroças, depois de visitar os "bairros de má fama" desta metrópole – só então começamos a notar que esses londrinos tiveram de sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade, só então começamos a notar que mil forças neles latentes permaneceram inativas e foram asfixiadas para que só algumas pudessem desenvolver-se mais e multiplicar-se mediante a união com as de outros.*
>
> Friedrich Engels

2.1 – Do povo real ao povo civilizado: quem é o cidadão na cidade moderna?

Além das reformulações físicas e institucionais de Buenos Aires e Rio de Janeiro, os setores dirigentes acreditavam que era necessário tomar medidas a respeito dos habitantes da capital para que estes se adequassem aos novos preceitos civilizacionais. Ao darmos prosseguimento com o argumento abordado no primeiro capítulo – a necessidade de impor a civilização e dizimar a barbárie – as elites políticas fizeram uso de mecanismos normativos a fim de estimular uma nova cultura urbana que fosse propagada por meio de ações civilizadas. Na proposta de reconfigurar o espaço público, percebe-se o esforço em comum de um facção formada por engenheiros, médicos, escritores e políticos representados pelo poder público que recorreu à prática de representar a cidade como lócus da civilização e afirmaram, por meio da uma nova lógica urbana, os princípios de ordem e progresso. Quando nos referimos ao espaço público conceituamos este não apenas como espaço físico, mas um espaço em que vários agentes atuam, realizam suas práticas e criam suas representações do urbano.

A configuração do espaço urbano moderno se desenvolveu por meio de imaginários e representações: por um lado verifica-se as elites políticas e sua concepção para a cidade como entidade a guiar a sociedade no caminho do progresso. Em contramão, existiam grupos resistentes a estes processos, gerando uma dialética que define a formação do espaço público, que nas palavras de Regina Helena Alves da Silva

seria um espaço de conflitos.[104] Para a autora, o espaço público não é um lugar homogêneo, mas um "espaço de igualdade dos diferentes, ou seja, um espaço do conflito" (2011, p. 5). Em outras palavras, neste período o que foi identificado é um intenso procedimento de normatização do espaço público a fim de homogeneizar hábitos e comportamentos dos habitantes para que estes assumissem um novo modelo de cidadania. Entretanto, as respostas – conscientes ou não – emergiam como formas de resistir a estes mecanismos de normatização.

Ao analisar as elites chilenas durante o regime portaliano, Julio Pinto Vallejos (2011) oferece uma relevante contribuição ao demonstrar como as mesmas buscavam restringir a atuação popular, ora no viés social, ora no viés político. Sob tal premissa tornava-se imperativo delimitar o que se denomina de *povo real* – isto é, aquela população rebelde, possuidora de vícios e maus costumes–, e transformá-lo no *povo civilizado*, ou seja, os habitantes que comungavam com as práticas tão almejadas por doutrinas como as liberais e as positivistas. Estudos como o de Pinto Vallejos e Ortiz de Zarate[105] identificaram que este procedimento foi implantado com maior intensidade a partir da segunda metade do século XIX, devido às influências das emergentes correntes científicas e sociais, conformarando, assim, uma espécie de engenharia sociocultural.

Tal procedimento *"*tinha como proposta a elaboração de um perfil ideal do qual se encaminharam esforços, em algo do tipo que seria a imagem do povo que realmente requer-se para construir uma ordem republicana e progressista digno do século em que se vivia." (PINTO VALLEJOS, 2011, p. 425). Se as elites ocupavam protagonismo neste corpo social, as classes populares deveriam cumprir seus deveres para o desenvolvimento desse projeto social. Citamos como exemplo o ímpeto de Pereira Passos ao situar as classes populares como objetos passíveis da ação das elites políticas no processo de construção da ordem social e política. De acordo com o prefeito, a elite

---

[104] Para Regina Helena Alves da Silva o espaço público se conforma com um espaço de conflitos a fim de que os vários agentes conquistem sua igualdade. (SILVA, 2011, p.5). Para mais ver em: SILVA, Regina Helena. Arquitetura do Espaço Público in: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, • São Paulo, julho 2011.

[105] Julio Pinto Vallejos em seu artigo identifica que as elites chilenas durante o regime portalino, se viam diante de um povo real que deveria ser submetido e controlado e um povo desejado, que era funcional a sociedade que se pretendia projetar. Já o conceito de engenharia sociocultural, no original em espanhol *ingeniería sociocultural* este melhor definido no livro em coautoria com ORTIZ. Para mais ver em: PIO, Julio Vallejos. La tedencia de la masa al reposo? El regimen portaliano erenta a mundo plebeyo. HISTÓRIA Nº 44, vol. 2, julio-diciembre 2011: 401-442 e VALLEJOS Julio Pinto; ORTIZ DE ZARATE Verónica Valdivia, *¿Chilenos todos? La construcción social de la nación (1810-1840)*, Santiago, Lom Ediciones, 2009, 35páginas.

política deveria instruir e guiar o "operariado para que este melhor compreendesse o seu papel em uma sociedade civilizada" (*apud* AZEVEDO, 2003, p.78).

Neste aspecto, as interpretações e apropriações a respeito do positivismo de Auguste Comte e o evolucionismo social de Herbert Spencer foram referências para intelectuais, técnicos e políticos, que acreditavam em suas contribuições para o funcionamento harmônico da sociedade simulando um corpo biológico, do qual todos seus órgãos deveriam cumprir adequadamente suas respectivas funções. Sob tal premissa, a leitura destas correntes levaram a detectar os fatores subversivos e a desordem sob o intuito simbólico de ordenar o caos. Por isso a validade das observações de Pinto, ao propor os termos de *povo real* e *povo desejado*, fortalecem o presente argumento que durante as reformas urbanas de Buenos Aires e Rio de Janeiro, as classes populares eram integrantes dessa desordem e deveriam ser persuadidas e/ou coagidas a tomarem parte no processo de construção da ordem.

Quais seriam, portanto, os mecanismos normativos que estas facções, representadas pelas entidades municipais, recorreram para ordenar e regular o espaço público de suas capitais por meio da tentativa de transformação do povo real em povo civilizado? Na segunda parte do capítulo serão abordados os mecanismos de burocratização: leis, códigos, normas – mecanismos de estetização: obras públicas de monumentalização de avenidas, praças e edifícios, além de higienização e salubridade. Em seguida, serão analisados os mecanismos de ritualização, uma vez que monumentos de caráter patriótico difundidos estrategicamente na cidade desenvolveram um urbanismo cívico ao recorrem a estética nacionalista. Tais procedimentos foram executados pelas autoridades municipais, seja na figura de seu chefe executivo - intendente Torcuato de Alvear em Buenos Aires, prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro. Em outras palavras a Municipalidade, instituição política, chancelada pelos governos federais, buscou a regulamentação e ordenamento do espaço público através de um sistema normativo de persuasões e coerções.

Este capítulo busca, portanto, identificar como sucedeu tais processos. No que tange a respeito dos mecanismos normativos do espaço público, identificou-se um repertório de ações, que antecedem medidas que destinavam infratores a espaços de reabilitação. O uso deste repertório tinha como objetivo o ordenamento e refinamento da cultura urbana das referidas capitais. É pertinente destacar que foi considerado que alguns mecanismos dos quais analisamos não foram necessariamente aplicados durante

as gestões dos intendentes abordados no presente trabalho. Não obstante, mesmo que fossem aplicadas em anos anteriores, não se dissolve a pertinência de nossa argumentação pois a escolha da manutenção e sustentação destes nas gestões, sejam de Passos ou Alvear, significaram uma intenção de que estes ainda eram eficazes dentro do processo de controle social.

Friedrich Engels[106] aponta em sua obra clássica que durante o século XIX o aprimoramento das formas de controle sobre as classes trabalhadoras nos espaços urbanos se ajustava às demandas do capitalismo. Tal estratégia era utilizada pelas elites com o objetivo de disciplinar a mão de obra para a nova sociedade industrial. O autor ainda sustenta a hipótese de que as grandes metrópoles modernas surgem em virtude da expansão do capitalismo industrial. Sidney Chalhoub (2008) apoia-se nas propostas de Engels e complementa o desenvolvimento das estruturas econômicas do espaço urbano fizeram com que as os dispositivos de controle também se arrojaram de forma que

> (...)a vigilância espiritual do agente social expropriado que deveria se tornar trabalhador se completava no cotidiano pelo exercício da vigilância policial (...) pois estes, ao serem ao serem estigmatizados pelas autoridades policiais e judiciárias como vadios, promíscuos ou desordeiros, podem se ver arremessados, repentinamente, ao xilindró , onde supostamente seriam corrigidos – vale dizer , transformados em trabalhadores , por mais verossímil que isto possa parecer (CHALHOUB, 2008).

As observações de Chalhoub enfocam como a realidade dos trabalhadores urbanos no Rio de Janeiro pós-abolição da escravatura são pertinentes por levantar três pontos dos quais serão analisados no presente estudo como mecanismos normativos: os dispositivos de controle e vigilância que possuem um caráter de prevenção; dispositivos de controle que visam a correção, ou seja, a disciplinarização e reincorporação do indivíduo à sociedade organizada; e os dispositivos de controle que tinham uma essência pedagógica, ou seja, na formação dos indivíduos para que incorporassem valores e parâmetros civilizacionais. Estas etapas, portanto, consistiram no que se observa anteriormente como transformação do *povo real* ao *povo civilizado*. A aplicação destes dispositivos representava uma recente tendência entre as elites políticas que cada vez mais optavam pelo encarceramento como um elemento bem estabelecido da justiça criminal até o final do período moderno. Tais punições poderiam produzir um efeito renovador sobre os delinquentes e fazer que se reincorporassem à sociedade e ao

[106] ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. - São Paulo: Boitempo, 2008. 3

mundo do trabalho.[107] É neste período, portanto, finais do século XIX e princípio do XX, que surgem as figuras como delinquentes, vagos e mendigos. A análise destas categorias implica, portanto, refletir sobre como as transformações do mundo do trabalho e seus sustentáculos ideológicos influenciam diretamente nas apropriações e tensões do espaço público.[108]

Desta forma pretende-se iniciar a discussão sobre quais são as particularidades que as elites políticas do período definem a categoria de cidadão. Qualquer habitante que vive na cidade é considerado um cidadão? A partir de que ponto estão seus direitos e deveres? Raquel Rolnik (2004), ao referir-se a cidadania na cidade da Grécia Antiga, observa que "o conceito de cidadão não se refere ao morador da cidade, mas ao indivíduo que, por direito, pode participar da vida política".[109] Na Grécia Antiga o indivíduo que participa do poder deliberativo e judiciário era chamado de cidadão, que por sua vez pertencia a esta pólis que seria a coletividade de indivíduos desse gênero.110

Buenos Aires e Rio de Janeiro, capitais das repúblicas que tiveram sua constituição influenciada pela carta norte americana, compartilhavam com esta nação a valorização do referencial político e estético da democracia da Grécia e Roma antigase, portanto, seria legítimo que a cidadania e a conformação da polis não fosse um direito cabível a toda a população.[111] Nesse aspecto, qual o sentido de cidadania nestas cidades? O cidadão é somente aquele que participa das deliberações criação de leis? Ou

---

[107] De acordo com Spierenburg surge dois desenvolvimentos distintos que ajudam a explicar essa mudança. Em primeiro lugar, a prisão com trabalho forçado e outras formas de servidão penal (como as galés) se tornou cada vez mais popular a partir do início do século XVI, à medida que mudaram as atitudes em relação à ociosidade e à pobreza. Esperava-se cada vez mais que os pobres trabalhassem, e casas de correção surgiram em todo o norte da Europa para garantir que o fizessem. Em segundo lugar, as atitudes em relação ao corpo do agressor e à punição pública foram alteradas, com as elites judiciais sendo cada vez mais relutantes em distribuir sentenças de morte ou penalidades envolvendo mutilação. Esses fatores combinados para tornar o encarceramento um elemento bem estabelecido da justiça criminal até o final do período moderno. In :SPIERENBURG. el-ordered prison: England, 1780-1865. In: *The Oxford History of the Prison: the Practice of Punishment in Western Society*. **ROTHMAN,** David; MORRIS, Norval. Oxford, Oxford University Press, 1990.

[108] GALVANI, Mariana. La Policía Federal Argentina: la construcción de los otros. **Avá**, Posadas ,n. 23, dic. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?

[109] ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?*. —o Paulo: Brasiliense, 2004. - (Coleção Pprmeiros pPssos; 203).

[110] Sebillotte Cuchet analisa a concepção de cidadão na Grécia e como este conjunto forma o que se chama de polis, para isso analisa a obra de Politika, de Aristóteles Para mais ver em: CHET, Violaine Sebillotte. Cidadãos e cidadãs na cidade grega clássica. Onde atua o gênero?. *Tempo*, Niteroi, v. 21, n 38, . 281-300, Dec. 015. Disponível em: 77042015000200281&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 Julho de 2020.

[111] Para Leandro Karnal, os Estados Unidos da América, eguia um referencia político estético das democracias clássicas de Roma e Grécia, esta última especificamente da Ateniense. Para mais ver em: KARNAL, Leandro. "Estados Unidos, Liberdade e Cidadania" in: *História da Cidadania*, 2003.

seja, muitos que habitam a cidade sofrem restrições e limites em seu acesso pleno ao espaço público, ou seja, da pólis.

Desta forma, leva-se em conta a polissemia histórico-conceitual que o termo cidadania carrega. Primeiramente deve ser feita uma discussão sobre como os arautos das modernizações urbanas definiam qual habitante da cidade seria considerado cidadão em outros termos, quem poderia desfrutar de certos direitos e quem seria privado destes, impossibilitando sua incursão na "pólis" da qual estava sendo projetada. Henry Lefebvre, no clássico livro *Direito à Cidade*, cita a respeito da defasagem histórico-filosófica na concepção que os estudiosos da cidade demonstram sobre a ideia de cidadão, pois para Lefebvre o cidadão deveria ser uma harmonia entre cidadão e citadino, pois a ideia pressupõe-se a participação da pólis grega, onde a liberdade era limitada a poucos indivíduos. O filósofo ressalta que muitos pensadores urbanos cometem o equívoco de imaginar:

> (...) uma cidade composta não por citadinos mas por cidadãos livres, libertados da divisão do trabalho, das classes sociais e da luta dessas classes , constituindo uma comunidade associados livremente para a gestão dessa comunidade. Compõem assim como filósofos o modelo de cidade ideal. Imaginam a liberdade do século XX como a liberdade grega (singularmente travestida por uma ideologia: apenas a cidade como tal possuía a liberdade, e não os indivíduos e os grupos). Portanto, pensam a cidade moderna segundo o modelo de cidade antiga, identificada como a cidade ideal e simultaneamente racional. A ágora, lugar e símbolo de uma democracia limitada aos cidadãos que exclui as mulheres, os escravos e os estrangeiros, continua a ser, para uma certa filosofia da cidade símbolo da sociedade urbana em geral (LEFEBVRE, 2006, p. 42).

A romantização da cidade antiga feita pelos autores modernos a qual Lefebvre denuncia, tange a ideia de liberdade e quais cidadãos gozam deste direito, à medida que excluem uma grande camada da população. A Constituição argentina de 1853 e a brasileira de 1891, vigentes durante o contexto do qual nos debruçamos, indicam a influência da legislação norte-americana e sobretudo a essência do liberalismo clássico que sustentam direitos a liberdade, propriedade e asseguram os direitos do indivíduo. Desta forma, apesar de conscientes distinções da cidadania liberal moderna em relação a cidadania ateniense, existia um elemento importante que as aproximava, que seria em termos gerais a garantia e preponderância dos direitos de uma oligarquia. Eram estas facções que tentavam configurar e organizar o espaço público urbano. Entretanto, não se pode cometer equívoco histórico em tentar nivelar características da cidadania grega

com a cidadania destas cidades sul-americanas, como se fossem reproduções idênticas separadas "apenas" por um significativo espaço temporal.

Observa-se, portanto, que de o processo de conversão do *povo real* em *povo civilizado* evidenciaram os limites no que possibilitaria a conjugação entre cidadão e citadino. Para retomar esta linha de reflexão enfocaremos o caso das duas metrópoles e como as elites políticas levaram a cabo este projeto. Portanto, existem aspectos dos quais devem ser sublinhados pois remetem em interpretações muito complexas de como as entidades municipais encaravam a massa de sua população urbana. O Rio de Janeiro, por exemplo, na virada do século XIX para o XX, possuía uma grande população de ex-escravizados [112] e Buenos Aires, no mesmo período, recebia uma onda migratória de europeus, a segunda maior das Américas.[113] O Brasil assim como a Argentina apostou na política de imigração europeia, contudo o número destes chegaram nos portos carioca e santista foram consideravelmente inferiores aos que desembarcaram no rio do Prata.

No caso argentino, a constituição de 1853 previa o voto universal masculino para maiores de 21 anos, naturais ou nacionalizados. Teoricamente esta carta possibilitava uma grande participação popular, mas, na realidade, algumas práticas como o voto cantado – o sufrágio era aberto e o eleitor deveria dizer em voz alta o nome de seu candidato – e o grande número de fraudes inverteram o caráter democrático, privilegiando o manutenção e hegemonia das tradicionais elites políticas do país, o que o historiador Natalio Botana veio a chamar de "representação invertida".[114] Em 1876 uma Lei de Imigração e Constituição fez que nos anos seguintes uma onda de imigrantes do ultramar desembocassem nos portos do país, sobretudo Buenos Aires. Este grande número de camponeses, manufatureiros, indivíduos humildes e pobres logo conformou uma sociedade polissêmica na capital de um país que se dispunha a ser homogêneo, organizado e civilizado.

Esta população heterogênea não era vista sob os bons olhos pelas classes medias e altas da Argentina que "arrancou expressões de xenofobia entre alguns de seus

---

[112] Para mais ver em: CAMPOS, Andrelino. *Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

[113] Para mais ver em: CIBOTTI, Ema, "Del habitante al ciudadano: la condición del inmigrante", en LOBATO, Mirta Zaida (org.) *Nueva Historia Argentina*, Buenos Aires, Sudamericana, 2000.

[114] De acordo com Natalio Botana, esse sistema, não era a sociedade representada no regime político, mas a própria elite dominante, que na prática impunha ao pessoal político através do exercício de fraude e coerção para mais ver em: BOTANA, Natalio R., El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916, Buenos Aires, Sudamericana, 1985.

membros que não vacilaram em utilizar gringo, napolitano, galego ou judio." (CIBOTTI, 2000, p. 373). Nesta interseção entre as práticas políticas elaboradas com a Constituição de 1853 que ditavam quais indivíduos participariam das decisões democráticas e esta grande pluralidade de imigrantes que se localizavam a grande massa de habitantes da cidade de Buenos Aires. Os receios da elite política de que estes imigrantes pudessem participar da vida pública, além do trabalho e do sustento básico de suas famílias, fez com que houvesse vários obstáculos para a nacionalização de indivíduos. Ema Cibotti (2000) identifica que os imigrantes estavam em uma condição entre habitante e cidadão, ou seja, eram almejados pelo Estado para popular o país e se tornarem uma mão de obra qualificada, entretanto se criavam barreiras para que estes pudessem participar das decisões políticas. Entretanto, a autora destaca que apesar destas restrições os imigrantes conseguiram se mobilizar e exercer outras formas de práticas cívicas – diante o modelo de cidadania proposto por Holston (2013) [115] – das quais serão abordadas no capítulo seguinte.

Desta forma, destaca-se o massivo esforço do governo argentino por meio de um incentivo de povoar e suprir a mão de obra do país através de europeus. Por outro lado, no caso brasileiro, tendo em vista uma predatória política escravocrata que perdurou por três séculos, os libertos por meio da lei áurea em 1888 compunham uma grande população que não era mais necessária no projeto social das elites políticas. Amostra deste dado seriam que os negros se ocupavam de serviços subalternos como lixeiros, varredores etc.

Outro dado pertinente é que durante as grandes obras da Avenida Central, milhares de cortiços habitados por ex-escravizados e ou seus descendentes foram demolidos e não se desenvolveram políticas efetivas– nem por parte do governo federal nem municipal -- por moradias populares, resultando na ocupação de morros.[116] Já na Argentina, apesar de algumas cautelas voltadas aos imigrantes, as políticas destinadas à colonização nas províncias vizinhas a Buenos Aires e o planejamento para a construção de casas de obreiros eram estimuladas e aplicadas na Capital Federal. A relação que os governos estabeleciam com estes setores foi um elemento crucial na organização do espaço público de suas capitais, entretanto, apesar das distinções entre ambas, verifica-

---

115 Sobre a cidadania diferenciada ou singular ver mais em: HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil; 1a ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

116 CANTISANO, Pedro Jiménez. Direito, Propriedade e Reformas Urbanas: Rio de Janeiro, 1903-1906. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 401-420, Ago. 2017 .Disponivel em :<http://www.scielo.br/scielo.php>

se o estímulo de um cidadão que se adéque a sociedade capitalista liberal, desde o cumprimento de posturas incluindo formas de consumo.

A constituição brasileira vigente no período a estudado 1891, foi a primeira da era republicana. Para Jose Murilo de Carvalho (2006) esta carta, diante suas normativas, restringia o voto aos homens alfabetizados, maiores de 21 anos, entretanto a participação popular, no que se refere as eleições, não avançara muito em relação a monarquia. Nas eleições para presidente em 1894 somente 2,2% da população teve acesso ao voto. Comparado a última eleição parlamentar realizada durante o Império foi um crescimento mínimo de apenas 1,4 %. O Rio de Janeiro refletia esta desigualdade: o autor aponta que durante as eleições presidenciais de 1894, diante 500 mil habitantes, votaram apenas 1,3% da população.

Em outra de suas obras, José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados* (1987), aponta que na prática a capital carioca, por meio da incisiva interferência do governo federal, neutralizou a participação da população urbana no espaço público. O jogo de marionetes de Rodrigues Alves sobre as instituições municipais, sobretudo a imobilização do Conselho e a indicação de um prefeito com plenos poderes na elaboração de leis e posturas, neutralizou a cidadania na capital brasileira:

> A relação da República com a cidade só fez, em nosso caso, agravar o divórcio entre as duas e a cidadania. Primeiro, por ter a república neutralizado politicamente a cidade, impedindo que se autogovernasse e reprimindo a mobilização política da população urbana. A seguir, quando a República, uma vez consolidada, quis fazer da cidade –capital o exemplo de seu poder e de sua pompa, o símbolo, perante a Europa, de seus foros de civilização e progresso. A castração política da cidade e sua transformação em vitrina, esta última efetivada nas reformas de Rodrigues Alves e na grande exposição nacional de 1908, inviabilizaram a incorporação do povo na vida política e cultural. Por que o povo não se enquadra nos padrões europeus e nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara. (CARVALHO, 1987, p. 162).

Em 1898, a Lei Orgânica da União e Distrito Federal, que ao propor a reforma da polícia do distrito federal, indicou quais seriam as novas atribuições de modo que se adaptassem "**ao sistemas adotados nas grandes capitais** e que mais convenientes sejam á administração da Polícia da Capital Federal, expedindo para estes fins os regulamentos necessários."[117]. O que pode se inferir por meio desta lei que existia um

[117] Lei Orgânica da União e Distrito Federal, de 1898, p.105. Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro. (**grifo nosso**)

projeto muito mais amplo de transformação da Capital Federal que não se restringia a seus aspectos físicos. Mesmo que anterior a grande reforma de Passos iniciada em 1903, a reformulação de seus mecanismos de controle seriam, portanto, aspecto essencial no complexo processo de modernização urbana. A promoção do Rio de Janeiro em Distrito Federal fez que muitas de suas estruturas administrativas não apenas mudassem sua área de atuação, mas que também passassem por um procedimento de atualização.

Na perspectiva de conferir celeridade aos mecanismos de ordem e controle social, o Governo de Rodrigues Alves propõe, por meio da lei número 947, de 1902, a reformulação do serviço policial, dividindo-a entre militar e civil. Esta lei sublinha a necessidade de maior eficácia nos mecanismos de estatística e identificação e os espaços de correção e reabilitação:

> I. A reorganizar a polícia do Distrito Federal, dividindo-a em civil e militar. II.A fazer nova divisão das circunscrições policiais, atendendo ao desenvolvimento e extensão do mesmo Distrito, e às exigências criadas pela reforma determinada nesta lei. III. A regulamentar, anexando-os, os serviços da estatística policial e judiciária e de identificação antropométrica, podendo incumbir de tais trabalhos a um dos membros do Ministério Público do Distrito Federal. IV. A **criar uma ou mais colônias correcionais para reabilitação, pelo trabalho e instrução, dos mendigos válidos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos que forem encontrados e como tais julgados no Distrito Federal.**[118]

Desta forma viu-se que, por parte do Governo Federal, o espaço público na prática tornara-se um *lócus excludente*, pois o grosso da população eram capturados pela intensificação destas leis proibitivas de caráter intrinsecamente liberal e civilizacional. Como se existissem mais alternativas por outra condição social ou até mesmo por ofício, a lei 947 de caráter excessivo classificava explicitamente os agentes da desordem: mendigos, vadios, menores viciosos e capoeiras eram os indivíduos que optaram por desvirtuar dos bons costumes.[119] Sidney Chalhoub (2008), em obra já comentada sobre as classes trabalhadoras no Rio de Janeiro, apresenta como a ideia de ociosidade e vadiagem vinham sendo construídas como ameaça ao trabalho e desenvolvimento nacional desde o regime Imperial e ganhando maiores proporções durante a Republica. Este repertório de ações autoritárias se deveram a percepção de

---

[118] Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902 - Publicação Original, In: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264.

[119] SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. **Topoi (Rio J.)**, o de Janeiro , 5, n. 8, p. 138-169, nho de 04.

Rodrigues Alves, assim como da elite políticas, em relação a condição de grande maioria dos habitantes do Rio de Janeiro.

Como já foi apontado acima, a grande massa composta por ex-escravizados não se ajustava a imagem social ou cultural que as elites políticas contemplavam para a cidade. Azevedo indica que Pereira Passos, por meio de seu projeto de melhoramentos para a capital, propôs a imagem de um carioca ideal que se sobreporia ao carioca real: "Este, muitas vezes maltrapilho e descalço, denunciava em seus hábitos, posturas e expressões corporais as marcas de uma cidade escravista (...)". (AZEVEDO, 2016, p. 386). A fim de resgatar uma nova postura para os habitantes do Rio de Janeiro, o prefeito promoveu uma série de decretos a fim de restringir os hábitos incivilizados. Tais decretos tinham como referência Código de Posturas de 1832 redigido no período Imperial[120] que regulamentou questões de higiene e moral na capital.

Em Buenos Aires, as instituições administrativas também se submeteram a um processo de modernização assim que as jurisdições da cidade passaram a nível federal. Durante a presidência de Roca, nomeou-se o primeiro chefe da recém-formada polícia da Capital. Convocado em dezembro de 1880 pelo presidente da Nação, o chefe Marcos Paz recebeu como sua primeira tarefa a reorganização e redefinição de atribuições das funções policiais em Buenos Aires. No interstício da federalização de Buenos Aires, a polícia era encarregada pela cobrança de impostos municipais, pela limpeza da cidade, administração de cemitérios e prevenção de incêndios. Desta forma urgia-se a necessidade imperiosa de ditar uma lei orgânica o código "que determina as leis de execução da polícia com relação ao público e as autoridades competentes". Na correspondência do intendente Alvear com o chefe de polícia, Marcos Paz, este último exime da obrigação da ação policial pois se limita a cumprir com as portarias municipais de controle das casas de jogo, devido à dificuldade mandados de busca pelos juízes competentes: "Eu cumpro o dever de salvar a responsabilidade desta repartição pela impunidade de infrações que não se podem legalmente perseguir."[121] (*apud* BARRY, 2007, p. 7).

Neste contexto de reajustes das instituições policiais, as autoridades municipais também se organizavam e, devido às reformulações urbanas, em que Buenos Aires se

[120] PECHMAN, Sergio; FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século, *Revista Brasileira de História*, n. 8/9, Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

[121] Revista de Policía , Nº 11, Año I, 1882. Policía de la Capital Federal, "Memoria," Biblioteca Digital, consulta 21 de octubre de 2020 p.129.

modernizava em uma grande metrópole, o espaço público passava a ser palco da coexistência de diferentes sujeitos sociais.[122] Paz para a administração, ou seja, ordem para se alcançar o progresso, o lema do governo de Roca era também a preocupação central de muitos intelectuais da época. Vários indivíduos, portanto, diagnosticaram que apesar das promessas de grandes obras de progresso e transformação material, a cidade expandia e atraía populações de demais regiões do país e de países da Europa. O crescimento exorbitante convulsionou a capital a sofrer um quadro de moléstias. As moléstias poderiam, portanto, ser identificadas nos *maus imigrantes*, aos estrangeiros subversivos que não conferiam o devido valor ao novo país que os acolheram.

No *Censo da Capital Federal*, editado em 1887, entre as várias estatísticas apresentadas na publicação, havia uma seção voltada para a questão policial da qual se indicava participação de estrangeiros envolvidos em delitos criminais. Ao longo de 5 anos, ou seja, entre 1882 e 1887 identificou-se que a maioria dos crimes registrados na cidade contavam com a participação de imigrantes: "Os estrangeiros promovem a criminalidade de Buenos Aires em 59,6% da soma de delinquentes apreendidos, ou seja, mais da metade, figurando entre os estrangeiros, os italianos com 32,3% e todo o restante 27,3%."[123]

No último quarto do XIX Buenos Aires abrigou um agressivo aumento de sua população, devido, em grande parte, a uma imigração intensa principalmente de italianos e espanhóis.[124] O inchaço populacional não foi capaz de proporcionar moradias suficientes para esta massa humana que aportava na capital portenha. Sem condições, muitos imigrantes foram forçados a viver em velhas casas abandonadas pela elite portenha na década de 1870 em virtude de um surto de febre amarela. Neste local, conhecido como *conventillos* (FIGURA 8), os novos moradores pagavam o aluguel pela moradia que passaram abrigar um número grande de famílias sob o mesmo teto.

[122] Revista de Policía, Nº 3, Año I, 1882. "Memoria," Biblioteca Digital, consulta 21 de octubre de 2020 p.22.
[123] Estadística Policial. Censo de La Capital Federal de 1887,. . 555. Buenos Aires, 1887. Biblioteca del Congreso de La Nación.
[124] Para mais ver em: CIBOTTI, Ema, "Del habitante al ciudadano: la condición del inmigrante", en LOBATO, Mirta Zaida(org.) *Nueva Historia Argentina*, Buenos Aires, Sudamericana, 2000.

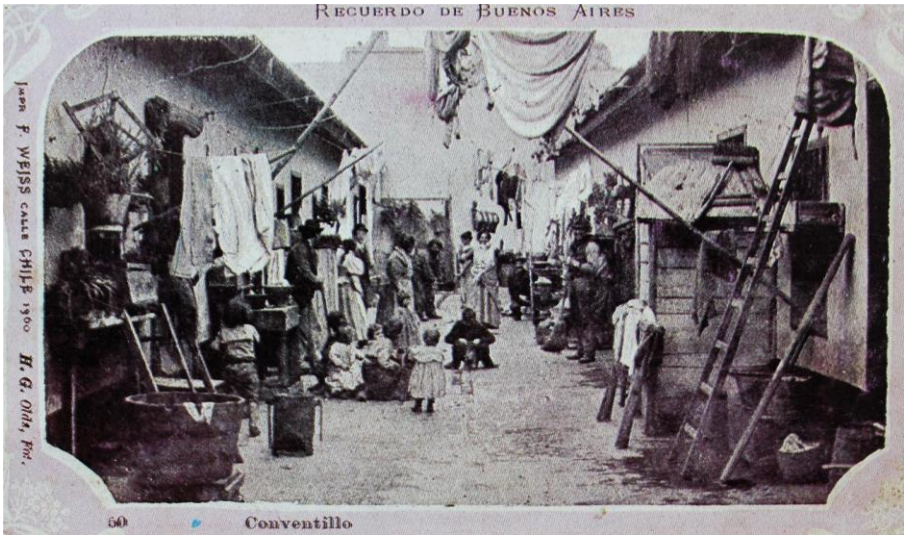


FIGURA 8 - Típico conventillo portenho no início do século XX . Harry Olds. aproximadamente fotografado nos finais do século XIX e início do século XX. Archivo General de la Nación, Depto Documentos Fotográficos.

Margarita Gutman e José Enrique Hardoy revelam pertinentes informações sobre as os mecanismos de coerção. De acordo com os autores tais métodos tinham variadas formas de aplicações à medida que representavam problemas de natureza distintas: enquanto os *conventillos* correspondiam a um problema higiênico, a partir do ano de 1880 a mobilização de trabalhadores em associações e agremiações fez com que a questão social se tornasse uma preocupação para que as elites buscassem formas efetivas de coerção policial. Este tipo de ocupação habitacional por um tempo rendeu muitas cifras aos especuladores e proprietários, principalmente com os aluguéis. Entretanto, quando se agravam problemas como epidemias e focos de crime, as elites políticas passaram a tomar providências mais céleres e efetivas. Um dos primeiros foi a expansão da zona urbana de Buenos Aires na continuidade de quadras em formato semelhante a um tabuleiro para impedir que se formassem grandes aglomerações, uma vez que os *conventillos* se encontravam cada vez mais buscados pelas classes mais pobres, devido a especulação imobiliária. Outra medida realizada pelo poder público foi o aumento dos valores de impostos municipais a fim de coibir o número de ocupações e a lotação nessas habitações.

Influenciadas pela perspectiva positivista, as elites políticas implementaram medidas de cunho médico sanitarista sobre as classes populares de Buenos Aires. Uma das preocupações dos técnicos e políticos compromissados com a reforma urbana consistiu na criação de estações de tratamento de água e encanamento. Entretanto, essa

questão de salubridade e saneamento também era relacionada à população, da qual o corpo social deveria ser sano para seu melhor funcionamento. A atenção do poder oficial se voltou principalmente para onde se identificavam os maiores focos de epidemias de doenças como febre amarela e cólera, neste caso nos bairros populares, principalmente nos *conventillos*. Em 1884, era requisito principal para frequentar as escolas públicas que a criança levasse certificado de vacinação. No ano de 1886, foi aprovada na legislatura da cidade uma lei que promovia a este procedimento como público e obrigatório.[125] Tal medida muitas vezes foi largamente contestada e sofreu resistências por parte da população.

2.2 – Mecanismos de normatização do espaço publico

Com o objetivo de melhor identificar estas leis e demais ações como ordens de despejo e prisões, buscou-se classificá-los de acordo com a própria nomenclatura das áreas de atuação da Municipalidade. A classificação definida foi baseada nas comissões do Conselho Municipal de Buenos Aires, que acreditamos que alcançariam todos os aspectos e locais do espaço público urbano durante seu processo de modernização. Portanto a ordenação destes aspectos urbanos foi seccionada em: *Obras Públicas*, *Salubridade e Higiene; Moral e Ordem Pública; Urbanização Cívica*. No que se refere às *Obras Públicas* recorremos a documentos compostos por leis, ordenanças e posturas (municipais e federais) que se referem a reformulação, demolição e renovação de edifícios, praças, ruas e avenidas das capitais. *Salubridade e Higiene* prestará foco às determinações municipais que fiscalizam a venda de alimentos e suas condições de manuseio e armazenamento, além da inspeção e o recolhimento de animais nas vias. Também compõe este item a questão de saúde pública como as vacinações e demais ações que se destinaram a contenção de enfermidades e doenças. O item *Moral e Ordem Pública* se concentra nas proibições de hábitos vistos como rudes, incompatíveis com o projeto civilizador das elites políticas: seriam alvo das municipalidades atos como a proibição de cuspir e urinar na via pública até a interdição da venda de bilhetes de loteria, práticas de adivinhação e a circulação de publicações imorais. A *Urbanização Cívica* compõe as obras que buscavam difundir pelas cidades monumentos voltados para ritualização de heróis, datas e feitos que se relacionavam à pátria e promoviam o

[125] Para mais ver em: LISCIA, Maria Silvia .Marcados en la piel :vacunacion y viruela en Argentina (1870-1910), 2010.

nacionalismo. Além destes, estaria a questão mais complexa para as elites que correspondia a mecanismos de vigilância e proibição da circulação de agentes vistos como perturbadores da ordem pública, assim como a institucionalização de casas de reabilitação destes agentes como asilos de mendigos, orfanatos e prisões.

2.2.1 - Obras Públicas

No que se referem as grandes obras que redefiniram definitivamente o traçado urbano destas capitais, estes empreendimentos poderiam ser classificados como dispositivos de controle social? De natureza estética e/ou técnica, *a priori,* não se trata de enquadrar todas as obras dentro desta perspectiva, mas identificar como a implementação de algumas e suas consequências se manifestaram a ponto de restringir as atividades e ações de diversos grupos sociais. Neste caso as reformas e construções de novos equipamentos urbanos também significaram desapropriações e consequentemente a remoção de algumas atividades, práticas e até mesmo de pessoas para outro recintos da cidade. Outro fator é que muitas das obras públicas constavam para os administradores municipais dentro dos projetos de embelezamento. As obras desta natureza voltavam-se para a monumentalização de avenidas, praças, ruas e edifícios. Ou seja, os antigos equipamentos urbanos sofreriam uma radical intervenção estética ou sua total demolição e geralmente ganham uma dimensão maior do que o modelo do qual substituiu.

David Harvey, em obra já citada,[126] identifica que a monumentalidade e a espetacularização do espaço urbano, neste caso a capital francesa, funcionavam como poderosos mecanismos de persuasão. As grandes praças, estátuas e edifícios que eram acessados por grande parte da população colocava em evidência a magnitude não apenas da cidade em si, mas do poder oficial que a concebia. Todo este espaço conformava uma espetacularização da cidade, que "sempre foi fundamental para a vida urbana, e por muito tempo seus aspectos políticos desempenharam um papel importante na construção da legitimidade e do controle social". (HARVEY, 2015, p. 283).

Iniciando a análise desse processo em Buenos Aires, o primeiro caso a ser identificado será a demolição da Recova Vieja (FIGURA 9).[127] Construída nos finais do

[126] Para mais ver em : HARVEY, David. *Op. cit.* 20

[127] Plaza de La Victoria e Recova. Colección Witcomb fs, 1882. Archivo General de La Nacion.

período colonial, ou seja, menos de 10 anos para se iniciarem os movimentos de independência, a Recova Vieja era uma grande construção de estilo barroco ibérico, sustentada por vários arcos que funcionava como mercado. Sua localização circundava a antiga praça da Vitória que posteriormente se uniria a praça 25 de Maio. Em meados do século XIX este local, um dos grandes pontos comerciais da cidade, passou a ser propriedade de uma abastada família da cidade, os Anchorena. Com a federalização de Buenos Aires, e os projetos que visavam sua melhoria, se discutia sua demolição a fim de possibilitar a unificação das duas praças que vieram a se tornar a atual Praça de Maio.



FIGURA 9 - Plaza de La Victoria e Recova, 1882. Verifica-se que atrás da Pirâmide de Mayo na parte direita da imagem está uma construção com vários arcos de estilo barroco. Trata-se da Recova Velha. Archivo General de la Nación Depto. Documentos Fotográficos.

Apesar ter sido propriedade da elite portenha, o mercado era apropriado pelas classes populares. A localização central e a variedade de produtos faziam que a população frequentasse este local. Iniciaram-se, portanto, debates sobre as condições do local, sobretudo seu estilo arquitetônico, um barroco ibérico do período colonial, que neste contexto não poderia estar mais ultrapassado. Além disso, pesava o tipo de comércio indesejável realizado e as suas condições de higiene.[128] Nas Memórias

[128] Para mais ver em: BOSELLI ,Alberto. RAPONI, Graciela. 1884: Gestación del imaginario Plaza de Mayo FADU. BUENOS AIRES, marzo de 1998.

Municipais de 1882, se relatava o rechaço que as entidades da Intendência tinham sobre a velha recova: "Aquele deteriorado e anti-higiénico edifício se conserva como uma espécie de muralha que se opõe à realização do pensamento."[129]

Definidos os problemas que a Recova representava – anti-higiênica, deteriorada, ultrapassada e local de hábitos indesejados –, Alvear se pôs a trabalhar junto ao Conselho Municipal para conseguir sua expropriação e consequentemente sua demolição. Em março de 1884, foi sancionada uma ordenança declarando sua expropriação:

> (...) tenho a honra de acompanhar ao senhor intendente cópia legalizada da ordenança sancionada em sessão a noite pelo Honorável Conselho que presido de acordo com a nota desta Intendência da data de 28 de fevereiro passado pedindo fundos para levar a cabo a expropriação da Recova Velha (...) Buenos Aires, 11 de março de 1884.[130]

Como foi já apontado, a demolição da Recova tinha por essência uma variedade de motivos. O objetivo primordial seria a unificação de duas praças de modo que se transformassem em uma e além disso inaugurou um eixo simbólico, que seria o início da Avenida de Mayo. Entretanto, o que se identificou, além destas propostas, é que sua extinção, enquanto mercado e local de apropriação das classes populares, evidenciou uma guerra de apropriações no espaço público portenho. As obras de demolição iniciadas em maio de 1884 reafirmaram a aprovação de Ordenança do mesmo ano no que se relacionava a edifícios ruinosos:

> (...) a demolição destes responde a diferentes objetos a saber: a segurança, o embelezamento, ou melhora do local, desde que são substituídos por novas construções e muitas vezes ao projeto das ruas. Das cento e nove ordens de demolição que se foram feitas no ano, dezenove preenchem este último propósito pois as propriedades respectivas se achavam situadas fora da linha traçada sufocando as ruas.[131]

Neste aspecto é possível constatar como obras que têm uma variedade de propostas, por meio da anulação do uso do espaço por um determinado grupo,

---

[129] Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1883.,Imprenta M Biedma, 1884. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

[130] Fondo M. Alvear. Correspondencia Girada. Municipalidad de la Capital,11 março de 1884. Archivo General de Buenos Aires. Tradução do Autor.

[131] Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1884, Imprenta M. Biedma, 1885. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, p.ág273.

fragmentam suas práticas e os condiciona para que se dispersem. O instrumento legal, ou os dispositivos que auxiliaram esta prática, foi a Lei Geral de Expropriação de Bens de 1876, que devido sua efetividade foi aproveitada após a federalização de Buenos Aires e não foi reescrita posteriormente:

> o Senado e a Câmara de deputados da nação argentina reunidos em congresso sanciona com força de: *artigo 1* estão sujeitos a expropriação aqueles bens do domínio provincial ou particulares cuja ocupação se requeira para utilizar obras de utilidade nacional. *artigo 2* O Congresso autorizará a expropriação declarando em cada caso a utilidade pública da ocupação.[132]

Como suporte a esta lei, em 4 de novembro de 1884 foi sancionada uma legislação voltada exclusivamente para a jurisdição da Capital federal, que autorizava a Municipalidade nos processos de ocupação e expropriação de imóveis que afetassem os projetos urbanísticos. Este mecanismo, apesar de posterior a demolição da Recova Vieja, foi pertinente para a abertura da Avenida de Mayo, eixo do qual sairia exatamente da praça reformada, neste já batizada de Plaza de Mayo:

> O Senado e Câmara dos Deputados da nação argentina reunidos no congresso et, sancionam com força de lei : art. 1 se declara de utilidade pública a ocupação das propriedades particulares no município da capital que se encontrem posicionadas fora de sua linha adotada para a delineação das ruas e se autoriza a municipalidade a expropria-las sempre que o considere de necessidade urgente para regularizar as vias públicas a menos que os proprietários estejam dispostos a se colocarem dentro da linha adotada. - art. 2 se declara igualmente de utilidade pública e se autoriza a expropriação de toda propriedade que resulte afetada pelo projeto ou pelo novo traçado e abertura de ruas que a municipalidade ordene, sempre que os proprietários não estejam dispostos a ceder gratuitamente os terrenos que dificultam estas obras.(...) - art. 4 autorizasse igualmente a abertura de uma avenida de 30 metros de largura pelo menos que partindo da praça de maio divida pela metade as quadras compreendidas entre de Rivadavia e Victoria e termine na de Entre Rios.[133]

Além da Avenida de Mayo, vários bulevares – estas amplas avenidas de larga escala, iluminadas e de este aspecto monumental que atraia o deleite e também os investimentos burgueses –, foram abertas no tecido urbano de Buenos Aires. Resultado

---

[132] Sessões do Congresso Argentino, 7 de setembro de 1876. in: Digesto de ordenanzas, reglamentos, acuerdos decretos de la municipalidad de Buenos Aires. 4 edicion 0. in: Biblioteca Congreso de la Nación. Colección reservada,. . p. 161.

[133] Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1883. Tomo I, Imprenta M Biedma, 1884. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, pág17 e, 18.

de grande polemica, a abertura da Avenida de Mayo gerou debates sobre as desapropriações e até mesmo propostas conflitivas de renovação urbana. O ex-presidente Sarmiento, por exemplo, teceu árduas críticas ao modelo de renovação urbana a partir da avenida. Alvear tinha a proposta de ressignificar e renovar o espaço público central da cidade, insistindo em sua centralidade a partir do eixo praça-avenida, contrária a proposta de Sarmiento de expansão para fora do antigo núcleo. A necessidade de construção ou abertura de avenidas e ruas tinha como princípio a higienização e a estética, pois de acordo com a corrente urbanística da época vias de escala mais ampla proporcionavam maior ventilação ao contrário das sufocadas ruelas. Tal princípio era defendido nas memorias municipais da gestão de Alvear:

> A abertura de novas ruas não pode nem deve fazer-se senão em condições que a viabilidade a higiene e o ornamento da cidade exigem e que por omissão faz se efetivado até que não se faça exagerada imperfeição, difícil de se remediar em seguida.[134]

Estes bulevares também funcionavam como artérias que ligavam a pontos estratégicos da cidade. Se a Avenida de Mayo conectava o centro da cidade até a praça cívica, a ornamentada Avenida Alvear (FIGURA 10), por exemplo, tinha como função conectar com áreas de lazer da cidade, como os parques de Palermo e também o Parque da Recoletta:

> (...) e considerando em quanto a questão da Avenida Alvear: que a linha proposta pelo senhor Intendente não só consta a beleza desta avenida senão as necessidades do presente e do futuro, fazendo desaparecer uma encruzilhada que a enfeia e um obstáculo para o transito.[135]

[134] Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1884, Imprenta M Biedma, 1885. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.,p. 177.
[135] Memorias Municipales de la Intendencia de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondiente a 1883. Tomo I, Imprenta M Biedma, 1884. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aire, pág 80.



FIGURA 10 - Avenida Alvear, meados de 1900, Archivo Genral de la Nacion. Archivo General de la Nación Depto. Documentos Fotográficos.

Os parques, ou passeios, também tinha a função de higienizar a cidade. Formado por lagos, gramados e arvores, conformavam pequenos pulmões da área urbana. O tradicional terreno da Recoleta, uma área acidentada que formava uma pequena colina na área norte da cidade, foi desapropriado de seus antigos proprietários, os monges recoletos, e sofreu uma intervenção paisagística. Para Alvear esta área que estava sob a guarda dos monges era mal aproveitada e, portanto, o público não poderia desfrutar de um local que proporcionava maior contato gramados, arvoredos e lugares ao sol. Desta forma criaram no local o tradicional Paseo de la Recoleta (FIGURA 11). Por meio das premissas que defendiam que a circulação, os espaços abertos são um antídoto contra os miasmas que angustiavam os habitantes da cidade. O Presidente do Conselho Municipal de Buenos Aires, Don Manuel Peralta, destacou a importância dos passeios públicos na questão de higiene e estética urbana:

> Os passeios públicos não só são um solaz senão uma necessidade da higiene das cidades e em nenhum país da terra como no nosso se carece de terrenos necessários para este destino. O aproveitamento dos terrenos da barranca da Recoleta transformado-os em um passeio de utilidade e beleza com um panorama incomparável preencheu uma necessidade na parte norte da Cidade.[136]

[136] Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1884, Tomo II, Imprenta M Biedma, 1884. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires TOMO II, pág 100.



FIGURA 11- Jardín de la Recoleta. Censo General de la Población de Buenos Aires, 1887. Biblioteca del Congreso de la Nación.

No Rio de Janeiro, as obras públicas também se manifestaram sob várias naturezas. A obra mais significativa empreendida pela prefeitura foi a abertura da Avenida Central, que sob a inspeção de uma Comissão nomeada pelo Presidente Rodrigues Alves tinha como objetivo estratégico conectar o porto, que também seria reformado até a área central da cidade. Por meio do Decreto nº 4.969, de 18 de Setembro de 1903, o presidente da república aprovou todos os planos realizados e além disso apontava que a desapropriação de imóveis em todas as áreas contempladas pelas obras. Sob o contexto em que o Brasil era um grande exportador de matérias primas, sobretudo o café, a avenida poderia ser sumariamente identificada apenas como um eixo que se interligava ao porto do país. O prefeito Pereira Passos, em carta dirigida ao Senado Federal, ressaltou que abertura da Avenida Central (FIGURA 10) e demais ruas no centro, além de embelezar a cidade, auxiliaria o fluxo do tráfego urbano:

> Empenhado em sanear e embelezar a cidade, organizou o governo municipal um plano geral de melhoramentos compreendendo a abertura de diversas ruas, alargamento e prolongamento de outras, de sorte a satisfazer juntamente com a abertura da Avenida Central a todas as necessidades de tráfego de veículos. Aprovado pelo decreto n 459 de 19 de Dezembro de 1903, acha-se aquele plano em ativa execução, algumas ruas já tendo sido alargadas ou prolongadas, prosseguindo em outras os trabalhos. As obras da Avenida Central executadas pelo Governo Federal, vão tendo a mesma ativa execução.[137]

[137] Carta de Pereira Passos ao Senado Federal, junho de 1904. Collecção de Leis Municipais e Vetos (RJ) - 1897 a 1931. Ano 1904\Edição 15.,pág 3. Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.



FIGURA 12 - Avenida Central. Marc Ferrez ,1908. Coleção Brasiliana Fotográfica Biblioteca Nacional

Entretanto existiram fatores que também poderiam ser analisados sob outra perspectiva. O Rio de Janeiro, cidade habitada por uma imensa população de baixa renda, principalmente composta de ex-escravizados, tinha seu centro moradias populares das quais os valores dos alugueis de quartos e demais cômodos eram mais acessíveis comparados a crescente especulação financeira que irrompe na cidade. O projeto do porto assim como da Avenida Central fazia parte de um plano de melhoramentos do qual se previa a demolição de edifícios e abertura de ruas, sobretudo na área central. Desta forma, uma série de leis e resoluções propiciaram que Pereira Passos obtivesse maior autonomia e autoridade sobre estas obras. No final do ano de 1903, um decreto presidencial conferia ao prefeito poderes para desapropriar terrenos ou edifícios que fossem constatados de utilidade pública:

> Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil: Usando da autorização conferida pelo art. 2º do decreto n. 1021 de 26 de agosto deste anno, resolve aprovar o regulamento que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, de consolidação e modificação processo sobre as desapropriações por necessidade ou utilidade pública para todas as obras da União e do Distrito Federal.[138]

Como já foi apontado no capítulo anterior, o consentimento de Rodrigues Alves e de alguns deputados que consolidaram a gestão de Pereira Passos de forma mais

[138] Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1903, 15º da República. Francisco de Paula Rodrigues Alves.

autoritária se transformou em um enérgico dispositivo de regulamentação do espaço público. Dentro das justificativas técnicas apresentada, um decreto do prefeito apontava para a necessidade de realizar o "alargamento de diversas ruas, tendente ao **melhoramento das condições estéticas e sanitárias da cidade.**[139] Em suas mensagens enviadas ao Conselho Deliberativo, que consistia em uma espécie de relatório e prestação de contas da Prefeitura a este órgão, Pereira Passos justifica a expansão do calçamento como uma forma de homogeneizar a cidade, do qual os termos limpeza e perfeiçãose adequam a perspectiva de estetização urbana:

> Justifica-se a primeira medida a necessidade que tem a Prefeitura de estender o calçamento aperfeiçoado a maior parte da zona urbana desta capital já como precioso meio de saneamento permitindo a limpeza meticulosa e perfeita da via pública já como melhoramento estético e a impossibilidade em que se acha de faze lo sem o concurso dos proprietários de prédios, que, a sua maioria dispostos a prestar auxílio cuja conveniência reconhecem, encontram tenaz resistência em uma minoria de refratários a qualquer progresso ou melhoramento (...).[140]

No mesmo documento apresenta a variedade de obras empreendidas com a alocação de vários equipamentos e de suas obras de monumentalização, atividade que consistia no alargamento e prolongamento, de avenidas. A Avenida Beira Mar (FIGURA 13), um empreendimento inovador para a época pois conciliava acompanhar a orla do mar interligou o centro da cidade com a zona sul carioca, promovendo o caráter de conectar as áreas da cidade como um organismo se conecta a seus órgãos:

> Calçamentos , pontes, mictórios, jardins, arborização , bebedouros, mil pequenos melhoramentos, que tende visto executados , reclamavam verba e forçoso foi diminui o impulso que tinha sido dado á execução de obras do plano de melhoramentos, até que fosse realizado o empréstimo operação indispensável para sua completa realização. Entretanto trabalhou-se e conseguiu bastante. a Maior atividade foi dada as obras de alargamento e prolongamento da rua Marechal Floriano e da construção da avenida beira mar na parte compreendida pela praia de Botafogo a qual ficara pronto em meses.

---

[139] Boletim Municipal, 1903, II páginas 4 e 5. Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

[140] Mensagem Do Prefeito Do Distrito Federal dada na Sessão do Conselho Municipal 1 Setembro de 1904, Rio De Janeiro, 1905, pag.11.Arquivo Museu da República.



FIGURA 13 - Avenida Beira Mar, Rio de Janeiro. Acervo Iconográfico Digital Biblioteca Nacional.

Neste aspecto, o termo estético, que a princípio pode ser visto como apenas uma remodelação, carrega um caráter autoritário da cultura burguesa ao configurar o espaço público. Em uma perspectiva benjaminiana, poderíamos identificar nestas ações municipais como um processo de *estetização da política.*[141] Em outras palavras, não se trata apenas de limpar o espaço físico, mas também o espaço social. Já nesta resolução do final de 1903, Pereira Passos possui autonomia da qual o liberta da necessidade de consultar o Conselho no que se referia a abertura de ruas, praças e demais equipamentos urbanos:

> (...) a resolução que trato exorbita das atribuições do Conselho Municipal em face do art 3º da lei 1101, de 9 de Dezembro de 1903 que dá ao prefeito competência para regular a abertura de ruas, praças , estradas e caminhos e resolver sobre as desapropriações para a abertura, alargamento e retificação das ruas e praças.[142]

Sob a perspectiva de obter total controle sob o espaço urbano e de que nenhuma futura obra viesse comprometer os projetos de melhoramento do distrito federal, ainda no ano de 1903 foi lançado um decreto que proibia a construção, reforma ou modificação dentro da área prevista para as obras da Prefeitura:

---

[141]Willi Bolle destaca que Benjamin identifica na cultura fascista, a arte de dominar as massas, pela criação de ilusões, espetáculos e monumentalização de cunho estético. Para tal usa a moderna estética de massas, o que Benjamin chama a "estetização da política". Para mais ver em: BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: FAPESP: EDUSP, 1994.

[142] Rio de Janeiro ,3 de junho de 1904, p. 85. Collecção de Leis Municipais e Vetos (RJ). Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

> Decreto nº 391 do Prefeito Regula a construção, reconstrução, acréscimos e conserto de prédios. Art. 1 Nenhuma da obra de Construção, e construção, acréscimos e modificações de prédios poderá ser começada nas freguesias sem licença da Prefeitura.[143]

Estas duas últimas legislações – a resolução e o decreto – representaram um repertório de dispositivos que controlavam o espaço público. No momento em que este não é apenas regulado pelas entidades municipais, mas que passa a ser controlado excessivamente pela pessoa do prefeito, as ações e práticas dos habitantes sobre suas próprios imóveis ficam submetidos à vontade municipal.

2.2.2 - Moral e Ordem Pública

Neste item serão trabalhadas uma diversidade maior de leis, ordenanças e decretos uma vez que o que engloba a questão da moral e da ordem pública se aplica desde a contenção de hábitos vistos como indecorosos – cuspir, urinar e falar palavras obscenas – até a proibição do trânsito de alguns indivíduos no espaço e sua consequente prisão. Ou seja, para civilizar o espaço público era necessário que os que nele habitassem possuíssem hábitos e práticas polidos e refinados. Por outro lado, a anulação de alguns agentes indesejados deste local era necessária. Sob este aspecto já discorrido acima, as interpretações foram de grande influência para a categorização de tipos sociais que não se enquadram nesta nova proposta urbana.

Em Buenos Aires uma legislação criada 1858, ainda quando estava sob a condição de Capital da Província, foi apropriada após sua federalização, que proibia a mendicância nas ruas.

> Ordenança - sancionada o 3 de setembro de 1858. proibindo a mendicância pelas ruas. art 1 a partir desde o dia em que se abra o asilo de Mendigos fica absolutamente proibido a mendicância pelas ruas, tanto exercida por homens quanto por mulheres. art.2 Toda pessoa que depois de estar em vigor esta ordenança se encontra pelas ruas pedindo esmola será conduzida ao asilo de Mendigos se é pobre de solenidade. Em caso contrário se considerará como vadia e exploradora da caridade pública e entregue como tal ao juiz

[143] Boletim Municipal, 1903, pag. 90. Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro. Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

> correcional para que se apliquem as penas que a lei determina. art. 3 a Polícia fica encarregada do cumprimento desta ordenança.[144]

O que esta lei a princípio aborda é a proibição do ato de mendigar e não essencialmente o trânsito de mendigos. Entretanto, é viável refletir que ela também tinha poder de excluir alguns agentes urbanos. A mendicância era possivelmente uma das poucas formas de subsistência de alguns indivíduos. Com a proibição de uma prática que lhes garantiria algum provento, estes não teriam muitas alternativas: ou ser preso, ou deixar de mendigar. De qualquer forma o resultado seria a eliminação de um agente no espaço público. No caso do Rio de Janeiro o foco da proibição já era mais amplo e não proibiam práticas, mas sim os agentes. Desde os primeiros anos da República, no primeiro código de posturas Rio de Janeiro,[145] definida como Distrito Federal, estes sujeitos já eram foco das leis que restringiam sua circulação. No ano seguinte, em 1890, o novo Código Penal Brasileiro reservou capítulos que especificam sobre as condições de vadios, mendigos e capoeiras.[146] A preocupações a respeito destas categorias eram tão evidentes que no decreto que define a reforma do Serviço Policial, de 1903, se postulam as penas que deveriam estabelecidas:

> Artigo 358. A organização policial do Distrito Federal é a constituição sistemática dos agentes indispensáveis para a proteção dos direitos individuais e a manutenção da ordem pública. Art. 353 o processo e julgamento dos mendigos, vadios ou vagabundos e capoeiras será o do arti, 6 da lei n 628 de 28 de outubro de 1898.[147]

O que podemos refletir sobre algumas distinções entre as leis, no caso de Buenos Aires e Rio de Janeiro, é que enquanto na capital argentina existe uma restrição aos mendigos, na capital brasileira existia uma restrição a outros agentes sociais como os capoeiras. O que deixa evidente são as diferenças sociais no passado recente dos dois países. As perseguições às práticas de capoeiragem se direcionam de forma sumária e

---

144 Digesto de ordenanzas, reglamentos, acuerdos decretos de la municipalidad de buenos aires. 4 edicion publicacion . 90. Biblioteca del Congreso de la Nación. Colección Reservada. pag.597

145 Neste código de posturas, a pena de mendicância era liberada para algumas ordens religiosas e Código de Posturas da Cidade do Rio de Janeiro, 1899. página 50 Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro: Posturas Municipais.

146 Decreto Nº 847, De 11 De Outubro De 1890 , Promulga o Código Penal Dos Estados Unidos Do Brazil. LIVRO I Dos crimes e das penas. in: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086

147 Regulamento do serviço policial do Distrito Federal. Decreto Número 4763 de 5 de fevereiro de 1903. Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

específica aos ex-escravizados deixando a mostra os reflexos da escravidão e a criação de mecanismos que anularam a herança cultural de grande parte de uma população negra no país. Enquanto que a mendicância e vadiagem era uma condição social, poderia se notar a intolerância a práticas socioculturais que constavam na essência dos capoeiras.

Por outro lado, foram criados dispositivos, frutos da modernidade, que eram voltados para a disciplinarização e a reabilitação destes agentes. Os asilos de mendigos e as casas de correção eram clássicos aparatos coercitivos que tinham a capacidade de reintegrar os indivíduos na sociedade civilizada, como aponta Michel Foucault: "O trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade". (FOUCAULT, 2003, p. 199). Desta forma verifica-se que as casas de correção, ou instituições disciplinadoras, possuem em sua essência a capacidade de converter *cidadão real* em *cidadão civilizado.* Seguindo as prescrições destes novos aparatos é que a Intendência de Buenos Aires, em 1880, divulga um resolução que regula as atribuições e funções para o asilo de mendigos:[148]

> Regulamento para o asilo de Mendigos. Ditado em maio de 1880. Artigo: 3 toda pessoa admitida no estabelecimento, desde sua entrada, contrai a obrigação de conformar se às prescrições deste regulamento e a qualquer medida de ordem que se ditar em diante.[149]

Em 1883, uma ordenança é sancionada pelo Conselho Municipal e pela Intendência de Buenos Aires, com o propósito de chamamento público para o projeto de uma Casa de Correção, do qual seus reclusos seriam submetidos ao trabalho:

> A ordenança que sancionaste em 2 de novembro, disponibilizando-se chamará a concurso para a apresentação de planos de uma casa de correção e trabalho com capacidade para duzentos cinquenta asilados foi executada pela Intendência. com a publicação do aviso respectivo que fez o 14 do referido mês redactado baixo as mesmas bases de vossa disposição. não obstante a

[148] Michel Foucault (2000), em seu trabalho sobre estes tipos de instituições, observa que o asilo surge como um local que não tinha a princípio o tratamento ou reabilitação, ,ma espécie de limpeza dos indivíduos indesejados; Para mais ver em: FOUCAULT, Michel. Nascimento do asilo. H*istória da loucura na época clássica* São Paulo, SP: Perspectiva, p. 459-503.

[149] Digesto de Ordenanzas, Reglamentos, Acuerdos y Decretos de la Municipalidad de Buenos Aires. 4ª edicion 1890, pág.597.

> secretaria não tem recebido até a data e apesar de ter sido vencida o prazo fixado, plano algum a respeito.[150]

No Rio de Janeiro, uma vez que se criou leis que impediam o trânsito de mendigos na cidade, foram indicadas que estes seriam encaminhados para o Asilo São Francisco: Decreto nº 403 do Prefeito Dispõe sobre o recolhimento de tiradores de esmolas e mendigos - os inábeis serão encaminhados ao Asilo São Francisco de Assis, os outros às autoridades competentes.[151] O que vemos, portanto, é a proibição de algumas práticas ou de agentes, e inferimos que as reformas urbanas não se restringiam apenas a construção de novos equipamentos urbanos. Foi um processo de magnitude social e cultural, reformando o espaço público em sua todas as suas esferas.

Entretanto, estas ações não foram as únicas com o sentido de civilizar o espaço. Uma quantidade de outras práticas, que a primeira vista eram quase despercebidas, começaram a ser proibidas: entre usanças, estava a proibição de cuspir nas ruas, banhos nus, inferir palavras obscenas, realizar jogos de "azar", etc. Todas eram atos rudes, que correspondiam as "velhas usanças" (BENCHIMOL, 1990, p. 277). Em Buenos Aires foi apropriada a disposição de 1872 que proibia "proferir em público palavras obscenas, baixo multa de 100 pesos" e "(...) banhar-se nu em público e os que contraponham a esta disposição sofrerão uma multa de 100 pesos".[152] No Rio de Janeiro, a nudez tomada como ofensa também era punida: "é proibido tomar banhos nas praias em estado de nudez completa, ou por quaisquer outros modos que ofendam a decência pública".[153] Seguindo este repertório de proibições, um decreto de 1903 determinava o uso de escarradeiras em estabelecimentos públicos e proibia cuspir e escarrar nos veículos de transporte de passageiros.[154]

As proibições seriam uma prática da pedagogia civilizatória: proibir é civilizar. Estas duas palavras cada vez mais se tornaram interdependentes. A semelhança de

---

[150] Memorias Municipales de la Intendencia de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondiente a 1883. Tomo I, Imprenta M Biedma, 1884. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires,.pág. 657.

[151] Rio de Janeiro, Boletim Municipal 1903, p. 125 e 140. Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

[152] Digesto de Ordenanzas, Reglamentos, Acuerdos y Decretos de la Municipalidad de Buenos Aires. 4ª edición 1890. Biblioteca Congreso de la Nación. Colección Reservada,.pág. 615.

[153] Colecção de Leis Municipais e Vetos (RJ) - 1897 a 1931. Ano 1900\Edição 00007 (1), pág 179. Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

[154] Colecção de Leis Municipais e Vetos (RJ) - 1897 a 1931. Ano 1903\Edição 00013, decreto nº 422 de 15 de maio de 1903 pág 53. Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

práticas que eram proibidas tanto em Buenos Aires como Rio de Janeiro indicam o caráter das modernizações urbanas, um processo cosmopolita de ajuste ao novo *modus vivendi* ocidental. Nem mesmo os jogos de loteria foram tolerados por ambos prefeitos. Sob a gestão de Alvear uma lei que proibia os jogos de loteria foi sancionada da qual sua validade se efetivou na capital e em todo país: "Desde o 1 de Janeiro de 1886 fica absolutamente proibido o jogo de loterias na Capital e em território nacional. Proíbem-se assim mesmo a introdução, expedição ou circulação de todo bilhete de loteria".[155] Pereira Passos revela que sua restrição a venda de bilhetes de loteria seria também uma forma de reduzir o trânsito de vendedores nas áreas centrais que ao seu ver perturbavam a região: "tenho procurado pôr termo à praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, que, por toda parte, perseguiam a população, incomodando-a com infernal grita e dando á cidade o aspecto de uma tavolagem" (*apud* BRENNA, p. 99).

No que diz respeito ao decoro, nas duas cidades foram tomadas medidas de censura a algumas publicações, que eram tidas como imorais. Em carta ao chefe de polícia, Marcos Paz, o intendente de Buenos Aires, reforça sobre a ordenança que proíbe a circulação destes tipos de impressos:

> Senhor Chefe de polícia, aos efeitos do artigo 3º da ordenança sancionada pelo conselho deliberante com data 15 do corrente, me dirijo a v. s. acompanhado de cópia autorizada de dita disposição que proíbe a venda, exposição ou distribuição de escritos impressos, etc. e outros objetos de carácter imoral.[156]

Uma lei de mesma natureza foi sancionada também no Rio de Janeiro, da qual o prefeito Passos tinha autonomia para decidir a destinação destas publicações:

> os escritos, impressos ou objetos vendidos ou em exibição, reconhecidos imorais serão apreendidos além de pena acima que ficam sujeitos os que venderem, distribuem ou exibirem. O prefeito providenciará sobre o destino que devem ter os escritos, impressos ou objetos apreendidos.[157]

---

[155] Digesto de Ordenanzas, Reglamentos, Acuerdos y Decretos de la Municipalidad de Buenos Aires. 4ª edición 1890. Biblioteca Congreso de la Nación. Colección Reservada. p.á611.

[156] Correspondencia Girada - Municipalidad de La Capital, 1883, Octubre 18, 1885. Archivo General de Buenos Aires.

[157] Colecção de Leis Municipais e Vetos (RJ) - 1897 a 1931. Ano 1900, edição 07, pág 96. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Somada a esta quantidade de leis, resoluções e decretos outras proibições foram lançadas. Em Buenos Aires foram efetivados vários mecanismos legais que restringiam os jogos de adivinhação,[158] a apresentação de peças teatrais que afrontarem partidos ou figuras políticas[159] e aos jogos de água no Carnaval.[160] A prostituição também foi limitada. Porém, na capital argentina este tema foi tratado na maioria dos casos sob o viés de Saúde Pública, portanto desenvolvemos análise mais aprofundada sobre este tema no item a seguir, intitulado Salubridade e Higiene. Entretanto, nos dois casos apresentados a seguir, a polícia interveio para deter mulheres que exerciam clandestinamente o serviço de prostituição, pois havia uma ordenança regulamentadora que permitia tal ofício:

> Senhor Chefe de Polícia: No quarto número 4 da casa de inquilinato rua Uruguai 327 habita a mulher Luisa Silva que exerce a prostituição clandestina. Sirva-se vossa senhoria em concordância disponibilizar o despejo de dita habitação.[161]

Como pode-se observar, além da detenção das mulheres, as casas das quais se praticava o delito também eram desapropriadas:

> Senhor Chefe de Polícia segue o relatório do inspetor respectivo (...) a prostituição clandestina nas casas rua Cuyo 460 e na rua Corrientes 466, Temple 248 (...) Com este motivo me dirijo a vossa senhoria para que de acordo com a Ordenança Regulamentadora da prostituição se sirva exercer as ordens correspondentes a fim de que sejam fechadas.[162]

No Rio de Janeiro, a municipalidade também lançou proibições aos fogos de artifício e balões,[163] aos jogos de água popularmente conhecido como entrudo,[164] e qualquer alusão pública aos governantes brasileiros: "são proibidos nas ruas e lugares

---

[158]Digesto de Ordenanzas, Reglamentos, Acuerdos y Decretos de la Municipalidad de Buenos Aires. 4ª edición 1890. Biblioteca Congreso de la Nación. Colección Reservada,.pág 616.

[159] Digesto de Ordenanzas, Reglamentos, Acuerdos y Decretos de la Municipalidad de Buenos Aires. 4ª edición 1890. Biblioteca Congreso de la Nación. Colección Reservada. pág 614.

[160] Digesto de Ordenanzas, Reglamentos, Acuerdos y Decretos de la Municipalidad de Buenos Aires. 4ª edición 1890. Biblioteca Congreso de la Nación. Colección Reservada, pág 617.

[161] Fondo M Alvear. Correspondencia Girada, 1 de março, de 1885. Municipalidad de la Capital, 1885. Archivo General de Buenos Aires.

[162] Fondo M Alvear. Correspondencia Girada,17 de março de 1885. Municipalidad de la Capital, 1885. Archivo General de Buenos Aires.

[163] Rio de Janeiro Boletim Municipal, 1903 p. 23-24. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

[164] Collecção de Leis Municipais e Vetos (RJ)1900\Edição 07 (20), pág172. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

públicos alusões ao Governo do país a pessoas conhecidas, fantasias com uniformes militares ou de corporações oficiais da época, e trajes ofensivos, à moral e bons costumes."[165]

2.2.3 - Salubridade e Higiene

A salubridade e a higiene foram uma das pautas mais discutidas tanto pelo governo federal, quanto por técnicos e pelas entidades municipais. Na virada do século XVIII para o XIX a higiene se transforma em uma ciência, mais precisamente em uma prática médica da qual previne o alastramento de doenças e busca a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Com as descobertas bacteriológicas, cada vez mais se crescia no Ocidente esta preocupação com a limpeza e a prevenção de enfermidades. Neste aspecto a higiene e o saneamento se transformam em aspectos materiais da civilização. No caso das grandes capitais que aumentavam progressivamente sua população seria mister alcançar um nível de higienização pois caso contrário estariam comprometidos investimentos e a inserção de seus países no ritmo do capitalismo industrial: "o combate à insalubridade impunha a ordenação do espaço urbano, o disciplinamento de seus usos, o emprego de instrumentos de controle que pudessem regular a vida na cidade". (PECHMAN; FRISTCH, 1990, p. 142 e 194). A higienização como preocupação científica e médica também alcança um nível de controle social, uma vez que identifica em vários hábitos urbanos e em agentes focos epidêmicos.

Na últimas décadas do XIX, a população de ambas capitais – Buenos Aires e Rio de Janeiro – já excediam 400.000 habitantes e este crescimento alarmava as autoridades a respeito das condições de higiene. Um censo realizado em setembro de 1906 constatou que o Rio de Janeiro possuía 811.433 habitantes.[166] Em Buenos Aires, no ano de 1887, a contagem oficial apontou para o número de 404.173 habitantes.[167] Apesar da distância temporal de 11 anos, identifica-se que o Rio de Janeiro, em 1890,

---

[165] Collecção de Leis Municipais e Vetos (RJ) - 1897 a 1931. 1900\Edição 07 (20), pág. 172. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

[166] Recenseamento do Brasil - Rio de Janeiro Histórico da cidade e dos inquéritos censitários. Crescimento, densidade e distribuição da população segundo o sexo, o estado civil, a nacionalidade, a idade, o grau de instrução, os defeitos físicos e as profissões. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica – IBGE.** ***Disponível em:*** https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6383.pdf. (Acesso em:)

[167] Censo General - tomo Primero - Resumen: Poblaciòn, Edificaciòn,Comercio Industrias de la ciudad de Buenos.Aires. Corresponde al levantado en los días 17 de agosto y 15 y 30 de Septiembre de 1887,. p.á121-122.

contava com uma população de 522.651 habitantes, um pouco mais de 100 mil habitantes a mais que a capital do portenha. Entretanto, o que pode se constatar por meio destes dados é que ambas cidades possuíam uma população superior a 400 mil habitantes no período de seus processo de modernização e a questão de inchaço populacional corresponde à atenção das autoridades no que se diz respeito a higiene e saneamento. Como observa Pechman (1985), o Rio de Janeiro em 1895 ocupava a sétima posição das capitais mundiais na questão de insalubridade enquanto Buenos Aires ocupava a décima primeira.

É nesse contexto que as políticas voltadas para o saneamento e higienização dirigiram-se às casas de inquilinato. Em Buenos Aires estas moradias populares conhecidas como *Conventillos* foram as principais habitações para a imensa massa de imigrantes que se atracava no porto da cidade. Apesar de terem sido uma das alternativas aos preços abusivos do capitalismo liberal que se expandia com ferocidade pelas metrópoles mundiais, Jorge Ramos (1999) apresenta uma valiosa perspectiva da qual o *Conventillo* sintetizou a multiplicidade cultural urbana, reflexo das ambiguidade de transformações da Buenos Aires moderna:

> Do ponto de vista social, o conventillo tornou-se o tipo mais significativo de habitação, que por um lado deu conta do mais desumano liberalismo com a falta de proteção da classe trabalhadora, a superlotação em guetos centrais de quartos estreitos sem luz ou ar instalações sanitárias terríveis e taxas abusivas; Por outro lado, constituía um espaço cultural integrador, de alta sociabilidade, onde poloneses, italianos e espanhóis conviviam com crioulos do interior, compartilhando festas, refeições e lutas de protesto, gerando novas expressões estéticas, musicais e linguísticas (como o sainete, o tango e as gírias).(RAMOS, 1999, p. 4).[168]

De fato, a procura por moradia barata eram uma das poucas opções que estas pessoas, em sua maioria proletários, poderiam arcar. Por outro lado, de acordo com contagem da época, revelava-se que em cada *Conventillo* vivia uma média de 35 pessoas. Devido a esta concentração de pessoas, no ano de 1883 a Intendência, preocupada com as condições de higiene, intensificou a frequência das inspeções:

> (...) uma das ocupações mais constantes da administração municipal é a inspeção de higiene pelo quanto às más condições da habitação da classe trabalhadora que figura em cerca da quinta parte dos habitantes da cidade e preenche as condições que se requerem. Assim que o corpo de inspetores

[168] Para mais ver em: RAMOS, Jorge. Arquitectura del habitar popular en Buenos Aires: el conventillo". Noviembre de 1999, FADU , Buenos Aires, p. 4.

> deste ramo que se compõe em vinte e dois empregados dedica atenção preferente as casas de inquilinato e conventillos onde se encontra aglomerada população e de que os que existem mil oitocentos e oito são habitadas por sessenta e quatro mil cento e cinquenta e seis pessoas.[169]

A rigorosidade das inspeções fez com que as instituições municipais tomassem medidas drásticas. Entre tais medidas estavam os despejos, que apesar de serem realizados pela polícia, se justificavam enquanto uma medida de saúde pública e não como ordem pública. Não obstante, a relação que se fez entre os termos classe trabalhadora, más condições e conventillos se tornou em Buenos Aires um estigma urbano, do qual o local habitado por estas classes eram um foco de epidemias e insalubridade:

> As casas de inquilinato com todos seus notórios e graves inconvenientes tem continuado a ser durante o ano transcorrido como os anteriores , o asilo quase exclusivo da classe obreira e proletária.(...) A única parte que essa diminuição possa caber a autoridade municipal é o fechamento de algumas destas que se tem encontrado em condições inabitáveis.[170]

A título de exemplo, as frequentes trocas de correspondência do intendente Alvear com o chefe de Polícia Municipal, Marcos Paz, contém dados importantes para compreender como a força policial atuava coercivamente sobre os conventillos:[171]Senhor Chefe de Polícia, sirva-se vossa senhoria disponibilizar o despejo da casa de inquilinato rua piedade 1584 a 1588 cujo mal estado higiênico tem sido comprovado por uma comissão de vizinhos nomeados por efeito.[172]

Na ordem acima ditada por Alvear, a casa que deveria ser fechada por ordem da Intendência não tinha condições higiênicas requeridas, das quais uma comissão de vizinhos denuncia o mal estado dos locais. Na ordem abaixo a seguir, um motivo de seu fechamento seria a respeito da quantidade de pessoas no estabelecimento e o outro se

---

169 Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1883. Tomo I, Imprenta M Biedma, 1884. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, pág. 401.

170 Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1883. Tomo I, Imprenta M Biedma, 1884. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, pág 402.

171 *Los conventillos de Buenos Aires: la Casa Mínima, un estudio arqueológico* (con Mario Sabugo, Mario Silveira, P. López Coda y Jorge Ramos), Ediciones Turísticas, Buenos Aires, 2005.

172 Fondo M Alvear. Correspondencia Girada. 12 Janeiro 1885.pág 17. Municipalidad de la Capital, 1885. Archivo General de Buenos Aires.

refere o uso do local como curral para a venda de leite, pois leis de regulamentação da venda deste alimento se tornavam cada vez mais rígidas:

> Senhor Chefe de Polícia: sirva-se vossa senhoria disponer o necessário a fim de que pela conduta correspondente se faça efetivo o despejo que esta intendência impôs para o conventillo e estábulo estabelecidos na rua Chile número 815, 17 e 21 por não reunir as condições de higiene requeridas.[173]

Se em Buenos Aires as casas de inquilinato eram um reflexo direto do alto fluxo imigratório, no Rio de Janeiro os cortiços (FIGURA 14) teriam uma forte relação com a abolição da escravidão. Apesar de conjunturas sociodemográficas distintas, a grande força que impulsionava uma massa populacional a buscar este forma de moradia, que se conformou mais do que um espaço, mas em uma tipologia sociocultural urbana, foi o liberalismo, que vitimou sobretudo as classes populares de baixa renda. No Brasil, portanto, o alvo da especulação imobiliária que privilegiava as classes mais abastadas foram descendentes ou os próprios ex-escravizados que não tinham recursos para outro tipo de aluguel, como observa Costa e Azevedo :

> Essas edificações, ao passar dos anos, não foram cuidadas e no final do século XIX passaram a ser ocupadas por dezenas de famílias que não possuíam outro lugar para morar, fazendo com que os cortiços se tornassem invisíveis para a paisagem urbana. É válido ressaltar que, por conta de terem sido construídos por famílias da classe alta, esses cortiços se localizam em bairros centrais das cidades. Eram nesses locais que a população que obtinha pagamentos irrisórios por sua mão de obra, encontrava taxas de aluguel que conseguiam pagar, uma vez que as habitações concentravam um grande número de pessoas, em um espaço muito reduzido, onde a infraestrutura das moradias era precária, como o acesso à agua límpida, à coleta de lixo e a de esgoto. É importante frisar que muitas vezes só se notava a existência de banheiros com utilização coletiva, o que dificultava a privacidade e costumes higiênicos (COSTA; AZEVEDO, 2016, p. 150).[174]

[173] Fondo M Alvear. Correspondencia Girada. Municipalidad de la Capital, 1885. Archivo General de Buenos Aires.

[174] Para mais ver em: COSTA, Duane Brasil AZEVEDO, Uly Castro de *Das Senzalas Às Favelas: Por Onde Vive A População Negra Brasileira*. Socializando, ano 3, nº 1, Jul 2016,·p. 145-154.



FIGURA 14 - Cortiço Rio de Janeiro, 1906. Coleção Augusto Malta, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Entretanto, apesar de ser um tipo de habitação buscada por ex-escravizados, a restrição aos cortiços já existia desde o final do Império, período em que a escravidão não havia sido abolida. Isto se deve ao fato de que já nesta época um grande número de libertos já buscava formas de moradia a fim de obterem serviços na área central. Desta forma, o poder oficial, chancelado pelas elites políticas, que se preocupavam difusão de epidemias e pelas condições de higiene, proibiram a construção destes na área central:

> (...) é para notar-se a pretensão de legislar por tal norma no fim deste século quando já em 1876 a autoridade municipal para que não ocorressem dúvidas na interpretação da postura de 5 de Dezembro de 1873, que proibia a construção de cortiços no centro da cidade , estabelecida pelo edital de 1 de setembro de 1876 que **não seriam mais permitidas as construções de habitações vulgarmente chamadas de cortiços** quer sejam assim denominadas quer sejam chamadas de casinhas ou com nomes equivalentes no perímetro da cidade entre as praças, Pedro II e Onze de Junho e inclusivamente todo o espaço da cidade entre as ruas do Riachuelo e do Livramento. Aprovada e inovação da lei número 762 dos cortiços com esta e qualquer outra denominação serão restaurados no coração da cidade como verdadeiros focos de infecção ou centros de onde irromperam as afecções que endémica ou epidermicamente nos flagelam.[175]

Durante a República, com as ações modernizadoras postas em marcha por Pereira Passos e com a nomeação de Osvaldo Cruz para o cargo de secretário de Saúde do Governo Nacional, inicia-se uma verdadeira missão de higienização na cidade do Rio de Janeiro. Um decreto lançado no primeiro mês de administração do prefeito, que

[175] Coleção de leis e Vetos Municipais. Ano 1901 Edição 08 p.199 Hemeroteca Nacional.

transfere os serviços de higiene do município para o governo federal, comprova que o saneamento da Capital Federal era uma questão de preocupação nacional: Decreto nº 966 de 2 de janeiro transfere para a administração federal os serviços de higiene defensiva da capital.[176] Seguindo este ímpeto, tanto a prefeitura como o governo federal, diante das condições insalubres que afetaram o Rio de Janeiro, resolveram interferir diretamente no cotidiano destas moradias por meio de inspeções sanitárias:

> Decreto número 400 do prefeito organiza um serviço extraordinário de inspeção sanitária das habitações. O serviço será realizado por turmas incubidas de remover as imundices encontradas, de lavar os depósitos de água potável , de fazer o expurgo com desinfectantes adequados dos pontos suspeitos e de promover, finalmente a beneficiação mais completa possível do domicílio inspecionado.[177]

Foi, portanto, o discurso médico sanitarista o fio condutor de tais ações assim como dos regulamentos destes dispositivos de controle. O receio de que as epidemias se tornassem uma pandemia urbana, se baseava em um passado recente destas cidades. Em 1873 e em 1876, surgiram dois grandes surtos de febre amarela, que deixaram um saldo negativo de 7135 mortes no Rio de Janeiro. Em Buenos Aires uma agressiva epidemia da mesma doença devastou 8% da população, do qual faleceram aproximadamente 14 mil pessoas. No caso da capital argentina, um número de medidas foram estabelecidas, dentre elas ordenança que proíbe a entrada na cidade de pessoas que procedessem de países infectados: "Disposições relativas a enfermidades infecto contagiosas, medidas contra as epidemias: **Ordenança que proíbe que se introduza no município pessoa alguma que proceda de país infectado".**[178] Pessoas que procediam de países como o Brasil que também tinham no histórico de crises epidêmicas eram vistos sob uma grande desconfiança de médicos e sanitaristas portenhos. As inovações a respeito da febre amarela, como a descoberta do cubano Carlos Finlay, que identificavam que os hospedeiros destes vírus eram mosquitos, fez com que precauções fossem tomados com respeito a pessoas que vinham de países tropicais, local onde o inseto se propagava:

> Os casos suspeitos de febre amarela: o Equateur e o Solís barcos ambos que tocaram o Rio de Janeiro nos tem trazido a bordo enfermos declarados

[176] Boletim Municipal 3 de janeiro de 1903. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

[177] Boletim Municipal 1903, p.á120-124. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

[178] Digesto de Ordenanzas, Reglamentos, Acuerdos y Decretos de la Municipalidad de Buenos Aires. 4ª edición 1890. Biblioteca Congreso de la Nación. Colección Reservada. 27 de março de 1873, p. 161, [**grifo nosso]**.

> suspeitos de febre amarela por vários médicos. Esta doença das Antilhas e Golfo do México e da Costa da África Ocidental existe também em outros países tropicais dos quais o mais próximos e o mais terrível para nós é a Capital do Brasil, onde persiste o estado endêmico e ultimamente se havia elevado à categoria de uma verdadeira epidemia. que parece que já foi cessada.[179]

Diante deste receio, se efetivam no Rio de Janeiro medidas drásticas em relação a prevenção de doenças. A influência de teorias científicas como a miasmática, que apontavam para os aglomerados de pessoas, a ausência de ventilação, e qualquer tipo de estagnação como aspectos propícios as enfermidades, influenciavam a visão dos técnicos da Secretaria de Saúde, sobretudo em seu Secretário chefe, o médico Oswaldo Cruz. É diante deste diagnóstico, de que o Rio era uma cidade enferma, que o governo federal e a prefeitura iniciam em 1904 uma enérgica campanha de vacinação. Em outubro deste ano uma lei nacional entra em vigor dando obrigatoriedade a vacinação contra a varíola: "O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a lei seguinte: Art. 1º A vacinação e revacinação contra a varíola são obrigatórias em toda a República."[180]

Cruz, com o objetivo de combater os miasmas, definiu um repertório de mecanismos sanitaristas. Mobilizou um grupo de funcionários que juntos a policiais tinham chancela do Governo Federal para invadir, emitir despejos ou mesmo derrubar residências, todo este conjunto de ações para erradicar os mosquitos hospedeiros da febre amarela. Para combater a peste bubônica, dispersou raticida no intuito de eliminar ratos. Na intenção de exterminar os surtos de varíola,promoveu a vacinação obrigatória, que se tornou lei federal, deu livre acesso aos agentes da Secretaria de Saúde para entrarem nas casas e vacinar, mesmo que sob o uso da força, aqueles que se negavam a tal procedimento.[181]

Além da restrição a focos de doenças, as descobertas de Pasteur a respeito de micróbios, influenciaram as medidas de profilaxia entre os médicos e cientistas. Desta

---

[179] Memorias Municipales de la Intendencia de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1883. Tomo I, Imprenta M Biedma, 1884. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 9 Noviembre de 1883, pág 203.

[180] Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904. Torna obrigatorias, em toda a Republica, a vacinação e a revacinação contra a varíolav Disponível em: in: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1261-31-outubro-1904. (Acesso em 20 set 2019)

[181] Para mais ver em: *1904 - Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio* Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.– A Secretaria, 2006.

forma, tanto em Buenos Aires como no Rio de Janeiro, incentivou-se, por parte das entidades municipais, a higienização de alimentos para evitar a sua contaminação.

O Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX era um dos maiores mercados consumidores do Brasil devido ao seu porto. Seu potencial portuário também possibilitou o vertiginoso crescimento da atividade industrial diversificada, tornando-se o maior polo do setor no país. Além do porto e indústria, as atividades de pequeno e médio porte se diversificavam entre casas de secos e molhados, casas de pasto e mercearias. Nestes comércios tradicionalmente de propriedade de imigrantes portugueses e espanhóis, encontravam-se desde azeites, frutos secos e embutidos. Nas ruas havia o predomínio dos ambulantes e das feiras que vendiam verduras, frutas e carne, principalmente suína e de gado. Outra tradição mercantil dos cariocas era a venda de leite em estábulos ou na própria rua. As condições de salubridade destes locais se tornaram, portanto, um dos principais alvo de desconfiança de sanitaristas devido a proliferação de bactérias.

Buenos Aires na segunda metade do XIX era um dos portos mais importantes da América do Sul. No últimos vinte anos deste século, além da grande massa de imigrantes chagavam vários produtos manufaturados da Inglaterra, França e Estados Unidos. O mercado alimentício se destacava por seus produtos mais procurados, como laticínios, erva-mate, carne, açúcar, vinhos e embutidos, como salsichões, linguiças e chouriços. A grande parte destes itens era vendido e fabricado em pequenos estabelecimentos "que se misturava todo tipo de gêneros e em barracas na rua" (FERRERAS, p. 154). Estes estabelecimentos, de acordo com sua especialidade e finalidade – refeição no local, venda a granel etc., – caracterizaram a cultura urbana portenha. Esses tipos de vendas se chamavam de açougues, "lecherias", quitandas e, principalmente, as mercearias, no termo local "almacenes" (FERRERAS, p. 116). Compunham esse cenário as feiras urbanas, os pequenos mercados, além dos "tambos" – pequenos estábulos para o gado leiteiro e onde se vendia o leite. Em Buenos Aires, instalou-se uma comissão de peritos para analisar a qualidade dos leites:

> A inspeção do leite que se expede nos estábulos e leiterias se pratica seguindo o procedimento ordinário estabelecido na Regulamentação da Oficina Química e a que vendem os negociantes ambulantes ou leiteiros é feita na via pública ou nas Freguesias da seção sob a cooperação da Polícia

como dispõe a ordenança de 12 de setembro deste ano. Os inspetores peritos inutilizam toda aquela que resulta alterada o adulterada.[182]



FIGURA 15– "Carrito Restaurante", Buenos Aires, 1900 Archivo General De La Nación DeptoDoc Fotográficos. Inventario 102



FIGURA16 -Vendedores ambulantes de alimentos, final do século XIX. Archivo General De La Nación Depto Doc Fotográficos. Inventario 280562_A

[182] Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1884, Tomo II, Imprenta M Biedma, 1884. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires TOMO II página 224

Caso não fossem aprovadas por esta comissão de peritos, a venda deste produto seria embargada por ordem do Intendente:

> Regulamento de Estábulos. Sancionado no 24 de setembro de 1883 Capítulo I: Estábulos. No poderão abrir em sucessivos casas de vacas, éguas mulas, ovelhas e cabras ou estábulos segundo os chamam para a venda de leite sem haver tido previamente permissão do senhor Intendente da Municipalidade.[183]

Por meio de tais prescrições de profilaxia, demais alimentos começaram a ser inspecionados. Em 1883, cria-se em Buenos Aires uma Oficina Química Municipal, que tinha como objetivo a verificação de alimentos, porém o mais importante seria a condições da qualidade da água, uma vez que, dependendo da quantidade de impurezas, poder-se-ia provocar uma contaminação em cadeia por toda a cidade:

> Ordenança - sobre la inspeção de alimentos Sancionada o 14 de setembro de 1883. Artigo 1- Cria-se uma Oficina Química Municipal que terá a seu cargo a vigilância do expendio das substâncias alimentícias e a verificação da pureza as águas destinadas ao consumo assim como a inspeção dos estabelecimentos e indústrias incômodas e insalubres e informar a municipalidade sobre todas aquelas questões técnicas que exijam conhecimento químicos.[184]

Assim como os técnicos e cientistas portenhos iniciaram suas avaliações sobre as condições da venda de leites, em 1903 o prefeito Pereira Passos sancionou uma lei no Rio de Janeiro na qual se proibia a comércio de leite por meio de vendedores ambulantes e que se ordenhassem suas vacas nas ruas da cidade:

> Decretos nº 370, 371, 372 do Prefeito proíbem que os "mercadores ambulantes de leite conduzam as vacas pelas ruas para a venda deste gênero"; a venda ambulante de miúdos de reses e a venda ambulante de bilhetes de loteria.[185]

O documento citado acima também se relaciona àproibição de vendedores ambulantes de miúdos e rezes na capital carioca. A argumentação de técnicos seria de que a exposição ao ambiente, o calor, moscas e os compartimentos dos quais eram colocados não ofereciam condicionamento adequado. Após algumas objeções feitas por

---

[183] Digesto de Ordenanzas, Reglamentos, Acuerdos y Decretos de la Municipalidad de Buenos Aires. 4ª edición 1890. Biblioteca Congreso de la Nación. Colección Reservada. 27 de março de 1873, p. 332.
[184] Digesto de Ordenanzas, Reglamentos, Acuerdos y Decretos de la Municipalidad de Buenos Aires. 4ª edición 1890. Biblioteca Congreso de la Nación. Colección Reservada. 27 de março de 1873, p. 21.
[185]Boletim Municipal, de Janeiro de 1903, I, P. 23-24. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

comerciantes e consumidores destas espécies, tolerou-se a venda até as 10 horas da manhã pois este horário oferecia condições mais amenas: "a venda ambulante de miúdos de rezes só será permitida até às 10 horas da manhã, em pequenos carros ou caixas, cujos tipos serão determinados pelo Prefeito, em regulamentos especial".[186]

Os cães, principalmente os que vagavam pelas ruas, também era considerados focos de proliferação de doenças pelas entidades municipais. No Rio de Janeiro, Pereira Passos emitiu um decreto para que todos fossem vacinados e os que possuíssem dono, além da vacinação, deveriam ser colocados em coleira de identificação: "Outra medida vacinação dos animais e a fiscalização dos estábulos nas zonas Rural e Urbana da cidade: O Decreto n° 314, de 11 de abril de 1903, tratou sobre a captura e extinção de cães que circulavam pelas ruas."[187]

Os aparatos coercitivos configuraram um repertório de ações que sobressaíram com maior intensidade sobre as classes populares. A quantidade de leis, decretos e ordenanças alteraram o cotidiano de pequenos comerciantes, ambulantes, moradores de casas de inquilinato, mendigos, enfim, de grande parte da população urbana. Por mais que se baseassem em prescrições técnicas e científicas, os alvos destas normativas incidiam com maior peso naqueles que eram despossuídos de recursos financeiros e de conhecimento para que se adequarem às complexas normas. Devido a esta profusão de mudanças que mudaram o dia a dia dos habitantes destas capitais, estes se manifestaram de diversas formas e sob distintos pontos de vista. Seus posicionamentos a respeito das modernizações será analisado nos capítulos adiante.

2.2.4 – Urbanização Cívica

Os mecanismos coercitivos não foram os únicos a condicionarem a população a novos hábitos. Além das normas, leis e repressão existiram aparatos que induziram indiretamente os habitantes a usanças e práticas mais condizentes com os preceitos civilizados. Entre tais práticas é possível citar propostas pedagógicas e a fundação de escolas[188] que na maioria dos casos foram instaladas em Buenos Aires ou Rio de Janeiro por serem as capitais federais de suas respectivas repúblicas.

---

[186] Coleção de Leis e Vetos Municipais. Ano 1903. Edição 14 pág 90. Biblioteca Nacional.
[187] Boletim Municipal, Decreto 314, 1 de abril de 1903.Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
[188] SHMIDT, Claudia. "Buenos Aires: una nueva capital para una nación moderna (1850-1888)". *Revista Electrónica de Fuentes y Archivos*, Ano 2, número 2, 2011, p. 69-89.

Obras como as de Richard Sennet[189] e Michel Foucault[190] expõem a influência dos objetos enquanto ferramentas de controle que exercem poderes sobre o corpo social: "em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações" (FOUCAULT, 2004, p. 126). Dirigindo-se ao ensaio de Sennet, este autor discorre uma análise histórica da cidade por meio da relação do corpo com o espaço urbano. Neste aspecto se torna pertinente buscar os mecanismo persuasivos que desenvolveram formas de ajuste dos habitantes por meio da introdução de linhas retas e geometrização do espaço urbano.

Para Claudia Shmidt a modernização de Buenos Aires significou também sua efetivação como polo educacional. Em 1881 era fundado o Conselho Nacional de Educação com sede nesta capital e por meio da lei 1420 sancionada no mesmo ano a educação se tornava gratuita e obrigatória. Por meio de tais ações

> o estado argentino pode exibir em sua reluzente capital uma das mostras mais integrais da ideia de nação moderna: um sistema educativo que se proporia **homogeneizar a população nativa com a esperada imigração europeia, lecionando uma educação com os valores da nova nação,** os preceitos de higiene mais avançados e a interação a um sistema administrativo e produtivo em pró do posicionamento do estado no contexto económico mundial (SHMIDT, 2011, p. 87, **grifo nosso**).

Para Adrián Gorelik, era vigente a preocupação do Estado em construir e controlar esse novo espaço público metropolitano. A manutenção do tecido urbano em forma de quadrícula não teria sido simplesmente um legado dos tempos coloniais: o ordenamento da cidade em blocos uniformes, por um lado favorecia a expansão imobiliária e impedia o surgimento de "subúrbios distintos". Em suma, esta organização do espaço urbano de Buenos Aires integrava um projeto das elites políticas que se consolidou a integração das classes populares, assim como a suposta "homogeneização" população urbana e a distribuição equitativa dos serviços públicos.

Somadas as tais iniciativas também se identifica a propagação de elementos e práticas cívicas no espaço urbano, que denominamos neste trabalho de *urbanismo cívico*, cuja função seria dispor de locais para práticas desta natureza (cívica) e por meio de um conjunto de símbolos e alegorias que alimentavam um imaginário nacional representado pelo regime republicano. Neste aspecto propõem-se pensar na cidade

---

189 SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: BestBolso, 2010.

190 FOUCAULT, Michel. "Os corpos dóceis". *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

como um palco em potencial, que cumpriu uma função pedagógica ao difundir símbolos, alegorias e espaços propícios para ritos cívicos que em sua essência condicionavam a uma disciplina. Ou seja, todo o arcabouço de práticas e simbolismos desta natureza promovia a imagem de cidadãos exemplares, modelos positivos a pátria e a República.

Nesse contexto da modernidade nos deparamos, portanto, diante de uma intensificação de elementos cívicos no espaço público urbano, ou de um *urbanismo cívico*, cuja função seria dispor de locais para práticas desta natureza e, por meio de um repertório de símbolos e alegorias, alimentar um imaginário nacional representado pelo regime republicano. Como observa Fernando Catroga: "Na modernidade, os vocábulos, Pátria, Nação, Estado, referenciam uma dada população e um dado território em que esta habita (ou a que miticamente, está ligada ou que reivindica), podendo os dois primeiros denotar, ou não, um ordenamento político concreto" (CATROGA, 2007, p. 22). Cabe portanto à capital a função de edificar como o polo aglutinador, que representa e conecta o território, ou seja, o país, sob tal imaginário. Como foi visto anteriormente, neste período de consolidação das Estados Republicanos, as elites políticas recorriam mecanismos que auxiliassem a preservação da ordem "O Estado precisava de algo mais do que a passividade de seus cidadãos: precisava mobilizá-los e influenciá-los a seu favor. Precisava de uma religião cívica" (CHAUÍ, 2006, p.18).

Entretanto nos atentamos que esse tipo de ação surgiu mais do que uma demanda ou necessidade, mas uma crença, difundida correspondente ao imaginário de uma época, e não apenas uma ferramenta moldada pelas elites políticas. Por outro lado, não se trata de descartar que as elites chamaram a responsabilidade de intensificar e propagar estas formas de lealdade cívica, muito menos negar que estas possuíam projetos para se legitimar dentro destas instituições.

No exercício de compreender a intensificação dos elementos cívicos e o emprego destes durante as reformas urbanas, faz-se pertinente recorrer a autores, como Fernando Catroga (2006), que trabalham com a perspectiva de que a modernidade trouxe consigo novas formas de ritualização voltadas para a sagração do Estado. Estes tipos de ritualizações, compreendidas como religiões civis, eram conformadas por "sistemas de crenças, mitos, princípios e comportamentos simbólicos que exprimem os valores fundamentais da sociedade (CATROGA, 2006, p. 96).

A pertinência de buscar este tipo de abordagem se faz diante de uma reduzida bibliografia que analisa as reformas urbanas sob este aspecto. Os autores pensam na sua importância política, econômica e cultural, mas pouco refletem sobre estes procedimentos intensos de significação cívica do espaço que abriram para práticas desta natureza. Em grande parte são levadas em conta seus aspectos econômicos, políticos e até mesmo culturais. No entanto quando se trata de enxergá-las dentro de uma lente mais ampliada em que se dialoga com um processo de legitimação do regime republicano e de consolidação do estado nacional a partir de sua essência cívica, tal assunto é pouco difundido na bibliografia brasileira[191]. Além disso são pouco exploradas as fontes que dialogam sobre a significação cívica do Rio de Janeiro, enquanto polo de irradiação cívica. A modernização urbana também consistiu em criar uma cidade republicana, como espaço pedagógico do civismo.

Já no que tange ao caso argentino, este tipo de bibliografia já é mais extenso. Percebe-se uma maior preocupação, principalmente pela maior concentração das funções de Buenos Aires e como ela se instaura como capital federal,[192] sobre a concepção de que cidade deveria sintetizar como lócus da comunhão e integração cívica. Margarita Gutman, em seu livro *El poder de la Anticipacion*,[193] identifica a reforma de Buenos Aires como um esforço coletivo de vários agentes políticos e sociais, imbuídos pelas concepções de progresso e civilização como um aposta no futuro, ou seja, na construção de utopias.

Partindo de nossa proposta primária, que concerne analisar estas reformas urbanas como procedimentos persuasivos - de espacialização cívica, buscar-se-á compreender como neste contexto foram configuradas áreas destinadas para as ritualizações e demais cerimônias, como desfiles militares, solenidades e inaugurações. Em outras palavras, é considerável perceber que além de símbolos e alegorias, o desenvolvimento de um pensamento cívico e de imaginário nacional, se constitui

---

[191] José Murilo de Carvalho identifica em seu livro sobre a legitimação da República como foram apropriados e conferido significado aos monumentos, porém o diálogo com o espaço urbano nesta perspectiva é curto. Para mais ver em: CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[192] Em 1880 ocorreu o processo de federalização de Buenos Aires, a princípio, o estado argentino não possuía uma capital federal, distinto do caso brasileiro que ja possuía um estado consolidado na época do império. Nesse aspecto foi buscado compreender os dois processo sob uma perspectiva de história comparada. Para mais ver em; FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fenando. *rgentina, Brsil: um ensaio de história comparada (1850-2000)*.

[193] GUTMAN, Margarita. *Buenos Aires el Poder de la anticipación. Buenos Aires*: Ediciones Infinito, 2011.

através de ritos e cerimônias que formalizem e agreguem sentido aos valores e práticas de uma sociedade.

Para Paul Connerton (1999), os rituais produzem sentido, por que de certa forma se relacionam com outras ações que não são essencialmente rituais, e desta forma dão valor e sentido aquela comunidade que os realiza. O valor do ritual neste contexto de consolidação do estado nacional, assim como de legitimação de regimes republicanos, cria uma conexão com uma origem, um passado a ser comum e perpetuá-los de forma que os valores e sentidos que estes carregam estejam sempre presentes. Portanto é relevante pensar este tipo de processo na modernidade das quais "as elites nacionais, inventaram rituais que reclamam a continuidade com um passado histórico adequado, organizando cerimônias, paradas e reuniões de massas e **construindo novos espaços rituais**" (CONNERTON, 1999, p. 59, **grifo nosso**).

A construção de espaços voltados para práticas rituais foi um empreendimento dos agentes que estiveram a frente das reformas urbanas de Rio de Janeiro e Buenos Aires. No caso carioca, alguns espaços como a Avenida Central[194] (FIGURA 17), atual Avenida Rio Branco, construída como um eixo estratégico que liga a área central a área portuária, também serviria para cerimônias cívicas. No final desta avenida se encontra um obelisco, com o objetivo de relembrar os acontecimentos que erigiram o novo regime, a Proclamação da República.



FIGURA 17- Projeto da Avenida Central e alargamento de ruas , 8 de março de 1903. Biblioteca Nacional

[194] FERREZ, Marc. *Avenida Central, 8 de março de 1903 - 15 de novembro de 1906.* Biblioteca Nacional.

A inauguração desse monumento (FIGURA 18) ocorreu no dia 14 de novembro, um dia antes da data de aniversário da Proclamação, dia 15. A solenidade teve a presença do presidente da República Rodrigues Alves, acompanhado do Ministro da Viação, Sr. Lauro Müller, sendo recebido demais engenheiros da Comissão Construtora da Avenida Central. Na placa instalada na base inferior do obelisco consta a seguinte inscrição:

> Sendo Presidente da República S. Excia. o Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves e Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas o Exmo. Sr. Dr. Lauro Severiano Muller, foi decretada, construída e inaugurada a Avenida Central, executando os trabalhos a Comissão Construtora, tendo como engenheiro-chefe o Dr. André Gustavo Paulo de Frontin, 15 de novembro de 1902 - 15 de novembro de 1906. [195]



FIGURA 18 - Obelisco da Avenida Central, 8 de março de 1903 - 15 de novembro de 1906.
Biblioteca Nacional

Outro aspecto que deve ser mencionado é que na posição perpendicular da avenida está localizada a Praça XV de Novembro. A praça, que antes era conhecida por Paço Imperial, por abrigar o edifício que serviu de moradia ao antigo monarca, D. Pedro II, é rebatizada após a proclamação da República. Seu novo nome, que é o seu atual, se refere ao dia da Proclamação da República, e representa o fim da Monarquia. A rua que nasce diante da praça e corta mais à frente a Avenida Central, é 7 de setembro, data da

[195] Transcrição do monumento original feita pelo autor. Rio de Janeiro, fevereiro de 2017.

Independência. Criar eixos que conectam espacialmente os acontecimentos heroicos de uma nação, são mais do que funcionalistas, são essencialmente cívicos. Neste aspecto compreende-se como o urbanismo, por meio do nome de suas ruas, é outra forma de recordação, intensificando com recorrência o civismo.

No caso da capital brasileira, as elites republicanas, principalmente as que tinham ligação com os militares, iniciaram a busca de seus protomártires nacionais. Dentro desta proposta, o Alferes Joaquim da Silva Xavier, o famoso Tiradentes da Inconfidência Mineira, foi eleito para integrar o panteão destes heróis pátrios e portanto a renovada capital da República deveria honrar monumentos ao personagem. Pereira Passos propôs, dentro da quantidade de obras realizadas, a construção de uma escola dedicada a Tiradentes. Um edifício voltado para fins educacionais seria uma afirmação pedagógica do urbanismo cívico:

> O senhor prefeito resolve mandar levantar uma **escola modelo no lugar onde se presume ter sido supliciado o Tiradentes, protomártir da República** e abre concorrência pública para a construção. A escola terá em sua fachada a estátua de Tiradentes e terá seu nome em homenagem a sua memória.[196]

Durante as reformas de Buenos Aires se torna icônico as medidas realizadas pelo intendente Alvear e pelos Conselheiros municipais da cidade, processo de transformar a cidade e um grande espaço cívico-pedagógico. Nas Memórias Municipais de 1884, os Conselheiros apontam para a necessidade de recolocar um novo pedestal da estátua do General Belgrano – herói da independência argentina – localizado na Praça de Maio. O motivo seria de que as inscrições no suporte da estátua estavam ilegíveis, e as mensagens não seriam propagadas aos visitantes :

> É uma parte essencial da ornamentação do Município o que seus monumentos (escassos hoje) e seus edifícios conservem as inscrições,especialmente necessárias com relação aos estrangeiros que os visitam.[197]

A área da qual ele empreendeu maior esforço para esta empresa foi a antiga praça maior, local criado durante o período colonial. Primeiramente destruiu a *Recova*

[196] Várias. *Jornal do Comércio*, 18 de maio de 1904. Biblioteca Nacional.
[197] Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1883. Tomo I, Imprenta M Biedma, 1884. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 9 Noviembre de 1883, p. 202.

Vieja, que se estabelecia como uma espécie de "muro" entre duas praças que já possuíam caráter cívico: a praça da "Victoria" e a praça "25 de Mayo":

> O prefeito Alvear apresentou à Câmara Municipal o projeto dos engenheiros municipais Pablo Blot e Juan Buschiazzo para unificar as praças Mayo e Victoria e criar um novo tipo de espaço público na cidade, com um memorial à Independência em seu centro. Sem dúvida, foi um projeto modernizador baseado em teorias higienistas, embora tenha levantado controvérsias em torno do problema da valorização histórica que o site teve, e as implicações da demolição da Velha Recova e da Pirâmide de Maio: Entre 1884 e em 1889 foi decidido localizar os seguintes edifícios públicos: uma escola primária - na esquina da Viamonte e Talcahuano - e um Museu de Produtos Argentinos, na esquina da Libertad e Lavalle, ambos em 1884; o Palácio da Justiça - Tacahuano, Lavalle, Uruguai e Tucumán - em 1886 e, em 1889, decidiu-se mudar o Teatro Colón para o campus de Libertad e Tucumán. (SHMIDT, 2011).

Após a demolição desta Recova, proibiu-se qualquer atividade comercial no local e as dimensões espaciais foram ampliadas a fim de potencializar seu caráter cívico, dando ênfase seu uso cerimonial de concentração popular. Monumentos tais como a pirâmide de *Mayo*:

> Fazendo-se eco à Intendência da unanime aspirações entre os filhos da Republica de levantar um monumento que comemora de uma maneira permanente e digna do glorioso movimento de opinião de 1810 que deu por resultado o estabelecimento definitivo desta forma de Governo entre nós , solicitei e obtive em Outubro de 1883 o apoio do Soberano Congresso da Nação para realizar tão patriótico e plausível propósito. Buenos Aires, Maio de 1884.[198]

[198] Praças e Passeios Públicos. Memoria De La Municipalidad De la Ciudad De Buenos Aires ,1883. Biblioteca da Legislatura Capital Federal, p. 515.



FIGURA 19- Projeto de melhorias da Praça Victoria, 1883. Mapoteca . Biblioteca Nacional Argentina Mariano Moreno.

Além da unificação das praças (FIGURA 19 e 20), Alvear e seu grupo de partidários, – leia-se a facção de Roca –, seriam os responsáveis pelo projeto da simbólica *Avenida de Mayo*. Sua função, além de demarcar zoneamento funcional entre o oeste e leste da cidade, consolidava o rol de ações para desenvolver o projeto estratégico da gestão municipal: este eixo seria um dos pontos de investimento econômico, uma via que facilitava o fluxo do transporte e também sua espacialização ritualística: A Avenida de Mayo nasceria simbolicamente das uniões das duas Praças de Vitória e Mayo mesmo que não estivesse previsto toda sua extensão.[199]

[199] SHMIDT, Claudia. La convivencia imposible: una capital para dos estados: Buenos Aires (1880-1888). *An. Inst. Arte Am. Investig. Estét. Mario J. Buschiazzo*, Buenos Aires , v. 41, n. 1, p. 27-36, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2362-20242011000100004&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 11 jul. 2018.

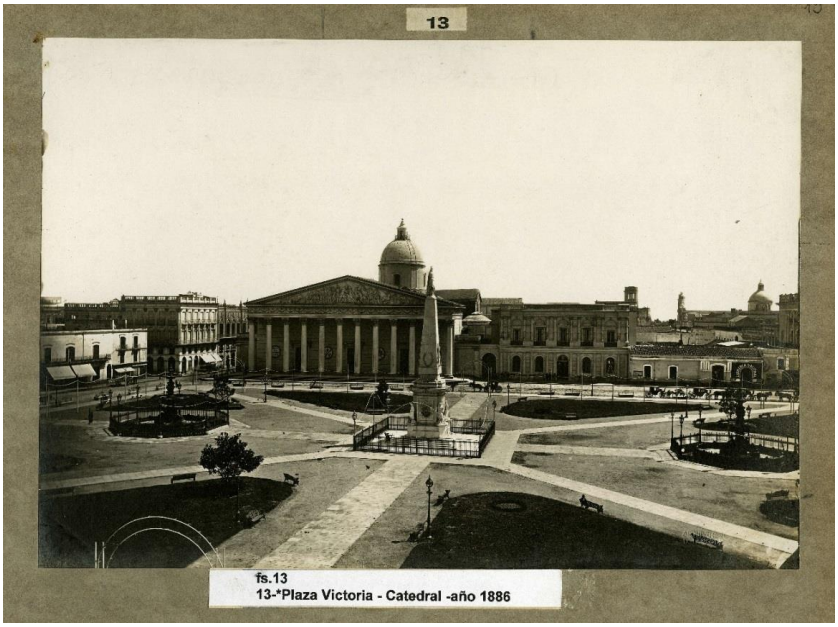


FIGURA 20 - A Praça de maio após a demolição da Recova, 1886. Archivo General de la Nación Depto. Doc. Fotográficos

Partindo desse princípio, Alvear buscou ornamentar a nova praça, dando evidência aos fatos que fizeram parte da Revolução de Maio em 1810.[200] Este empreendimento, que seria espacializar e propagar a nacionalidade deu nome ao novo local o nome de *Plaza de Mayo*. Nos anos que se prosseguiram foi promovida, por meio da Intendência da Cidade Autônoma de Buenos Aires, sua ornamentação cívica. Para o intendente "estes monumentos devem ter seu lugar preferentemente na praça aquela que de onde se partiu o primeiro grito de liberdade". [201]

Foi, portanto, na Plaza de Mayo, em 1910, que se realizou uma grande liturgia pública com a finalidade de se comemorar a independência argentina, enquanto evento gênese da nação: o Centenário da Revolução de Maio foi uma grande mobilização que reuniu centenas de pessoas neste espaço cívico. Além do exercício de recordação e sacralização deste acontecimento, deveria ser prestada a homenagem como forma de reconhecer e dar valor aos fundadores da pátria. Para Catroga é no espaço público, no espaço citadino, em que se manifestam estes ritos cívicos, estas práticas que tem um caráter pedagógico de ensinar, socializar e difundir para os membros desta grande

[200] A Revolução de Maio correspondeu aos eventos prévios a independência argentina, em que as elites criolas da cidade de Buenos Aires se mobilizam para expulsar o vice-rei de Espanha e instauram a primeira junta, um governo local, formado por militares e civis. Para mais ver em: DONGHI, Halperin Tulio: *Revolución y guerra. Formación de la elite dirigente en la Argentina criolla*. México, siglo XXI.

[201] Correspondencia Girada de la Municipalidad, Año 1883 Nota del Intendente Alvear al Presidente de la Honorable Cámara de Senadores y Diputados de la Nación, 18 de septiembre de 1883, p. 349. Archivo Histórico de la Ciudad de Buenos Aires.

comunidade a memória e valores que conformavam a nação. O autor identifica que na "festa cívica uma prática construtora da cidadania através de ritos cívicos que deviam ter como atores os seus próprios espectadores: o povo reunido e em confraternização ao ar livre, em jornadas revigoradas do elo social". (CATROGA, 2006, p. 135).

A capital se conforma como polo de referência para a prática cívica de toda a nação. Esta portanto se edifica, como idealização e resultado dos anseios dos fundadores da pátria e, portanto, é o espaço que representa todo um país. Por meio de seus monumentos que resgatam a memória do nascimento e trajetória pátria, cabe a esta prover todo o repertório de elementos que suscitam o civismo e oferecer espaços para as grandes celebrações e comemorações. Cenário da pátria, a capital que se emula, se resgata e se lembra a história da nação e de seus heróis para as demais cidades de território. Como destaca Connerton, as cerimônias resgatam sentido e reafirmam a identidade de uma comunidade, por meio de suas performances e, neste caso, a evocação dos próceres pátrios e dos grandes acontecimentos, funcionando como uma *metanarrativa*.

Portanto ao comemorar a Revolução de Maio, ou erigir Monumentos para celebrar a proclamação da República, se faz mais do que narrar uma história, mas de certa forma emula-la e produzi-la. O que o autor chama de *metanarraiva dos rituais* "é mais do que uma história do que se conta e sobre a qual se reflete, é um culto encenado. Uma imagem do passado, mesmo sob a forma de metanarrativa, é transmitida e conservada por performances rituais" (CONNERTON, 1999, p. 81). Ao dirigir-se para os rituais e tradições que são manifestados durante este contexto de formação dos Estados Nacionais, durante o discorrer do XIX e início do XX, Cannadine aponta que estes rituais inventados ocorreram

> "em sociedades cujas estruturas econômicas e sociais diferiam profundamente daquelas existentes no período anterior, de criação de tradições, o que, por conseguinte operou uma profunda mudança das razões pelas quais tais tradições eram inventadas e da foram interpretadas e compreendidas pelos contemporâneos interventores".

Nesse aspecto, ao voltarmos ao objeto de estudo, as reformas de Buenos Aires e Rio de Janeiro, inferimos que a criação de espaços cívicos corresponderam ao imaginário de um contexto histórico, em que seus agentes compreendiam símbolos e alegorias, assim como os rituais que evidenciam o conteúdo destas formas, correspondentes aos seus valores e concepções. A capital se conforma como espaço

público oficial, pois ela representa a idealização e conquista dos próceres da Pátria, e neste local devem ser manifestados suas cerimônias e celebrações cívicas. Esta capital edifica-se como polis, atuando como território, pois sua onipresença é destacada e evidenciada quando seus símbolos e ritos são representados em outros locais de uma nação.

CAPÍTULO 3 - A POLISSEMIA URBANA: OS VÁRIOS DISCURSOS DO ESPAÇO PÚBLICO

> *Perscrutar a consciência é um exercício perigoso. Mas algo tem de ser dito sobre esperanças e os sonhos, os temores e as fantasias que motivam as pessoas a agir.*
>
> David Harvey

3.1 – Discursos, Opinião Pública e Cidadania

O presente capítulo consiste em captar como se configuraram os discursos da população urbana em relação as modernizações e tomá-los como uma das práticas que estruturam o exercício da cidadania: a opinião pública. Entende-se que os discursos tampouco se propagavam de forma homogênea, tendo em vista que as reações não se definiam categoricamente em posições a favor ou contrárias a reformulação do espaço público; as críticas variavam de acordo com um conjunto amplo de condicionantes: crenças político-sociais, condições econômicas, a forma pela qual as transformações afetavam o cotidiano destes grupos, etc. Diante deste panorama, quais seriam as fontes das quais se tornaria possível aproximar da opinião pública deste mosaico urbano? Como perscrutar os discursos das classes populares e seccioná-los dos discursos das elites intelectuais e políticas?

Maria Tereza Chaves Mello no artigo intitulado *A República e o Sonho* buscou elencar os "discursos de literatos, jornalistas, propagandistas e teóricos republicanos" simultaneamente quando recorria às estratégias de se aproximar da "população menos esclarecida – mas engajada a seu jeito" (2011, p. 122), por meio de revistas ilustradas. Para a autora, este tipo de periódico possuía um intenso conteúdo imagético que somado à sua proposta informal se constituíam como um pertinente indício da aproximação das percepções de setores que não pertenciam às elites da época. Foram encontradas caricaturas, charges, trovas e poemas que muito retratam como a população se comportou neste ínterim. Outro dado importante identificado pela autora é que a massiva distribuição de um periódico servia como uma importante referência para identificar de como este veículo ressonava parte de uma massiva opinião pública. A relevância destas fontes faz com que seja possível detectar as formas de reações da população por meio de registros editados em periódicos e jornais da época.

Compreendendo que a opinião pública e as formas de posicionamento de setores da população que não se enquadravam dentro da elite política se estruturavam como práticas de cidadania, recorre-se a proposta de Hilda Sabato (2009) a respeito desta categoria: a opinião pública, enquanto elemento de práxis cidadã, "criava espaços de interlocução com o Estado e as autoridades cedendo lugar a formação de esfera pública" (SABATO, 2009, p. 33). Desta forma verifica-se o desenvolvimento de um cenário heterogêneo de práticas e discursos que envolviam uma pluralidade diversa de agentes, neste caso um mundo bastante distante da imagem de povo civilizado almejado pelas elites políticas. Não obstante, parte destes discursos, como destaca a autora, se fazia em nome do bem comum: os públicos concretos se apresentavam, como povo em singular pretendendo encarnar a opinião dos interesses gerais da sociedade.

A partir desta pluralidade de agentes - Jornais Operários, Panfletos de Associações de Imigrantes, Revistas Ilustradas e Pasquins - se formava um extenso repertório que refletia as ações e posturas da população urbana, assim como formas de reivindicar acesso ao espaço público, enquanto ações diferenciadas de exercer a cidadania. Gonzalo Sanches Gomez (1999) destaca o papel destes veículos como formas de construção da opinião pública, não apenas dentro do círculo alfabetizado, mas como a repercussão e a propagação desta opinião também ressonava entre a população analfabeta:

> Desde logo é necessário seguir avançando na análise de outras formas ou instrumentos de construção de opinião pública que foram ficando fora dos debates: revistas, pasquins, cartazes e folhetos e mais em geral a imprensa que cumprem um importante papel mobilizador eleitoral entre a população alfabetizada. Mas sem esquecer que nas condições educativas da época havia outros recursos e práticas coadjuvantes na formação da opinião pública entre a população analfabeta tais como conversas rumores, anúncios, cavaqueiras das ruas em lojas, bares, edifícios públicos, tendas clubes e associações. (GOMEZ, 1999, p. 439).

Uma vez que optou-se em abordar a opinião pública sem essencialmente classificar a distinção entre as classes sociais – classe média ou classe baixa, por exemplo – também serão incluídos jornais, que geralmente possuíam sua estrutura destinada a artigos e crônicas sem o recurso imagético, considerando o fato de que seu conteúdo era comentado e debatido em espaços públicos (cafés, praças, barbearias, estações), tornando um importante veículo dentro do que nomeia-se aqui de população urbana. A partir desta argumentação, aproxima-se novamente a perspectiva de Hilda Sabato, ao destacar que as barreiras entre discursos das elites políticas, classes populares,

alfabetizados e analfabetos, muitas vezes não se edificam de forma tão sólida e intransponível. As ideias, diálogos, debates e discursos propagam com maior facilidade e não eram tão estruturados e rígidos como as hierarquias das classes e funções sociais:

> A relação desse público ou públicos com o Estado era muito variável, mas as elites políticas não podiam ignorá-los: promoviam a vida associativa, cortejavam a imprensa e ouviam sinais da sociedade civil. Eles também procuraram influenciar a opinião, moldá-la, distorcê-la e até reprimir seus aspectos mais "subversivos". Nesse contexto, é difícil estabelecer uma distinção clara entre ações e instituições originadas na sociedade civil e aquelas que se desenvolveram na esfera política e do Estado. Apesar das diferenças entre um e outro, eles compartilhavam parcialmente espaços, práticas, liderança e filiação, e falavam a mesma linguagem política. (SABATO, 2009, p. 33).

David Harvey, em capítulo de obra já citada,[202] descreve a dificuldade de captar as percepções e opiniões da população urbana durante seu estudo. Se por um aspecto existiam uma quantidade de registros literários que refletiam apenas alguma parte da sociedade francesa durante as reformas haussmanianas, por outro "a massa da população permanece muda" (HARVEY, 2015, p. 337). Para alcançar seu objetivo Harvey utilizou-se de um repertório de fontes para complementar a percepção de como as massas "sentiam, pensavam e agiam" e para se aproximar disso o autor identificou que "é necessário um estudo cuidadoso da linguagem – palavras, gestos, canções populares, teatro e publicações de massa para obter uma percepção fragmentária do pensamento e das culturas populares" (HARVEY, 2015, p. 337).

Antes de estabelecer maiores conclusões neste capítulo, torna-se necessário definir sob qual referencial optou-se por não discriminar a opinião pública como pertencente a uma única classe social, mas sim atribuí-la como perspectivas e expectativas da população urbana, isto é, chamaremos aqui de população urbana os habitantes, grupos e agentes destas capitais que se sentiam afetados de certa forma pelas modernizações e que não integravam o poder oficial (políticos e administradores), nem mesmo as instituições técnicas e intelectuais. Desta forma, ao considerar as bases epistemológicas de Raymond Williams (1992)[203] e Edward Thompson (1998)[204], conclui-se que uma classificação de discursos - populares ou de elites - se tornaria extremamente complexa.

---

[202] Harvey neste capítulo busca analisar as perspectivas da *intelligentsia* assim como da classe trabalhadora e busca um variado repertorio de fontes documentais para tal objetivo. Para mais ver em: *Ciência e Sentimento, Modernidade e Tradição.* in: **Paris: Capital da Modernidade**, op15.

[203] WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1992.

[204] THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: ia. das Letras, 1998.

Neste aspecto compreende-se que os discursos são elementos constitutivos da cultura e por isso retomamos o raciocínio de Williams tecido em seus extensos estudos sobre o tema. O autor nos alerta para as armadilhas que existem ao tentar classificar rigidamente a cultura popular e a cultura erudita: "(...) uma classe social de modo algum é sempre culturalmente monolítica" (WILLIAMS, 1992, p. 74). A partir destas contribuições sobre a cultura, que foi escolhido não seccionar os discursos em padrões sociais uma vez que Williams destaca a existência um movimento pendular entre as culturas de classe:

> Cultura burguesa, por sua vez, é a básica idéia individualista e as instituições, costumes, hábitos de pensamento e intenções que daí procedem. Em nossa cultura, como um todo, há ao mesmo tempo uma interação constante entre esses sistemas de vida e uma área que pode ser adequadamente descrita como comum ou como pressuposta a ambos (WILLIAMS, 1969, p. 335).

Tomando em consideração as recentes abordagens sobre a circularidade que permeia a cultura popular, inferimos que os discursos tampouco se constituem de forma homogênea. O que é possível concluir sobre os discursos portanto é que as formas de ação e pensamento de ambas classes sociais não são essencialmente antagônicas, e muitas vezes podem seguir na mesma direção. No caso em questão, quando a população urbana se sentia afetada pelas modernizações, os jornais e revistas configuravam-se como representantes de seus respectivos leitores funcionando como um amplificador da opinião pública. Para ilustrar tal afirmativa, destaca-se o pertinente artigo de Pedro Jimenez Cantisano[205] no qual o autor discorre que no Rio de Janeiro, durante as obras de Pereira Passos e os processos de desapropriação realizados pela prefeitura, o confronto não se resumiu apenas entre Estado e as classes populares. Em suas investigações, identificou-se que existia um embate também entre a elite proprietária, que ao perceberem que poderiam ser lesados pelo "bota abaixo" de Passos.

Processo semelhante ao carioca, em Buenos Aires destacou-se o choque ocorrido entre o intendente Alvear e os grandes proprietários quando as obras na parte central da cidade promoveram a demolição de vários edifícios e negócios para a abertura da Avenida de Mayo. Conforme Adrian Gorelik (2016) observa, "não existem reformas urbanas sem batalha contra a propriedade", e que quando as elites tem suas propriedades afetadas, "se produz um conflito muito menos analisado que afeta a ordem

[205]CANTISANO, Pedro Jimenez. DIREITO, PROPRIEDADE E REFORMAS URBANAS: RIO DE JANEIRO, 1903-1906. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro , v. 29, n. 58, p. 401-420, Aug. 2016 . Disponivel em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862016000200401&lng=en&nrm=iso>. accessado em 04 Aug. 2020. .

do simbólico no cerne dos próprios grupos dominantes.” (GORELIK, 2016, p. 116). No caso do Rio de Janeiro, nos finais do século XIX e início do XX,[206] identifica-se que

> a expansão da cafeicultura acarretou o desenvolvimento de uma rede de transportes, da capacidade geradora de energia, criando uma infraestrutura favorável ao crescimento das atividades do setor secundário da economia. Por outro lado, o afluxo de imigrantes, a abolição da escravatura contribuiu para uma ampliação do mercado consumidor” (CHALHOUB, 2008, p. 163).

Sidney Chalhoub em estudo já mencionado[207] ao tomar o caso carioca identifica que na composição da classe trabalhadora no Rio de Janeiro “predominava imigrantes – especialmente portugueses – e brasileiros não brancos – a cidade apresentava a maior concentração urbana de negros e mulatos do Sudeste” (CHALHOUB, 2008, p. 60). A política econômica de Campos Salles anterior a Rodrigues Alves proporcionou um aumento significativo da industrialização sobretudo no Distrito Federal, do qual surgiu uma demanda por operários industriais e de construção, engenheiros, mestres de obras. Além destas atividades, ocorreu um considerável aumento dos pequenos comércios e da produção agrícola para suprir as demandas do mercado urbano que se expandia.

Mirta Lobato (2010) destaca que, apesar de uma grande massa de imigrantes europeus comporem as classes populares de Buenos Aires, existia uma grande heterogeneidade no mundo laboral, que variava desde

> (...) uma multidão de trabalhadores manuais que trabalhavam de forma independente ou sediados em pequenos estabelecimentos (carpinteiros, sapateiros, padeiros, pintores, gesseiros, ferreiros, curtidores, pedreiros, ebanistas, mecânicos) uma grande quantidade de trabalhadores empregados em grêmios de serviço (condutores de carros e veículos, agentes de bordo, portuários, ferroviários, municipais) e uma multidão de empregados de comércio. Não é possível afirmar que a indústria argentina a começos deste século fora muito significativa, mas sem dúvida pode assegurar a importância e magnitude de um heterogêneo mundo do trabalho, especialmente om urbano. (LOBATO, 2010, p. 472).

Diante deste contexto que esboça a complexa composição dos habitantes destas capitais, optou-se por trabalhar com o termo população urbana uma vez que esta não poderia ser compreendida unicamente como classes populares, principalmente pela

[206]LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; CANAVARROS, Otavio; et al. Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930 .. R. bras. Econ .. Rio de Janeiro. 2; (4) :129-1;6. OUI. / dez. 1913.

[207] Obra já citada neste trabalho, para mais ver em :CHALHOUB ,Sidney. **Trabalho, lar, botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**, 2008.

dificuldade de captar seus discursos. O número de periódicos e a quantidade de suas edições não são suficientes para mensurar e reproduzir *ipsis litteris* o pensamento e conduta das classes populares, já que existia um grande número de analfabetos nos mundos urbanos do qual se analisa; os libertos do sistema escravista brasileiro conformavam um acentuado número de analfabetos e no caso portenho, uma considerável porcentagem dos imigrantes além de analfabetos não falavam ou dominavam o espanhol. Contudo, é significante considerar a quantidade de periódicos neste período e perscrutar como estes muitas vezes reproduziam as variedades de opiniões que se sincronizavam a partir da circularidade entre os diferentes segmentos sociais, como já fora destacado por autores citados acima.

A partir destes critérios, realizou-se a abordagem dos periódicos como veículos constitutivos destes discursos além de configurarem como ambiente de debates que se projetavam no espaço público fazendo deste uma arena de conflitos. Em outras palavras, estes veículos reproduziam uma polifonia de vozes que geravam um processo dialético da cidade: as disputas pela apropriação e representação do espaço público. À medida que o poder público modernizava e burocratizava o espaço público urbano, dialeticamente reproduziam-se uma gama de discursos da população urbana que eram propagados por vários veículos. O que pode ser constatado em tais discursos, é que estes eram elementos constituintes das formas de apropriação e intervenção do espaço público.

Para trabalhar com os discursos da população urbana sobre espaço público, optou-se em fazer uma divisão temática semelhante ao processo utilizado no capítulo anterior com os mecanismos de normatização. Desta forma as fontes serão analisadas a partir da seguinte classificações: *Obras, ruas, praças e avenidas* – as fontes utilizadas serão as impressões e interações formadas sobre novos espaços da cidade, que se configuraram a partir de demolições, construções ou reformas; *Salubridade e Higiene* – serão os relatos que apresentam como os decretos e obras de higienização afetaram as experiencias na cidade, como por exemplo a restrição de venda de leite, carne e a detenção de cães nas vias públicas; *Moral e Ordem Pública* – se refere as manifestações a respeito de decretos e leis que proibiam antigos usos e práticas que conformaram a cultura urbana da cidade; *Gestão Municipal* – neste item buscar-se-á expor como estes periódicos por meio de crônicas e charges concebiam suas percepções e opiniões a respeito da imagem e conduta poder público e sua administração da cidade, os

personagens políticos e técnicos envolvidos na modernização e sobretudo os chefes do executivo municipal: Torcuato Alvear e Pereira Passos e *Alegorias Cívicas da Cidade* – neste último item se torna pertinente o resgate de algumas representações da cidade, muitas vezes como alegorias de mulheres republicanas. Neste sentido identifica-se como parte da opinião pública entendia a cidade a partir de um sentido cívico, mesmo que de forma satirizada.

Não obstante para poder dar prosseguimento as análises de notícias, charges e crônicas deve-se portanto endereçar os periódicos, ou seja, identificar qual o público se direcionava cada um destes periódicos. Tanto em Buenos Aires e Rio de Janeiro, os períodos em que estas cidades atravessam pelos seus processos de modernização é possível obserevar um aumento do mercado editorial, beneficiando principalmente revistas e jornais. Em Buenos Aires duas revistas satíricas se tornaram cada vez mais apreciadas pelo grande público, principalmente devido suas caricaturas .

A revista *El Mosquito*, fundada em 1868, contava com Eduardo Wilde como um de seus redatores, ministro da Justiça e Instrucção Pública do governo de Julio Roca. O ilustrador e jornalista Henri Stein, que posteriormente teve seu nome alterado para Enrique Stein, era o editor chefe e principal caricaturista da revista. *El Mosquito* se manteve em uma posição oficialista e próxima ao governo de Roca devido a presença de Wilde e não promovia grande críticas à presidência, reservando algumas ironias a gestão de Torcuato de Alvear. Esta revista, portanto, formou seu público a partir de apoiadores de Roca e sua grande circulação mesmo entre analfabetos em razão de seus recursos visuais e ilustrações. Assim como *El Mosquito* o jornal diario *La Tribuna Nacional* possuía uma característica semelhante, devido seu editorial, focado na defesa do governo que se revezava críticas suaves.

Situação distinta era a revista *Don Quijote* fundada pelo ilustrador e caricaturista espanhol Eduardo Sojo. Perseguido politicamente, migrou da Espanha para a Buenos Aires por suas convicções republicanas e em terras portenhas não deixou de tecer críticas ao governo. Alvear foi arduamente criticado nas páginas do semanário assim como o governo Roca, resultando em várias repreensões por parte do governo. Por um aspecto, como os próprios editoriais da revista afirmavam, a medida que se acentuaram os ataques ao intendente, aumentavam sua circulação pois a insatisfação com as obras e incômodos causados pela reformulação urbana, parecia ser crescente. Suas ilustrações, com charges e caricaturas polêmicas, possuíam uma maior recepção entre setores menos

conservadores da classe média, como a boemia portenha. Dois jornais também se articularam politicamente como opositores da Municipalidade de Buenos Aires, *El Democrata* e *La Pamp*a. Estes últimos, eram publicações diárias voltada para a classe média portenha e sempre mantiveram apoio sobre as decisões do Conselho Deliberante Municipal, que frequentemente se debatia contra as medidas de Alvear. Outro tipo de jornal que circulava com mais raridade na década de 1880, mas em poucos anos obteve um crescimento massivo foram os de correntes anarquistas e socialistas: o jornal *La Questione Sociali*, formado por imigrantes italianos, foi um dos poucos publicados na época e buscava representar a classe trabalhadora italo-argentina. Além deste, os diários *L' Operario Italiano* e *La Patria Italiana* formados também por imigrantes, em muitas de suas edições publicavam opiniões desfavoráveis as medidas do intendente Alvear assim como do presidente Roca.

No Rio de Janeiro, duas revistas ilustradas de maior circulação na cidade contrastaram o cenário político da Cidade. A Revista *O Tagarela* que se denominava um semanário humorístico, crítico e político tinha como editor Peres Junior, e ilustrações de caricaturistas famosos como Raul Pederneiras e Calixto. Voltado também para a classe média, porém com uma grande circulação entre as classes populares devido suas ilustrações, o jornal se posicionou como opositor de Pereira Passos assim como da presidência da República. A revista *O Malho* possui um público semelhante porém com o fluxo de vendas maior que *O Tagarela*, foi fundada Luís Bartolomeu de Souza e Silva. Também formava a equipe de ilustradores Raul, Kalixto e Storni que se beneficiaram dos avançados recursos de impressões. Apesar de tecer várias críticas aos costumes e hábitos tradicionais da elite carioca, se manteve aliado a gestão municipal assim como a presidência de Alves: as caricaturas e charges eram irônicas, mas muitas vezes ressaltam o espírito empreendedor do prefeito, assim como suas crônicas.

A polêmica revista *Rio Nu* se voltava para a boemia literária e artística do Rio de Janeiro, apesar de uma indefinida postura política, tampouco se configuraram como opositoras ao regime vigente. Provavelmente um dos veículos da imprensa que mais se chocaram contra o regime de Passos e de Rodrigues Alves foi o jornal *O Correio da Manhã*, jornal de grande circulação na capital federal. Em suas reportagens, crônicas e editoriais, identificava os problemas na condução dos projetos urbanísticos realizado pela prefeitura e como tais empreendimentos afetam a população urbana, sendo este o representante "daqueles que estavam sendo afetados pelas mudanças" (ALVES, 2013,

p.4). Oposto ao *O Correio da Manhã* era o jornal *O Paiz*, que era constituído por indivíduos da política nacional como Ruy Barbosa e Quintino Bocaiúva. No regime republicano, adquiriu uma posição situacionista, dando apoio às gestões federais e municipais da capital. Nelson Werneck Sodré identifica que no período compreendido pelas modernizações de Pereira Passos, seu editor João de Sousa Laje "tipificou, realmente, o jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo benefícios materiais em troca da posição do jornal" (SODRÉ, 1966, p. 381). Poucos jornais que representassem os trabalhadores foram identificados nas primeiras décadas do século XX, do qual foi possível resgatar a *União Operária*, órgão do Partido Operário localizado na capital.

3.2.1 - Obras, ruas, praças e avenidas

Como a população encarava as obras que rasgavam ruas e demoliam edifícios da cidade em que viviam? Como tais transformações afetavam suas expectativas e seu cotidiano? Neste subitem será desenvolvida uma análise que recorre às formas de relato e experiências a partir da impressão e opinião emitida sobre novos espaços, sejam estes construídos ou reformados. Desta forma, o gênero comunicativo mais abordado foi a crônica. De característica mais objetiva, conjuga a escrita jornalística com a literária além de permitir uma rápida compreensão. As modernizações fizeram emergir distintas imagens sobre a cidade. Walter Benjamin, em sua obra sobre a Paris,[208] apresenta o conceito de imagem, que nos leva a refletir sobre como tais transformações acionam impressões ambivalentes. Para o autor imagem seria a tensão dialética entre passado e futuro. Algo que em um momento era presente, em um piscar de olhos se naufraga e assim se torna passado. O que não está mais visível, sobrevive como imagem do passado ao mesmo tempo que a expectativa do que virá a substitui-lo se torna imagem do futuro. Ao refletir sobre a modernização de Haussmann em Paris do Segundo Império autor apresenta sua concepção de imagem urbana:

> No início da década de 50, a população parisiense começou a aceitar a ideia de uma grande e inevitável expurgação da imagem urbana. Pode-se supor que em seu período de incubação, essa limpeza fosse capaz de agir sobre uma fantasia significativa com tanta força se não mais o espetáculo dos próprios

[208] Benjamim em suas reflexões sobre a modernização de Paris assim como sobre a aburguesamento do espaço citadino recorre a flanerie de Charles Baudelaire. Para mais ver em: BENAJMIN, Walter. **Charles Baudelaire , um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

> trabalhos urbanísticos. Os poetas são mais inspirados pelas imagens do que a própria presença dos objetos, diz Joubert. O mesmo é valido para os artistas. **Aquilo que sabemos que, em breve já não teremos diante de nós torna-se imagem**. (BENJAMIN, 2000, p. 85, **grifo nosso**).

A partir desta perspectiva benjaminiana, possibilitou-se interpretar como as fontes analisadas faziam referência as obras nas capitais estudadas. O que foi possível detectar é que os relatos imprimiam sentimentos de nostalgia ou expectativas nos habitantes da cidade. No caso portenho, verifica-se que um autor não identificado publica uma crônica na *Tribuna Nacional*, do qual tece uma crítica saudosista devido a nova *Plaza de Mayo* (FIGURA 21) e todo o ambiente que se conformou ao seu redor. Um dos marcos simbólicos da modernização de Buenos Aires foi a anexação de duas praças: a *Plaza de Mayo* e a *Plaza de la Victoria*, divididas por um edifício colonial chamado de *Recova Vieja*. Com a demolição da Recova se constituiu a nova praça. Entretanto, seu testemunho não se limita apenas as mudanças físicas ocorridas na praça, mas todo o contexto que a modernização da cidade se insere: as novas vias de transporte e comunicação, as inovações técnicas, os embates entre civilização e barbárie, a expansão do capitalismo:

> Acabaram-se as rosquinhas de milho, o doce de batata, o arroz com leite, os negros e as negras e Felipón (o palhaço, Deus, luz suprema das festas populares!) e seus comparsas, os foguetes voadores e os busca-pés, os paus ensaboados, os quebra cabeças os carrosséis gratuitos, já não há nada de qual o 25 de maio antigo que levava a praça dez mil concorrentes por dia derramando de acordo com o gosto de então, de alegria e felicidade popular. Não se fala mais que dinheiro, de linhas de trem, de portos, de índios suprimidos, de empréstimos, de progressos, de bancos, de governo, de paz e de administração! Nem sequer um barulhinho!![209]

[209] "Adiós Pátria!", La Tribuna Nacional, 26 de maio de 1883. Acervo Biblioteca Nacional da Argentina. .[**grifo nosso]**



FIGURA 21 – População de Buenos Aires frequentando a nova Plaza de Mayo, 1890. Argentina. Archivo General de La Nacion DDF Inv_215831

Se acima foi possível identificar alguma nostalgia crítica em relação as modernizações, vemos uma expectativa positiva no trecho a seguir. Na revista *O Malho*, reconhecida por seu tom satírico, a modernização empreendida por Pereira Passos no Rio assim como os elementos que possibilitaram tal processo são louvados. O tom da crônica eleva o caráter higienista das obras do prefeito, uma vez que antes destas a cidade estava condenada a imundice. Outro aspecto identificado nesta "abundante" crônica é a rivalidade com Buenos Aires, do qual se destaca que após as transformações o Rio de Janeiro a superaria tornando-se a cidade mais importante do continente sul americano:

> (...) não havia limpeza, nem pública, nem particular, nem interna nem externa, bem no corpo nem na alma da pobre Sebastianópolis, a higiene e o asseio eram figuras de retórica... Mas foi nessa situação de imundice e de andrajos que veio encontrar o reformador ativo e forte que é o dr. Passos, e foi assim que ele resolveu varrer toda essa porcaria e sobre o terreno limpo e saneado levantar melhoramentos que nos honram, que já dizem bem a respeito da nossa cultura e do nosso adiantamento (...) as ruas e praias alargam-se, o calçamento é restaurado a grandes trechos, as casas oferecem um melhor aspecto, **avenidas surgem miraculosamente, há no ar, na gente e nas coisas um tom de alegria, de contentamento, de esperança em ver dentro em breve poder o Rio de Janeiro dizer-se com razão e sem provocar o riso zombeteiro de nossos vizinhos do prata, que é a primeira cidade da América do Sul**(...).[210]

[210] Crónica, Revista O Malho, 1903. Brasil, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. **Grifo nosso**

Nesta crônica do jornal *La Tribuna Nacional*, em um tom menos fervoroso, mas não menos otimista, se faz possível identificar o mesmo sentimentos de exaltação das obras empreendidas pelo Intendente Torcuato de Alvear:

> Entre nós não sentimos saudade o tempo em que nada se fazia para melhorar as condições de higiene e da vida na capital em que se vivia no seio de uma atmosfera envenenada sobre um solo infectado sem ar , sem água, sem luz sem salubridade... Então o povo pagava impostos que não se abrumavam e estava contente e era feliz. Não, não podia ser - o que o povo da Capital tem pedido e tem desejado incessantemente é uma administração que se preocupe com nobres interesses e solicitude empenhosa de transformar condições deploráveis em que a tem mantido em uma negligência fatal. Esse devia ser sobretudo o voto da população aterrorizada naquela longa noite de desolação e de morte que pesou sobre Buenos Aires faz quatorze anos e cuja memória sombria não se apagará jamais. Hoje a ação municipal tem feito prodígios. **A cidade começa a respirar sem temor. As grandes obras de salubridade aconselhadas pela ciência logo serão terminadas. As ruas se aperfeiçoam. As praças se embelezam. Jardins e passeios que fariam honra aos povoados mais adiantados da Europa complementam o plano de salubridade da cidade.**[211]

A partir destas duas últimas crônicas, é possível identificar como obras de cunho estético eram os atributos da modernidade para seduzir a população. A espetacularização do espaço público por meio de obras de grande escala, da higienização e da linearidade eram os aspectos dos quais a civilização se encarnava diante dos olhos dos habitantes da cidade. E é devido estes elementos que se encontrava crônicas entusiasmadas com as reformas da cidade. Entretanto, não eram somente de expectativas positivas que se configuravam as crônicas. Muitas delas promoviam um tom crítico em relação ao conjunto de obras realizadas pelos chefes municipais. Na seguinte nota do Jornal *El Democrata* é possível verificar as árduas palavras dirigidas ao Intendente Alvear, na crônica intitulada "Monomania de projetos", dos quais os redatores acusam este de uma verdadeira compulsão por obras, sendo das quais a grande maioria era indispensável:

> O intendente tem loucura por imortalizar seu nome. Os elogios não merecidos de uma parte da imprensa e as adulações de seus favoritos tem acabado por transformar seu cérebro doentio. Quando há em grandes intervalos de lucides sucede a loucura furiosa a monomania de projetos. Não seria difícil se qualquer dia o flamante Lord com algum dos grandes uniformes e todos atributos do cargo a moda de Londres e desde os balcões da Casa Municipal nos jogue um uma proclama e dissertando sobre as vantagens de ter pântanos e lagoas nas ruas , lagos e grutas nas redondezas

[211] La Tribuna Nacional. Buenos Aires 25 de Novembro de 1885. Ano V. Número 1560 . Acervo Biblioteca Nacional da Argentina.

> dos Cemitérios e a formação de uma nova gruta e um lago na *Praça de la Victoria* e com a terra da praça escorrendo a formar uma nova calcada. Para concluir por hoje diremos que de todos os projetos do senhor Alvear seguro que em caso de poder realizar alguns não se realizariam senão do ornato em seu forte ou melhor a mais forte de as manias porque tem outras e é a dos paralelepípedos ingleses que dizem vão tragar os Deliberantes. Em projetos de verdadeira utilidade não tem que se esperar que se ocupem o senhor Alvear senão o levam aos Conselheiros a reboque ou a empurrões por que isso seria demasiado cortes e bom para que saia algo de sua cuca enferma. [212]

Enquanto algumas crônicas eram proferidas a fim de elevar o ímpeto das obras de aformoseamento da cidade, algumas possuíam tom mais combativo. No Rio de Janeiro, as demolições de casas que ocorreram, principalmente na região central, para a construção da Avenida Central, popularmente conhecida como *Bota Abaixo*, foi indubitavelmente um evento que se ramificou uma variedade de opiniões. A seguir será possível identificar críticas de naturezas distintas, mas com o mesmo foco: A Avenida Central. Veremos que na primeira, apresentada na revista *Tagarela*, as demolições que ocorreram para a execução das obras de edificação da avenida foram condenadas devido ao risco e as inconveniências causadas pelos detritos e pela poeira:

> As demolições... Não é possível; bem desejávamos não dizer nada a respeito e o que é melhor deixar passar sem os nossos costumados parabéns, mas não é possível. Parabéns ao sujeito que impingiu aquilo. Assim não está direito. Não falando na poeirada e no risco que corre o cocuruto de um cidadão que lhe passa próximo essa maneira de bota abaixo não serve.[213]

Nesta mesma revista foram publicadas várias crônicas que se opunham as demolições. Meses após a crônica apresentada acima, identificou-se uma nota referente as desapropriações causadas justamente pelo processo de demolição de casas e edifícios da região central. Neste texto, o autor questiona a ausência de reconhecimento aos direitos naturais de propriedade, tornando-se cúmplice do sofrimento dos pobres que também tiveram suas casas tomadas:

> A lei de desapropriações acaba de vez no pais com o direito de propriedade qie era o que ainda restava do assalto que tem sofrido ultimamente a fortuna particular. E é tao feroz essa horripilante lei que nem o pobre da inofensiva gramatica escapou. [214]

Na seguinte crônica, publicada na revista *Avança*, as críticas eram feitas a intelligentsia carioca, principalmente a imprensa. O autor denuncia que quando as

---

[212] El Democrata. Monomania de projetos. 5 agosto de 1883. Ano Numero Acervo Biblioteca Nacional da Argentina.
[213] Tagarela, 16 de junho de 1904 edição 121 Brasil, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.
[214] Tagarela, 17 setembro 1903 edição 82 Brasil, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

demolições eram realizadas nas áreas de população operaria e humilde, não havia mobilização da imprensa. Aponta que no momento em que as obras se aproximaram das ruas por jornalistas e literatos, iniciou-se uma mobilização contra as obras da Prefeitura:

> Agora que as demolições chegaram a nossa principal artéria, o pessoal da rua do Ouvidor, que são os jornais, entrou a bramar que esses serviços não corriam em ordem e o que corriam em ordem e o que corria em grande risco eram a vida dos transeuntes e integridade da sua caixa dos miolos. Enquanto as demolições eram lá pelos cubículos dos pobres da Prainha e das casinholas dos proletários da rua Ajuda, o transeunte não tinha defesa, nem ninguém lhe dizia: arreda que lá vai pedra! A poeira chegou a rua da elegância e pedra chovem cima dos demolidores, que não é graça... E para que vejam: o que é bom toca a todos.[215]

Na crônica seguinte publicada na Revista o *Rio Nu*, as demolições e a construção da avenida não são contestadas, mas sim a forma como obras são executadas. Faz-se questão de celebrar a construção da avenida, mas sim é alvo de objeções às etapas em que se realizam as obras:

> O grande defeito do brasileiro é querer fazer tudo ao mesmo tempo e é por isso que nada ou muito pouco se faz... esse defeito transparece nas grandes obras da Avenida Central. E é preciso ser estupido ou político da oposição ou estrangeiro indiferente ao progresso desta cidade para não aplaudir os melhoramentos empreendidos pelo atual governo e reclamados em vão de quantos o precederam. Mas pergunto eu: por que essa avenida não se faz por trechos? (...) faz-se o contrário e o resultado é estarmos com a cidade esburacada num longo perímetro e andarmos sufocados pelo por expondo os pulmões a tuberculose.[216]

A natureza das críticas não eram as mesmas. Isso significa que as ressalvas feitas a modernização da cidade dependiam da perspectiva, das necessidades e expectativas da qual seu interlocutor emanava. Por exemplo, um problema relacionado a especulação imobiliária e o desalojo de classes populares que incomodava um indivíduo não significava que incomodaria outro. Dentro desta perspectiva, aborda-se o discurso a seguir feito para a revista *O Comentário*, da qual o autor ao comparar o Rio de Janeiro com demais cidades do Hemisfério Norte, embasa seu descontentamento ao retornar a sua cidade natal por esta não estar no mesmo nível de civilização que as demais, apesar das reformas realizadas:

> Acabo de percorrer as cidades de Lisboa, Paris, Berlim, Londres, New-York, Chicago, Búfalo, S. Luiz, Philadelphia, e recolho-me envergonhado à minha cidade natal. Chego a ter dúvidas sobre as vantagens da excursão que fiz pelo

[215] Avança 11 de Junho de 1904 número 2. Brasil, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional
[216] O Rio Nu, 15 junho 1904 edição 620. Brasil, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

> antigo e novo continente: condenado a viver aqui, não podendo reformar o meio ambiente, antes não conhecesse o que vai por esse mundo de Progresso e de Civilização![217]

A crônica acima apresentou um ponto de vista privilegiado em comparação com a maior parte da população carioca. Contrastando com essa crônica da Revista *O Comentário*, apresenta-se a um poema publicado em um jornal *A União Operaria*, veiculo editado pelo Partido Operário Independente, com uma perspectiva muito mais dramática em relação as modernizações. O poeta clama aos responsáveis transformações urbanas, o ministro de Obras Públicas Lauro Muller, o engenheiro chefe Paulo de Frontin e o prefeito Pereira Passos, para que considerem os operários e concedam habitações em gratidão aos esforços imprimidos nas obras da cidade:

> Lauro Muller! Frontin! Pereira Passos!
> Operários sublimes. Causa espanto
> Ver a cidade agora... Eternos traços
> Deixa o vosso labor em todo o canto
> Rue [sic] o casebre velho sob um manto
> De pó. E alguma fada , nos espaços,
> Faz erguer um palácio por encanto
> Emprestando a magia de seus braços,
> é Belo é nobre esse trabalho imenso
> Que deixa nosso espirito suspenso
> Contemplando a mudança com surpresa
> Irmãos! Lembrai-vos do operário pobre...
> E um pedaço da terra ao menos sobre
> para o lar de quem faz tanta riqueza!

Outro tema que promove grande polêmica, e em muitos casos descontentamento, foram obras que afetaram o cotidiano dos habitantes: os calçamentos. A revitalização ou construção de ruas e avenidas imprimiu uma quantidade de obstáculos no fluxo dos que passavam por estes locais. Muitos reclamavam de buracos, poeira e todos os desvios que incomodavam o dia a dia urbano, que se tornava mais revoltante quando associavam os aumentos de impostos e taxas a estes empreendimentos, como é possível identificar na crônica abaixo da revista carioca o *Tagarela*:

> (...) esses 25% sobre o custo do calçamento na área correspondente a testada dos prédios a que Dr. passos quer obrigar os proprietários é o que de pior, mais odioso de iniquo até hoje tem feito o espetaculoso prefeito. E é pagar e não bufar. Mas os senhores admiradores incondicionais do prefeito verão mais tarde como ele nos ha de deixar a cidade e a prefeitura. Verão que todos

[217] O Commentário. N. 5 2ª série. Set. 1904. & N. 9 3ª série. Jan.1906. Brasil, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

> seus endeusados melhoramentos não passarão de uns tristes pioramentos [sic]que nos custarão muito caro. [218]

As crônicas, quando não expressavam um feroz pessimismo como a apresentada acima, eram tecidas com humor sarcástico. Nas palavras dos cronistas da revista *Don Quijote*, órgão do qual os editores sublinhavam seu objetivo burlesco, estes avaliam o novo pavimento de madeira da rua Victoria, localizada na área central de Buenos Aires. Seus apontamentos destacavam o material do qual era feito, propicio para o alastramento de incêndios:

> Começaram a pavimentar parte da rua de la Victoria com paralelepípedos de madeira de pinho, banhados em alcatrão. Não poderia ter escolhido melhor combustível. Amanhã se produzirá um incêndio em qualquer casa então se arrojam os moveis à rua e essa arde como fósforo. Vamos acender um cigarro...[219]

Sem abandonar o tom burlesco, os cronistas de *Don Quijote* alguns anos após a publicação da última, continuam a detectar incômodos e percalços nas vias públicas. A revolta apesar de estar presente não apaga o humor da nota que finaliza com um pequeno verso de quatro estrofes. Além dos buracos e saliências encontradas nas ruas e calçaadas, estes denunciam os alagamentos ocorridos na cidade:

> (...) que ruas que impostos... não se pode dar um passo sem dar um tropeço ou sem arrebentar o nariz contra a santíssima calçada. As ruas mais que ruas parecem a superfície dos Andes. Ao melhor transeunte desaparece como tragado pela terra efetivamente se o tragou alguma cova que se cavou em via pública. Outras vezes tem que atravessar a não uma esquina. A natação não acredite em vocês que é sobre água senão barro puro e sem mancha. Outras vezes..., mas por que continuar? Basta sair à rua com os pés saudáveis para voltar a casa com casa calo digno de figurar em um Museu (...) andar a pé é o mesmo que ir pisando sobre espinhos - andar de bonde é a vida perdurável e andar de carro não é coisa que se vê todos os dias.
>
> Olha senhor paralelepípedo
> faça arrumar estas ruas
> E deixe de cascatas
> e de tantos disparates[220]

O Jornal o *El Democrata* juntamente com *El Pueblo* e *Don Quijote* foram os rivais mais impetuosos em relação a gestão de Alvear. Suas críticas eram manifestadas em todos os aspectos administrativos, como multas, ordenanças e as obras municipais. Em um período de inundações e esburacamentos das ruas, os esforços do Intendente são

[218] Tagarela 1903, edição 0092 página 4. Brasil, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.
[219] Don Quijote ano I número 5 setembro de 1884. Argentina, Instituto de História Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani". **Tradução do autor**
[220] Don Quijote Año II Nro. 124 del 7-Ago-1886, página 4. Argentina, Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani". **Tradução do autor**

voltados para a fundação do Passeio da Recoletta, que aos olhos dos editores do jornal é um gasto indevido, primeiro por ser em um local polêmico – próximo de um cemitério – e segundo devido a negligência com problemas mais graves da cidade:

> Enquanto a Municipalidade gasta seis ou sete milhões em um passeio ridículo ao lado do cemitério onde se procedem emanações mefíticas a cidade está cheio de poços e lagoas que ocasionam sucessos como o que tínhamos narrado. Efeitos das idiotices do Lord Mayor.[221]

Vários conteúdos foram utilizados para satirizar, criticar ou até mesmo elogiar as obras das Municipalidades. Alegorizar as ações e obras da Instituição Municipal utilizando-se da própria imagem do prefeito Pereira Passos ou do Intendente Torcuato de Alvear foram os recursos muito utilizados no período das modernizações urbanas. Com o objetivo de criar formas mais ágeis de interlocução com a população, charges e caricaturas eram recursos de comunicação amplamente difundidos nos periódicos e jornais. Este tipo de representação mais direta da qual os personagens são reconhecidos de forma imediata, faz com que o grande público conseguisse captar mais facilmente as mensagens propostas. Na charge abaixo intitulada "Passos Diários do Senhor Passos" (Figura 22), batizado de Zé das Pedras pelo chargista Raul Pederneiras, responde: "Nanja que lá escarro é que num bai sor Prefeito que num pago la multea". O tom da charge se desenvolve no enredo sobre o grande número de obras a serem realizados na cidade, entretanto o receio do operário é devido a um decreto municipal que proibia que pessoas cuspissem nas ruas.

[221] El Demócrata número 240127 julho 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno. **Tradução do Autor**



FIGURA 22 - Passos Diários do Senhor Passos – O Malho, 30 de maio de 1903. Brasil Fundacao Biblioteca Nacional.

Sobre as obras realizadas no Rio de Janeiro, apresentamos outra charge (Figura 23) publicada em *O Malho,* em julho de 1904 edição de comemoraçãoo da Revolução Francesa da qual esta representados o prefeito Pereira Passos, o engenheiro municipal Paulo Frontin e o ministro de obras públicas, Lauro Muller. No título esta a seguinte frase: “A nossa Bastilha e seus demolidores”. Representados com picaretas na mão e uma pilha de escombros atrás, e abaixo, uma legenda com rima adiciona temática cívica das obras e demolições realizadas no Rio de Janeiro*:*

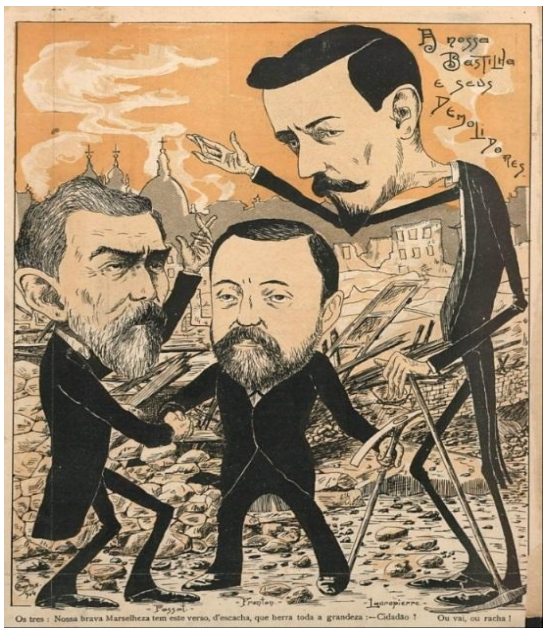


FIGURA 23- Nossa brava marselhesa tem este verso descacha que berra toda a grandeza - Cidadão! ou vai ou racha! O Malho, julho de 1904. Brasil, Fundação da Biblioteca Nacional

Em Buenos Aires, no que se refere as obras, a opinião pública se focou com maior frequência em dois locais, que se transformaram no epicentro simbólico das reformas da cidade: a Plaza e a Avenida de Mayo. Assim como no Rio de Janeiro, era natural que a imprensa e demais discursos a respeito dos empreendimentos estéticos e físicos se convertessem para onde ocorresse maior número de demolições, revitalizações, inovações e maior conflito seja com os grandes proprietários ou com as classes mais baixas. No caso de Torcuato de Alvear sua proposta de revitalizar a área central da cidade com um Boulevard cívico e econômico se transformou em alvos de varias críticas. A revista *El Mosquito*, apesar de promover sátiras mais leves devido seu direcionamento alinhado ao governo não poupou criticas a figura de Alvear. Como já foi apresentado em uma outra crônica, o intendente foi muito criticado pelo estado das ruas e calçadas. O volume de ataques aumentaram a medida que as obras, demolições e indenizações para a construção da Avenida de Mayo se tornavam cada vez mais iminentes. Na charge publicada no dia 3 de outubro de 1883 (Figura 24), Alvear representado com uma picareta nas mãos lidera os operários como se fosse um general e profere dizeres para que estes avancem com glória na construção da Avenida de Mayo:



24- "Avante rapazes. Agora que o calcamento e os paralelepípedos das ruas não tem nada a desejar, vamos abrir a Avenida que com suas grutas sera o maior gongo de Gloria". El Mosquito 3 Outubro de 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

Assim como nas charges cariocas, o chefe do executivo municipal de Buenos Aires alegoriza as obras, assim como suas inspeções, melhoras e defeitos. É exatamente esta proposta da charge, criar símbolos, alegorias que propaguem um célere entendimento e compreensão do público em geral. No caso de Alvear, representado por

caricaturas expressivas, muitas vezes era representado ao lado de Palmeiras, ou com estas miniaturizadas em sua cabeça; a razão desta representação ocorreu a partir do projeto de paisagismo da Plaza de Mayo: Charles Thays propôs que fossem plantadas Palmeiras na praça e por isso Alvear foi alvo de várias críticas. Muitos jornais e revistas questionavam o motivo destas árvores naturais de regiões tropicais serem plantadas em uma cidade europeizada e de clima temperado. No pasquim *Don Quijote* chamavam-no de *Don Palmerin.* Na charge abaixo (FIGURA 25), Domingo Sarmiento é retratado ao lado de Alvear, que rega as palmeiras. As legendas chamam atenção que apesar das desavenças, as plantações das palmeiras foram consensuais entre os dois políticos.

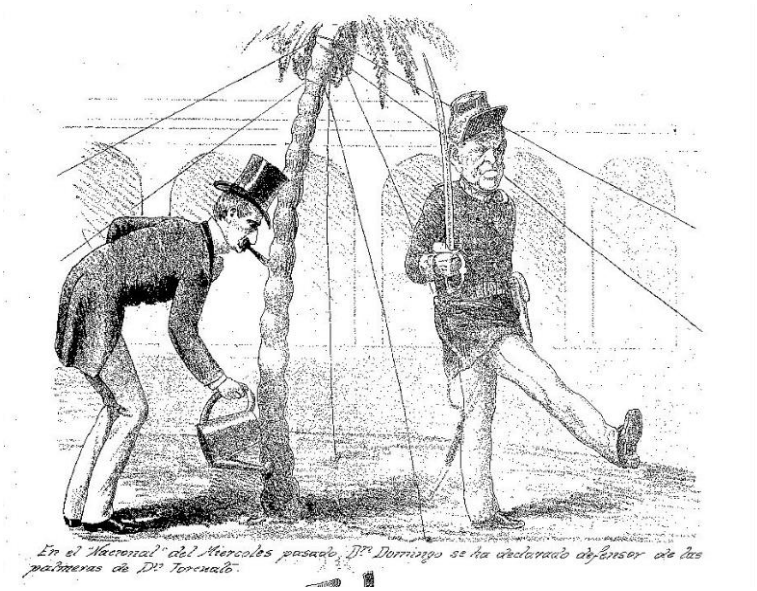


FIGURA 25- No Nacional de quarta passada Dr. Domingo se declarou defensor das palmeras de D. Torcuato. El Mosquito, 24 de novembro de 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Os editores de *Don Quijote* não pouparam Alvear de seus ataques burlescos. Pelas crônicas e charges analisadas identificou-se que os impostos e as condições das ruas eram o que a equipe deste periódico reproduzia em relação a insatisfação pública. As formas de burlar e satirizar o intendente eram apresentadas em variadas formas. Chama-se atenção para a mais ácida da críticas representada em um cartum (Figura 26) que publicado em agosto de 1886, que apresentam os estorvos causados pelas obras e equivocada manutenção municipal, como lixo nas ruas, buracos nas calçadas e alagamentos. No final da pequena estória, os ilustradores, assim como os editores da revista decretam seu repúdio ao intendente ao apresentá-lo enforcado em uma palmeira.

Além das ilustrações, cada quadro é apresentado com uma legenda com rimas que formam uma poesia:

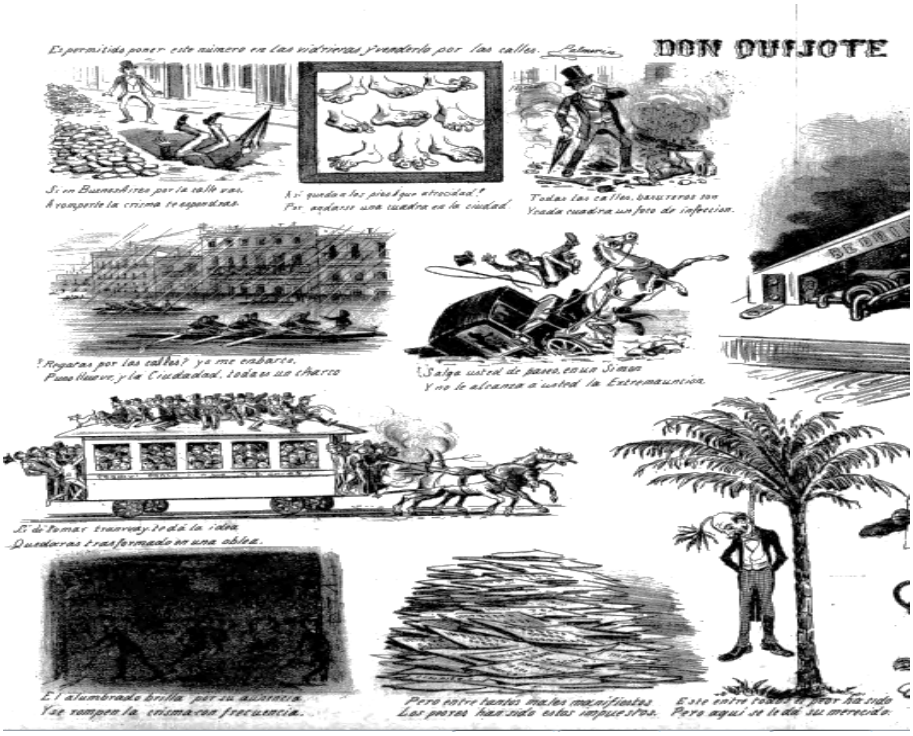


FIGURA 26 - Don Quijote. Año II Nro. 124 del 7-Ago-1886, páginas 2 y 3

E permitido este número nas vitrines e vende-lo pelas ruas. Palmerin
Se em Buenos Aires pelas ruas vais
A partir a testa em pedras
Assim ficam os pés, que atrocidade
Por andar uma quadra na cidade
Todas as ruas lixeiros são
E cada quadra um foco de infecção
Regatas pelas ruas? Eu me embarco
Mas se chove, cidadão Tudo fica encharcado
Saia você em um passeio de senão
E você não terá a extrema unção
Se tomar o bonde te da ideia
Será transformado em uma bolacha
A iluminação brilha por sua ausência
Mas entre tantos manifestos
Os piores tem sido os impostos
Este entre todos que o pior tem sido
Mas aqui terá seu merecido[222]

[222] Don Quijote. Año II Nro. 124 del 7-Ago-1886, páginas 2 y 3**.** Argentina, Instituto de História Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani".

3.2.2- Higiene e Saúde Publica

Como foi apresentado no capítulo anterior, as ordenanças e decretos municipais, que impunham normas e critérios de salubridade e higiene, muitas vezes afetavam diretamente práticas cotidianas que se relacionavam ao lazer e trabalho e por isso foram severamente combatidas. No que se refere ao trabalho, alguns ofícios como venda de leite e carnes e até outros alimentos como verduras sofreram uma rígida inspeção e geralmente obstaculizaram tais práticas. No que se refere ao lazer, muitas tradições festivas como, por exemplo, os jogos de água durante o carnaval foram proibidos. Em nome da civilização, as instituições municipais queriam promover bons costumes e hábitos mais saudáveis.

Sobre a venda do leite detectou-se que tanto em Buenos Aires como Rio de Janeiro as formas de reações se desenvolveram por meio da criatividade de críticas carregadas de humor. Devido ao decreto sancionado por Pereira Passos, se proibia comércio de leite por meio de vendedores ambulantes que ordenavam suas vacas nas ruas cariocas. A fim de expressar a insatisfação dos habitantes da cidade carioca, um verso em forma de marcha de carnaval foi divulgado no jornal *O Paiz*, ironizando esta lei municipal. No texto é denunciado que antes das leis saneadoras implementadas por Passos, não existiam problemas em relação ao leite:

> Não quero vacas de leite. Nas ruas a passear. Pra cidade sanear quando o leite em ribeiro era reinante. Na terra do velho Mem. A vaca era o princípio dominante. E não causava males a ninguém. Mas veio o Passos, que tremendo avanço! Que medonha e fatal revolução. E nos pôs em cadeiras de balanço. Até que o leite vire requeijão.[223]

As rimas e o bom humor também foram os recursos utilizados em Buenos Aires pela revista *Don Quijote*. Devido a uma ordenança emitida em 1886, a respeito da inspeção e fechamento dos estábulos irregulares pela oficina Química Municipal, foi lançada uma parodia com o título: "Já não tem leite em Buenos Aires". A finalidade do texto foi criar um cenário do qual o motivo da falta de leite em Buenos Aires seria a uma indigestão do intendente Alvear devido ao consumo de leite:

[223]Carnaval, O Paiz, 24 de fevereiro de 1904. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional.

> A Don Torcuato se lhe ocorreu uma vez tomar um copo do néctar de gado mas ao se servir caiu dentro do copo uma guimba de cigarro e em consequência Don Palmerim sofreu uma espécie de envenenamento que pôs em revolução os sistema econômico: em uma palavra teve um cólica estupenda que lhe proporcionou mais idas e vindas que Wilde a casa de Roca. Olimpicamente indignado com o cólico aludido, o atribuiu desde que sentiu a cólica as primeiras retorcidas e quando estava no mais crítico caso formulou um terrível projeto de imposto, de obrigações e de... sei lá! contra todos os bascos e demais habitantes de Buenos Aires.[224]

Uma das características que este periódico possuía era que suas crônicas se encerravam com pequenos versos, como pode-se ver em seguida:

> O que será de nós sem o leite?
> Ah ! Os cabelos se poem para cima só de pensar.
> Leite! pedem os pequeninos
> Leite! Pedem as mamães
> Leite! pede o bispo
> Mas leite ninguém dá!

Na revista *El Mosquito*, a versão escolhida para parodiar as inspeções sobre a venda de leite foi que o intendente, ao apreender este produto, o revendia por contrabando. Na charge abaixo (Figura 27), Torcuato Alvear é representado como um bandido munido de uma pistola afugentando suas vítimas de assalto: "O leiteiro do dia: Desejaríamos saber por que a oficina química municipal não analisa leite vendido por este leiteiro de contrabando", são as frases inicias da charge:

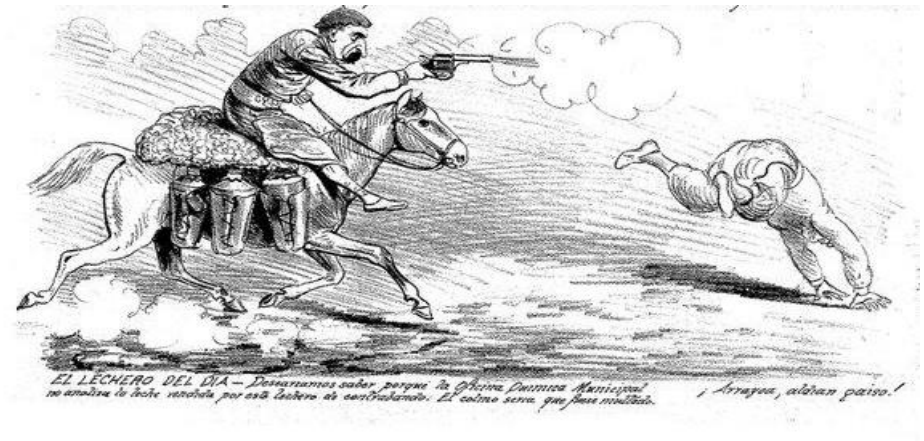


FIGURA 27- O leiteiro do dia. Desejaríamos saber por que a oficina Química Municipal não analisa a leite vendida por este leiteiro de contrabando. O usual seria que fosse multado. - El Mosquito, 6 de junho de 1886. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

[224] Don Quijote, 5 junho de 1886, numero 115. Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani".

Outra medida referente às questões sanitárias e de higiene foram as apreensões de animais, sobretudo cães que vagavam pela cidade. Tanto em Buenos Aires quanto Rio de Janeiro, iniciou-se uma onda de capturas caninas, justificadas pela necessidade de conter a propagação de doenças e de sujeira nas vias públicas. Na capital carioca o executivo municipal impôs uma multa aos donos de cães que deixassem estes soltos pelas ruas. Neste aspecto os jornais e periódicos não deixaram de emitir suas opiniões sobre o assunto. Na revista *Tagarela*, algumas charges (Figura 28) ironizavam sobre a medida da Prefeitura: *Não saio senhora, não saio mais de casa, prefiro passar uma vida de cão... Não fale nisso, você não viu que os cães também pagam imposto agora?*



FIGURA 28: Uma boa medida. Tagarela, 7 maio de 1903.Brasil, Fundação Biblioteca Nacional.

Em uma crônica do jornal argentino *La Pampa*, as críticas tem são guiadas a partir de referências cientificas e princípios civilizatórios. Na nota, chamam a atenção da intendência de Buenos Aires sobre as formas de confinamento e a execução dos cães, alegando que os maus tratos são medidas barbaras e desumanas:

> O envenenamento dos cães e quando há de mais primitivo e bárbaro. Aquele espetáculo da agonia de um des ses animais que temos descrito o confirma amplamente E necessário adotar um meio mais humano e civilizado para proceder a essa matança que livre a população de espetáculos tão pouco dignificantes como e que oferece o sistema atual (...). Nas populações civilizadas os agentes municipais ou da polícia recolhem a todos os cães que vagam pelas ruas e conduzem a um deposito situado a um ponto afastado dos habitantes onde se conserva durante dois ou três dias. Nesse intervalo os donos destes animais podem reclamar a sua devolução que a obtém mediante o pago de uma pequena soma investida em sua hospedagem.[225]

[225] La Pampa, 6 janeiro de 1883 número 2799. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

Outro aspecto que preocupava parte da população e a imprensa eram as epidemias. As inovações em relação a profilaxia e a salubridade se tornaram referências para que estes veículos tomassem as medidas mais atuais para evitar a propagação de doenças. À medida que algumas as ações tomadas pareciam equivocadas ao público, algumas crônicas editadas se transformavam um relatório que apontava os erros a fim orientar as municipalidades. Na seguinte crônica de *La Pampa*, embasada nas publicações medicas da época, a intendência de Buenos Aires é alertada para que ações de contenção de doenças sejam tomadas:

> Era necessário que a Municipalidade adotasse estas medidas; mas não tem feito tudo o que deve fazer para preservar a esta população não só do perigo dos vírus senão de qualquer outra doença epidêmica que estamos mais ou menos ameaçados por predominar a febre amarela e a cólera em algumas partes do mundo com a que estamos frequentemente em contato. Temos, pois, que precavermos contra muitos perigos que assediam a saúde pública e na quão deve limitarem a Municipalidade a combater unicamente o desenvolvimento da virose. As condições sanitárias de esta população não tem nada de tranquilizadoras. Os médicos e as revistas cientificas estão a contestes que em Buenos Aires esta colocadas em condições de higiene que se por desgraca invade uma epidemia se propagaria com uma rapidez assombrosos e causaria estragos imensos. Deseja portanto, atender preferentemente a higiene. esse e um dever de integral da Municipalidade mas que hoje se faz premioso pelo período em que estamos. Os serviços municipais de higiene são muito deficientes;[226]

Os cronistas de *O Malho* já questionam as instituições municipais e federais na coerência a respeito das politicas relativas a higiene urbana:

> Esse negócio de higiene municipal como o da higiene federal não passa de uma interminável burla. Quanto a federal nos todos vimos como mestre Nuno gritava contra o mestre Paulo Affonso e como prometia mundos e fundos para quando o serviço passasse para as suas mãos. Foi lhe entregue a higiene defensa - e viu se logo a obra associada que saiu. Quanto a higiene municipal ... quem é que pode tomar isso a sério? Quem não sabe que o zelo de qualquer comissário nada vale diante o primeiro empenho apresentado ao prefeito por qualquer proprietário da casa condenada?[227]

Contudo, as medidas referentes a Higiene e Saúde Pública nessas capitais tiveram em cada contexto particular medidas e ações das quais geraram focos de maior confronto entre o poder público e grande parte da população. Como foi detalhado no capítulo anterior, o caso de Buenos Aires a relação conflituosa se projetou entre os habitantes dos *Conventilos* e a intendência; no Rio de Janeiro, a campanha de vacinação publica gerou um embate oriundo entre a população mais pobre contra o prefeito

[226] La Pampa 16 dezembro 1882 n2783. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.
[227] O Malho 7 de marco de 1903 edição 0025 p. 4. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional.

Pereira Passos e seu secretário de saúde, Oswaldo Cruz. Em Buenos Aires, Torcuato de Alvear e sua equipe técnica atacaram os conventillos principalmente por meio de medidas sanitárias.

Os imigrantes, que formavam a classe da trabalhadora da cidade, foram os principais afetados pelas desocupações e, portanto, se focaram suas contestações e recorreram aos folhetins, pasquins e jornais como forma de mobilização. Em um jornal socialista formado por imigrantes italianos, *La Questioni Sociali*, em uma nota sobre as notícias da cidade, o intendente Alvear é duramente criticado. No texto, o poder municipal gasta seus investimentos na construção de avenidas e passeios (como a gruta da Recoletta) e não na manutenção e higienização dos conventillos. Para o jornal, este tipo de atitude condiciona o despejo de várias famílias as ruas nas quais estarão ainda mais expostas a moléstias e epidemias:

> Enquanto o louco e espirituoso intendente burguês pensa em abrir boulevards com enormes despesas, cavando grutas em jardins e cultivando subúrbios que embelezam e tornam pitoresca a paisagem dos bairros dos ricos, que consideração tem pelos conventilhos? Um comitê de higiene é criado para a saúde pública e seus membros, algumas vezes, mostrando serviço, inspecionam algum conventilho tapando seus narizes e quase ficando asfixiados. Estes, os consideram em péssimas condições de higiene, ordenando que sejam desalojados imediatamente, e às dez horas, doze grupos familiares irão pisar no asfalto e irão para o juiz com uma infecção pior que a situação anterior.[228]

Na revista *Iskra Slavjanske Slobode*, a gestão sobre a manutenção da higiene na cidade é questionada sob o aspecto técnico. Devido a um surto epidêmico ocorrido na cidade, os editores desta revista criticam o posicionamento de Alvear ao rejeitar as sugestões do Conselho Deliberante para a construção de uma casa de isolamento para pessoas doentes. O que se alega é que a escolha do local recebeu o aval da Comissão de Higiene e do Conselho, porém o intendente ainda demonstrava resistência: Publicarei o relatório da Comissão de Higiene com o qual o leitor poderá se convencer: que a única coisa que faltava para efetuar a casa de isolamento era somente a boa vontade da Intendência.[229]

Se por um aspecto parte da classe trabalhadora, sobretudo o grupo formado por imigrantes, se rebelavam contra as ações da Intendência portenha com os conventillos,

[228]Coisa Locais. La Questioni Socialli. 29 de novembro de 1885. Argentina. Cedinci - Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas. **Tradução do Autor**

[229] Iskra Slavjanske Slobode, 1 de Dezembro de 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

verifica-se que outra parte da sociedade não compartilhava da mesma opinião sobre estas moradias. No jornal *El Democrata* uma nota ressalta todos os problemas dos quais estes representam para a cidade. De acordo com uma testemunha o jornal enumera as irregularidades: focos de insalubridade, que propagam doenças, são também antros de imoralidade e maus costumes:

> (...) ontem por exemplo nos ocorreu averiguar algo da vida que se agita nos conventillos. Não revelaremos nem o nome da pessoa q quem temos as informações nem mesmo a seu endereço pois não interessa aos leitores nem aumentaria estes detalhes a importância das observações. Senhor nos dizia aquela pessoa, vizinho antigo do bairro naquele conventillo não apenas se burlam as disposições obre a higiene senão que ate imoral e a vida que leva muitos dos seus habitantes. Se vê as crianças desenvolverem doenças que no meio desta atmosfera pestilenta em que se confundem os miasmas que se desprendem do piso úmido e dos quartos em que se cozinha, se passa e atendem os enfermos. (...) Segundo informações que temos averiguado na maior parte dos conventillos. existem quartos ocupados por matrimônios com filhos de ambos sexos de idade que é um seria perigo a moralidade e aos bons costumes. Conhecemos por referencias da pessoa a quem nos atendeu que um matrimonio de estrangeiros (que não é um matrimonio, mas um concubinato) que vive em uma habitação de 16 varas quadradas. Como é possível que possa haver moralidade nestas condições.[230]

No Rio de Janeiro a campanha da vacina contra a varíola, liderada pelo médico sanitarista Osvaldo Cruz, foi um tema dominou as páginas da imprensa, se tornando o principal foco de debates da opinião pública. No ano de 1904, vários pacientes infectados pela varíola lotavam hospitais da cidade. Oswaldo Cruz iniciou um empreendimento enérgico por meio da vacinação em massa. Solicitou que o governo encaminhasse um projeto de lei ao Congresso para que se aprovasse a vacinação obrigatória. Vários políticos e jornais se posicionaram contra a medida, intensificando cada vez mais a tensão popular. Desta forma vários focos de resistência à medida eclodiram na capital federal, desde militares ao restante da população urbana. No largo de São Francisco, Praça da República e outros pontos da cidade, se espalharam rebeliões contra a vacinação, evento que ficou conhecido como a Revolta da Vacina (FIGURA 29). No dia seguinte, o presidente Rodrigues Alves decretou estado de sítio. O saldo desta revolta foram centenas de presos, vários mortos e feridos.

---

[230] El Democrata, 29 maio de 1884 edição 2654. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno. **Tradução do Autor**

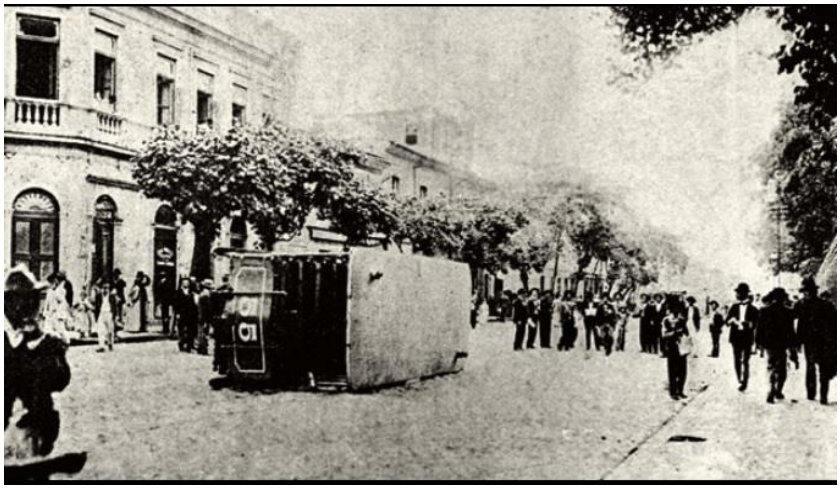


FIGURA 29 -. Aspecto da Praça da República no dia 14 de novembro de 1904 Marianno da Silva / Acervo Fiocruz: https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina-2

Em linhas gerais, pode-se afirmar que este evento dividiu os que eram a favor da vacina e os que eram contra. Mas se apurarmos com maior cautela, pode-se afirmar que existiam minúcias nos posicionamentos deste confronto dual. Tomando como exemplo a simbólica disputa entre os positivistas que se opuseram as vacinas e o grupo que seguiu o secretário de saúde pública, algumas crônicas nos mostram que muitos se uniram contra a aplicação da vacina, mas as resistências eram distintas. Enquanto adeptos do positivismo questionavam a eficácia e a interferência biológica da vacina, outros eram contra a obrigatoriedade que iriam contra as liberdades individuais. Outros, mesmo que pensavam a obrigatoriedade uma forma autoritária, acreditavam que este seria um mal menor comparado ao alastramento da epidemia, como nesta crônica da revista *O Malho*:

> A vacina é até agora o único meio conhecido de preservação contra a varíola ou atenuação desse mal horrendo. Pensem um momento no que a varíola tem de cruel e repugnante mesmo quando não mata e não hesitem em preferir um meio muito provável de serem livres dela a teorias filosóficas que nem preservem do mal nem remedeiam os seus triste s efeitos. A obrigatoriedade da vacina é um atentado a liberdade espiritual: damos o que o seja; mas não há nenhum atentado a essa ou outra qualquer liberdade ir a gente com seu próprio pé estender o braço a vacina. E assim que esse de bate deve encerrar-se : estendamos o braço vacina. [231]

Outros periódicos, como a revista o *Commentário,* acusava outros orgãos da imprensa e o Apostolado Positivista de criarem uma campanha de pânico a respeito da vacina:

[231] O Malho 23 de junho de 1904. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional.

> Na imprensa tem surgido sucessivamente longos artigos pregando contra a vacina em nome do apostolado positivista e seriamente lamentamos que as nossas associações medicas tais como a Academia Nacional de Medicina e Ordem Medica Brasileira nada tenham vindo a dizer sobre assunto tão importante e tão momentoso em vésperas de ter no Congresso Legislativo uma solução pratica que não pode deixar de interessar altamente a classe que elas representam. Fora da Tribuna Parlamentar até agora quase que apenas o apostolado positivista tem vendo trazer seu pronunciamento público clamando contra a vacina e aterrorizando o povo contra seu uso. [232]

Na revista *O Rio Nu*, uma crônica se inicia admitindo que as prescrições a respeito da Higiene devam ser seguidas, mas o prosseguimento do texto se torna cada vez mais combativo à medida que se discute sobre a obrigatoriedade da vacina. É possível também detectar que essa crônica, como geralmente alguns veículos de imprensa o fazem, reivindica sua opinião como algo público, posicionando-se como porta voz dos interesses do povo:

> A higiene pode dar sua espetadela em quem quiser, umas vezes que o homem ou mulher não franza o sobrolho e consinta. Mas obrigar um mortal contra a vontade é demais!! Não admito e já estou gritando; com o diabo da nova lei haverá mosquitos por cordas e moscas por arame. Os médicos não olharão coisa alguma e meterão a torto e a direito... Vai ser uma verdadeira roda viva. Zé povo não é arara, protesta não quer levar a coisa, não quer ser furado; a higiene insiste e acompanhada de polícia empunhara o bisturi e grimpara como gente. Tenha santa paciência o governo! [233]

Nesta seguinte charge (Figura 30) da revista *Tagarela*, outro aspecto é abordado como forma de resistência à vacinação obrigatória. O desenhista J. Carlos representa um senhor que comenta a seu colega que chutaria a pessoa que agarrasse os braços de sua esposa para vaciná-la: a questão da propriedade patriarcal, do qual a mulher do indivíduo é algo que só possa ser tocado por seu marido, apela à ideia de violação dos direitos privados. Tendo em conta o contexto do qual foi publicada, este tipo de apelo deve ter mobilizado seus leitores tanto quanto demais objeções que se tratassem de questões médicas ou sobre direitos individuais:

---

[232] Commentario Revista Mensal, agosto de 1904, edição 004 p.255. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional.
[233] Rio Nu 30 julho de 1904. edição 633. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional.

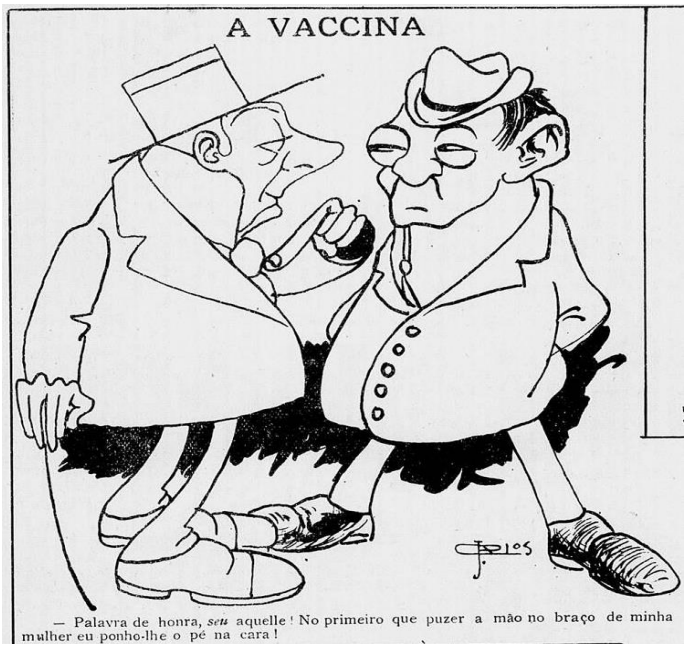


FIGURA 30- Palavra de honra seu aquele. No primeiro que puser a mão no braço de minha mulher eu ponho-lhe o pé na cara ! Tagarela 11 agosto de 1904 edição 139. Brasil , Fundação Biblioteca Nacional.

Na revista *Avança* a campanha de vacinação obrigatória também foi criticada. Em forma de poesia o autor aponta quais são suas razões contrárias à medida da Prefeitura, e ainda argumenta que não são as mesmas dos positivistas:

> Não sou contra a vacina
> Pela razão fortíssima de que
> Não sou positivista
> porem a obrigação é mofina
> e é onde a gente vê
> Da lei de seu Duarte a dura crista
> Que ele canta de galo
> No terreiro da lei em que produz
> Enquanto Osvaldo Cruz
> Não mandar algum cura vacinal [234]

3.2.3 - Moral e Ordem Publica

A moral e ordem pública se baseavam em referências que ambas municipalidades – Buenos Aires e Rio de Janeiro – tentavam seguir a fim de condicionar os habitantes para que tivessem atitudes mais civilizadas. Jogos ilegais, publicações imorais e hábitos que atentavam contra o puder e a moralidade eram os

[234] Avança, 30 de julho de 1904, Edição 0009. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional.

elementos que o poder municipal tentava eliminar ou restringir da cultura urbana. No caso de proibições de publicações imorais, no caso de Buenos Aires, a ordenança publicada pela municipalidade causou muita polêmica na imprensa, que aos olhos destes órgãos era uma ferramenta oportuna de censura, como atesta a crônica do pasquim *Don Quijote*. Por meio dos artigos da ordenança, o periódico foi retido pelo menos duas vezes, entretanto, seus membros utilizaram desta proibição como forma de provocação e propaganda como se pode identificar na crônica a seguir:

> Don Torcuato está que se tira às Palmeiras al ver que se vende o Almanaque de D. Quijote melhor que bula recomendada por Aneiros. Na medida que vamos, nao dura nossa edição nem uma semana. Cavalheiros, valentes vamos á correr! Viva o bom humor dos arrogantes que os escreveram. Acudam as livrarias e a esta Administração para comprar os poucos exemplares que restam. (…) Os exemplares da revista bufo política *Don Quijote* em Buenos Aires suprimida sua representação por ordem do Intendente, se vendem na administração deste periódico ao preço de 0.50centavos cada uno.[235]

No ano seguinte, a Intendência mais uma vez buscou a sua apreensão. Dentre as várias formas de protestar contra as medidas municipais, recorreram mais uma vez a criatividade. Como é uma tradição do periódico publicaram um texto com rimas para levantar as acusações contra Alvear, ironizando a sua legitimidade enquanto o defensor da moral:

> Vejam vocês que ingrato. É o mortal Don Torcutao. Quando nos agitamos para levantar-lhe uma estátua pedestre como o heróico defensor da Moral, quando fazemos uma propaganda raivosa nesse sentido, ele esquecendo dos inescapáveis deveres de todo homem grato, manda sequestrar por equívoco a última edição de Don Quijote.
> Os rapazes foram presos
> Por uma equivoco
> e pela mesma razão
> Perdemos alguns pesos
> Depois de tais excessos
> Nosso carinho profundo
> Não tem cessado nenhum segundo
> Pelo grande municipal
> Conhecido por todo o mundo
> Como o Tutor da Moral[236]

Alguns órgãos da imprensa receberam esta medida com desconfiança. O jornal *La Pampa*, apesar de estar de acordo com a preservação da moral e ordem pública, não abriu mão dos direitos de liberdade de expressão e na crônica abaixo apresenta a

[235] Don Quijote Buenos Aires, Diciembre de 1885 Nº17. Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani".
[236] Don Quijote 10 abril de 1886, Buenos Aires ano 2 numero 107. Argentina, Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani".

apreensão de seus editores na falta de uma sensatez no que diz respeito ao que seria ou não uma publicação imoral:

> Faz poucos dias o presidente da municipalidade passou uma nota ao chefe de polícia pedindo que tomassem medidas de repressão as publicações imorais. O chefe de polícia contestou com muita sensatez que esta repartição não podia abrir juízo sobre o caráter das publicações e que, no entanto, limitaria sua ação a perseguir aquelas que a Municipalidade julgue como imorais. A questão não e tão simples de resolver e na verdade e que o projeto que antecede não resolve de modo conveniente. Não há dúvida sobre o dano que causam as publicações imorais, mas onde termina a moralidade de uma publicação e começa a sua imoralidade? Persistimos na crença de que e melhor deixar liberado ao critério público o castigo das publicações que ultrapassam o limite da moralidade e decência. [237]

Jornais como *El Democrata* o atacavam por diferentes razões: algumas críticas eram estabelecidas devido a recusa do intendente de que a Municipalidade continuasse a assinatura deste próprio jornal como uma forma de censura: "Esta é outra prova de sua imbecilidade pretender fazer crer que não lê um jornal que faz a honra de combater suas arbitrárias extravagâncias e estúpidos procederes." [238]Outra atitude que não foi tolerada por parte da imprensa destas duas capitais foi a mendicância. Em ambas, foi de costume que os asilos e casas de caridade com o apoio de ordens católicas se tornassem o destino dos mendigos. Nesta reportagem do jornal *Gazeta de Notícias*, documenta-se a visita de Pereira Passos e o chefe de polícia municipal a estas instituições as vésperas do anúncio de uma postura que proibiu o ato de pedir esmolas na cidade. Deixando claro seu apoio a medida o jornal destaca que os estrangeiros que recorressem as tais práticas seriam repatriados:

> O senhores Pereira Passos Prefeito Municipal e o Doutor Cardoso de Castro chefe de Polícia visitaram, ontem o asilo de São Francisco de Assis ou o Asilo dos Mendigos como é conhecido; o fim desta visita foi acordarem os Drs. Chefe de Polícia e o Prefeito no meio de executarem uma postura municipal quanto a proibição da mendicidade que infesta esta cidade tendo pata isso essas altas autoridades percorrido todo aquele estabelecimento. As posturas proibindo que sejam pedidas esmolas atingirão os indivíduos que tem essa profissão a ponto de angariar donativos. Quanto aos mendigos estrangeiros devem ainda conferenciar o drs Prefeito e chefe de Polícia pensando que serão eles repatriados. [239]

---

[237] La Pampa, 25 fevereiro de 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

[238] El Democrata, 1 agosto de 1883 ano VII número 2406. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

[239] Gazeta de Notícias 14 marco 1903 edição 0073. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional.

O que se relaciona neste período de propagação do pensamento liberal é que o ato mendicante, afronta à moral pública e à valorização do trabalho. Não se identificavam esmoleiros como indivíduos marginalizados da dinâmica capitalista, mas vagabundos que recusavam o labor. Identificados sob tal estigma pessoas ébrias e mal vestidos que vagavam pelo Rio de Janeiro eram alvo destas críticas, como é possível observar em uma curta crônica da revista *O Tagarela*:

> No largo do Roca, mesmo na calçada do jardim quase defronte da rua do sacramento, permanecia um indivíduo embriagado, cahido de modo tal que quem quizesse passar ali teria de sair da referida calçada outro indivíduo em iguais condições as do primeiro achava-se numa das portas do teatro São Pedro com a vestes em desalinho afrontando a moral pública. E nem um policial ou qualquer autoridade de categoria superior estava naquele ponto para ao menos mandar dois de seus subordinados por dali para fora aqueles dois infelizes... [240]

Em Buenos Aires, jornais como *La Pampa* cobravam do intendente Torcuato de Alvear maior rigorosidade contra a mendicância da qual chamaram de um praga da sociedade. Para seus cronistas, a municipalidade gastava demasiado com grandes obras, sendo algumas delas desnecessárias. A maior necessidade da cidade seria a inauguração de mais casas correcionais para o recebimento destes indivíduos:

> Se tem gastado centos de milhares em construção de uma capela de estilo arquitetônico muito bonito que embeleza muito aquela localização mas entretanto o asilo não tem capacidade suficiente para pode conter a todos os menesterosos [sic] e poder libertar a esta sociedade a praga da mendicância que serve de apoio para tão grandes explorações (...) E vergonhoso para nos não está a altura de nosso progresso o que se tolere a mendicância e que se permita que pululem por todas as ruas os mendigos detendo o caminhar dos transeuntes para implorar uma esmola e despertar seus sentimentos carentes com a exibição de suas vestimentas imundas, asquerosas e convertida a andrajos. [241]

Medidas e ações da gestão pública que afetavam diretamente o cotidiano urbano, principalmente o lazer, eram arduamente criticadas. Entretanto, revista *O Rio Nu* privilegiou o tom humorístico para satirizar as posturas municipais empregadas durante o carnaval do Rio de Janeiro (FIGURA 31). Em uma pequena charge critica-se a postura municipal sobre a proibição do entrudo (FIGURA 32), um jogo popular praticado principalmente no carnaval. Dois homens sentados em um banco público conversam. O primeiro inicia o assunto: *Você viu o que é um homem? O Passos proibiu o entrudo e ninguém o jogou!* O segundo homem responde: *A fiscalização era tão*

[240] Tagarela 1904 edicao 100. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional.
[241] La Pampa, 30 Abril de 1884. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

rigorosa que um guarda fiscal me quis prender quando eu saia de um mictório... Tomou a nuvem por Juno...



FIGURA 31– Entrudo - O Rio Nu 30 de fevereiro de 1904. Brasil Fundação Biblioteca Nacional.

Uma medida contrastante ao entrudo foi a promoção, por meio da prefeitura, da batalha das flores. Em um domingo, 25 de setembro, o próprio prefeito Pereira Passos e o presidente da república compareceram no Parque da Aclamação. A proposta da batalha das flores foi influenciar a população para atividades de lazer mais civilizadas e coerentes com os bons costumes das sociedades europeias. Periódicos que apoiavam o governo Municipal, como a Revista da Semana, acusava as pessoas que estavam indiferentes e insatisfeitas com a iniciativa municipal:

> Para muitos, para aqueles de um carrancismo [sic] ferrenho tem sido acolhida com pouco disfarçado mal humor para muito do que se ia passar. O vasto campo ocupado frequentemente por boêmios e ociosos que se reclinam nos seus bancos despreocupados de tudo por trabalhadores e operários que o atravessam rapidamente em demanda dos afazeres sem ao menos lançar um olhar caricioso para os verdejantes desprendendo das bocas narradas os mais sedutores bagos de riso. [242]

[242] Revista da Semana, 2 outubro de 1904, número 229. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional



FIGURA 32- Carnaval na avenida Central atual avenida Rio Branco, 1906 - Augusto Malta. Brasil, Rio de Janeiro Acervo IMS

O carnaval de Buenos Aires também foi restringido por ordenanças que tinha por objetivo promover a Moral Pública. Jornal *La Pampa* caracterizado por sempre reivindicar os bons costumes e a moral publica em Buenos Aires, além de possuir objeções aos jogos de água, fazia maiores ressalvas aos bailes de máscaras. Alegavam que estes rituais se configuravam como orgias imorais que iriam contra os valores da família e contra prescrições higiênicas:

> Se anuncia que a municipalidade volta a preocupar-se em ditar uma ordenança proibindo o jogo com água durante os dias de carnaval e reduzindo a quinze dias a temporada dos bailes públicos de mascaras. É conhecida nossa opinião a respeito sobre tudo que se refere aos bailes de máscara. O jogo de água pode tirar mais ou menos o brilho do carnaval mas os tais bailes causam males de tanta consideração a sociedade a família e a moral e a higiene que desejaríamos que não parasse também este ano senão que se ditasse uma medida que limitasse estes danos na medida do possível. E inconcebível como a Municipalidade que vem palpando os males de perto, apenas quando se aproxima a época dos bailes e que vê os imensos males que se experimentam com a longa duração dessas orgias, não tenha já adotado essa medida urgentemente reclamada. Iniciada por nos esta questão tem sido acolhida por toda a imprensa que se tem feito eco desta exigência pedindo a Municipalidade que se diminua a duração dos bailes.[243]

Um episódio que reforçou o peso da opinião pública nas ruas de Buenos Aires foi a mobilização, – sobretudo impulsionada por jornais dirigidos por associações de imigrantes italianos – a respeito da ordenação municipal de outubro de 1881, que estabelecia a proibição de funcionamento do comércio aos domingos, dia de descanso

[243] La Pampa 5, 6, 7 e 8 de fevereiro de 1883, 2823. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

semanal. Resistida pelos pequenos comerciantes, diários como *L'Operario Italiano*. As reivindicações destas publicações que defendiam os interesses da comunidade de italianos, se estabelecia na defesa do direito ao trabalho e outra era sobre a influência de questões religiosas sobre os interesses laicos e civis. O intendente Alvear argumentou que se tratava de uma medida de ordem pública e de higiene. A opinião pública intensificou suas críticas contra o chefe do executivo municipal e coube a interferência do Conselho Deliberante, que possuía entre seus membros imigrantes espanhóis e italianos, para votar sobre a manutenção da lei, que se mostrou a favor dos comerciantes. A deliberação do legislativo apenas agravou a crise. Alvear foi contra a votação e insistiu na permanência da proibição, fato que lhe causou sua suspensão do cargo de intendente.

Esta decisão causou temores políticos também a presidência da República. A mobilização de periódicos de imigrantes efetivou o poder da opinião pública e como esta poderia ser uma ferramenta contundente de exercício da cidadania. Neste aspecto o presidente Roca enviou um projeto de lei ao congresso da nação de restrição de direito de voto aos estrangeiros, que provocou rompimentos e protestos principalmente entre a imprensa italiana de Buenos Aires. Jornais como *La Libertad* e *La Patria Italiana*, em oposição ao projeto de Roca, defendiam que os imigrantes ao se estabelecer em solo argentino tivessem sua cidadania automática a fim de evitar burocracias no processo de nacionalização. Em um editorial chamado "Naturalizzazione", o editor de *La Patria Italiana* argumentava a favor desta proposta ao insistir que "O estrangeiro que se faz argentino seria uma garantia de estabilidade para o governo, tranquilidade e paz para a Republica (CIBOTTI, 2010, p. 391).

Emma Cibotti (2010) destaca que a multiplicação de jornais e revistas estrangerias em Buenos Aires garantiu a forçaa cívica da comunidade de imigrantes que estavam impedidos de participar via direitos políticos. Neste aspecto a opinião pública e a mobilização fortaleciam o termo *comizio*[244] que eram formas de participação e ação no espaço público, mesmo com as barreiras criadas pelas elites políticas.

[244] Emma Cibotti reflete sobre este termo em seu artigo sobre a atuação politica de imigrantes em Buenos Aires, nos anos finais do século XIX. Para mais ver em CIBOTTI, Emma. *op. ciCt*, 2010.

3.2.4 - Gestão Municipal e Impostos

Neste item serão analisadas demais medidas e ações empreendidas pela Intendência de Buenos Aires e Prefeitura do Rio de Janeiro que não se classificam na divisão temática proposta no atual capítulo. Tomando os discursos e opiniões gerais sobre impostos, relação com os conselhos municipais e a característica peculiar do executivo municipal, pretende-se promover maior ênfase na figura dos prefeitos que, por meio da opinião pública, receberam uma imagem simbólica que permaneceu caricaturada ao longo de suas gestões.

Os impostos se integraram no conjunto de medidas que posicionou a opinião pública contra a prefeitura. A medida que estes eram cobrados ou eram aumentados, a insatisfação popular intensificava suas críticas. O *Jornal do Commercio,* em uma pequena nota, sintetizou toda sua revolta gerada pelos impostos e atacou a gestão de Pereira Passos em todas suas frentes de trabalho. Ao referir-se ao prefeito como ditador devido o fechamento do Conselho Municipal, apontaram que os população era obrigada a contribuir para seus delírios:

> Impostos! Embelezamento! Saneamento! O Contribuinte que paga estes desvarios do nosso Dictador , cuja única lei é sua vontade tresloucada, e ao qual nos entregam de pés e mãos atadas , só sentirá diante desses amostras de belleza, humilhação do escravo surrado.[245]

No Rio de Janeiro, os impostos também foram abordados de por meio da ironia e da critica. São estes dois posicionamentos que torna-se possível identificar nas charges seguintes. Na primeira charge (FIGURA 33), *O Malho* aborda a inauguração dos bondes no bairro de Copacabana. Aparentemente a charge tem como tema central a inauguração do veículo, mas a sátira tem como objeto os impostos cobrados pela prefeitura. Para comemorar o novo ramal de trilhos, populares soltam foguetes. O prefeito se aproxima do grupo e lhes diz: *Estou muito sensibilizado com esta manifestação que agradeço do fundo do coração, mas como vocês soltaram foguetes contra as posturas ficam multados em 50$ cada um.*

[245] Gazetilha, Jornal do Commercio, 9 de maio de 1905, Rio de Janeiro. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional.

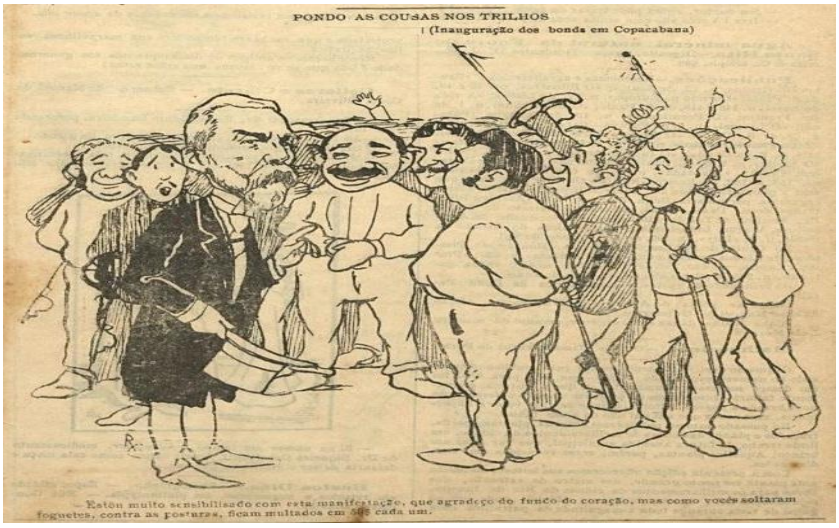


FIGURA 33- Pondo as coisas nos trilhos. O Malho, 20 julho 1903 edição 040. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional

Na seguinte charge publicada no *Tagarela* (FIGURA 34) a população da cidade é representada como uma manada de burros. A revista, durante toda a gestão de Pereira Passos, questionou as obras da prefeitura assim como os impostos oriundos destas. O Prefeito é quem cobra as taxas com uma balança na mão e após receber o pagamento se dirige ao contribuinte: *É só três mil reis, ha muitos outros burros que pagam imposto maior:*



FIGURA 34 – Na Greve, O Tagarela 14 janeiro 1904. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional

O que se torna pertinente na análise destas imagens, sobretudo as caricaturas, seriam as formas das quais a opinião pública não apenas visualizava, mas como se

construía a identidade destes personagens. Apesar da charge e caricatura instrumentalizarem o exagero como forma de representar uma realidade, esta impressão cada vez se tornava mais intrínseco aos habitantes da cidade. O poder das imagens, na perspectiva benjaminiana, não apenas como resíduo visual, mas como discurso e compreensão da sociedade, – neste caso de cidades em transformações – teriam um considerável impacto no imaginário político e cultural da população. Neste caso, Pereira Passo, como já foi apresentado em imagens deste capítulo, muitas vezes era representado com picaretas e caminhando entre os escombros da cidade. Esta imagem, seja negativa ou positiva na pluralidade de opiniões, se concatenava em uma única imagem de um indivíduo demolidor, de uma agente reformadora como é possível ver nas caricaturas abaixo (FIGURAS 35 e 36):

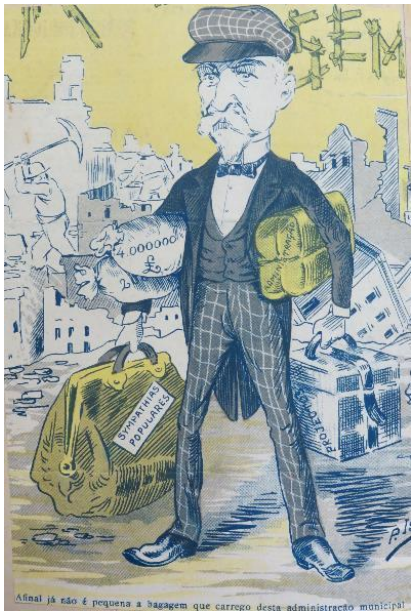


FIGURA 35- Revista da Semana 11 de setembro de 1904. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional

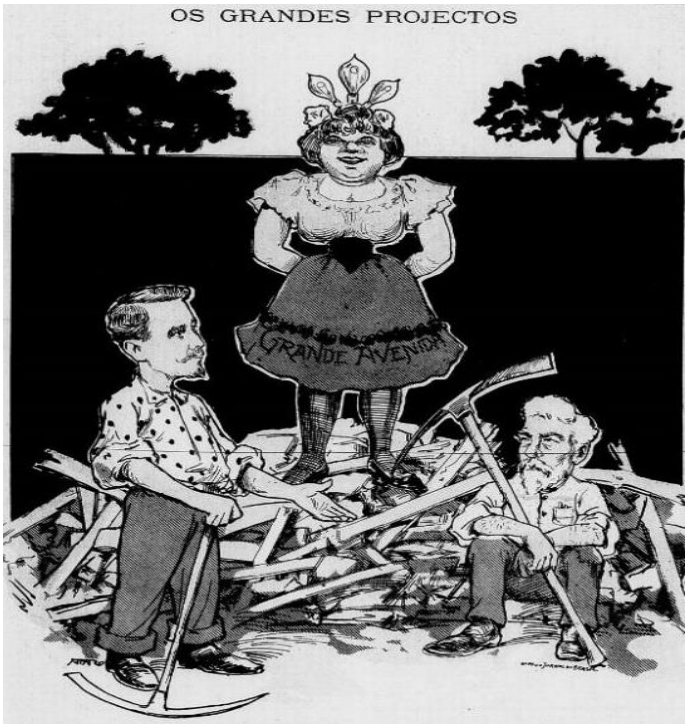


FIGURA 36- Revista da Semana – Os grandes projetos 15 de marco de 903. Fundação Biblioteca Nacional

Na revista *A Avenida* Pereira Passos é representado como um gigante que atravessa as ruas antigas e com prédios de cadentes da cidade (FIGURA 37). A forma pela qual pretende-se representar o prefeito é como um agente que irá dinamizar a cidade e retirá-la do "marasmo" e da decadência. A ideia de novidade e transformação, como sinais de progresso, muitas vezes eram almejadas por parte população, mesmo ao custo de grandes demolições: "Ei-lo que se aproxima. Vem forte como sempre, enérgico, capaz de sacudir o marasmo, em que se debate atualmente a prefeitura. vamos ver o nosso general prefeito acorda coma notícia vinda do grande reformador do Rio de Janeiro".

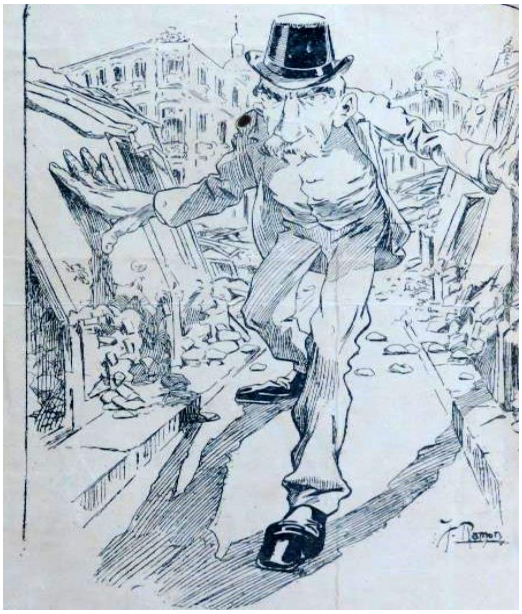


FIGURA 37 “El Reformador” – A Avenida 1903.

Outra imagem que muitas vezes que se tentou vincular a Pereira Passos, principalmente pelos órgãos de oposição, foi a de autoritário, principalmente quando ocorreu o fechamento do Conselho Municipal. Devido a este evento, muitos o denominaram de *Ditador*. Em uma charge que estampa a revista o *Tagarela*, em janeiro de 1903 (FIGURA 38), Passos é representado mais uma vez como um gigante, mas esmagando a população com um cassetete com a a inscrição: *executivo*.

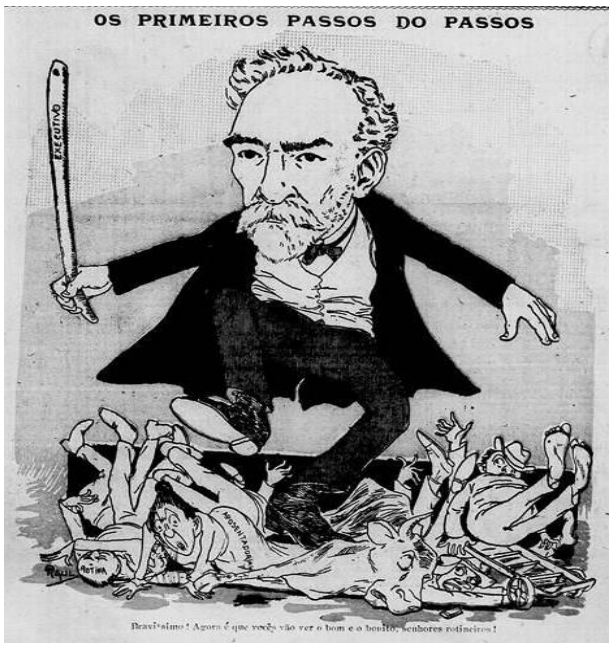


FIGURA 38 - Os primeiros passos de Passos. Tagarela 10 de janeiro de 1903.Brasil, Fundação Biblioteca Nacional

Em menos de 3 anos de gestão, a opinião pública portenha desenvolveu uma imagem de Torcuato de Alvear como um indivíduo incoerente e autoritário. Esta representação caricata do intendente se visualizava em revistas como *El Mosquito*, *Don Quijote* e nos jornais *El Democrata* e *La Pampa*. O ataque a suas incoerências muitas vezes eram sarcasticamente proferidas como nesta crônica do jornal *El Democrata*: *"*E haverá quem ainda duvide do estado mental do Intendente. É possível conceber que um ser em plenitude de suas faculdades mentais apresenta projetos diferente ao todo, no espaço de 4 a 5 meses?"[246]No diário *El Democrata*, o intendente de Buenos Aires, muitas vezes denominado de *Lord Mayor* pelos órgãos da cidade, é acusado por utilizar parte das verbas municipais para subornar parte da imprensa da capital e que esta divulgue uma imagem positiva de sua gestão:

> Temos afirmado que o Lord Mayor paga com o dinheiro do povo para que o encomendem exageradamente e o façam aparecer como Don Preciso no posto que tão extraordinariamente desempenha. Essa afirmação esta contrastada nas planilhas da Contadoria Municipal que figura uma partida a tal diário por publicações nem um só mês, noventa e oito mil pesos. [247]

O pasquim *Don Quijote* fez outro tipo de acusação a Alvear; de acordo com os cronistas, as decisões autoritárias do intendente o fazem julgar que Buenos Aires se tornou sua propriedade. Este tipo de crítica levantou uma discussão pertinente, ao tentar, mesmo que de forma humorada, apontar um limite as ações do executivo municipal, destacando que a intendência apesar de gerir pode se apropriar do espaço público. Na seguinte crônica, é apontado que o município se tornou uma propriedade hereditária da família Alvear:

> Como era de esperar o Congresso Argentino foi o primeiro que prestou culto ao direito da propriedade. O município como temos nós temos assegurado é uma propriedade hereditária da família Alvear e se o Congresso não tivesse reconhecido em Don Torcuato esse direito haveriam apresentado um queixa seus herdeiros.[248]

---

[246]El Democrata 4 agosto de 1883, ano VII, número 2408 Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

[247] El Democrata, 1 agosto de 1883, ano VII número 2103.Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

[248] Don Quijote. Don Torcuato. Buenos Aires, 31 de Maio de 1885, 1 N 42. Argentina, Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani".

Suas decisões arbitrárias contra a imprensa e seus confrontos com o Conselho Deliberante fizeram parte dos acontecimentos que o marcaram como tal. Na seguinte charge, publicada em *El Mosquito* (FIGURA 39), o autoritarismo de Alvear é sublinhado juntamente com suas contradições diante a legislação urbana. Em um primeiro quadro uma senhora se dirige a ele e solicita que sejam feitos reparos da via pública em frente a seu negócio: *Senhor intendente frente a minha loja de modista está o pavimento muito feio, faca consertar a rua...* Alvear atencioso lhe responde: *Sim, anjo e antes das duas horas estará ali minha quadrilha para fazê-lo.* No seguinte quadro um empresário do ramo cervejeiro, o alsaciano Emilio Bieckert, se aproxima com as leis municipais e argumenta que estas lhe permitem que seja realizado o desvio de uma rua em construção para não obstruir o loteamento de sua futura fábrica: *Senhor intendente me apoio na lei municipal para fazer um desvio que solicito...* A contestação é feita em tom furioso: *Que Lei? Que Lei!!! faço o que me dá na cuca esta é minha lei, não quero dar e não é um gringo como você que me vencera!!!*

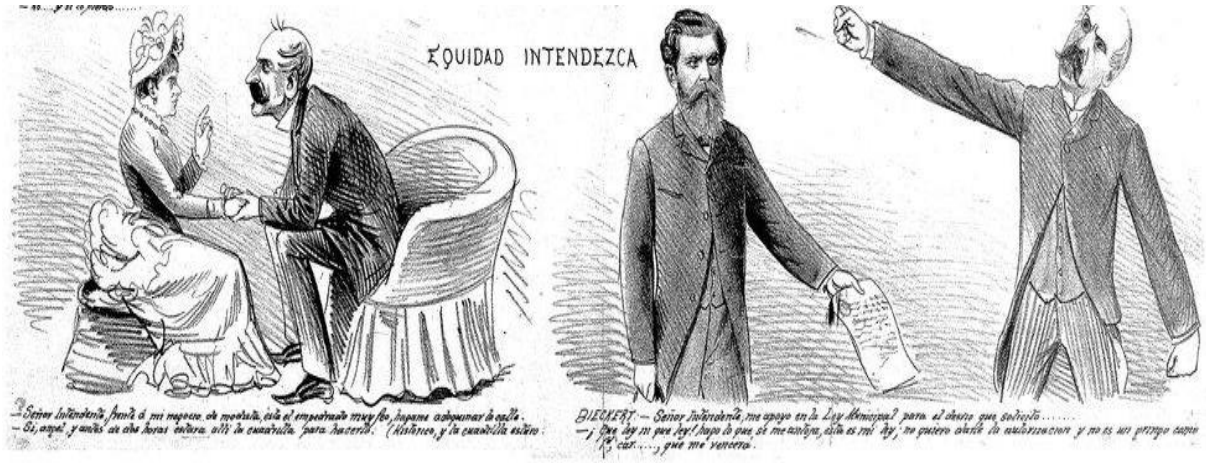


FIGURA 39- Equidade " Intendezca" - El Mosquito, 23 de agosto de 1885. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Além do conflito com o empreendedor Bieckert, os jornais também deram destaque para complexo confronto entre Alvear e os proprietários dos lotes dos quais seriam desapropriados para a abertura da Avenida de Mayo. Antes mesmo da conclusão do projeto da Avenida, jornais como *La Nacion* já se preparavam para serem expectadores de uma batalha como pode-se interpretar na crônica a seguir:

> Ainda não foi dada uma forma prática e decisiva do projeto do Senhor Alvear e já começam a surgir tropeços entre este e os proprietários alegando um ou outro razões muito legítimas e que devem ser o motivo de sérios estudos de empreender trabalhos de tamanha magnitude**. Vai ser uma batalha da qual tem começado a trocar os primeiros tiros. Conhecendo a firmeza e caráter do senhor Alvear (...)**[249]

Na seguinte charge, também publicada no *El Mosquito,* as ações arbitrárias são satirizadas pelos ilustradores da revista. A conflituosa relação entre o chefe do executivo municipal com o Conselho deliberante e sua nomeação dada pelo presidente, causavam questionamentos sobre quanto tempo seu mandato à frente de Buenos Aires duraria. Na charge abaixo (FIGURA 40) um senhor se aproxima de Alvear e lhe pergunta sobre as novas eleições municipais: *Diga-me por que não decreta as eleições?* A reação do intendente é expulsá-lo sem hesitação: *Vigilante leve este arrogante para a polícia!*



FIGURA 40 - El Mosquito, 29 de março de 1885. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Outro evento do qual se agregou a figura de Alvear foi a polêmica questão das palmeiras na Plaza de Mayo. Nas caricaturas do qual era representado sempre estava próximo destas ou em casos mais exagerados, plantada em sua cabeça como se pode observar nas caricaturas abaixo, respectivamente publicadas nas revistas *Don Quijote* e *El Mosquito* (FIGURAS 41 e 42):

---

[249] A Avenida de Maio e os proprietários. La Nación, 6 julho de 1886. Argentina , Biblioteca del Congreso de la Nacion, p. 1.



FIGURA 41 - A Gerineldo Palmerin lhe cabe a honra de apresentar o futuro presidente deste verão – Don Quijote - 24 de agosto de 1884. Argentina, Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani".



FIGURA 42 - Ah, ah!! querem tirar minhas palmeiras a mais sublimes ideias de minha vida! El Mosquito, 10 novembro de 1883 número 1088 ano XXI .Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Don Quijote frequentemente se referia a ele como *Don Palmerin*. Como já fora citado acima, a opinião pública não recebeu de bom grado a plantação destas árvores na praça, por ser o centro cívico da capital, que segundo elas não tinham caraterísticas

tropicais. Palmeiras neste local de ritualização seria uma má interpretação do que realmente se queria simbolizar o centro da nação argentina. Desta forma verifica-se uma quantidade de charges com esta temática a fim de ironizar o intendente. Chama-se a atenção para a capa da revista (FIGURA 42) *El Mosquito*, onde Alvear é representado como uma estátua ao lado de mais duas personalidades políticas, o antigo presidente Domingo Sarmiento e o deputado Pastor Obligado, ex-governador da província de Buenos Aires. Vistos como incoerentes pela opinião pública, a charge estampada na capa questiona a importância cívica destes três monumentos colocados na antiga Plaza de La Victoria com a seguinte legenda: *Vista da Plaza de la Victoria em 1920 será muito pequena para caber as estátuas de todos célebres tipos que ilustram a História da Argentina.* Nas inscrições da estátua de Alvear estão os seguintes dizeres: *Intendente Alvear: Grande pavimentador e plantador de Palmeiras.*



FIGURA 43- El Mosquito, 24 de novembro de 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno

A relação com o Conselho, seja o Deliberante em Buenos Aires ou Municipal no Rio de Janeiro, também foram temas de discussão que orbitou a opinião pública. Segundo o que já fora analisado no primeiro capítulo, Pereira Passos e Torcuato de Alvear durante suas gestões tiveram um tensa relação com estes órgãos representativos. O Diário *La Nacion*, na seguinte crônica, protestou a favor de Alvear em uma nota conflito entre Conselho e Intendente. Segundo a nota do jornal, Alvear, devido a sua posição, recorrentemente era mal interpretado e os conselheiros, que se mostravam oportunistas políticos, queriam apenas difamá-lo publicamente:

> Com títulos de estimação pública e rodeado de popularidade que granjeara honradez administrativa, o Intendente representava o progresso do município e era uma garantia do bom manejo das rendas locais. (...) Seus adversários [O Conselho] exageravam seus defeitos assim como os denúncias que em voz baixa lhe faziam, lhe atribuindo graves descuidos ou arbitrariedades manifestas e o público imparcial acreditava também que o fundo de toda esta acusação anônima teria algo de sério. Assim o Conselho moralmente inabilitado para acusar ainda quando legalmente tenha o direito de fazê-lo se encontra também inabilitado por suas próprias declarações para fazê-lo.[250]

Na charge abaixo de *El Mosquito*, a relação entre Alvear e o Conselho Deliberante é retrata ironicamente como uma batalha épica (FIGURA 44). O intendente empunha um guarda-chuvas como se fosse uma espada e esta prestes a golpear um dragão que simbolizaria os membros deste conselho. A legenda abaixo sintetiza o evento: *Monumento a ser levantado na Plaza de la Victoria para comemorar a vitória do intendente sobre o conselho deliberante*:



FIGURA 44- El Mosquito, 16 de dezembro de 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno

No Rio de Janeiro, Pereira Passos e o Conselho Municipal tampouco desenvolveram uma relação harmônica. Entretanto alguns periódicos promoviam uma imagem de que era necessário que o executivo fosse superior aos conselheiros. Na

[250] La Nación, p.1 ano XV número 4117. Argentina, Biblioteca del Congreso de La Nación.

charge da revista *A Avenida*, os membros do conselho são representados como pequenas crianças que estão tentando ajudar o pai no oficio de carpintaria, neste caso representado por Passos que agradece seus filhos, mas enfatiza que ele tem capacidade de realizar o serviço sem auxílio (FIGURA 45): "Bem sei meus filhos que vocês todos querem ajudar , mas é melhor deixarem papai sozinho!"



FIGURA 45– A reabertura do Conselho Municipal. A Avenida, 9 de Abril de 1904. Acervo Pereira Passos. Brasil, Museu da República.

3.2.5 -Alegoria da Cidade: Satirizando o Urbanismo Cívico.

Outras formas de investigar as percepções da população urbana sobre a cidade são as formas pelas quais esta era representada, ou alegorizada, sobre o sentido cívico. Muitas vezes ilustrada como expectativa ou mesmo por uma percepção da realidade, a cidade assumiu várias formas, de acordo como a opinião pública que a interpretou. Na charge abaixo, publicada na revista *El Mosquito*, verifica-se que o título de Atenas da América do Sul é atribuído a Buenos Aires (FIGURA 46). Alegorizada como uma dama, a capital é cortejada pelo presidente argentino Julio Roca que pretende presenteá-la com um leque do qual está inscrito a palavra "Bulevares":



FIGURA 46 - É hoje a capital da república e com seus novos donos vai ser magnifica e digna de ser a Atenas da América do Sul. El Mosquito, 28 Novembro 1880 . Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno

Todavia, não era apenas a revista *El Mosquito* que reivindicava para Buenos Aires o título de Atenas. No jornal *La Nacion*, em uma crônica publicada um ano após o fim da gestão de Alvear, o autor relembra que as leis que regem a capital foram resultados de uma importante contribuição popular e da referência da legislação de várias cidades do mundo, sobretudo a Europa. Ao combinar estes fatores, é que se constata que a cidade tem o posto de "Atenas del Plata":

> (...)é necessário estabelecer dito regime de maneira digna de Atenas del Plata, mais rica e mais progressista que Atenas. A metrópole que marcha a cabeça da civilização sul americana, deveria dar exemplo também em tal sentido sabido que como que nada reflete tão fielmente a grandeza de um povo como sua capacidade para o governo próprio que tem a vida comunal a sua mais cabal representação mais genuína.[251]

Na revista *O Tagarela*, as transformações da cidade fizeram com que seus ilustradores criativamente caricaturassem sua planta cadastral. A caricatura (FIGURA 47) mostra com sarcasmo que as obras realizadas não passam de um amontoado de pilhas, obstruções e estorvos para seus habitantes: a inscrição, que satiriza a planta apresentada pela Prefeitura, indica qual a percepção dos quais o periódico apresenta para seus leitores: *Planta da Cidade do Rio: seus melhoramentos, sem obras do porto nem nada!!!*

[251] Governo Municipal: Um digno exemplo. La Nacion 11 janeiro de 1888. Argentina , Biblioteca del Congreso de la Nacion, p. 1.



FIGURA 47– Planta da Cidade do Rio. O Tagarela, 25 de junho de 1903. Brasil, Fundação Biblioteca Nacional

Mais uma vez representada como uma dama, a cidade de Buenos Aires, nesta charge de *El Mosquito*, sente a falta de algumas instituições que possuía antes de ser federalizada. Diante do contexto em que a Intendência começou a restringir a circulação de alguns órgãos de imprensa, a alegoria da cidade foi ilustrada de forma que lamenta a extinção do júri popular. O motivo foi que antes de sua federalização, tal júri era responsável por julgar alguns supostos delitos da imprensa. Durante a gestão de Alvear este tipo de julgamento ficou a cargo do próprio intendente, justificando o desânimo da dama abaixo (FIGURA 48):



FIGURA48- Desde a federalização Buenos Aires não goza mais das instituições próprias da província. Entre outras citaremos o jurado popular que entendia os delitos da imprensa. El Mosquito, 22 de outubro de 1882.

Na charge abaixo, intitulada "A Mazela da Cidade" (FIGURA 49), o enredo é um metáfora sobre a relação de Pereira Passos com o Conselho Municipal. Na charge a dama de barrete frígio é a cidade do Rio de Janeiro e está com um infeção e várias lesões em uma de suas pernas, da qual representa o Conselho Municipal. Esta implora ao médico que a corte se hesitação. O Prefeito Pereira Passos alerta que os remédios já tentados para sanar tais problemas não foram suficientes, apenas um paliativo.

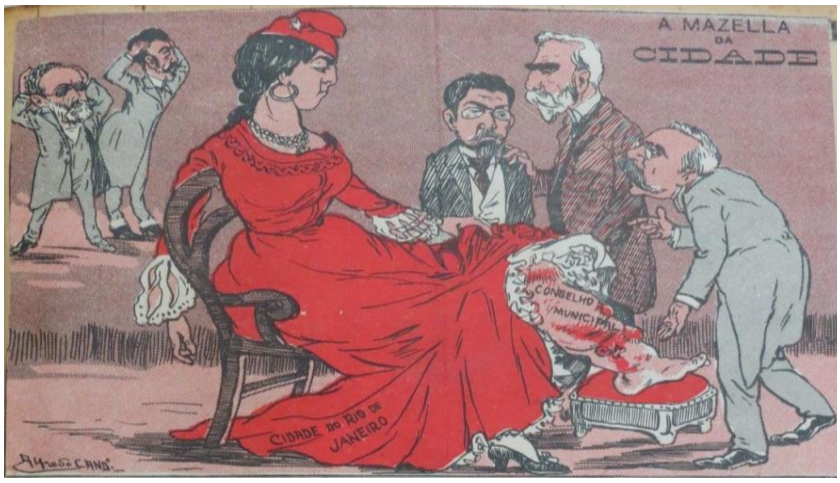


FIGURA 49– A Mazela da Cidade. Data aproximada, 1903-1904. Coleção Família Passos, Museu da República.

Os periódicos publicados neste período de modernização urbana, sejam pasquins, jornais, folhetins e revistas, se mostraram como importantes instrumentos que integravam os discursos sobre a cidade, que por sua vez ocupavam seus lugares em uma arena chamada polissêmica de opinião pública. Como foi possível abordar por meio destas fontes, não existiam uma forma delineada que poderia categorizar tais discursos e a opinião pública. Apesar de ser uma ação de reivindicação e um pilar que constitui a cidadania, não se expressava de forma homogênea. Se há algo que pode ser generalizado sobre ela é sua instrumentalização como forma de intervenção e apropriação do espaço público que permitiu aproximar o debate das esferas de poder, neste caso as instituições municipais. Entretanto, outros discursos também serviram de ferramenta para este tipo de ação sobre o espaço público, e muitas vezes sob a legitimidade técnica e intelectual.

CAPÍTULO 4 - O DISCURSO DA INTELLIGENTSIA: UTOPIA, ROMANCE E RACIONALIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO

> ***"****[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais"*
>
> Antonio Gramsci

4.1 – A Intelligentsia: os missionários de uma nova ordem urbana

Se no capítulo anterior abordou-se como a opinião pública tomava forma através de crônicas e charges de revistas e jornais difundidos entre a população urbana, no atual serão trabalhados os debates e reflexões travados no seio de grupos de intelectuais e técnicos que utilizavam de um conhecimento especifico para atuar no espaço público durante o período das modernizações.

Oscar Terán (2008) afirma que os intelectuais argentinos na virada do século XIX para o XX eram um conjunto de agentes da elite social cujas produções representavam e refletiam o contexto do qual o país atravessava, ou seja, um período de unificação nacional tutelada por processos modernizadores. Nicolau Sevcenko (2003), assim como Terán, relacionou a produção da intelectualidade brasileira aos processos de modernização, dos quais este grupo encarava a civilização como as mais atuais referências culturais e cientificas promovidas na Europa:

> Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modo de vida propagado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com sua devida integração da unidade internacional; e a elevação do nível cultural e material da população (SEVCENKO, 2003, p. 97).

Diante estas considerações de Sevcenko, percebe-se que os principais objetivos que generalizam esta intelligentsia seriam semelhantes aos das elites políticas que encabeçaram os processos de modernização. Neste caso, observa-se que diante dos contextos analisados, muitos destes intelectuais e técnicos, se não exerciam uma estreita influência, integravam-se à própria estrutura estatal. Mas comparado ao capítulo anterior do qual vimos como a opinião pública instrumentalizou-se como uma importante alavanca que pressionou o poder público, o que podemos considerar destes intelectuais? Qual a contribuição destes na reformulação do espaço público e sua

participação nos debates e políticas que definiram a configuração da cidadania em seus respectivos países?

Ao referir a este grupo especifico, utilizou-se certa cautela referente ao emprego de alguns termos como intelectuais e/ou intelligentsia, uma vez que a proposta não seria analisar as concepções ideológicas, influências ou trajetória profissional e acadêmica destes, mas identificar como seus saberes foram utilizados como forma de discurso e legitimação cientifica para ser empregado no curso dos processos de modernização urbana. No entanto deve-se ressaltar que a credibilidade de suas produções tinha uma relevância não apenas por sua formação acadêmica, mas também pelo capital social que estes conseguiram edificar, conforme Sérgio Miceli (2001). Em um trabalho sobre os engenheiros no processo de modernização do Rio de Janeiro, Simone Petraglia Kropf (1996) destaca que estes, por reivindicarem o posto de agentes responsáveis pela resolução dos problemas sociais e construtores de uma nova ordem, agruparam-se como intelligentsia:

> Mais do que técnicos no sentido de sua inserção profissional nas obras de modernização podemos afirmar que os engenheiros atuaram nesse período como intelligentsia proclamando-se portadores da vocação e da missão de refletir sobre a sociedade brasileira e resolver seus principais problemas. Como intelectuais distinguiram-se como grupo profundamente sintonizado com os princípios norteadores do projeto da estruturação de uma nova ordem social para ele contribuindo não como meros mandatários dos interesses de outros grupos, mas sim como sujeitos comprometidos com a sua legitimação e execução (KROPF, 1996, p. 182).

David Harvey (2015), ao abordar o papel preponderante da ciência na condução das reformulações urbanas de Paris durante o Segundo Império, chamou a atenção de como este saber possuía um papel preponderante na engenharia política e social. A ciência não seria apenas um método especifico, mas "uma atitude dedicada a luta para desmistificar as coisas, penetrar e dissecar sua essência. Essa atitude estava por trás inclusive do movimento da arte pela arte" (HARVEY, 2015, p. 339). Diante estas considerações, torna-se pertinente observar que a ciência neste período se torna como uma máxima condutora de pensamentos e ações que não era restrita somente aos cientistas mas promovida por um grande número de intelectuais: "Não só os cientistas , mas os escritores, poetas, economistas, artistas, historiadores e filósofos podiam aspirar a ciência" (HARVEY, 2015, p. 339).

O grande referencial ideológico para esta intelligentsia, ou seja, para este conjunto de técnicos e intelectuais, seria o positivismo. Apesar da influência de outras correntes do período a preponderância deste pode ser explicada por sua capacidade descritiva pela pragmática proposta de articulação com as instituições do Estado. Para Simone Kropf o positivismo foi uma referência nevrálgica para técnicos e intelectuais devido suas aplicações ortodoxas "mas sobretudo como forma de pensar a realidade social a partir dos anseios por reformá-la nos moldes da ideologia do progresso então em voga." (KROPF, 1996, p. 184). Apesar da ênfase, não se torna ineficaz apontar que o discurso desta intelligentsia não pode ser categorizado como algo monolítico, uma vez que se trata de agentes com diferentes formações, ofícios, influências além da questão geracional. Entretanto, em alguns casos que serão abordados é possível identificar uma coerência em um aspecto mais geral, que algumas vezes entram em confronto devido algumas matizes ideológicas que se emergem.

Entretanto, como observa Terán (2008) sobre a sociedade argentina, apesar da influente tendência positivista, no último quarto do século XIX e nas primeiras décadas do XX, havia uma complexa interpretação do processo de modernização que afetavam as capitais do qual estes técnicos e intelectuais viviam. Suas produções eram influenciadas por "matizes ideológicas diversas e algumas delas renovadas dentro de um período cultural caracterizado por um **sobreposição de teorias e estéticas onde convivia o romanticismo tardio com concepções católicas e as novidades do socialismo e anarquismo**" não obstante pode-se detectar que o estrato intelectual predominava-se o "**positivismo e o modernismo cultural que resultaram os grandes cânones interpretativos da nova problemática**" (TERÁN, 2010, p. 330, **grifo nosso**).

Desta forma, buscou-se desenvolver este capítulo a partir subdivisões: na primeira parte, de caráter introdutório, serão analisadas as expectativas que intelectuais manifestavam sobre a adequação das capitais de seus países aos preceitos civilizacionais. Na parte seguinte, será analisado como os intelectuais atuaram em uma via de mão dupla durante a modernização do espaço público. Em um primeiro momento identifica-se como as transformações urbanas influenciaram a produção de escritores, jornalistas, advogados, historiadores e demais ofícios de letrados. Em um segundo momento destaca-se como seus trabalhos influenciaram muitas das politicas de gestão da cidade. Na ultima parte, será abordado como a ideologia da higiene, uma panaceia para a organização e progresso do mundo urbano, se difundiu em Buenos Aires e Rio de

Janeiro por meio de ofícios técnicos, sobretudo médicos e engenheiros que muitas vezes atuando em conjunto foram nevrálgicos na reformulação destas cidades. Entretanto será abordado como os rigores e normas impostas por essa máxima da higienização, comprometeram e obstacularizaram o acesso ao espaço público, sendo portanto um barreira para o exercício da cidadania para alguns setores destas sociedades. Chama-se mais uma vez a atenção que estes discursos não eram monolíticos, do qual o poder público se apoiou na expertise de técnicos e intelectuais para iniciar um projeto de modernização conservadora.

4.1.1 – A polis do porvir

Neste capítulo serão analisados os discursos de um grupo composto por intelectuais e como suas produções sintetizavam um conjunto de representações e expectativas de que suas capitais progredissem a ponto de materializar o que se concebia como civilizado. Como já fora destacado acima, muitos destes intelectuais, imbuídos pela hegemonia da ciência nas capitais das quais produziam seus trabalhos, aventuraram-se no debate sobre várias áreas do conhecimento. Sérgio Miceli (2001) denomina de *polígrafos* esses intelectuais que diante de seu capital cultural e social desempenhavam e reatavam sobre diversos aspectos técnicos e culturais. A fim de compreender como os discursos destes foram pertinentes para legitimar ou descredenciar as futuras reformulações, também foram utilizadas algumas referências em períodos anteriores e posteriores as reformas.

Desta forma será retomada a discussão iniciada no primeiro capítulo sobre os intelectuais que iniciaram uma campanha da qual o principal objetivo seria que as capitais de seus países refletissem as ideias do mundo civilizado. Ou seja, será apurado qual a preponderância destes como agentes que alavancaram os processos de modernização de suas capitais. No caso de Buenos Aires, dois grandes expoentes que mobilizaram suas expectativas para tal projeto foram Sarmiento e Alberdi. Para estes, a Argentina só seria prospera coma definição de uma capital que tivesse suas estruturas adequadas as novas tendências culturais, econômicas e cientificas do mundo capitalista industrializado. A cidade, portanto, seria a abertura ao mundo civilizado que iria erradicar a barbárie.

Para Sarmiento, Buenos Aires devido seu potencial, poderia se transformar na maior metrópole das Américas. Para o político, Buenos Aires construiu sua importância histórica como capital do Vice-Reinado de La Plata e seu porto sempre foi acesso para receber pessoas e mercadorias de todo o mundo, inclusive da Europa. E é justamente este contato permanente com as demais nações que a cidade esteve sempre atualizada as demandas civilizatórias. Não obstante, é pertinente recordar que a cidade não herdou automaticamente o título de capital na transição de colônia para república. Ao seu ver, o destino desta seria promover a civilização dos quais os demais territórios não seriam capazes:

> Buenos Aires esta convocada para ser um dia a cidade mais gigantesca de ambas Américas (...) ela sozinha na vasta extensão argentina está em contato com as nações europeias. Ela sozinha explora as vantagens do comercio estrangeiro. Ela sozinha tem poder e rendas. Em vão lhe pedem as províncias que deixem passar um pouco de civilização de indústria e população europeia: uma política estupida e colonial se fez surdo estes clamores.[252]

Em sua obra *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, Alberdi compartilha das mesmas convicções de Sarmiento. A medida que tentam construir um conjunto de argumentos racionais para defender a escolha de Buenos Aires para sua legitimação como capital, estes deixam escapar as subjetividades de seus desejos. Para ambos, não existia em seu país cidade com maiores vantagens para ser a sede não apenas política e econômica, mas civilizacional de toda a Argentina:

> Sendo de origem transatlântica a civilização anterior e a futura prosperidade dos povos argentinos, convinha fazer da capital do país o único ponto do território argentino que naquela época era acessível ao contato direto com a Europa. Esse ponto era Buenos Aires, em virtude das leis da antiga colônia espanhola, que foram preservadas intactas no que diz respeito à navegação fluvial. Acreditava-se que Buenos Aires, por ser a capital secular do país sob todos os sistemas de governo, não cabia ao Congresso mudar sua situação. Que esta cidade foi a mais digna de ser residência do governo nacional, por ser a mais culta e populosa de todas as cidades argentinas.[253]

Semelhante as projeções atribuídas por Sarmiento e Alberdi para Buenos Aires, o político Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, compartilhava de

---

[252] SARMIENTO, Domigos Faustino **Facundo ou Civilização e Barbárie**, 1845. Disponivel em: https://bcn.gob.ar/uploads/Facundo_Sarmiento.pdf Acesso em 21 agosto de 2020.

[253] Juan Bautista Alberdi. Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina In: Argentina, Biblioteca del Congreso de la Nación, 2017. Disponbiel em: https://bcn.gob.ar/uploads/BasesAlberdi.pdf. Acessado em: 20 de agosto de 2020.

expectativa semelhante em respeito ao Rio de Janeiro. Para este a cidade era o caminho de superar as desigualdades culturais e sociais do interior brasileiro, acidentado pela geografia e distante do litoral civilizado. Desta forma a capital do Brasil seria este polo essencial para o progresso do país, como observa Maria Elisa Noronha Sá Mader (2008):

> Outro elemento que pode ainda ser destacado em uma perspectiva comparada é o da afirmação da preponderância do Rio de Janeiro como centro de civilização no Império brasileiro, assim como o era Buenos Aires em relação à República Argentina idealizada por Sarmiento. Para o Visconde do Uruguai, o Rio de Janeiro era o centro irradiador da civilização e, como tal, deveria ter seus interesses reconhecidos como os interesses de todo o Império. Sua localização geográfica contribuía para tal. Possuía duas "portas", uma para o sertão, isto é, para o interior, e outra para o mundo exterior, principalmente para a Europa, constituindo-se na "ponte" entre esses dois mundos (MADER, 2008, p. 269).

Superado os estigmas da barbárie que se reproduzia na vastidão dos ermos desertos habitados por pessoas incultas e rudes, anteciparemos ao contexto da intelligentsia que produzia frente aos iminentes processos de modernização de Buenos Aires e Rio de Janeiro. Neste aspecto, sublinha-se que a perspectiva civilizacional de Sarmiento, Alberdi e no caso brasileiro o Visconde do Uruguai eram distintas a partir de uma questão temporal e ideológica do qual a dicotomia "civilização / barbárie" cede cada vez mais espaço ao dualismo "higiene e saúde / insalubridade" a medida que a sociedades se urbanizavam. Desta forma, o poder público passa a ter uma função no quotidiano da sociedade à medida que se torna cada vez mais necessário que as instituições de controle comecem a ter maior presença nesta redefinição do espaço público e na configuração de uma cidadania.

Décadas se passaram após a publicação dos textos de Sarmiento e Alberdi que almejavam que Buenos Aires se potencializasse não apenas como capital política, mas como polo civilizacional da Argentina e da América do Sul. De fato, esta Buenos Aires foi modernizada sob os mais elevados níveis estéticos, técnicos e culturais que se difundia nos demais centros urbanos do mundo. Tal progresso cada vez mais serviu como inspiração para intelectuais e técnicos do Rio de Janeiro de forma a que aspiravam transformar a capital brasileira numa referência nacional e também continental.

Desta forma verificamos que Buenos Aires se materializa como referencial civilizador para intelectuais e técnicos brasileiros. O ímpeto de modernizar a

capitalidade do Rio de Janeiro pode ser verificado no fragmento abaixo, redigido em uma crônica de Olavo Bilac (FIGURA 50) na Gazeta de Notícias em 1900. O escritor lamenta o estado deplorável do Rio de Janeiro, fazendo uma comparação com a recém-reformada Buenos Aires:

> Quando leres isto, Sebastianópolis, não cubras com indignação a face, não dês punhadas de ira na cabeça, não te rojes no chão acoimando de ingrato este pobre filho sincero! Ama-te ele assim mesmo, desleixada e feia; nem todas as avenidas e todos os boulevards da Europa e da América poderão jamais ter para ele o encanto daquela triste esburacada rua da Vala que ouviu os seus primeiros vagidos. Mas justamente porque tanto te ama, é que teu filho deve ter o direito de te dizer, entre dois beijos, que a vizinhança de Buenos Aires é uma vergonha para ti, adorada Sebastianópolis… Quem te disse que és a primeira Capital da América do Sul zombou da tua ingenuidade e injuriou duramente os teus cabelos brancos; mais te ama e muito mais digno é a tua gratidão quem francamente te diz que és uma cidade **de pardieiros, habitada por analfabetos.** Ah! Quando um dia, do seu fecundo, surgir o homem fadado para reformar-te, o Torcuato de Alvear designado pelo destino para o mister glorioso de te curar a lazeira e de te infundir novo sangue, e então tu será a primeira capital, já não da América do Sul, mas de todo o mundo; e os teus filhos de então, vendo, nos álbuns de arte retrospectiva, as tuas ruas e as tuas casas de hoje, perguntarão assombrados como pode um povo viver por tanto tempo atolado em tão torpe inércia! (...) Quando Alvear quis realizar o seu sonho radiante, não houve casmurrice apatacada que ousasse opor-se ao soberano poder da sua vontade. Foi um prodígio, foi uma loucura, uma dessas abençoadas loucuras que são cem mil vezes mais úteis do que todo o bom senso.254

As dramáticas palavras de Bilac foram escritas após uma visita que este realizou junto a uma comitiva do Presidente brasileiro Campos Salles à capital argentina. A exaltação de Buenos Aires era um alarde de que o Rio de Janeiro se encontrava em decadência enquanto outras metrópoles já possuíam um intercâmbio com as inovações do mundo civilizado.

254 BILAC, Olavo. Crônica. I. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 18/11/1900. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional.



FIGURA 50– Grupo de jornalistas, escritores com o Prefeito Pereira Passos comemorando o aniversário de 67 anos de Machado de Assis, que é o segundo da esquerda para a dirteita no primeiro plano da foto . Neste grupo também se encontra Olavo Bilac que seria o segundo a esquerda do Prefeito de Pereira Passos.

Sob outro aspecto, nota-se que algumas crônicas realizadas ao final das reformas levantavam as desvantagens que os mecanismos de normatização impuseram ao espaço público carioca ao condicionar uma segregação do *povo real*. Abaixo, o escritor Lima Barreto discorre duras críticas sob como a modernização do Rio que além de reformular o espaço urbano queria fazer o mesmo com os habitantes, em sua maioria de origem negra. Na crônica ele aponta que a capital carioca sempre teve como referência Buenos Aires que possuía uma sociedade e uma geografia distinta:

> A obsessão de Buenos Aires sempre nos perturbou o julgamento das coisas. A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital da Argentina tem longas ruas retas; a capital Argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos. E com semelhantes raciocínios foram perturbar a vida da pobre gente que vivia a sua medíocre vida aí por fora, para satisfazer obsoletas concepções sociais, tolas competições patrióticas, transformando-lhe os horizontes e dando-lhe inexeqüíveis esperanças.[255]

João do Rio também possuía uma impressão semelhante a de Lima Barreto sobre a relação da capital do Brasil com Buenos Aires. Para o literato, a modernização

[255] BARRETO, Lima Crônica. In. Correio da Noite. 26 de janeiro de 1915. Brasil, Hemeroteca Nacional Digital, Fundação Biblioteca Nacional.

empreendida por Pereira Passos, ao recorrer ao modelo portenho, irrompeu-se de forma radical do qual vários edifícios e ruas foram demolidas:

> O Rio, cidade nova – a única talvez no mundo – cheia de tradições, foi-se delas despojando com indiferença. De súbito, da noite para o dia, compreendeu que era preciso ser tal qual Buenos Aires, que é o esforço despedaçante de ser Paris, e ruíram casas e estalaram igrejas, e desapareceram ruas e até ao mar se pôs barreiras.[256]

Diante tais crônicas observamos que a modernização Rio de Janeiro e Buenos Aires surgem como um divisor de águas na questão concernente ao desenvolvimento e progresso de seus respectivos países. No entanto, para alguns técnicos e intelectuais, Buenos Aires surge como paradigma de modernização urbana a ser seguido ou mesmo superado. Alguns como João do Rio ou Lima Barreto encaravam com certa ironia critica tal obsessão pela metrópole do rio da Prata.

4.2 – Intelectuais da cidade: redigindo o espaço público

Durante o período das modernizações urbanas, ocorreram alguns processos paralelos ditados pelo Estado, mas que também faziam parte em larga escala destas ações modernizantes. No caso brasileiro a transição da mão de obra escrava para o trabalho assalariado, e na Argentina, o projeto de formação de colônias de imigrantes em seu território, eram parte de um grande empreendimento estatal voltado para a integração ao mercado mundial. Observa-se que tais processos influenciaram diretamente vários escritores, jornalistas, advogados, historiadores e demais ofícios de letrados que publicaram uma quantidade de textos que representava o contexto que viviam.

Nas obras destes intelectuais várias questões sejam estas conscientes ou não, se relacionavam à identidade nacional, aos imaginários da nação, promovendo a circulação e cristalização das representações que estes produzem massa urbana trabalhadora ou o que conceitua-se no presente trabalho de povo real. Para Alejandra Laera (2000) estas produções do gênero naturalista,"colocam em evidência um dos problemas que mais preocupou os setores letrados argentinos e latino-americanos no último século e mesmo

[256] RIO, João do. Cinematographo (chronicas cariocas). Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.1909. p. 214-21.

neste: a questão do outro." (2000, p. 139).[257] Em outras palavras, quando esta facção se depara diante uma multidão de pessoas (de diferentes nações, classes sociais, ideologias) apropriando-se sob diversas formas do espaço público das capitais de seus países, sua produção não se trata apenas de representações de suas realidades mas um ímpeto cientifico de se dissecar e analisar o corpo social da cidade. Em carta dirigida ao advogado e politico Miguel Cané, Eugenio Cambaceres define o que seria o naturalismo:

> Eu entendo por naturalismo, estudo da natureza humana, observação ao centro. Pegue um personagem, uma alma, registre até as últimas dobras, ponha o gabarito, tire tudo dele, tanto o bom quanto o mau, o puro se for achado e a podridão que contém, fazendo-o mover-se no meio onde se agita, por impulso do batimento cardíaco e não graças a um mecanismo mais ou menos complicado de ficelas, para engolir o público na cena personagens de carne e osso em vez de bonecos recheados com palha ou serraria (...), para substituir a fantasia do poeta ou ao jeito do faiseur, a ciência do observador, fazer numa palavra verdade, verdade ao cuja.[258]

Afirmação semelhante foi identificada no texto sobre a essência cientifica do naturalismo, redigido por Benigno Lugones, ex-policial e estudante de medicina publicado no diário *La Nacion*:

> Pode-se dizer que o cheiro da aldeia dos romances naturalistas é nauseante, tanto melhor: seremos como o cirurgião que remexe a mão na sujeira da carne podre e se inclina sobre a úlcera pestilenta para estudá-la profundamente. O naturalismo será a anatomia normal e patológica da vida social: haverá um cheiro de cadáver, eflúvios nojentos, emanações nojentas, veremos o verme caminhar e as coleções purulentas se espalharem; Mas essas indagações repelentes, feitas através do lodo e da podridão, em meio aos odores cadavéricos das fermentações da morte, nos darão o segredo das doenças, indicando seus remédios, apontando as causas que as produzem, porque repetiremos com o terapia: Sublata causa, tollitur effectus.[259]

Antonio Argerich, de 1884, busca em sua novela naturalista *¿Inocentes o culpables?* especular e questionar ficcionalmente a política de imigração do governo Roca e demonstrar a inferioridade dos estrangeiros que chegavam ao país. Tal intenção é muito clara de acordo com a afirmação no prólogo da obra: "Me oponho franca e decididamente a imigração inferior europeia que reputo desastrosa para os destinos a

[257] A autora em artigo analisa sobre a influência do naturalismo diante das políticas de gestão urbana no século XIX. Para mais ver em: LAERA, Alejandra. Sin "Olor A Pueblo": La Polémica Sobre El Naturalismo En La Literatura Argentina. Iberoamericana. Vol. LXVI, Núm. 190, Enero-Marzo 2000 139-146.

[258] Eugenio Cambaceres. Carta a Miguel Cané, 24 de dezembro de 1883.

[259] LUGONES, Benigno Carta literaria; La Nación, Buenos Aires, 16 noviembre de 1879. Argentina, Hemeroteca, Bibilioteca Nacional Mariano Moreno.

que legitimamente podem e devem aspirar na República Argentina" (ARGERICH, 1884). A família de imigrantes retratada na obra reflete a degenerada composição patológica e moral destacando o que Argerich deplora:

> Era uma de tantas casas em que são alugados estas estercadas para que se remexa a podridão que fatalmente guardam no seio das grandes cidades. O vício hipócrita contido na rua por temor a repressão da lei e a opinião pública, sucedem ali satisfazer seus toscos apetites. Os libertinos conhecem estas pocilgas imundas e sabem o preço que se cobra em cada uma delas. Penetran con desenfado, pero prontamente, y luego llaman golpeando las manos. Entonces acude un hombre o una mujer, con más generalidad una de éstas –tratan el cuarto, le pagan adelantado, y ya después a la salida, nadie los incomoda ni ve. [...] Es un vaivén continuo en que se repite siempre la misma escena con sólo el cambio de actores [...]"[260]

Na mesma tendência destes intelectuais argentinos, encontra-se a obra icônica do gênero naturalista brasileiro *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Neste romance Azevedo pontua sua perspectiva negativa sob o novo panorama social que se desenvolve no Rio de Janeiro na última década do século XIX; a expansão das habitações da massa trabalhadora ocupadas por ex-escravizados e imigrantes, principalmente portugueses. Se para escritores argentinos deste período a vinda de estrangeiros foi algo preocupante, no caso brasileiro a ocupação da cidade por negros e lusitanos traria uma característica nociva ao organismo urbano. Tem-se aqui um conjunto de obras que diagnosticavam dois elementos prejudiciais para o desenvolvimento da cidadania e do espaço público: em relação a cidadania, no caso argentino a população composta por imigrantes italianos (principalmente oriundos de suas regiões meridionais) e no Brasil por ex-escravizados e imigrantes portugueses que estariam distante da composição da qual estes intelectuais e parte da elite política compreendiam como *povo civilizado*. No que se refere ao espaço público tem-se a preocupação com as expansões das habitações populares, cortiços ou *conventillos* que não representavam apenas um foco de insalubridade, mas um antro de imoralidade que propagava como infecções bacteriológicas no corpo. Nas palavras de Azevedo, o cortiço ocupado por negros e portugueses multiplicava-se na capital carioca assim como larvas se reproduzem no esterco:

---

[260] ARGERICH, Antonio. Inocentes o Culpables,1884. Edición digital basada en la edición de Buenos Aires, Imprenta de "El Courrier de la Plata", 1884. Disponível em: http://data.cervantesvirtual.com/person/2835. Acesso em 23 agosto de 2020.

> E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco.[261]

Em Buenos Aires, Eugenio Cambaceres publica a obra *En la sangre*, de 1887, sua proposta conceitual de "invasão" para representar a ocupação do espaço público portenho por imigrantes. Por condenar a imigração em seu país – principalmente a italiana – recebeu críticas de alguns jornais da época. Entretanto seu livro tem como cenário elementos que consensualmente eram reprovados, como a situação insalubre dos *conventillos,* as casas de jogo e a libertinagem, que muitas vezes eram associados aos imigrantes. Assim, *En la sangre*, o romance de Cambaceres marginaliza o imigrante uma vez que o autor, integrante de uma elite portenha, identificava este como um individuo inferior. A inferiorização, como já fora destacado, não era apenas moral, mas física, como é possível observar no seguinte trecho:

> Com uma cabeça grande, traços achatados, nariz adunco, lábio inferior saliente, na expressão perversa de seus olhos pequenos e fundos, uma rapacidade de abutre era aparente. Ele usava um terno de veludo cotelê cinza surrado, um chapéu redondo de aba larga e um anel de ouro na orelha; as solas duplamente cravejadas dos sapatos marcavam o ritmo de sua caminhada pesada e laboriosa nas pedras irregulares da rua. De vez em quando, vagarosamente vagava o olhar ao redor, batia - só uma - na aldrava e, curvado sob o peso da carga sobre os ombros: 'tachero' ... gritava com voz gutural, 'componi calderi, tachi, senhora?'. Por um momento, esticando o pescoço, ele olhou para o corredor. Então ele continuou seu caminho entre os ruídos de latão e ferro velho. Houve em seu passo uma renúncia de boi. Costumava aparecer algum mulato desalinhado, desgrenhado; Ele brincou com ele, ele pechinchava, ele persistia, 'ele alegava', ele acabou se ajustando a ele.[262]

Como fora destacado acima o problema identificado por estes escritores se tratava de uma simbiose negativa entre o povo real e o espaço público do qual estes ocupavam. Entretanto, não é necessário aprofundar nas análises destas obras, principalmente as naturalistas, para perceber que para eles o agente que contamina o espaço público é essa população rústica, imoral e viciosa. A crônica abaixo, de autoria de Olavo Bilac, serve para traduzir como a configuração física do lugar se imbrica com uma população, sintetizando os miasmas que perpetuam no espaço:

---

[261] AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço. Disponivel em : http://objdigital.bn.br/acervo_digital/livros_eletronicos/cortico.pdf Acesso em 22 agosto de 2020.
[262] CAMBACERES, Eugenio En la sangre, 1887. Disponível em: http://data.cervantesvirtual.com/person/620 Acesso em 23 agosto de 2020.

> Quem escreve estas linhas tem ultimamente, no cumprimento de um dever profissional, percorrido o mais pobre, o mais triste, o mais sujo bairro do Rio de Janeiro, – a zona que abrange a Saúde, a Gamboa, a Praia Formosa, entre a orla do mar e os morros da Conceição, do Pinto, da Providência. Nessa região cheia de trapiches, de estaleiros, de depósitos de madeira e carvão, de estalagens e de tavernas suspeitas, formiga uma população macilenta e triste. As ruas não são varridas, há becos e ladeiras, em que, mesmo depois de toda uma semana de sol, ainda a lama negra poreja umidade e miasmas.[263]

No seguinte trecho de João do Rio, publicado em uma coluna do jornal *Gazeta de Notícias*, se condena os barracões que espalham nos morros que, de acordo com ele, sitiam o Rio de Janeiro. Apesar de não conter a essência do naturalismo, nem por isso está ausente em suas palavras, o método de detectar como as ocupações nas periferias cariocas atuam como bacilos que propagam o espaço público central da cidade. Ao analisar tais discursos e conjugá-los com demais discursos científicos de períodos anteriores, é possível notar o peso destes para a legitimação das obras que se referiam a questão sanitária e a higienização social. A imoralidade, insalubridade e incultura era a tríade que se buscava exorcizar do espaço público. A obsessão por estes três aspectos era intensa e muitas vezes no senso comum não havia uma dissociação, da qual uma era efeito colateral da outra:

> E é interessante (para não dizer revoltante) que só nos mostremos impressionados pelos aspectos da nossa vida essencialmente urbana, e preocupados com o saneamento do centro da cidade, quando o grande mal, o mal terrível, o mal hediondo está nessas furnas, nessas bibocas, nessas betesgas imundas da nossa white-chapel – onde ninguém sabe ler, e onde ninguém toma banho.[264]

Por outro aspecto, alguns destes intelectuais nem sempre julgavam ou condenavam as condições às quais se encontrava a classe trabalhadora urbana. Em uma crônica na Revista *O Comentário* Olavo Bilac reflete sobre como as demolições realizadas na área central do Rio de Janeiro provocaram uma onda de desapropriações. A crítica, entretanto, tem seu direcionamento aos especuladores imobiliários, que aproveitavam da situação precária e desesperadora de inquilinos que moravam nas áreas afetadas pelas obras. À medida que a área se valorizava muitos destes aumentavam os valores dos aluguéis, produzindo uma evacuação em massa das classes pobres.

[263] BILAC, Olavo Crônica. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 23 de junho de 1901, p. 1 Brasil, Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional.
[264] RIO, João. Sem título, coluna "A cidade" Gazeta de Notícias, 19.novembro de 1903, p. 2. Brasil, Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional.

Compreende-se que não foram apenas as demolições que evacuavam os habitantes do centro, mas também os aluguéis do mercado imobiliário:

> Não há quem ignore que, com as demolições e reconstruções que o aformoseamento da cidade exigiu, houve no Rio uma verdadeira crise de habitação. O número de casas habitáveis diminuiu em geral, por que a reconstrução é morosa. Além disso, diminuiu especialmente, e de modo notável, o número de casas modestas, destinadas a moradia da gente pobre – por que substituindo as ruas estreitas e humildes em que havia prédios pequenos e baratos, rasgaram-se ruas largas e suntuosas em que se edificaram palacetes elegantes e caros. E que fizeram os proprietários dos casebres e dos cochicholos que as picaretas demolidoras pouparam? Viram na agonia da gente pobre uma boa fonte de renda, e aumentaram o preço dos seus prédios. É a crise completa e terrível: há poucas casas para os humildes, e essas mesmas poucas casas alugam-se por um preço que não é acessível ao que possuem os poucos favorecidos da fortuna, os que apenas podem ganhar ordenado exíguo ou minguado salário.[265]

A preocupação com a classe trabalhadora também fora muitas vezes enfatizada pelos positivistas. Entretanto, esses acreditavam que o organismo social só seria eficiente e alcançaria o progresso se todos os agentes estivessem realizando suas funções especificas. Se os órgãos ou membros estiverem comprometidos, o organismo não pode trabalhar de forma adequada. Por isso era tão necessário e importante aos positivistas que o operariado tivesse direitos que lhe possibilitassem uma vida digna. Em um artigo que discute a incorporação do proletário na sociedade moderna, Teixeira Mendes inicia uma reflexão sobre a cidadania no Brasil no primeiro ano da Republica:

> Cidadão, a sorte da república brasileira está intimamente ligada a sorte de todos os outros povos e neste momento as nações da América e da Europa tem os olhos postos em nós. O nosso exemplo há de fatalmente reagir sobre todas elas; e, portanto, o encaminhamento da questão social em nossa pátria assinalará ao Mundo a senda que convém trilhar para a solução definitiva desse momentoso problema, em toda a Terra. Por outro lado, a sorte da República brasileira depende da elevação do caráter nacional da formação de verdadeiros cidadãos. Seria inútil demonstrar aos fundadores da República em nossa Pátria que quase tudo está ainda por fazer em tal sentido. Já apenas mais de um ano e meio uma grande massa de nossos concidadãos gemia na escravidão. Pois bem a elevação do caráter brasileiro consiste essencialmente na elevação do proletariado, por que ele constitui a quase totalidade da nação. É ele que forma propriamente o povo, é dele que saem e é para ele que revertem todas as outras classes sociais. Como, pois, conceber a regeneração da nossa Pátria mantendo a Família Proletária no grau de abatimento em que até hoje ela se acha em todo o mundo?[266]

---

[265] BILAC, Olavo. Revista O Commentario. N. 5 2ª série. Setembro de 1904. Brasil, Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional.

[266] MENDES, Teixeira. Incorporação do Proletariado na Sociedade Moderna, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, página 5 e 6. 25 de dezembro de 1889. Brasil, Biblioteca do Museu da Republica.

Ou seja, o que se pode compreender do texto de Teixeira Mendes é que enquanto alguns grupos da sociedade viam as classes trabalhadoras como algo a se tratar com cautela, os membros do Apostolado Positivista acreditavam em seu valor social. No capítulo anterior foi possível identificar como alguns letrados e jornalistas do período apoiavam e até mesmo incentivavam as políticas e leis de restrição aos mendigos no espaço público, posição que não era condizente com os positivistas brasileiros. Em um artigo escrito em conjunto por Teixeira Mendes e Miguel Lemos, verifica-se como condenaram não apenas o governo pela legislação que reprimia os mendigos mas julgavam a burguesia, que em ato de oportunismo, incentivava tais medidas de exclusão do espaço, ao expulsar os pedintes e enviá-los para asilos. No mesmo texto, Lemos e Mendes conclamam que a opinião pública assim como os intelectuais deveriam se sensibilizar para a causa desta população carente. :

> (...) os intuitos que movem a burguesia são óbvios para quem vai ao fundo das coisas o que ela quer é libertar do espetáculo desagradável da miséria alheira afastar as importunações dos pobres e desobrigar-se, ao mesmo tempo, por meio de asilos e outros estabelecimentos chamados pios, dos deveres que a opinião pública nunca cessou de exigir dos ricos em relação a pobreza e que o movimento intelectual vai tornando cada vez mais urgente. Ninguém tem o direito seja governo ou particular de proibir que um homem apele para o altruísmo e seu semelhante mais favorecido, de viva voz na rua, como e quando quiser um uma vez que não empregue nenhum gênero de violência.[267]

Outro elemento que motivou a produção intelectual deste período foi o otimismo. À medida que se materializava, parte da população se admirava com novas avenidas, edifícios e toda a estética monumental que este conjunto de empreendimentos imprimia no espaço público. Icônico neste processo foi Olavo Bilac, que desde o início do século XX trazia à memória os feitos bem-sucedidos de Buenos Aires e clamava por reformulações da mesma natureza no Rio de Janeiro. Já nos primeiros anos de obras traçadas, Bilac não continha suas expectativas. Nesta crônica escrita na *Gazeta de Noticias* seu otimismo se apresenta de forma nítida ao descrever as melhorias realizadas em vários pontos da cidade:

> Quem viu o Rio, há três anos, maltratado e sujo, com os seus taciturnos jardins murados e sem flores, com as suas tristes vielas povoadas de cachorros vagabundos, e quem agora o vê, com as novas avenidas em via de

[267] LEMOS, Miguel; MENDES, Teixeira. A liberdade espiritual e a organização do trabalho, 1902, p.36 Apostolado positivista do Brasil. Brasil, Biblioteca do Museu da Republica.

> edificação, com os jardins viçando, abertos e floridos, com as ruas alargadas e enchendo-se de edificações elegantes, com a variedade de novos tipos de calçamento adotados, – reconhece sem dificuldade que, neste curto espaço de tempo, muito mais se fez aqui, do que em S. Paulo num espaço de tempo três ou quatro vezes maior. Os olhos humanos não têm memória vivaz. Os nossos olhos já se não lembram do que eram a Prainha, a rua Treze de Maio, a rua do Sacramento, a praia de Botafogo, – e principalmente do que era a praça da Glória, com aquele hediondo mercado, agonia dos meus dias, pesadelo das minhas noites, tortura e tormento da minha vida! Daqui a pouco tempo, dentro de dois anos, quando a Avenida Central e a Avenida Beira-Mar estiverem concluídas, quando o Rio de Janeiro se encher de carruagens e de automóveis; quando começarmos a possuir a vida civilizada e elegante que Buenos Aires já há tantos anos possui, também nessa época já nos não lembraremos do era a nossa vida tediosa e vazia.[268]

No ano de 1903, João do Rio apresentava em uma crônica a preocupação a respeito das ocupações que se expandiam pelo Rio de Janeiro e que a impotência da sociedade diante tal fato lhe causava revolta. Alguns anos posteriores, cerca de três anos, o cronista apresentava um fascínio pelas reformas empreendidas por Pereira Passos, como a Avenida Beira Mar que ligava o centro da cidade ao bairro de Botafogo. Se em um primeiro momento era lamento sobre as redondezas do centro, após as reformulações urbanas sua perspectiva já seria oposta:

> A praia de Botafogo apresenta um aspecto maravilhoso. A grande e esplendorosa avenida cintila de toilettes raras, de joias coruscantes e de belezas admiráveis. Passam, sem cessar, automóveis caros, carros de luxo numa fila interminável. Sob o sol de inverno, o mar achamalota-se [269]

No seguinte trecho da obra *Tipos y Costumbres Bonaerenses*, de autoria de Aníbal Latino, pseudônimo do italiano José Cepi, a vida moderna é narrada com entusiasmo. Em seu livro, ao autor descreve os costumes e cotidiano da sociedade da província de Buenos Aires e da capital da República. O movimento nas ruas, a quantidade de pessoas, escolas, comércios, fabricas e jornais formam uma paisagem urbana inspiradora para o cronista ítalo-argentino:

> Amanhece. A grande capital argentina acorda cedo. Assim que amanhece, uma atividade extraordinária invade as ruas e praças. Dezenas de carros da empresa de bondes, milhares de carros de aluguel e uma enxurrada de carros de transporte e em movimento começam a rolar ruidosamente nas pedras do calçamento das ruas, acordando os dorminhocos. Nos bairros extremos, onde o número de fábricas que se instalam aumenta a cada dia, filas de operários

[268] BILAC, Olavo. Crônica. In: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 15 de janeiro de 1903, p. 2.
[269]Rio, Joao do. Cinematographo. Gazeta de Notícias, 18 de agosto de 1907

> desfilam; no centro, grupos de crianças vão para a escola com a alegria da inocência estampada em seus rostos, ou grupos de alunos vão para as escolas com a tranquilidade severa que uma missão cumprida infunde na alma. Há empregados modestos de uma casa de comércio ou escritórios privados (os públicos só abrem às onze ou doze); artesãos, diaristas, peões, criados e, acima de tudo, e isso certamente chama a atenção, inúmeros leiteiros a cavalo.[270]

O que as fontes analisadas acima corroboraram é que as produções intelectuais foram um reflexo dos processos de modernização urbana. Suas obras não se configuraram apenas como representação do contexto em que viviam, mas também plasmaram seu grau de participação nos discursos que corporificavam a opinião pública. Seus textos, sejam estes divulgados em várias formas de veículos, faziam parte de um ativismo político que subsidiado pela expertise dos processos técnicos e científicos era uma importante ferramenta de legitimação.

4.3 – O saber cientifico e a organização social

Nesta parte do trabalho, será confrontado o discurso técnico-científico a fim de identificar sua influência na política de saneamento, execução de obras, criação ordenanças e posturas urbanas durante o período em que a reformulação foram realizadas nas capitais estudadas. No período em que áreas como engenharia e medicina ganharam maior prestígio e valorização social à medida que estas se harmonizavam com a difusão das tendências positivista, os clubes e associações de cientistas e técnicos, por meio de suas veículos, expressaram suas análises acerca de vários aspectos que estavam por ser executados durante as reformas.

Era o intuito deste grupo de científicos legitimar e difundir a importância prática de seus conhecimentos específicos na sociedade. Em um contexto do qual a religiosidade e tradição eram recorrentes nas práticas da sociedade, fazia importante buscar formas de propagar os saberes científicos assim como suas realizações materiais que indicariam o desenvolvimento e progresso. Este objetivo começou a se consolidar e ganhar maiores proporções à medida que se fundavam os clubes politécnicos como os de engenharia. Em janeiro de 1876, na primeira edição do *Anales de la Sociedad Científica Argentina* seus editores enfatizam que este tipo de periódico era necessário

---

[270] LATINO, Anibal (José Cepi). **Tipos y costumbres bonaerenses**, 1885.Disponivel em: https://buenosaireshistoria.org/juntas/anibal-latino-cronista-de-buenos-aires/

para a sociedade uma vez que gêneros literários que tinham uma maior circulação enquanto veículos voltados para o conhecimento científico eram pouco propagados:

> Para o público: a fundação de um jornal científico em um país cuja leitura comum é feita de jornal político e romance, e cujo sentimento científico não está suficientemente desenvolvido, nos teria impedido como um empreendimento prematuro, senão ousado, se considerações de outra espécie não nos tivesse resolvidas. A República Argentina, com seu Observatório Astronômico, seus Gabinetes de Meteorologia, sua Academia de Ciências, suas Universidades e seu Museu de Buenos Aires, com sua flora e fauna ainda desconhecidas, é obrigada a trazer ao mundo científico o contingente de luzes que só ela pode providenciar enquanto o comercial reivindique o resultado do estudo de seus grandes rios navegáveis, o benefício de suas minas inexploradas, suas florestas e pedreiras e quantos tesouros contém seu solo privilegiado e desconhecido.[271]

Uma das formas de atrair a atenção do público leigo seria por meio espetacularização da ciência. As exposições internacionais, dos quais as grandes invenções seriam apresentadas, serviam, portanto, para exibir os avanços tecnológicos ao mesmo tempo em que itens industrializados eram ofertados para o consumo das grandes massas. Walter Benjamin identificou estas exposições como "locais de peregrinação do fetiche"[272] uma vez que as classes trabalhadoras se alienavam sob a satisfação de poder consumir. Desta forma, se transformaram em um potente evento de promoção do capitalismo ao mesmo tempo que as cidades que os sediavam se inseriam dentro do ranque das capitais do mundo civilizado. Neste caso a revista *Eco de La Exposicion*, ao promover as exposições industriais que ocorriam em Buenos Aires, enfatizavam que a Argentina, por abrigar eventos que promoviam e abrigavam as inovações da sociedade industrial, era em potencial polo de civilização: "O que acabamos de dizer em respeito a América do Sul, não devemos nos esquecer tratando-se de nosso frutífero solo pois a República Argentina ocupa já uma colocação elevada como país produtor e país civilizado".[273] Os editores da revista valorizavam a Europa como continente de promoção e ensinamento dos saberes da sociedade industrial e a superioridade do conhecimento técnico sobre as correntes políticas que apenas traziam disputas e prejudicavam as nações:

---

[271] Anales de la Sociedad Cientifica Argentina. Buenos Aires, enero de 1876, tomo 1. Disponivel em: https://www.biodiversitylibrary.org/page/48972844

[272] Para mais ver em: BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2006.

[273] El Eco de la Exposición: revista bi-mensual industrial, agrícola, artística y científica. Buenos Aires : 25 mayo de 1882. Argentina: Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

> A afluência dos industriais europeus em nossa exposição não cabe dúvida será um nobre ensinamento para os argentinos que se encontrem ao trabalho de mil diversos ramos da indústria abandonando o campo obscuro de nossa política emaranhada que só faz vítimas e países desgraçados.[274]

Os congressos técnicos também se consolidaram como formas de legitimação das profissões desta natureza. À medida que a sociedade se industrializava, este tipo de ofício especializado ganhava maior valor e, portanto, mais espaço de atuação e decisão nos rumos da sociedade. Estas reuniões, portanto, tinham o propósito de se discutir quais os empreendimentos a serem executados em seus países. Na *Revista do Clube de Engenharia do Brasil*, o Primeiro Congresso Nacional de Engenheiros tinha como proposta definir e pontuar quais seriam os pontos centrais para direcionarem o país ao rumo do progresso material:

> O Congresso de Engenharia e Indústria que sob os auspícios do Clube de Engenharia deverá reunir-se na Capital Federal de maio a setembro de 1900 em comemoração do 4 centenário de descobrimento do Brasil terá por objeto exclusivo discutir e deliberar sobre as principais questões financeiras e administrativas que mais de perto e diretamente possam interessar o desenvolvimento material do Brasil[275]

Neste sentido, os saberes de caráter técnico ganhavam cada vez mais espaço na configuração da cidade. A engenharia, como área da construção de equipamentos, e a medicina, como higienizadora do corpo urbano, foram ofícios nevrálgicos nesta empreitada e buscou legitimar o rigor técnico destas modernizações.

4.3.1 - Higiene, estética e saneamento do corpo urbano

A "ideologia da higiene", termo abordado por Sidney Chalhoub,[276] foi o grande mote das elites políticas, técnicos e, como foi visto na primeira parte deste capitulo, pelos intelectuais. A higiene não apenas como profilaxia, mas também como reflexo de moral e diligência, no último quarto do século XIX e no princípio do XX, seria um dos aspectos essenciais para qualquer sociedade que almejava consolidar-se dentro do mundo civilizado.

---

[274] El Eco de la Exposición : revista bi-mensual industrial, agrícola, artística y científica. Buenos Aires : 25 mayo de 1882. Argentina: Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

[275] Revista do Club de Engenharia, nº 1, 1900 Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 1.

[276] Para mais ver em: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

No caso argentino, por exemplo, enquanto que até 1860 o grande projeto civilizador seria eliminar o selvagem e erradicar as áreas de barbárie, já em 1870, sob o lema de ordem e progresso, a urbanização tomaria nova etapa. Civilizar agora seria o embelezamento, saneamento e salubridade. Neste aspecto que o discurso médico ganha forçaa no papel de condutor dos empreendimentos estatais. Apesar da ideologia liberal vigente, os higienistas desenvolveram com sucesso uma agenda que confiou ao Estado as iniciativas mais básicas de reforma higiênica (GALEANO, 2007, p. 139) A inspeção higiênica da vida nas cidades funcionava de forma policial, no intuito de resguardar os bons costumes e o planejamento urbano.

Apesar do peso que o discurso médico imprimia nas políticas e obras de saneamento e embelezamento do espaço público, outras áreas e profissões também eram necessárias e empregadas em tais procedimentos. Em Buenos Aires, assim como no Rio de Janeiro, os engenheiros integravam este grupo de profissionais qualificados que possuíam a legitimidade de solucionar os problemas urbanos. Desta forma que os departamentos de obras vinculados ao executivos municipais atuavam como verdadeiros anticorpos contra os males que atuavam no organismo urbano. Juan Antonio Buschiazzo, engenheiro chefe do Departamento de Obras Públicas da Municipalidade de Buenos Aires, em um trecho de seu relatório apresentado ao Conselho Deliberante, justifica as necessidades das expropriações de edifícios urbanos por meio da máxima que a higienização abarcava no período: salubridade, civismo e cultura. Para o técnico as expropriações de edifícios condenados seria uma contribuição ao espaço público, pois garantiria a salubridade e o bem-estar da comunidade:

> As expropriações urbanas se fazem em França por meio de um júri da mesma vizinhança em que se trata de introduzir melhoras de salubridade ou comodidade o que prova a importância que se da a higiene publica dos povos cultos e o pouco que vale o egoísmo, a ganância ou o capricho individual diante o bem comum.[277]

As obras de engenharia atuavam, portanto, como um componente dentro dos amplos projetos de melhoria sanitária. Junto à medicina, fazia parte de um aparato voltado para a higiene pública e, além das melhorias na saúde pública e na salubridade, atuava na valorização imobiliária nas cidades. No mesmo relatório enviado a

[277] Memorias Municipales de la Intendencia de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondiente a 1884, Imprenta M Biedma, 1885. Argentina, Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, p. 186.

Municipalidade, Buschiazzo chama atenção para o emprego deste tipo de empreendimento:

> (...) aos gastos que isto demande [obras] não se pode aplicar o qualificativo de luxo senão de higiene pública e todas as cidades digo na Europa das Américas possuem grandes centros desta classe que servem de alivio a população tanto mais hoje que pelo preço da terra vai se apertando as habitações no lar. Os trabalhos desta classe têm sempre as aprovações da vizinhança e muitas vezes continuem para sua realização pois melhoram a sua salubridade e acrescenta, valor a propriedade.[278]

No caso do Clube Engenharia do Brasil, só engenheiros também reivindicavam a pertinência de sua contribuição para a modernização do espaço público. Às vésperas do início das obras chefiadas por Pereira Passos, seus membros assumiram a responsabilidade pelo planejamento e condução das obras de saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro, como é possível identificar neste discurso do engenheiro Paulo de Frontin: Parece-me que o momento é por isso o mais adequado para o Congresso de Engenharia e Indústria se pronunciar sobre grande número de questões que afetam o saneamento e embelezamento da Capital Federal.[279]

Em várias ocasiões a higiene surgia como um conceito amplo, tão necessário quanto a civilização. Nesse sentido, ao percebê-la como um sinal de progresso, os engenheiros imbuídos pelas tendências positivistas, se autolegitimavam como os peritos na condução da anatomia urbana. De acordo com o discurso do engenheiro Francisco Liberalli as ruas, canalizações e demais equipamentos urbanos faziam parte da cidade como os membros pertencem ao corpo humano; a intervenção benéfica seria no intuito de estimular sua saúde:

> Senhor Presidente, no obscuro trabalho que escrevi para este Congresso, eu, comparando a disposição topográfica de uma cidade e as canalizações da circulação e para saneamento a topografia do corpo humano e localização dos seus aparelhos, disse como proposição minha, que a rua é a artéria pela qual se palpa a saúde física e mental de um povo que goza de higiene e civilização.[280]

---

[278] Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1884, Tomo II, Imprenta M Biedma, 1884. Argentina, Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires TOMO II p. 200.

[279] Discurso do engenheiro Paulo de Frontin. Revista do Clube de Engenharia. Fevereiro de 1901. Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 139.

[280] Discurso do engenheiro Frederico Liberalli. Revista do Clube de Engenharia. Fevereiro de 1901. Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. p. 175

No seguinte trecho, pronunciado por Liberalli no Clube de Engenharia do Brasil, a má configuração das ruas influenciam seus habitantes. Uma cidade planejada, com ruas retilíneas, traçados regulares e vias mais amplas permitiam ambientes mais iluminados e arejados. Este tipo de ambiente, para o engenheiro, causava melhoras no estado físico, mas também na moral dos indivíduos:

> Acostumados desde a infância com as ruas estreitas, escuras e tortuosas do Rio de Janeiro, o carioca é um defeituoso, não enxerga bem e caminha mal; coloque-o em uma rua movimentada de Berlim em que há o hábito das direções certas de subida e descida no passeio das ruas e ele esbarrará a cada passo, acotovelando os transeuntes. E como todos os efeitos têm a sua causa primordial, eu ainda repito: a influência da linha reta no moral e no físico do homem, não é uma ficção; a reta não é só o caminho por onde a luz se propaga e difunde para chegar aos nossos olhos, é também o caminho por onde a luz chega ao nosso espírito; e a prova é, que a linha reta do dever é um fato moral[281]

Retomando Buenos Aires, verifica-se que o saber médico foi o fio condutor das políticas urbanas. Os médicos e sanitaristas ocupavam vários órgãos da municipalidade e, portanto, possuíam uma grande influência na gestão da cidade, uma vez que a principal preocupação seria a contenção de epidemias. Tal era esta nova condição da medicina sanitarista, que José María Ramos Mejía definia a sua relevância para saúde do corpo social:

> A higiene pública encapsula em si tudo o que tende a preservar a saúde: inclui, portanto, medidas preventivas, aquelas que poderiam prevenir as doenças, bem como medidas curativas que têm potencial para desaparecer. É considerado um grupo de ciência, apoiando uma parte na medicina e nas disposições administrativas inspiradas na experiência. [282]

Sendo assim, o uso da medicina se tornou condicionante nas intervenções do espaço público, seja na área de moradias, obras públicas, saneamento e até moral e ordem pública. No documento abaixo, José Ramos Mejía, na condição de Secretário de Saúde, redige um relatório a respeito de como os *conventillos* de Buenos Aires deveriam estar submetidos a vacinação obrigatória:

> Quando tive a honra de presidir a comissão municipal anterior, preocupado com a ideia de encontrar meios de combater eficazmente a varíola, consultei o

[281] LIBERALLI, Frederico, Revista do Clube de Engenharia. Fevereiro de 1901. Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, p. 175.
[282] MEJIA, Jose Maria Ramos. **Memória de la Intendencia municipal de la ciudade de Buenos Aires**, 1885, p. 119-21. Argentina, Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires

> tema com o eminente higienista Guillermo Rawson que acabava de chegar ao país depois de recorrer os mais adiantados do outro hemisfério e sua opinião foi como o Sr, presidente lhe consta que nada era mais indicado que a vacinação ou revacinação a domicilio. Cada vez que ocorre um caso de varíola nos conventillos ou casas particulares se ordena a vacinação ou revacinação das pessoas que habitam pelo departamento correspondente e em quase toda totalidade destes uma ou outra operação é resistida pelos mesmos(...) Daí resulta a necessidade da vacinação obrigatória a que faço referência da qual me permito insistir.[283]

O esforço de médicos e sanitaristas como Ramos Mejia, Eduardo Wilde e Emilio Coni fizeram com que, em 1886, fosse aprovado pelo Conselho de Buenos a vacinação obrigatória (FIGURA 51), apesar da resistência de diversos setores. Sua aprovação representou os reflexos do processo de modernização e urbanização acelerada, e o peso de higienistas e sanitaristas no palco político.



FIGURA 51 - Caras y Caretas, Campanha de Vacinacao Publica em um Conventillo de Bue nos Aires, final do Seculo XIX.

Desde o início da década de 1870, Eduardo Wilde, que viria a ser o futuro Ministro de Justiça, Culto e Instrução do governo Roca (FIGURA 52), propunha a intensificação de políticas voltadas para a prevenção de epidemias. Para ele a concepção de que a cidade seria um corpo social e portanto funcionava como um organismo, demonstrava sua influência positivista na sua formação acadêmica. Formado em

[283] Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1883., Imprenta M Biedma, 1884. Argentina, Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, p. 198.

medicina, advertia que a preocupação com enfermos deveria ser um ato de dedicação ao bem comum. Descrevia que indivíduo que adoece em uma cidade prejudica não apenas a si mesmo e sua família, mas também a toda a população.

O ato de promover políticas voltadas para a higienização e salubridade das áreas ocupadas pelas classes populares seria uma prevenção e zelo também para os bairros das elites. Por um lado, Wilde propõe que o espaço público é um ambiente simbiótico do qual a vida comunitária deve ser zelada principalmente pela elite, atuando como tutora das classes mais pobres na manutenção e higienizacao urbana. Apesar de sua preocupação com a salubridade urbana, a vida comunitária e o bem comum, o ministro deixa entender que estas elites por serem provedores de maiores conhecimentos deveriam liderar as ações sob o espaço público:

> Assim os bairros centrais, aristocráticos, ricos, luxuosos e bem cuidados das cidades não serão saudáveis, se a higiene prudente não for observada nos arredores e se o capital não intervir para formar jardins, limpar vias públicas, quartos arrumados, embora pequeno e barato. Por egoísmo, os ricos das cidades devem cuidar do modo de vida dos pobres, pois a salubridade de uma cidade é resultado de muitos fatores e não produto de uma ação individual ou coletiva aplicada a um único setor, a um rua, para um bairro [284]



FIGURA 52- O presidente Roca junto a seus ministros e deputados. Julio Roca é o segundo da esquerda para direita e o ministro Eduardo Wilde é o sexto na mesma posição. Argentina, Arquivo General de La Nacion, Departamento Fotográfico

Diante das considerações do ministro Wilde, identifica-se que o higienismo foi a essência das políticas urbanas que se focaram nos *conventillos* como antros de

[284] WILDE, Eduardo, (1885). Curso de Higiene Pública, Imprenta y Librería de Mayo, Buenos Aires, p. 266-269. Citado por RECALDE, Héctor (1988). **La higiene y el trabajo (1870 –1930)**. Argentina Centro Editor de América Latina, Biblioteca Política Argentina, tomo 2, Buenos Aires, p. 140 –141

pestilências. Neste aspecto, médicos higienistas como Guillermo Rawson publicaram estudos sobre estas habitações e enfatizava que deveriam ser encaradas como potencial ameaça para as regiões onde viviam classes abastadas da cidade. A justificativa seria que as classes populares por habitarem locais sem higiene e com alta taxa de contração de epidemias deveria ser constantemente policiadas:

> Desses chiqueiros fétidos, cujo ar nunca se renova e em cujo meio se cultivam os germes das mais terríveis doenças, essas emanações saem, são incorporadas à atmosfera circundante e talvez por ela conduzidas aos luxuosos palácios dos ricos. Um dia, um dos entes queridos da casa, um filho, que é um anjo que envolvemos com carinho e carícias, acorda ardendo de febre e sofrendo de uma doença grave aquele quadro de horror que contemplamos um momento na casa do pobre. Vamos pensar naquele acúmulo de centenas de pessoas, de todas as idades e condições, amontoadas no invólucro insalubre de seus quartos; Lembremos que ali se desenvolvem e reproduzem aos milhares, sob aquelas influências mortais, os germes eficazes para produzir infecções, e que este ar envenenado escapa lentamente com sua carga de morte, espalha-se pelas ruas, penetra sem ser visto no casas, mesmo nas mais bem arranjadas; E que aquele filho amado, em meio à sua alegria infantil e mesmo sob as carícias de seus pais, talvez tenha respirado uma pequena porção daquele ar viajante que carrega o germe da morte por toda parte. Não basta ir com o esmolas para aliviar a miséria individualmente; não basta construir hospitais e asilos para os pobres e mendigos; não basta ir com os milhões para compensar esses infortúnios acidentais nessa classe deprimida da sociedade. É preciso ir mais longe; É preciso buscar os pobres em suas acomodações e melhorar as condições de higiene de seu lar, elevando assim seu vigor físico e moral, sem deprimir seu caráter e o de sua família, humilhando-se com esmolas.[285]

No Rio de Janeiro as preocupações a respeito das epidemias são replicadas. Assim como em Buenos Aires a doença, a insalubridade e a pobreza seriam o contrário do civilizado e, conformando assim características imorais e ilegais. Como analisou Myriam Bahia Lopes, as epidemias portanto transcendiam o discurso médico, e alcançando também as discussões sobre a imoralidade. Desta forma que os cortiços seriam os principais alvos do poder público por se tornarem o foco que irradia todos estes males para a cidade. O médico Oliveira Bulhões, durante uma palestra no Clube de Engenharia, fez as seguintes alegações:

> O primeiro passo a dar no saneamento da cidade é o saneamento da habitação. E pergunta: Não faltam leis e regulamentos para esse fim; por que não se cumprem? por que razão está a cidade continuando a ser infecionada por cortiços imundos? por que razão grandes casas no interior da cidade são

[285] Guillermo Rawson: Escritos y discursos, 1885 en RECALDE, Héctor (1988) op. cit. , Págs. 143 –144 Ver asimismo la cita en PAEZ, Jorge (1970) El conventillo, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, Pág. 15

> subdivididas em cubículos indecentes para acomodar centenas de indivíduos de uma promiscuidade indecente e imoral? [286]

Em virtude disso, as elites políticas, preocupadas como as condições insalubres das classes populares poderiam afetá-las, assumiram a intervenção e tutela do espaço público e da população urbana, apesar da fortes influências do liberalismo clássico. Em outras palavras a medida que existia uma forte tendência liberal de não intervencionismo, propagava-se, diante os problemas urbanos, a corrente positivista de atuar sobre o corpo social. Segundo Margareth da Silva Pereira "o intervencionismo estatal foi alimentado pela difusão dos postulados positivistas que ganharam seguidores a partir de 1860 principalmente entre engenheiros e médicos do Rio de Janeiro" (SILVA, 2010, p. 86).

Esta afirmação da autora serve também como referência para o caso de Buenos Aires, do qual se pode destacar que em ambas cidades um "certo autoritarismo político começou a coincidir com **certo ordenamento da vida urbana que foi traduzida em uma multiplicidade de projetos corretivos e políticas para a cidade.**"(SILVA, 2010, p. 86, **grifo nosso**). Os conhecimentos técnicos e a vasta cultura lhe conferiam a este setor uma autolegitimação para atuar diretamente no processo de controlar o espaço público assim como na configuração da cidadania. Ao encará-los como povo real se buscava transformá-los em povo civilizado.

Entretanto o debate sobre as formas de gestão das políticas urbanas não era restrito apenas aos que integravam o poder público. Em uma revista de assuntos médicos e sanitaristas, *Iskra Slavjanske Slobode*, a gestão municipal foi questionada pelo médico Grisogono Bertolazzi. Devido aos prévios surtos de febre amarela ocorridos na cidade, o editor desta revista critica o posicionamento de Alvear ao rejeitar as sugestões do Conselho Deliberante para a construção de uma casa de isolamento para pessoas doentes. O que se alega é que a escolha do local recebeu o aval da Comissão de Higiene e do Conselho, porém o intendente ainda demonstrava resistência:

> (...) um pouco de boa vontade teria bastado para converter de fato uma necessidade sentida tão imperiosamente – e Buenos Aires não haveria hoje presenciado o triste espetáculo de ver jogados abaixo de uma barraca a enfermos suspeitosos com tanto perigo a saúde pública e com tanta ofensa de todo princípio de humanidade. Publicarei o relatório da Comissão de Higiene

[286] Oliveira Bulhões, Revista do Clube de Engenharia, 1899. Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

> com o qual o leitor poderá se convencer: que a única coisa que faltava para efetuar a casa de isolamento era somente a boa vontade da Intendência.[287]

No Brasil as preocupações com a salubridade e higiene pública se intensificam durante o regime republicano à medida que aumenta a população urbana e se intensifica as ocupações nas áreas centrais das grandes cidades. No caso do Rio de Janeiro, o poder executivo federal e municipal assume esforços conjuntos no intuito de implementar obras de sanitarismo. Um regulamento sanitário urbano foi publicado em 1890 a fim de conter os focos de disseminação. No entanto o evento que causou uma grande mobilização assim como intensos debates nos ambientes médicos e sanitaristas foram as questões referentes aos surtos de febre amarela e varíola, que ocorreram no Rio de Janeiro durante as modernizações empreendidas por Pereira Passos.

As questões que concernem as epidemias de febre amarela e varíola ocorridas na capital da República no início do século XX já foram exaustivamente discutidas por vários acadêmicos dos quais ressaltamos os pertinentes trabalhos como os de Myriam Bahia Lopes[288] e de Sidney Chalhoub.[289] Desta forma a análise a ser realizada se limitará ao debate de saberes científicos a respeito da propagação de epidemias no espaço público carioca, durante o referente período.

Ao assumir o cargo na Diretoria-Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz tomou medidas para combater a febre amarela e a sua primeira ação foi adotar as medidas de profilaxia desenvolvidas em Cuba.[290] Como diretor criou um departamento específico para realizar formas de isolamento e eliminação do mosquito com uma equipe de profilaxia (FIGURA 53). Medidas extremas foram tomadas no objetivo de reduzir a propagação do mosquito pela cidade dando início a uma aguerrida resistência da imprensa e da população urbana, como já foi observado no capítulo anterior. Neste aspecto identifica-se que os debates técnicos muitas vezes se travaram em duas frentes: sobre as liberdades individuais, em detrimento das ações autoritárias empreendidas por Cruz, e na questão sobre métodos e tratamentos em

---

[287] SLOBODE, Iskra Slavjanske, 1 de Dezembro de 1883. Argentina, Biblioteca Nacional Mariano Moreno.

[288] LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em movimento*: quadros médicos e(m) história 1890-1920 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. 136 p. Available from Scielo Books. Acesso em 13 agosto de 2020.

[289] CHALHOUB, Sidney. *Op.cit,* 2017

[290] Para mais sobre a discussão sobre a sorologia e a vacina neste contexto ver em: CARRETA, Jorge Augusto. Oswaldo Cruz e a controvérsia da sorologia. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 677-700, Sept. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo

relação a doença. Somados à epidemia de febre amarela, ampliou-se o surto de varíola na cidade.

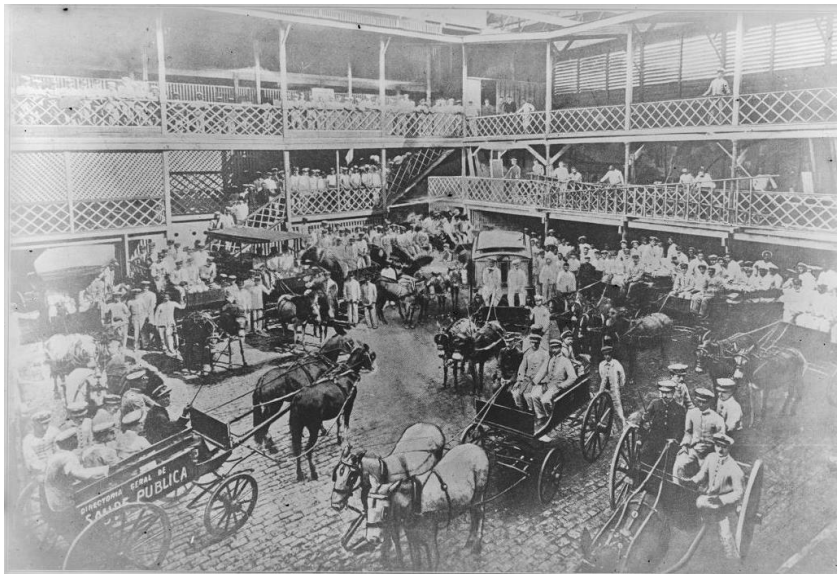


FIGURA 53- Brigada contra mosquito do Serviço de Profilaxia da febre amarela, 1905. Rio de Janeiro, Acervo Casa de Oswaldo Cruz

Após convencer políticos para que se aprovasse no Congresso a Vacina Obrigatória, iniciou-se uma turbulenta discussão entre vários setores da sociedade. Neste aspecto a vacina não é mais combatida devido suas propriedades cientificas, mas também no que diz respeito ao seu uso autoritário. Por exemplo, o senador Rui Barbosa, em um discurso, argumentou contra a obrigatoriedade da vacina:

> Neste assunto, é hoje, pois, convicção minha, só uma certeza existe: a de que o Estado comete uma violência, a de que o Estado exorbita das suas funções constitucionais, a de que o Estado perpetra um crime, assumindo o papel de árbitro nesta lide e ditando penalmente a sua leviana sentença.[291]

Rui Barbosa, diante sua aproximação do positivismo, demonstrou que mesmo tendo sido vacinado, não se convencia a respeito de tal medida. Questionava o abuso de sua obrigatoriedade a despeito da integridade individual, assim como a eficácia cientifica da vacina:

> "Duvidosa" pende ainda a verdade científica. Mas por isso mesmo, quanto à verdade jurídica não pode haver dúvida alguma; assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim lhe veda transpor-nos a epiderme. Uma, envolve a região moral do pensamento. A outra, a região

[291] BARBOSA, Rui. A Notícia, 11 e 12 de novembro de 1904. Brasil, Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional.

> fisiológica do organismo. Dessas duas regiões se forma o domínio impenetrável da nossa personalidade.[292]

Semelhante ao posicionamento de Rui Barbosa, Barbosa Lima tinha uma postura ainda mais radical. O deputado, em um caloroso discurso proferido na Câmara, atacou a vacinação obrigatória, atacando seus participantes que defendiam a votação da lei em discussão. Para tentar impedir ou pelo menos prorrogar a aprovação da lei, este apresentou mais de 30 emendas ao projeto original:

> Sr. Presidente, ainda uma vez volto à discussão do projeto que se debate. Compreenderia que se pudesse ter condescendência para com aqueles que o governo quer, ordena, impõe a aprovação de semelhante projeto. Mas queira ou não queira o governo, a responsabilidade absoluta é da Câmara. Quem vai decretar o despotismo é a Câmara, quem vai decretar a maior das abjeções para o povo, é a Câmara... a Câmara cumpra o seu dever se puder; se não puder, a Câmara que seja maldita.[293]

Os médicos positivistas também se posicionaram e fizeram várias objeções às "pesquisas e experimentações biológicas produzidas nos laboratórios", pois para estes as investigações bacteriológicas eram "responsáveis por alterar a rota natural dos seres vivos" (LOPES, 2000). Neste aspecto iniciaram uma discussão sobre a melhor forma de prevenção frente a contaminação do vírus. Ao concluírem que a vacinação não era eficiente para se imunizar contra o vírus, utilizaram de todo se conhecimento para questioná-la como é possível identificar na fala do médico Bagueira Leal:

> A profilaxia é uma terapêutica transcendente, pois o seu fim não é mais do que curar as moléstias por antecipação. Em que a vacinação pode combinar-se com essa subordinação, se ela não é o emprego ponderado de nenhum elemento que concorra normalmente para a nossa vida?[294]

Na concepção dos positivistas, as epidemias são sazonais, e seguem as leis da biologia. A vacina, portanto, seria uma interferência sobre as leis da natureza, sejam as leis cronológicas, e as leis que regiam os organismos. Este enfoque fundamenta o posicionamento político deste grupo ante a política de saúde pública oficial. Além destes aspectos havia o terceiro, que seria de ordem moral onde a liberdade é sucumbida pelo autoritarismo. Teixeira Mendes, ao condenar a vacinação obrigatória publica um contundente texto de mais de 70 páginas a obrigatoriedade da vacina:

---

[292] Ibidem.

[293] LIMA, Barbosa. Anais das Câmara dos Deputados, 1904. Brasil, Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional.

[294] LEAL, Bagueira, 1904 *apud* LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em movimento*: quadros médicos e(m) história 1890-1920 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

> Demonstramos que ainda que a eficácia da vacina como meio preventivo da varíola fosse indiscutível só um governo tirânico poderia decretar a vacinação obrigatória. O conjunto das publicações anteriores quer positivistas quer alheias ao Positivismo patenteia exuberantemente que a eficácia da vacina e mais que discutível. (...) Destruídas desta arte as objeções que no terreno cientifico foram opostas a prática da vacinação, ficaram em campo as de ordem moral. Nestas condições o povo não pode ter confiança nos teoristas que preconizam a vacinação obrigatória, E essa falta de confiança é corroborada moral e mentalmente. Mentalmente por que o povo contempla o escandalosos desacordo que reina a tal respeito são todos os aspectos nos médicos entre si e nos instruídos. [295]

O que torna esta publicação intrigante é que Mendes constrói um argumento essencialmente intelectual e metódico para por em xeque o valor absoluto dos princípios científicos da vacina. O primeiro ponto a ser questionado pelo filósofo é que não existe um consenso entre a própria classe medica em relação ao antídoto e, portanto, sua eficácia não pode ser comprovada. O segundo ponto é discutido sob o aspecto da moral política e filosófica, que se relaciona aos direitos naturais historicamente conquistados contra regimes tirânicos; obrigar indivíduos a serem vacinados, corresponderia a destruição de todas estas conquistas alcançadas pela humanidade:

> Nestas condições, o povo não pode ter confiança nos teoristas que preconizam a vacinação obrigatória. E essa falta de confiança é corroborada, moral e mentalmente, pelo espetáculo oferecido pelos instruídos inclusive os médicos. Mentalmente por que o povo contempla o escandaloso desacordo que reina a tal respeito sob todos os aspectos nos médicos entre si e nos instruídos. Moralmente por que a vacinação obrigatória supõe a anulação de todas as conquistas políticas e morais da Humanidade, visto que menospreza tanto a liberdade e a dignidade individuais como a inviolabilidade dos lacos domesticos.[296]

O que se pode inferir neste apartado é o papel de engenheiros e médicos no protagonismo das medidas técnicas que ditaram as políticas urbanas durante os processos de modernização, como apontou Myriam Bahia Lopes (2004). Nestes empreendimentos, os médicos possuíam o papel de diagnosticar os defeitos e moléstias que afetavam o organismo urbano. Já os engenheiros exerciam a função de projetar e implementar recursos e estruturas a fim de regularizar e sanar estas imperfeições. Este conjunto de relatórios e estudos formaram um extenso repertorio analítico que possibilitaram um investimento na gestão do espaço público e da população urbana.

---

[295] MENDES, Teixeira. Contra a Vacinação Obrigatória. Apostolado Positivista do Brasil. Rio de Janeiro setembro de 1904. Brasil, Biblioteca do Museu da Republica.

[296] MENDES, Teixeira. Contra a vacinação Obrigatória Apostolado Positivista do Brasil.. Rio de Janeiro setembro de 1904.

Nas palavras de Henri Lefebvre os setores que buscavam dominar o espaço urbano se valiam de instrumentos para diversas finalidades como "**organizar os fluxos diversos, subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger tecnocraticamente a sociedade inteira (...)** (LEFEBVRE, 2008, p. 160, **grifo nosso**). Imbuídos pela missão civilizatória, analisaram de forma microscópica os vários agentes que habitavam este organismo urbano. Em seguida, formataram junto ao Estado um conjunto de obras, leis, ordenações e posturas que visavam ditar quais eram os requisitos dos quais creiam ser necessários para se tornar um cidadão.

No intuito de tentar seccionar o discurso técnico do intelectual, ou seja, ao tentar classificar o discurso especializado sustentado por rigores científicos e de leis universais em distinção ao discurso guiado pelo conhecimento holístico, definido pelas produções literárias e seus gêneros, deparou-se diante um complexo campo de discussão. O aspecto a ser apontado como maior dificultador seria que esta intelligentsia transitava e operava em muitas áreas de debate. Entretanto, o que não torna desnecessário voltar a sublinhar é que este grupo possuía uma característica geral, que seria se a busca pela legitimação de seu saber e o ativismo tinha por objetivo a intervenção nos processos de modernização de suas capitais. Outro elemento que perpassa tanto nos romances dos intelectuais naturalistas quanto nos relatórios e procedimentos técnicos de médicos e engenheiros, é sua crença de que se poderia alcançar um estágio superior da sociedade, que viria a ser a civilização

CONCLUSÃO

> *(...) a rua é o lugar entre outros onde diferentes grupos sociais realizam suas batalhas de ocupação simbólica*
>
> Beatriz Sarlo

Analisar as polis através da História Urbana

A presente tese foi estruturada a partir do objetivo central de analisar, sob estudo comparado, a modernização da capitalidade do Rio de Janeiro e Buenos Aires por meio da reformulação do espaço público. Este processo, coordenado pelo poder público em âmbito nacional e municipal, aplicou uma série de mecanismos que tinham por finalidade ajustar a população urbana aos padrões civilizacionais. Desta forma, identificou-se que este conjunto de ações se definia a partir da atualização e normatização do espaço público, assim como de seus habitantes, resultando em um processo de condicionamento da cidadania.

Diante essa proposta foi identificado um desafio epistemológico que surgiu no desenvolvimento do trabalho: refletir e debater conceitos como cidadania e espaço público e suas relações com processos de modernização da capitalidade. Tal ofício se tornaria ainda mais complexo por se tratar de uma análise comparativa de duas capitais sul-americanas. Desta forma, desenvolveu-se a primeira questão: como conciliar uma discussão capaz de congregar de forma harmônica tais aspectos? Para superar estas indagações preliminares, foi pertinente deter o diálogo e análise sob o prisma da história urbana. Ao se discutir sobre a modernização do espaço público torna-se indissociável levantar análises que focam os movimentos, ações e discursos que se configuram reivindicações pela cidadania, sendo o direito à cidade seu mote principal. Simultaneamente a busca de processos semelhantes entre duas cidades de um mesmo continente direcionou uma aproximação de referências sobre a história urbana latino-americana. Neste aspecto, compreende-se que a atual tese se definiu, em linhas gerais, como um trabalho que se volta para a reflexão historiográfica sobre modernização do espaço público e acesso a cidadania nas cidades latino americanas.

A ideia de se projetar um holofote sobre a relação entre cidadania e espaço público se desenvolveu na tentativa de compreender como vários agentes apropriavam e eram afetados em cidades que passavam por constantes transformações. Noutros

termos, as reformulações de cunho modernizador empreendidas pelo estado – neste caso as municipalidades em parceria com o governo federal – influenciaram diretamente as formas de uso, experiência, apropriação e circulação do ambiente urbano e neste caso interferiram sensivelmente no exercício da cidadania. Em suma, se são criados obstáculos e mecanismos que impendem ou segregam as formas de acesso ao espaço público, este direito será comprometido.

Diante disso, foi possível por meio da pesquisa qualitativa identificar e classificar como alguns agentes que, na reivindicação de sua cidadania, interagiam com a cidade. Primeiramente resgatou-se os políticos intelectuais de meados do século XIX, – Sarmiento e Alberdi, na Argentina, e o Visconde do Uruguai, no Brasil –, que foram pioneiros no discurso sobre a materialização da cidade como a fronteira contra a barbárie. Após a consolidação e legitimação da capital, foi disputado e posteriormente selecionado entre as elites políticas quem seriam as facções responsáveis pela gestão urbana e pela modernização do espaço público por meio de grandes empreendimentos, da legislação, do policiamento, dos ordenamentos e das posturas. Iniciados estes processos modernizadores verifica-se como este repertório de ações atingiu a população urbana que em várias ocasiões se pronunciava por meio da imprensa. Tais veículos foram capazes de catalisar os discursos transformando-os em uma consistente opinião pública, que se efetivou como uma forma de exercício da cidadania. Finalmente debruçou-se sobre um seleto grupo de intelectuais formado por escritores, cronistas, jornalistas e ensaístas que por meio de suas produções textuais representaram a realidade urbana de suas capitais. Tal grupo instrumentalizou seus conhecimentos e produções sob o ativismo para legitimar suas perspectivas sobre a cidade. Assim como os intelectuais, engenheiros e médicos recorriam ao seu conhecimento especifico para intervir e muitas vezes, sob a anuência do estado, controlar e organizar o espaço urbano.

A história urbana, foi portanto, um fio condutor desta tese que viabilizou a análise e interpretação das várias relações e representações da cidade exercidas por múltiplos agentes. Por meio da documentação analisada neste trabalho, foi possível constatar que as modernizações destas cidades amplificaram uma complexa polifonia de expectativas, projeções, resistências, consentimentos e reivindicações. Noutros termos identificou-se que estes processos fizeram emergir no cenário urbano um palimpsesto de ideias, construções, movimentações e discursos. Foi revelado que a cidade não se resume apenas a uma embate dual entre as apropriações da elite e as classes populares

“onde se oporiam formalmente espaços formais-informais, mas opera por meio da sobreposição de projetos, intervenções, discursos e memórias que se depositam em camadas, produzindo um texto urbano denso e por vezes confuso” (URVOY, 2020, p. 406).

Conclui-se finalmente que a cidade é o resultado dialético de um trama tecida por vários agentes em permanente disputa por seus projetos: sejam memórias, edificações, representações, apropriações, intervenções e demolições – o palco citadino se molda a partir destes movimentos. E a partir destas complexidades que a história urbana apresenta-se como um utensílio que busca compreensões da cidade mais além do que espaço construído. As novas propostas apresentam análises sobre a interação dos indivíduos que circulam e se interagem em torno destas estruturas. Diante o contexto das capitais estudadas é notório que as modernizações buscaram otimizar as várias formas de circulação a fim de desenvolvê-las dentro das demandas da sociedade capitalista industrial. Neste aspecto, a constatação de Dhan Zunino Singh sobre as novas propostas de estudos que enfocam a mobilidade urbana forneceu diretrizes para a presente tese ao concluir que “a cidade moderna foi pensada, planejada e construída por e para a circulação de pessoas, objetos, informações, recursos, dinheiro, água, lixo, comida, etc. Ou seja, o espaço urbano é organizado de acordo com o controle, distribuição e condução dos fluxos.”[297]

Uma vez que história urbana foi utilizada como uma ferramenta metodológica, que auxiliou formatar uma abordagem sobre estas duas capitais, foi necessário justificar quais foram os objetivos que levaram a proposta de se realizar um estudo comparado destas duas capitais. Qual elemento seria pertinente a fim de realizar uma análise comparativa, além da localização continental destas duas capitais. O primeiro grande tema foi relativo a prestar contas a uma bibliografia que agrupava estas cidades como modelos icônicos de um influencia haussmaniana na América Latina.

Vários autores construíram uma literatura clássica sobre esta relação de influencias europeia. Arturo Almandoz ao relembrar a obra do historiador argentino Jose Luiz Romero, *América Latina: as Cidades e as ideias (2010)*, salienta que a veneração da Paris de Haussmann foi uma dos maiores recursos do qual o autor chamou de “cidades burguesas da América Latina” que floresceram nos países latino americanos

[297] Para mais ver em: ZUNINO SINGH, Dhan. Cidades, práticas e representações em movimento: notas para uma análise cultural da mobilidade como experiência urbana. **Tempo soc**. [online]. 2018, vol.30, n.2, pp.35-54. ISSN 1809-4554. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.142171.

que haviam sido incorporados aos circuitos capitalistas. A obra organizada por Almandoz (2010), *Planning Latin American Capital Cities* (2002), nos apresenta um conjunto de artigos que levanta pertinentes reflexões e dados até então pouco analisados, contudo o foco central desta coletânea persiste nesta nítida busca por referencias da Europa. .

O que estas propostas podem vir a alertar é que se retêm pesquisas sobre o modelo parisiense como *paradigmas* da reforma urbana. As pesquisas dos casos abordados nesta tese resultaram em reflexões que levaram a indagar por que tal projeto foi algo a ser seguido mais do que uma vontade das elites de imitar a elite francesa. Foi neste aspecto que o trabalho de David Harvey, ao destrichar o monumental empreendimento de Haussmann, proporcionou uma perspectiva mais ampla que transcende o entendimento de uma simples renovação urbana de estilo *Belle Époque*, mas sim um projeto de levar a França ao nível de potência civilizacional estruturando-a com o mais alto padrão de estruturas políticas, culturais e econômicas. O geógrafo inglês identifica como o projeto de Luís Bonaparte foi consentido pela grande burguesia ao capitalizar o solo parisiense. A economia francesa de acordo com Harvey estava atravancada e a renovação de Paris foi uma forma de reestabelecer a circulação de capitais por meio de obras, criação de mercado de trabalho e empréstimos.

Entretanto, não se pode ignorar que este empreendimento econômico possibilitou que arquitetos, engenheiros, médicos e paisagistas aplicassem no espaço urbano seus conhecimentos a fim de conferir a capital francesa elementos que representavam o que era de mais arrojado e moderno no mundo ocidental. E sob estes aspectos que modernização da capital se torna um projeto nacional, do qual os chefes de estado ficavam diretamente envolvidos na gestão e reformulação destas cidades. O que portanto deve ser destacado é que o modelo de Haussmann foi um eficiente projeto de modernização do qual a cidade se instrumentaliza para direcionar o país a um sobressalto de desenvolvimento e progresso e foi este eficiente processo que as elites políticas do Brasil e da Argentina identificaram no projeto de Paris.

Em suma, o que foi possível constatar por meio do estudo comparado realizado na atual tese é que existiam aspectos – políticos, econômicos, científicos e culturais – que incidiram urgentemente superando um único intuito de reproduzir as grandes cidades europeias; deve ser recordado que tais projetos de modernização da capital possuíam um objetivo nacional e cívico. A bibliografia tradicional não negou as

demandas internas destes países, porém se ressaltava – até mesmo é possível constatar títulos das obras e capítulos centrais já apresentados no desenvolvimento desta tese – a prática de mimetizar Haussmann. Estas afirmações, portanto, tendem a colocar em segundo plano os projetos e demandas emergentes no Rio de Janeiro e Buenos Aires em relação com a conjuntura de seus países.

Outros aspectos importantes que devem ser sublinhados a partir das conclusões formuladas é que é necessário prosseguir com extrema cautela para que o estudo comparado não defina informações generalizantes sobre as duas realidades abordadas. Como destacou Maria Ligia Coelho Prado, a análise comparativa parte do princípio de identificar processos semelhantes, porém as constatações sobre estes processos devem ser seccionadas para que em seguida possa examinar e classificar quais elementos apresentam características comuns e distintas. Foi a partir destas constatações que buscou-se investigar as especificidades de cada contexto, mesmo que a formatação desta tese não tenha pretendido apartar os estudos sobre Buenos Aires e Rio de Janeiro, em capítulos independentes. Outrora, inferiu-se que as realidades sóciopolíticas de ambas as capitais muitas vezes se colidiam, devido a vários fatores de ordem geopolítica e econômica que permeavam a conjuntura da qual se encontravam estes países sul-americanos

Conjuntura, que também foi influente na modernização urbana das demais capitais do continente como Caracas, Santiago do Chile, por exemplo. Por meio do resgate destes processos realizados nestas duas cidades, identifica-se que assim como Buenos Aires e Rio de Janeiro existiam os mesmos fatores preponderantes que justificaram os esforços das elites políticas na incursão de suas capitais ao mundo civilizado.

Cenários que receberam um conjunto de empreendimentos, tinham por finalidade ajustar seu espaço público aos preceitos civilizacionais, e com isso materializar um projeto cívico e nacional. O processo de modernização, apesar das substanciosas particularidades locais, aproxima estas capitais que no último quarto do XIX tiveram suas estruturas administrativas, sanitárias e econômicas remodeladas. No caso de Santiago do Chile, a demanda por melhores condições sanitárias, pela revitalização estética e melhores condições estruturais fez que o presidente nomeasse Benjamín Vicuña Mackenna, Intendente de Santiago de Chile, entre 1872 e 1875. Neste caso, observa-se que Mackenna precede Alvear e Passos, como chefe do

executivo municipal designado pelo presidente da República. O intendente chileno utilizou a monumentalizacao e estetização uma de suas maiores referencias para a cidade, como é possível verificar em suas reformulações do Paseo de Santa Lucia e de la Plaza de Armas (FIGURA 54)



FIGURA 54 - Plaza Armas, Santiago de Chile . Biblioteca Nacional de Chile. FOT-1883-sin-BNF-13

Na Venezuela, a partir de 1870 e até 1877, o governo do presidente Antonio Guzmán Blanco, focado em um grande processo de modernização do estado venezuelano, incluiu a capital do país para servir de referência para o restante do mundo. A cidade Caracas passa então a tornar cenário de uma transformação em que sua modernização representaria o valor patriótico a ser promovido para toda a nação. A Plaza Bolívar (FIGURA 55), reformada entre 1872 e 1874, foi revitalizada de modo que se reforçasse sua importância como um centro de irradiação cívica.

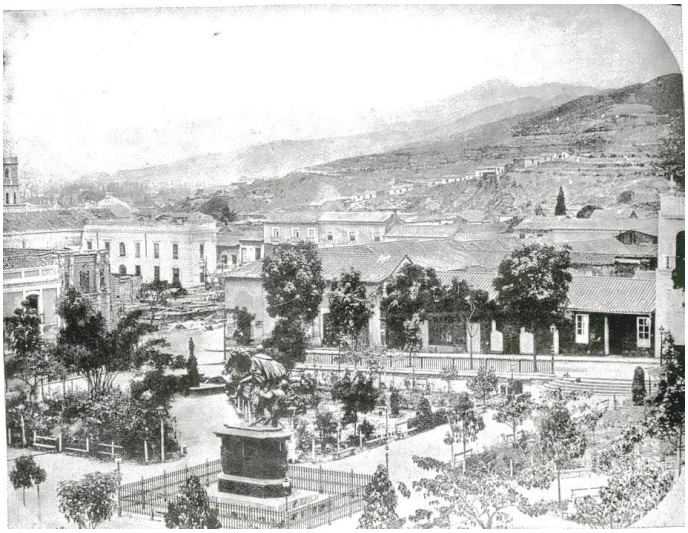


FIGURA 55 - Plaza Bolivar 1876, Caracas , Venezuela. Disponivel em: http://guiaccs.com/planos/la-ciudad-de-guzman-blanco/

De acordo com Fausto e Devoto (2010), no final do século XIX a Argentina emergia como maior potência econômica da América do Sul, o que fez com que o Brasil em menos de 20 anos levasse a cabo um empreendimento a fim de superar a nação vizinha. As elites políticas brasileiras identificaram em Buenos Aires (e obviamente já havia sido realizado em várias metrópoles do mundo) que o primeiro passo a ser dado seria potencializar os sistemas viários, portuários e industriais da principal cidade do país, a fim de otimizá-la como um espaço propício para a atração e reprodução de capitais. Tais formas de otimização consistiam basicamente em: trazer a mão de obra imigrante para o trabalho industrial; melhorar a entrada de manufaturados e o escoamento de produtos primários; atrair o investimento externo por meio da reformulação do espaço urbano e promover espaços e símbolos de ritualização cívica.

Para finalizar torna-se pertinente constatar que o estudo comparado realizado entre estas duas capitais sul-americanas ampliam as reflexões sobre conceitos como cidadania, espaço público e modernização. Tendo em vista que apesar de um aumento de trabalhos que busquem cruzar processos e conceitos dentro de análises comparadas entre contextos latino-americanos, ainda há muito a ser executado sobre tal tema, principalmente no campo de produção brasileiro. Identificou-se, por meio da bibliografia consultada, que quando se trata de América Latina, o Brasil se inclui como parte da processos sociais, políticos e culturais que demarcaram esta região, enquanto que quando é feito o caminho inverso, a produção brasileira muitas vezes se distancia de seus vizinhos continentais. Outro fato que deve ser alarmado é que quando vamos

trabalhar com conceitos como cidadania, modernidade e espaço público nossas discussões se voltam muito para os casos europeus ou norte-americanos, e os conceitos são discutidos com realidades distantes e de complexidades muito distintas.

Diante as informações que citadas acima foram formuladas questões comuns que pudessem sustentar a retorica desta tese. Desta forma que tais questionamentos nos conduziram as reflexões primárias que se desenvolveram nos primeiros capítulos: Qual foi o caminho trilhado para que estas capitais materializassem monumentais empreendimentos? Quais eram as ideias, substratos materiais e intelectuais que subsidiaram tais projetos?

Capitais da Civilização

No primeiro capítulo, portanto, resgatou-se os pensamentos de políticos e intelectuais, que foram icônicos para a difusão e posterior materialização de projetos civilizacionais no continente sul-americano. Em sua obra *Facundo, Civilização ou Barbárie*, Sarmiento simbolizou mais do que a circulação de um pensamento, uma vez que redigiu um espírito que permeava a elite política pós-colonial. Em primeiro momento a tradição iluminista do político sanjuanino tinha diante de si outros desafios que obstaculizavam a missão civilizacional. Os resíduos do passado ibérico, a presença indígena e hábitos rudes do interior que se personificavam nos camponeses e em seus lideres caudilhistas somente seriam superados por meio de cidades que se edificassem como antíteses destes elementos bárbaros.

Pensamento semelhante ao de Sarmiento seria de seu compatriota Juan Bautista Alberdi que juntos a outros políticos e intelectuais fizeram parte do grupo denominado de *Geração de 37*. Alberdi em suas publicações formulou várias propostas que forneceram subsídios para constituição argentina de 1853, a fim de criar soluções para que seu país superasse o estigma da barbárie. O investimento no recrutamento de imigrantes, a consolidação do regime republicano, a industrialização e a adoção liberal do liberalismo seriam os pontos e bases que deveriam ser cumpridos para tal fim. Neste aspecto a cidade cumpriria papel central na catalização destes empreendimentos. E a cidade que possuiria a posição nevrálgica para consolidar estes pontos essências do qual o intelectual sublinhava seria Buenos Aires, por isso a necessidade de sua federalização.

No que tange a relação entre o dualismo civilização versus barbárie, proposto por Sarmiento, ele se aproxima dos postulados de Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai. Enquanto Sarmiento definia que a dicotomia cidade/ pampa, a fórmula equivalente para Souza seria litoral/sertão. Para este último, o litoral era demarcado por suas cidades onde viviam as pessoas cultas, que valorizavam os hábitos propagados nos núcleos mais civilizados, como a Europa. Por outro lado, o sertão violento e selvagem era distante dos grandes centros dos quais sua escassa população desconhecia a cultura e a ordem.

Sob outro aspecto, alguns elementos diferem os políticos argentinos citados dos pensamentos do Visconde do Uruguai. Para o político brasileiro, a autoridade era sinônimo do Império que legitimava a propriedade seja esta representada pela a escravidão e pelos latifúndios. Para Sarmiento e Alberdi, a referência europeia se manifestava na defesa do liberalismo político e econômico do qual a República e a indústria, sediadas em grandes cidades e praticadas por meio da mão de obra livre seriam, em termo gerais, os grandes substratos para se alcançar a civilização. Na segunda parte do primeiro capítulo foi possível identificar que as demandas civilizacionais eram distintas das projeções pioneiras de políticos como Sarmiento e Visconde do Uruguai.

A questão da cidade se concretiza por meio de sua legitimação como capital da República. No caso de Buenos Aires, sua legitimação ocorre em 1880 com a lei de federalização de Buenos Aires como Capital Federal e no Rio de Janeiro sua provisória guarda (que duraria mais de 60 anos) do distrito federal é consolidada na Constituição de 1891. Uma vez que as elites políticas enxergam a importância da modernização da capitalidade nestas metrópoles, o projeto civilizatório passa então a ser focado dentro dos limites metropolitanos. Noutros termos, enquanto que na primeira metade do século XIX os resquícios coloniais e da natureza indomada ameaçavam não apenas sobreviver, mas propagar sobre todo território, nas duas últimas décadas do oitocentos o ímpeto urbano amenizava estas apreensões. Por outro lado, a cidade não se tornava mais o antídoto para curar a barbárie, mas a sua explosão demográfica lhe trouxe males dos quais a civilização novamente é convocada para agir contra males internos. Neste contexto que o urbanismo se torna a ciência da cidade, do qual seus mecanismos como o sanitarismo, a engenharia e administração burocrática do espaço público seriam os instrumentos para curar seu organismo das enfermidades.

As estruturas administrativas, ou seja, o cérebro da cidade portanto seria o primeiro ponto a ser definido. Apesar da crise política que procrastinou a questão de Buenos Aires como República, o presidente Júlio Roca não teve grandes dificuldades em nomear Torcuato de Alvear como intendente de Buenos Aires. Em um contexto distinto, ou seja, em uma época de estabilidade política, Francisco Pereira Passos foi designado por Rodrigues Alves para comandar a gestão municipal. Nesse aspecto percebe-se nestas capitais a influência de administração municipal parisiense da qual a indicação do chefe municipal é feita pelo executivo nacional. Para Luís Napoleão, Haussmann preenchia a necessidade de ocupar de um cargo técnico que usasse esta prerrogativa para exercer uma gestão burocrata e autoritária do espaço público.

Entretanto, a opção por um chefe do executivo municipal com poderes discricionários renderam vários conflitos com os Conselhos Municipais. Em Buenos Aires, o Conselho Deliberante e Torcuato de Alvear combateram durante todo a gestão do intendente, chegando ao ápice quando ele foi suspenso por tal órgão. No Rio de Janeiro, Rodrigues Alves solicitou ao Congresso Federal que aprovasse uma lei delegando plenos poderes ao prefeito para que não fosse mais necessário consultar o Conselho Municipal para despachar suas ações. Esta medida demonstra qual era o peso da capital federal para o executivo federal. Ambos presidentes, Roca e Alves, pretendiam terminar seus mandatos com várias obras executadas e a reformulação da capital não poderia ser algo pendente. Além da imagem política, o que estava em jogo era a urgência de que estas possuíssem estruturas suficientes para as demandas. É neste aspecto que Buenos Aires viria a surgir, quase 20 anos após, como uma grande influência para o Rio de Janeiro de Passos.

Normatização do espaço público e exercício da cidadania

Era categórico as definições na Grécia antiga dos indivíduos que possuíam o direito de cidadania e consequentemente participavam da vida da polis. No contexto destas capitais, Rio de Janeiro e Buenos Aires, verifica-se que os critérios resultariam em perfis muitos semelhantes embora em contextos essencialmente distantes. Além da restrição ao voto, foram propagados mecanismos de normatização resultantes de um conjunto de reformulações, práticas e leis que impediram parte da população ao pleno acesso ao espaço público, em suas formas de intervenção, deliberação e apropriação.

Apesar do anacronismo, é possível estabelecer uma mesma reflexão a partir da premissa de modelo grego, do qual ser cidadão da polis não significaria viver na cidade, mas sim participar da política e de suas deliberações?

Entende-se, portanto, que apesar de um grande contingente de habitantes nas capitais estudadas, havia, entretanto, um amplo repertório de aparatos que dificultaram tanto seu acesso quanto a participação das decisões que configuraram este espaço público. O que seria as formas de acesso e participação do espaço público? Primeiramente sublinha-se que estar fisicamente no espaço público não significa essencialmente ter acesso a ele, uma vez que vários indivíduos – não se pode deixar de enfatizar os capoeiras, citados na própria constituição brasileira de 1894 – e grupos sofreram restrições por praticarem suas atividades seja por penalizações, pela vigilância policial ou pela detenção. O segundo aspecto é diretamente voltado para à participação na construção e configuração do espaço público, em um contexto do qual o voto era restrito e portanto existiam dispositivos que obstaculizavam o direito de habitantes elegerem seus representantes que deliberassem por este ambiente; na Argentina imigrantes não podiam votar a não ser que fossem naturalizados ou nacionalizados e, como já foi apontado, esse processo foi intensamente burocratizado, vide o projeto de lei enviada pelo presidente Roca ao Senado cuja proposta proibiria o voto a pessoas nascidas no estrangeiro. No Brasil, analfabetos não tinham direito ao sufrágio e isso representavam a maior parcela da população, contando que esta proibição (assim como na Argentina do século XIX) também afetava as mulheres.

Por outro lado, alguns autores indicam que essa modernização do espaço público, que alijou vários setores da população, seria um processo de *integração urbana conservadora.*[298] Entretanto este termo esta inserido em uma linha muito tênue entre inclusão e segregação uma vez que se torna árduo compreender o que seriam formas "conservadoras de integração". Considerando que existiam barreiras muito sólidas que dividiam os que podiam aceder ao espaço público de forma plena e os que não possuíam tais direitos, conclui-se que vários mecanismos tinham por essência excluir e não incluir. Tal argumentação sustenta que estes procedimentos de reformulação da cidade eram subsidiados sob uma ideologia liberal, da qual defendia-se uma meritocracia econômica e cultural e, portanto, aqueles que não alcançassem tais padrões

[298] Para mais ver em : AZEVEDO, André N. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 10. Maio-agosto. Rio de Janeiro: Uerj/SR-3, 2003.

não teriam participação no espaço público. O verbo recorrente das posturas e ordenamentos eram **expulsar**, **proibir**, **multar**, **deter**, **prender** e tais ações eram executadas sobre práticas tradicionais e cotidianas, que agravava a dificuldade da população urbana em se adaptar as novas demandas. Entretanto, todos estes mecanismos destituíram a população urbana da condição de cidadania? A cidadania seria apenas uma condição formal e portanto se o poder público negasse alguns direitos esta população urbana seria cidadão em negativo?

Ao elencar os dispositivos que limitavam a cidadania nos contextos abordados, destaca-se primeiro o de ordem constitucional que seria a alienação ao voto de grande parte da população urbana e portanto impossibilitava a representação e a participação na deliberação de leis que regiam e configuravam o espaço público. Neste projeto de transformar o povo real em povo civilizado, entende-se que para alcançar tais condições o indivíduo teria que desfazer de vários costumes, tradições e além disso possuir uma estrutura econômica e cultural impossível para suas condições materiais.

Toda transformação no espaço público é idealizada/realizada por um grupo ou facção com determinado objetivo. Ao se reconfigurar o espaço público as formas de apropriação e acesso a este ambiente são alteradas. Porém não se moderniza o espaço público apenas diante obras estruturais. Apesar de toda a discussão iniciada neste trabalho a partir da compreensão de espaço público, este termo não era expressado e ou utilizado no período. A ideia de um espaço público como lócus político, dinamizado por reivindicações, apropriações e circulação de diversos grupos têm suas acepções definidas a partir da década de 1970.[299] O que as pesquisas revelaram que no último quartel do século XIX e primeiras décadas do novecentos, a cidade era vista como um ambiente público, que deveria ser tutelado por uma elite política, técnica e intelectual. A ideia de urbanismo surge a partir desta premissa, de que a cidade é um organismo e caberia a estes agentes especializados discipliná-la e regulá-la.

Nestes dois casos é pertinente sublinhar como as obras de embelezamento, ou seja, de cunho estético foram as que mais se destacaram como algo positivo no espaço público. Walter Benjamin apresenta, por meio de suas interlocuções com os registros literários de Charles Baudelaire, como o aburguesamento do espaço devido seu apelo estético se funde com a expectativas sobre a modernidade, o progresso e civilização

[299] Para mais ver em: NARCISO, Carla Alexandre. Espaço público: ação politica e práticas de apropriação. Conceito e procedências estudos e pesquisa em psicologia. UERJ, ano 9, n. 2, p. 265, 2 semestre de 2009.

eram facilmente percebidos a partir de obras materiais e os políticos e técnicos sabiam disto.

Os mecanismos de normatização que se voltaram para ações de saneamento e higiene, a princípio de natureza estritamente técnica, revelaram possuir uma finalidade socio política. Isso em virtude de que existia uma defasagem cultural e econômica que complexificava que as classes trabalhadoras pudessem se ajustar aos novos padrões higiênicos e sanitários demandados pela ciência moderna. Os *conventillos* que recebiam imigrantes de origem humilde e com reduzido poder aquisitivo não se adequavam as normas sanitárias. Caso semelhante seriam os cortiços que em sua maioria eram habitados por libertos que não tinham condições. E quando as comissões de inspeção não encontravam os critérios estabelecidos, geralmente as desocupações eram realizadas por meio da forçaa policial.

Os pequenos comerciantes também foram "vítimas" destes critérios sanitários. Ao compreender que tanto como Buenos Aires e Rio de Janeiro muitos destes vendedores ambulantes, ou donos de pequenos comércios, eram oriundos de classes subalternas de origem campesina, sejam imigrantes ou ex-escravizados, os rigores higiênicos se constituíam como códigos difíceis de serem decifrados. Ou seja, romper com costumes e tradições e impor novas formas de produzir, vender e consumir se resultava um exercício complexo do qual as mudanças radicais seriam demasiadamente traumáticas para estes comerciantes.

No que se refere aos mecanismos de moral e ordem pública, estes impuseram grandes alterações na vida cotidiana como o lazer, causando desta forma grande descontentamento. Celebrações, circulação de periódicos e demais afazeres do dia a dia foram reprimidas ou no mínimo reformuladas. Os maus costumes eram vistos como práticas que feriam os hábitos civilizados: os jogos de azar, por constituir em formas de desperdiçar dinheiro alheio, e a vagabundagem feriam a éticas do trabalho e da diligência, tão valorizada no mundo liberal. Cuspir na rua, soltar balões, jogar água durante o carnaval iriam contra os hábitos higiênicos e morais de um sociedade sóbria e racional. Além disso publicações que tinham conteúdo impróprio, sejam por linguajar inadequado e por atacar figuras públicas seriam censuradas, assim como os indivíduos que proferissem palavras obscenas. A prostituição, além de ser imoral também era condenada por ser uma pratica com potencial para transmitir doenças.

Entretanto um agente estigmatizado pelas referências de moral e ordem pública, tanto em Buenos Aires quanto no Rio de Janeiro, foram os mendigos. Isso se devia ao fato de acreditarem que a mendicância e vagabundagem (sinônimos naqueles períodos) eram práticas que iriam contra os valores e os bons costumes na emergente sociedade liberal. No Brasil, o Apostolado Positivista se opôs ferozmente a esta deliberação: acusavam da sociedade burguesa ser causadora dos males que atingiam os menos afortunados assim como viam a elite ociosa como a verdadeira culpada da desordem social.

A moral e ordem pública neste período de modernização atacava práticas que muitas vezes afrontavam uma moral católica, intensa e frequente nos contextos analisados neste estudo comparado, entretanto, rigores técnicos e científicos muitas vezes deram sustentação para a propagação destes mecanismos de normatização. O Urbanismo Cívico era um elemento de caráter persuasivo neste processo de modernização. A cidade se tornava um espaço pedagógico do qual depositava e difundia elementos de ritualização na população urbana à medida que esta circulava pela cidade. Praças, avenidas e monumentos que remetiam ao patriotismo faziam parte das cotidiano urbano e foram assim gradativamente absorvidos.

No caso de Buenos Aires, identificou-se que esta preocupação cívica se ornamentou de forma mais intensa na capital em comparação ao Rio de Janeiro. A *Plaza de Mayo*, historicamente um palco de resistência contra a metrópole espanhola, posteriormente foi disputada simbolicamente por facções das elites políticas portenhas. Eram vários os símbolos cívicos, que adornaram o perímetro da praça: em seu centro a *Pirâmide de Mayo* em alusão a revolta colonial que gerou os movimentos de independência argentina; no mesmo espaço estava a estátua de Manuel Belgrano, um dos líderes pátrios nacionais. Estrategicamente construído ao seu lado estava a Catedral, de estilo neoclássico, que posteriormente abrigou os restos de San Martín, general que liderou as tropas nas guerras contra a Espanha, e finalmente o icônico Cabildo, que se transformou em um edifício administrativo.

Não obstante, existem mais elementos dos quais conferem a este ambiente sua importância cívica. Além da disposição da qual as instituições governamentais configuram para tal fim, são as formas das quais as pessoas se congregam e se identificam com este espaço que lhe confere o sentido cívico. Definitivamente como como Gorelik (2016) já destacou o eixo *Plaza* e *Avenida de Mayo* formaram um grande

eixo cívico, não apenas pela nomenclatura, mas também por vários símbolos que proporcionavam o ritualismo patriótico. Se relacionarmos ao Rio de Janeiro, a Avenida Central teria um proposito mais estratégico, voltado para conectar o porto ao centro financeiro da cidade. Entretanto, como já fora apontado neste trabalho grandes obras, exerciam o efeito de mobilização e identificação uma vez que representavam a materialização do progresso de um país.

Neste sentido reforçamos os questionamentos que definiram as modernizações como formas de integração conservadora. Torna-se extremamente complexo perscrutar se tais medidas de normatização tinham a intenção consciente de alijar ou integrar. O que se torna mais pertinente é investigar sobre seus efeitos. Devido a esta observação, não se rechaça a literatura que defende este tipo de integração, pois o processo de converter o povo real em civilizado fazia parte de uma disciplinarização para o mundo capitalista liberal e este não seria viável sem a classe trabalhadora. Um pequeno exemplo disso é o discurso dos positivistas que promovia a participação do operariado na sociedade brasileira republicana.

Respondendo às perguntas estipuladas em parágrafos anteriores, se o poder público, por meio destas normatizações do espaço público, suprimiu totalmente o exercício de cidadania da população urbana, poderíamos chegar a uma resposta negativa; as conceituações de cidadania promovidas em literaturas revisionistas nos levaram a concluir que existiam outras formas de reivindicação e até mesmo de participação do espaço público, (distintos dos aspectos formais e oficiais) que foram as abordagens analisadas no terceiro capítulo deste trabalho.

Ferramenta da cidadania: opinião pública

As modernizações plasmadas nestas capitais afetaram o cotidiano urbano. Neste período, grande parte da população se viu condicionada de alguma maneira a mudar suas práticas e seus hábitos, seja nas formas de circulação pela cidade, na adaptação de novos padrões, no pagamento de novas taxas ou multas, na abolição de usanças que foram proibidas ou pelo sentimento de prejuízo ou perda de algum bem material.

Neste período em que a imprensa foi diretamente impulsionada pelo desenvolvimento industrial, os jornais e revistas nestas capitais tiveram um elevado aumento de exemplares. Desta forma estes veículos assumiram-se como representantes

da população que se sentia afetada de pelas reformulações urbanas. Foi identificado que cada publicação se voltava para um grupo especifico, salvo alguns jornais que se dirigiam para um público mais amplo por ter uma maior difusão na sociedade. Neste aspecto compreendeu-se que os veículos de imprensa, ao representarem a população na defesa de seus interesses durante o período de modernizações, se configuraram como uma importante ferramenta de opinião pública.

A relação entre o público e o periódico possuía uma reciprocidade; muitas vezes o jornal era formado por um grupo social, uma agremiação de profissionais, uma associação e, portanto, servia como porta voz destas facções. O periodismo e a multiplicação de veículos impressos se transformaram em um fenômeno que influenciava sob algum aspecto todas as classes sociais. Outrossim, ao mesmo tempo que era componente, funcionava como amplificador da opinião pública, ao difundir sua opinião no espaço destas capitais que em muitos casos serviu como elemento de pressão contra os órgãos governamentais e, portanto, como um mecanismo de exercício da cidadania.

Com base nestas constatações, elencou-se alguns episódios que demonstram como a imprensa conseguiu funcionar como um veículo de mobilização ao promover novas formas de exercício da cidadania no espaço público: em Buenos Aires dois eventos significativos podem ser citados, dos quais o primeiro se relaciona ao posicionamento de jornais formados por associações de imigrantes, com o protagonismo de *L'Operario Italiano* e *La Patria Italiana* a fim de pressionar a Intendência para revogar uma lei que proibia a abertura de comércios aos domingos.

No Rio de Janeiro, revistas e jornais desenvolveram uma ampla esfera de discussão acerca um assunto de interesse público que seriam as formas de prevenção de doenças como a febre amarela e a varíola promovidas pela Municipalidade do Distrito Federal. Jornais como o *Correio da Manhã* se proclamaram como arautos dos habitantes que se revoltavam contra as medidas autoritárias de vacinação obrigatória e atacaram com veemência as decisões do secretário de saúde Osvaldo Cruz e do prefeito Pereira Passos.

Neste capítulo constatou-se como a opinião pública foi um aspecto essencial para que a população urbana que se sentia afetada pelas modernizações pudesse recorrer a outras formas de atuação no espaço público, uma vez que foram criados limites por parte das elites políticas; não se pode também ignorar a participação da oposição

política que também coadunava em vários periódicos para expressar suas críticas. A complexa trama entre população urbana e poder público se refletiu vários discursos e formas de expressão, dando forma à opinião pública, que seria o " carro de batalha de uma imprensa pujante" (CIBOTTI, 2010, p. 379) mantida por milhares de leitores que alienados de seus direitos políticos se mobilizavam e atuavam por suas reivindicações. A opinião pública não era um discurso único e coeso. Existiam uma quantidade de diferentes demandas e os jornais se mobilizavam diante os diferentes grupos dos quais representavam. Não obstante é possível identificar que alguns veículos devidos maior quantidade de tiragens e alcance ao público conseguia congregar um discurso mais geral e, portanto, que surtia maior pressão no poder público.

Os que pensam e planejam o espaço público

Foi detectado que discurso técnico-científico impôs sua influência na política de saneamento, execução de obras, criação ordenanças e posturas urbanas durante o período em que a reformulação foram realizadas nas capitais estudadas. No período em que áreas como engenharia e medicina ganharam maior prestígio e valorização social, a medida que estas se harmonizavam com a difusão das tendências positivista, os clubes e associações de cientistas e técnicos, por meio de suas veículos, expressaram suas análises acerca de vários aspectos que estavam por ser executados durante as reformas.

Inferiu-se que a consolidação da civilização em suas respectivas sociedades se estabeleceu como o mote central que mobilizou esta intelligentsia. Isso seria portanto os objetivos comuns de autores argentinos como Domingos Faustino Sarmiento e Antônio Argerich em suas respectivas produções literárias: o potencial da cidade na espacialização da civilização. Se os romances sarmientianos do princípio do oitocentos buscavam a cidade como forma de extirpar a barbárie, já o novelista, no final deste século, buscava relatar sobre os males incivilizados. No início do século XIX, quando a industrialização era um sonho remoto e as grandes inovações tecno-cientificas começavam a se difundir na Europa, a América do Sul ainda era marcada por seu passado indigenista e colonial. Foi diante estes vestígios que os políticos intelectuais – Sarmiento, Alberdi e o Visconde do Uruguai – proclamavam a importância da cidade para banir os fantasmas de um passado rústico e atrasado.

Nas duas últimas décadas que antecederam o novecentos, a materialização do progresso por meio da indústria intensificava a urbanização das cidades assim como o aumento de sua população. Neste contexto, enquanto populações indígenas foram dizimadas e rebeliões no interior de seus países foram contidas, as respectivas capitais recebiam um grande contingente de trabalhadores, formado por imigrantes europeus e camponeses vindo das províncias. A origem humilde que marcava esta mão de obra foi vista pelas elites políticas com grande preconceito pois suas tradições e hábitos eram abominados por uma sociedade sóbria, higiênica e polida. Neste contexto que identificou-se um crescimento de uma produção literária que alavancou carreira de muitas literatos, entretanto viam com grande descredito como esta classe trabalhadora ocupavam estas capitais. O gênero literário, sobretudo marcado pelo naturalismo, não se definia como um manual para implementar o progresso, mas sim representava um imaginário muito presente entre as classes medias e altas, na sociedade portenha e carioca, do final do século XIX e início do XX.

No mesmo contexto, com o desenvolvimento de cursos politécnicos, assim como a difusão de ofícios especializados, o conhecimento técnico-científico se tornava indispensável na gestão da cidade. Como mencionado anteriormente, o dilema civilizacional se fundava em livrar a cidade de epidemias, agentes nocivos a ordem e a moral, promovendo novas ciências tais como o urbanismo. Diante tais demandas, os grandes projetos, para sanar a cidade e lhe conferir melhores condições, necessitavam ser legitimados por peritos e especialistas. Neste sentido, profissões como médicos e engenheiros ganharam cada vez mais prestígio entre pelas elites politicas para efetivar tais empreendimentos.

Não obstante, apesar de seus “valores absolutos”, a ciência também foi utilizada como ferramenta política. No caso do Rio de Janeiro, durante a campanha de prevenção da varíola e febre amarela promovida pela prefeitura da capital, grupos opositores a Pereira Passos e o presidente Rodrigues Alves se apropriaram de discursos científicos para combater vacinação. Por um lado, o secretário de saúde Osvaldo Cruz defendeu este procedimento baseados em experiência científicas realizados em outros países. Tanto no gênero literário quanto nos ofícios técnicos, o cientificismo foi a referência central que mobilizava estes grupos na tentativa de intervir na sociedade e alcançar o progresso e civilização.

A partir das considerações apontadas, identificou-se portanto que a civilização se constituiu como uma incessante expectativa e portanto algo em permanente construção, quase inalcançável. Esta era vista como uma panaceia, uma arma contra os cíclicos males sociais que, assim como uma hidra que ao ter sua cabeça decepada, renasciam novamente.

Torna-se pertinente enfatizar que modernização, ou modernidade, são termos de uma literatura acadêmica contemporânea que foram aplicados para conceituar e situar os processos, pensamentos e ações praticados dentro dos contextos estudados e poucas vezes utilizados nas fontes analisadas. Eram muitos mais recorrentes palavras como civilização e progresso, que traduziam e carregavam mesma semântica que estas terminologias atuais. Em suma, pode-se afirmar que estar informado e ajustado aos saberes, práticas e pensamentos mais atuais naquele período significaria ser civilizado e a cidade e seus habitantes teriam que estar harmonizados a estas referências.

Buenos Aires e Rio de Janeiro: o espaço público ontem e hoje

Qual relação pode ser estabelecida entre os processos ocorridos com as condições atuais do Rio de Janeiro e Buenos Aires? E possível inferir que as modernizações empregadas no período analisado influenciaram, sob alguma forma, o sentido e a configuração atual do espaço público e as formas como se exercem a cidadania nestas capitais? O espaço público, atualmente, exerce alguma influência a ponto de reduzir ou ampliar o exercício da cidadania? Uma vez que foi definido neste trabalho que a cidadania esta diretamente relacionada nas formas sobre as quais os indivíduos se interagem **no** e **com** espaço público, acredita-se que é possível fazer tal inferência. O conjunto de mecanismos de normatização, os quais foram intensamente propagados nestas cidades, criou uma estrutura de códigos, ou melhor, uma burocratização, que influenciou as posturas municipais mais recentes. Pode-se afirmar que os cidadãos de hoje que estão tão habituados às normas da cidade foram moldados a partir destas draconianas reformulações.

No que tange à cidadania, se formos analisar a realidade atual do espaço público destas cidades, que cada vez mais está submetida ao turismo internacional, e portanto comprometida com os novos padrões civilizacionais, encontram-se indivíduos e grupos

que são suprimidos por não terem espaço dentro desta modelo de metrópole global. Cada vez mais a especulação urbana, e as novas demandas do mercado, buscam a invisibilidade destes agentes desajustados. Indesejados pela cidade assim como as problemáticas por eles geradas continuam a sobreviver no espaço público e, todavia, os artifícios de alijamento não apenas foram transformados senão também aprimoradas. Tanto no Rio de Janeiro quanto Buenos Aires, sejam em seus antigos portos, hoje Porto Maravilha (FIGURA 54) e Porto Madero(FIGURA 56), respectivamente, espetacularizados seja pelo consumo turístico ou pelo mercado imobiliário; indivíduos como vendedores ambulantes, mendigos, imigrantes (a maioria originários de países vizinhos do continente americano) são reprovados, seja por meio de olhares ou pela própria indiferença. Todos estes agentes têm suas condições de cidadãos censuradas, por não estarem nas mesma condições econômicas, culturais e higiênicas e, portanto, sofrem repreensões por não se adaptarem aos padrões da nova civilização.



FIGURA 56– Puerto Madero. Disponível em: https://turismo.buenosaires.gob.ar/

O que estes dados levam a concluir é que apesar de todos os aparatos que alijaram estes agentes, a cidadania não se manifesta apenas pelo cumprimento de rígidas normas, mas também sob formas alternativas de atuação e outras maneiras de acesso ao espaço público. O espaço público portanto é por excelência o lócus do qual se promove a cidadania uma vez que é neste que se geram os debates, reivindicações e conflitos pelos direitos, que a priori são os que deveriam ser conferidos pelo poder público. É parte da cidade, mas não se resume a esta uma vez que se relaciona a aspectos e questões que a ultrapassam seus limites. É no espaço público, por exemplo, que os indivíduos questionam diretamente ao Estado seus direitos, seja o direito à cidade, mas também ao trabalho, à vida, ao voto, ou seja, elementos que consideram essenciais para que possam se dignificar como cidadãos.

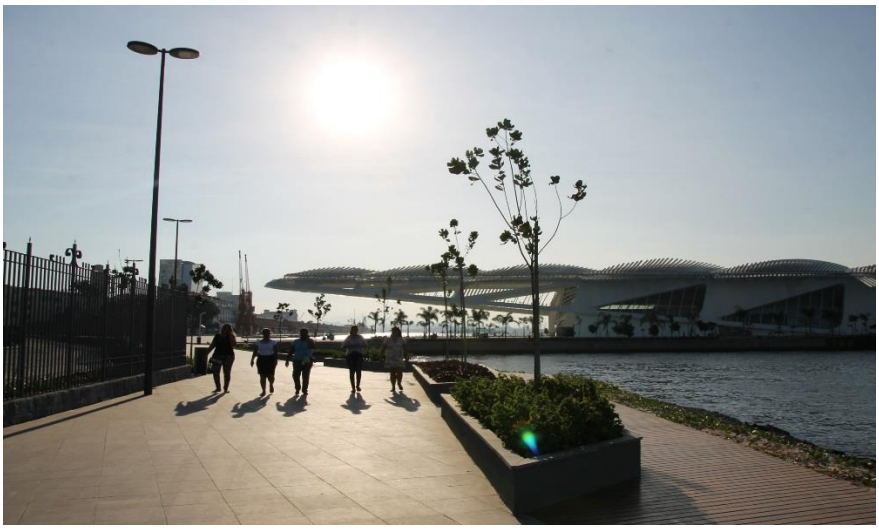


FIGURA 57 - Porto Maravilha. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/web/cdurp_portomaravilha

A partir deste entendimento, assinala-se que o espaço público destas cidades historicamente abrigou vários movimentos que reivindicavam por direitos que subsidiavam o exercício da cidadania. Em Buenos Aires, por exemplo, podem ser destacados os que ocorriam na *Plaza de Mayo*. Local de apropriação simbólica esta praça foi desde o fim do período colonial local no qual os primeiros movimentos pela cidadania se delineavam a partir da *Revolucion de Mayo*. Com o passar do anos, outros eventos ganharam sua importância cívica, como a ocorrida 17 de outubro de 1945, a partir da manifestação trabalhista (FIGURA 58) que se mobilizou pela libertação do líder político Juan Domingo Perón. A partir deste dia se comemorou a fundação do Peronismo como uma corrente voltada para os interesses dos trabalhadores.



FIGURA 58– População se mobiliza na Plaza de Mayo exigindo a liberdade de Juan Domingos Peron, dia da lealdade peronista. Buenos Aires, outubro de 1945. Arquivo General de la Nacion

Durante a ditadura civil-militar, especificamente no ano de 1977, um grupo de mães de desaparecidos políticos, com o objetivo de obter informação sobre o paradeiros de seus filhos e até mesmo sua libertação, iniciaram uma comovente mobilização nesta praça. Mundialmente conhecidas como *Madres de La Plaza de Mayo*, o movimento se intensificou atraindo atenção da mídia internacional. Seus esforços até os dias atuais são empenhados na busca destes filhos desaparecidos, e também na identificação dos restos mortais dos mesmos. A praça, nas palavras das organizadoras do movimento, se constituiu como um espaço de luta coletiva (FIGURA 59).[300]



FIGURA 59– Reunião das mães na Plaza de Mayo. Buenos Aires,1977. Arquivo General de la Nacion.

[300] Nuestras Consignas disponível em: www.madres.org

No ano de 2019, o cenário socioeconômico argentino ainda sofria pelos golpes da crise de 2003. O governo do então Mauricio Macri, e sua política de austeridade, anunciava com frequência acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e reformas como a da previdência. Somado a alta inflação e a alta taxa de desemprego, uma greve geral levou a uma manifestação (FIGURA 60) que se deslocou do centro de Buenos Aires até a Plaza de Mayo. Várias outras mobilizações ocorreram na Plaza de Mayo na história de apropriação do espaço público argentino. O que se destacou na história de sua reformulação nestes espaços começou a ser progressivamente utilizado para o exercício da cidadania.



FIGURA 60– Mobilizacões trabalhistas e sindicais contra políticas de austeridade e acordos com FMI, Buenos Aires, 2017. Disponível em https://www.pagina12.com.ar/24341-las-fotos-de-la-marcha

No Rio de Janeiro, movimentos relacionados à reivindicação e aos direitos também foram frequentes. Enquanto que em Buenos Aires a *Plaza de Mayo*, espaço de disputa simbólica e apropriação cívica, não existia algo paralelo nas ruas cariocas. Entretanto, a avenida Central, atual avenida Rio Branco, se transformava em um corredor de manifestações cívicas. Um exemplo pertinente foi a icônica Passeata dos Cem Mil em 1968 (FIGURA 61). Mobilização que teve como organizadores líderes do movimento estudantil obteve uma massiva adesão, incluindo artistas e intelectuais brasileiros. No dia seguinte os setores reivindicadores conseguiram a liberação de estudantes presos.



FIGURA 61-Vladimir Palmeira, o líder do movimento civil, discursando durante a Passeata dos Cem Mil, no centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, junho de 1968. Disponível em http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-cem-mil

Mais de quinze anos se passaram e um movimento de amplitude nacional eclodia na mesma avenida Rio Branco durante a década de 1980. Cerca de 50 mil manifestantes (FIGURA 62) se mobilizaram contra as medidas econômicas acordadas entre o Fundo Monetário Internacional e governo brasileiro. Na mesma década, as manifestações se repetiram, mas desta vez uma das mais simbólicas na história da cidadania brasileira seria as que fizeram parte do Movimento de Diretas Já, que proclamavam por uma nova constituição no país.



FIGURA 62- Protesto na av. Rio Branco, centro do Rio de Janeiro, contra o endurecimento do arrocho salarial. Rio de Janeiro, 1983 Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/card/fora-daqui-o-fmi-e-o-novo-grito-da-rua

O ano de 2013 foi marcado por uma das maiores manifestação da história recente do Brasil. Devido a protestos de estudantes paulistas pelo aumento da passagem de ônibus, ou seja, por reivindicações referentes ao direito de mobilidade pública, o movimento se propagou em todas as capitais do país. As pautas dos estudantes foram acolhidas por outros setores da sociedade brasileira que também entendiam que tinham seus direitos de cidadania violados. Em 21 de julho o centro do Rio de Janeiro (FIGURA 63) recebeu mais de 300 mil pessoas que questionavam ausência de investimentos na educação, transporte e saúde pública.

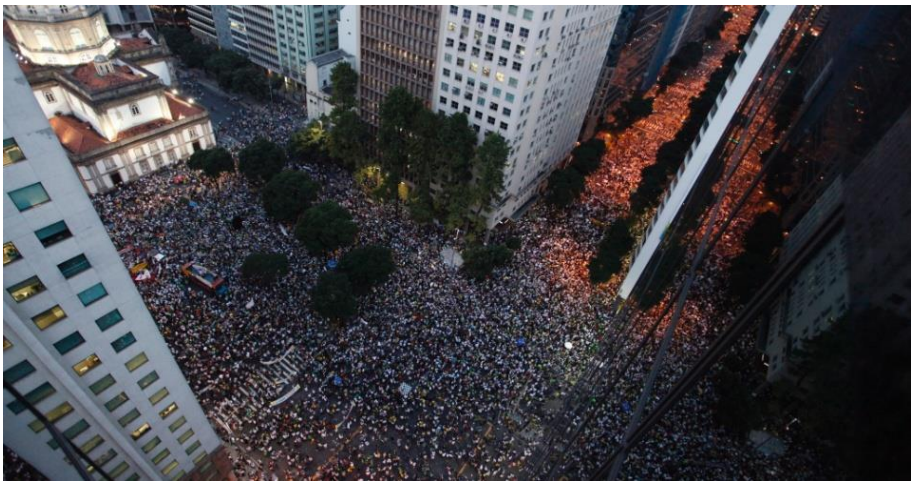


FIGURA 63- Protesto na av. Rio Branco, centro do Rio de Janeiro no ano de 2013. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/ato-no-rio-reune-300-mil-pessoas-e-termina-em-confronto-com-pm.html

Finalmente, conclui-se que este período de modernização 1882-1906, ou seja, desde a federalização de Buenos Aires e todas as obras realizadas pela intendência de Torcuato de Alvear até o fim da gestão municipal de Pereira Passos, não se definiu como um processo único, mas de características semelhantes, que engendrou-se uma normatização e uma burocratização na estrutura urbana em suas normas. Obviamente tal processo não foi único no mundo e apresentou aspectos comuns em outras cidades da América Latina, como Caracas, Santiago de Chile e Montevideo. O objetivo de edificar a polis do continente representou uma expectativa de toda a sociedade. Tal missão foi assumida pelas elites políticas na tentativa de modernizar seu espaço público e de ajustar sua população, e evidenciaram os conflitos urbanos amplificando as formas de reivindicação pela cidadania

REFERENCIAS

Bibliografia Especifica

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel, **Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias.** Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.

ALMANDOZ, Arturo Marte. **Modernización Urbana en América Latina. De las grandes aldeas a las Metrópolis Masificadas.** Santiago(Chile), Universidad Católica de Chile, Colección de Estudios Urbanos, 2013.

_____ (org.). **Planning Latin America's: Capital Cities** – 1850-1950 London: Routledge, 2002.

ALIATA, Fernando. **La Ciudad Regular: Arquitectura, Programas E Instituciones En El Buenos Aires Post-Revolucionario.** Tese Apresentada na Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires - UBA. Buenos Aires, março de 1998.

ALVES, Wedencley. *Um jornal no dissenso: o Correio da Manhã e a campanha contra a vacinação obrigatória.* **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.6, n.4 – Suplemento, Fev., 2013 [www.reciis.icict.fiocruz.br].

ANDRADE, Luciana Teixeira de; BAPTISTA, Luís Vicente. *Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos.* **Sociologia, Porto**, v. 29, p. 129-146, jun. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192015000100007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 20 mar. 2020.

ARGAN, Giulio Carlo. **L'Europe des Capitales: 1600-1700**. Genève: Ed. d'Art Albert Skira, 1964.

ARIAS-NETO, José Miguel. *Primeira Republica: economia cafeeira, urbanização e industrialização.* In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: volume 1 o tempo do liberalismo excludente - da proclamação da república à revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ARISTÓTELES. **A Política.** São Paulo. Ícone Editora: 2007.,

AZEVEDO, André Nunes de. *A Capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica*. IN: AZEVEDO, André Nunes de (org.). **Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade**. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ Sr-3 UERJ, 2002.

_____. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. In: **Revista Rio de Janeiro**, n. 10. Maio-agosto. Rio de Janeiro: Uerj/SR-3, 2003.

_____ . **Da Monarquia à República. Um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003 (Tese de Doutorado).

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social* In: Leach, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAGGIO, Katia Gerab. *As "viagens ideais" do jornalista ítalo-argentino Aníbal Latino o Brasil como destino.* **ANPUH**: XXVII Simpósio Nacional de Historia. Natal, julho de 2013.

BARRY, Viviana. *Garantizar el orden*. **La Revista de Policía de la ciudad de Buenos Aires**, 1882. I Jornadas Nacionales de Historia Social, 30, 31 de mayo y 1 de junio de 2007. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Edcación.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann Tropical. Rio de Janeiro: SMCTE/DGDIC, 1992.

BENJAMIN, Walter. *Passagens.* In: **Paris capital do Século XIX**. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imesp, 2007.

_____. **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. (2ª versão). Trad. Francisco De Ambrosis Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2012.

BENÉVOLO, Leonardo. **La ciudad europea.** Barcelona, Crítica, 1993.

BERMAN, Marshall. Marx, Modernismo e Modernização In: **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da Modernidade** . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Petersburgo: o modernismo do subdesenvolvimento. In: **Tudo que e sólido desmancha no ar: a aventura da Modernidade** . 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 204-336.

BERTONI, Lilia Ana. Construir La Nacionalidad: Héroes, Estatuas Y Fiestas Pátrias, 1887-1891 **Boletín Del Instituo De Historia Argentina Y Americana "Dr E, Ravignani",** Tercera Seria Numero 5, 1 Semestre De 1992.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do Poder Régio**. França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin**. São Paulo: FAPESP: EDUSP, 1994.

BORGES, Maria. Elisa Linhares (Org.); **Campo e Cidade na Modernidade Brasileira (literatura, cultura alimentar, cultura visual, vilas operárias, futebol, correspondência privada)**. 1a. ed. Belo Horizonte: Argvmentum, 2008.

BOSELLI , Alberto. RAPONI, Graciela. 1884: **Gestación del imaginario Plaza de Mayo.** FADU. BUENOS AIRES, Marzo de 1998.

BOTANA, Natalio R.. **El orden conservador: La política argentina entre 1880 y 1916**, Buenos Aires, Sudamericana, 1985.

CACCIATORE, Julio; BRAUN, Clara. El imaginario interior: el intendente Alvear y sus herederos. Metamorfosis y modernidad urbana. In: VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. (Org.). **Buenos Aires 1880-1913: La Capital de un Imperio Imaginari**o. Madrid: Alianza Editoral, 1996.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

CANNADINE, David. *Contexto, execução e significado do ritual: a Monarquia britânica e a "invenção da tradição"*. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Cidadãos do século XVIII, Consumidores do Século XXI*. In: **Consumidores e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANTISANO, Pedro Jimenez. *Direito, Propriedade E Reformas Urbanas*: Rio De Janeiro, 1903-1906. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro , v. 29, n. 58, p. 401-420, Aug. 2016 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php

CAPONI, Sandra.: '*La generación espontánea y la preocupación higienista por la diseminación de los gérmene*s'. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, vol. 9(3): 591-608, set.-dic. 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Cidadania no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CASTRO, Ana; MELLO Joana. Cultura urbana sob novas perspectivas. Entrevista com Adrián Gorelik**. Novos estudos**. - CEBRAP no.84 São Paulo, 2009.

CESANO , José Daniel; MUÑOZ , Dora Alejandra. *Inmigración, Anarquismo y Sistema Penal. Los discursos expertos de la prensa*. **Córdoba y Buenos Aires 1890–**

1910 (Protesta social, flujos migratorios y criminalización). Editora Alción, Córdoba, 2010.

CIBOTTI, Ema, *Del habitante al ciudadano: la condición del inmigrante,* In: LOBATO, Mirta Zaida(org.). **Nueva Historia Argentina**, Buenos Aires, Sudamericana, 2000.

CHALHOUB, Sidney; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CANO, Jefferson e AZEVEDO, Elciene (orgs.). **Trabalhadores na cidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CHALHOUB , Sidney. **Trabalho, lar, botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, Editora UNICAMP 2008.

CHARTIER, Roger, "Cultura Popular": revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol. 8, n.16, 1995, p. 179-180.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. **Estudos avançados,** São Paulo, v. 5, n. 11, Apr. 1991 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?

CHIAVARI, Maria Pace. *As transformações urbanas no século XIX*. In: DEL BRENNA, Giovanna Rosso (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985.
_____. **A História Cultural**: **entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **O nacional e o popular na cultura brasileira**. Seminários. 2a ed. São Paulo, Brasiliense, 1984

CHOAY, Françoise. **O Reino do Urbano e a Morte da Cidade**. São Paulo, n.18, p.1-427.

COSTA, Duane Brasil; AZEVEDO, Uly Castro de. *Das Senzalas Às Favelas: Por Onde Vive A População Negra Brasileira.* **Socializando**, ano 3, nº 1, Jul 2016,·p. 145-154.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Notas sobre cidadania e modernidade*. **Revista de Estudos de Política e Teoria Social**. Rio de Janeiro: UFRJ/DP&A, v. 1, n. 1, p. 145 – 165, 1997.

CUCHET, Violaine Sebillotte. *Cidadãos e cidadãs na cidade grega clássica. Onde atua o gênero?* **Tempo, Niteroi**, v. 21, n. 38, p. 281-300, Dec. 2015. 77042015000200281&lng=en&nrm=iso>. acesso em 17 July 2020.

DANTAS, Monica Duarte (org.). Revoltas, Motins, Revoluções: Homens livres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo. Alameda, 2011, 570 p

DE PRIVITELLIO, Luciano. Prólogo. In: **El pensamiento de la generación del 80.**, Buenos Aires: Editorial: El Ateneo, 2009.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideología**. Madrid: Catarata, 2011.

DEL BRENNA, Giovanna Rosso (org.). **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: Uma cidade em questão II.** Rio de Janeiro: Index/ Solar Grandjean de Montigny, 1985. 624p.

DI MEGLIO, Gabriel, *¡Viva el bajo pueblo! La plebe urbana de Buenos Aires y la política entre la Revolución de Mayo y el rosismo*, Buenos Aires, Sudamericana, 2007.

DI LISCIA, Maria Silvia. *Marcados en la piel: vacunación y viruela en Argentina (1870-1910).* **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 2, p. 409-422, Feb. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Oct. 2020

ENGEL, Magali Gouveia. *Os Intelectuais, O Nacional e o Popular (Rio De Janeiro, 1890-1910).* **História Social**. Campinas - SP. NO 11. 211-226. 2005 ... 1890-1910).

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. **Argentina, Brasil: um ensaio de história comparada** (1850-2000), Buenos Aires, Sudamericana, 2004.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. **O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires** (1880-1920). Niterói : EdFF, 2006.

FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz. A cidade das letras : leitores e livros no Rio fin-de-siecle. **História & utopias.** Textos apresentados no XVII Simpósio. Nacional de História In: MONTEIRO, John Manuel. BLAJ, Illana (Org.). ANPUH (Associação Nacional de História), 1996.

FONSECA, Juliana de Souza. **Capitalidade e civilização na reforma urbana de Pereira Passos (1903-1906)** (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. *Nascimento do asilo*. In: **História da loucura na época clássica**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1978 .

FREIRE, Américo. Oscar Guichard. **Uma capital para a República**: **Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

_____. A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos. **Revista Rio de Janeiro**, n.10, maio-ago. 2003.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca Pinheiro de. **O sonho de ser Paris: Buenos Aires e Rio de Janeiro na virada do século.** V Encontro Nacional da ANPUR, Belo Horizonte, 1993.

GALVANI, Mariana. *La Policía Federal Argentina: la construcción de los otros*. Avá, Posadas , n. 23, dic. 2013 . Disponible en <http://www.scielo.org.ar/scielo.php

GOMEZ, Gonzalo Sanchez. *Cidadania sem Democracia ou Cidadania Virtual*. In: **Ciudadanía política y formación de las naciones**. Perspectivas históricas de América Latina. México: Fideicomiso de Historia de las Américas de El Colegio de México y Fondo de Cultura Económica, 1999.

GORELIK, Adrián. *O moderno em debate: cidade, Modernidade, modernização*. In: Wander. Miranda (org.). **Narrativas da Modernidade**, Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *A produção da "cidade latino-americana*". **Tempo Social.** São Paulo, v. 17, n. 1, June 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php

_____. **La grilla y el parque: Espacio público y cultura urbana em Buenos Aires, 1887-1936**, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes, 2016.

_____. *Buenos Aires Europea*? In: **Miradas sobre Buenos Aires**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013

_____. *El romance del espacio público*. **Alteridades**, vol. 18, núm. 36, julio-diciembre, 2008, pp. 33-45 Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Iztapalapa Distrito Federal, México.

GUTMAN, Margarita. Intelectuales Políticos y Reformadores Sociales: Selección de ideas sobre el futuro. In: **Buenos Aires el Poder de la anticipación**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2011.

GUTMAN, Margarita; HARDOY, José Enrique. Buenos Aires: **Historia Urbana del Área Metropolitana.** Editorial Mapfre, Bilbao, 1992.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: Liberdade e Cidadania*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KRACAUER, Siegfried. O ornamento da massa. In: **O ornamento da massa**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

KROPF, Simone Petraglia. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone Petraglia; NUNES Clarice (Orgs.). **Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870 -1937**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HARVEY, David. Ciência e Sentimento, Modernidade e Tradição. In: **Paris: Capital da Modernidade**. Tradução Magda Lopes. – 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. Retórica e Representação. In: **Paris: Capital da Modernidade**. Tradução Magda Lopes. – 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2015.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; COSER, Ivo. *Realismos Autoritário e Liberal: Aspectos da Imaginação sobre Representação Política em Fins do Século XIX e Princípios do XX*. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 59, n. 3, p. 903-946, Sept. 2016. Disponivel:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000300903&lng=en&nrm=iso>. Accesso em: 02 Dec. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/00115258201695.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**.Tradução Claudio Carina; 1a ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1984.

LE GOFF, Jacques - *Antigo/Moderno*. In: **Enciclopédia Einaudi, vol. I - Memória - História**. Dir. de Ruggiero Romano. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito á Cidade.** Tradução de Rubens Frias. Primeira Edição, Editora Moraes, São Paulo. 1991.

_____. **Espaço e Política**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2010.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; CANAVARROS, Otavio; et al. *Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930*. **Revista. brasileira Econômic**a. Rio de Janeiro. 2; (4) :129-1;6. OUI. / dez. 1913.

LOPES, Miriam Bahia. **O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história 1890-1920** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

MATTÉI ,Jean-François. **A barbárie interior. Ensaio sobre o i-mundo moderno**. Tradução de Isabel Maria Loureiro. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

MARX, Karl. [1818-1883] **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. **Estud. av.**, São Paulo , v. 12, n. 34, p. 7-46, Dec. 1999. Disponível em <hp//www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300002&lng=en&nrm=iso >. Acesso o em: 30 July 2020.

MONDAINI, Marco. *Revolução Inglesa: o respeito aos direitos dos indivíduos*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003

MORSE, Richard M. *Cidades 'periféricas' como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina.* **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro; FGV, v. 8, n.16, 1995, 205-225.

_____. *A Evolução das Cidades Latino-Americanas,* **Cadernos Cebrap**, 22, São Paulo: 1978.

MOTTA , Marly da Silva. *O Rio de Janeiro Continua sendo*. In: **Anais do seminário Rio de Janeiro: capital e capitalidade, Rio de Janeiro**, 23 a 26 de outubro de 2000. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/ NAPE/ DEPEXT/ SR-3/ UERJ, 2002.

MOTTA, Marly Silva da; SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva. *O "bota-abaixo" revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003).* DOSSIÊ TEMÁTICO - **Revista Rio de Janeiro**, n. 10 , maio-ago. 2003 5

PACHECO, Alexandre. *As implicações do conceito de representação em Roger Chartier com as noções de habitus e campo em Pierre Bourdieu*. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA,** Londrina, 2005.

PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. *A Reforma Urbana e seu Avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século*. **Revista Brasileira de História**, V. 5, n. 8/9 São Paulo: ANPUH: Marco Zero, 1985, pp.174-175.

PÉRSICO, Adriana Rodríguez. **Relatos de época: Una cartografía de América Latina (1880-1920)**. Rosário: Beatriz Viterbo , 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

PINHEIRO, Petti Eloisa. A "«Hasmannização»" sua difusão como modelo urbano no Brasil. *V Seminário de História da cidade e do urbanismo*. FAU - Rio de Janeiro, 1998;

PINTO, Simone Rodrigues. *O pensamento social e político Latino-Americano: etapas de seu desenvolvimento*. **Soc. estado.**, Brasília , v. 27, n. 2, p. 337-359, Aug. 2012 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 25 June 2018.

PINTO VALLEJOS, Julio**.** *La tendencia de la masa al reposo*? El régimen portaliano enfrenta al mundo plebeyo. HISTORIA N o 44, vol. 2, julio-diciembre 2011: 401-442

_____. Disciplina : **La Construcción Social del Estado en América del Sur: Argentina, Perú y Chile, 1830-1862**, ministrada em novembro de 2015 no Programa de pós- graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

PINTO VALLEJOS Julio Pinto; ORTIZ DE ZARATE Verónica Valdivia, *¿Chilenos todos? La construcción social de la nación (1810-1840),* Santiago, Lom Ediciones, 2009, 352 páginas.

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias (org). **Planos Urbanos**: **Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos. : 2008

RADOVANOVIC, Elisa. **Buenos Aires Ciudad Moderna 1880-1910**. Buenos Aires: Ediciones Turísticas de Mario Banchik, 2002.

RAMA, Angel. A cidade modernizada. In: **A Cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense: 1985.

RAMOS, Jorge. *Arquitectura del habitar popular en Buenos Aires: el conventillo.* **FADU**, Buenos Aires, Noviembre de 1999.

RECALDE, Héctor (1988). **La higiene y el trabajo (1870 –1930)**. Argentina Centro Editor de América Latina, Biblioteca Política Argentina, tomo 2, Buenos Aires, p. 140 – 141

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?**. São Paulo: Brasiliense, 2004. - (Coleção primeiros passos: 203).

ROMERO, Jose Luis Romero. A Cidade burguesa. In: **America Latina: As cidades e as Idéias.** Rio de Janeiro, EDUFRJ, 2009.

_____. **La Ciudad Ocidental.** Buenos Aires, Siglo Veinteuno Editores, 2013.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 1994.

SABATO, Hilda. **La política en las calles. Entre el voto y la movilización. Buenos Aires, 1862-1880.** Buenos Aires: Sudamericana, 1998. 2ª edição: Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

_____. **Ciudadanía política y formación de las naciones**. **Perspectivas históricas de América Latina**. México: Fideicomiso de Historia de las Américas de El Colegio de México y Fondo de Cultura Económica, 1999.

_____. *Soberanía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX*. **Fórum Almanack Braziliense**, n°09, maio de 2009.

SANTOS, Catarina Madeira dos. **Goa é a chave de toda a Índia**. Lisboa: CNCDP, 1999.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana*. **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro , v. 5, n. 8, p. 138-169, Junho de 2004.

SARLO, Beatriz. *Modernidad y mezcla cultural.* In: VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. **Buenos Aires 1880-1913. La Capital de un Imperio Imaginario**. Madrid: Alianza Editoral, 1996.

_____. **Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930**. Tradução Júlio Pimentel. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SHMIDT, Claudia. **Palacios sin reyes: Edilicia pública para la "capital permanente".** Buenos Aires 1880-1890. UBA-FADU. Buenos Aires, 29 de abril de 2005.

_____. *La convivencia imposible: una capital para dos estados: Buenos Aires (1880-1888)*. **An. Inst. Arte Am. Investig. Estét. Mario J. Buschiazzo**, Buenos Aires, v. 41, n. 1, p. 27-36, jun. 2011. Disponible en <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2362-20242011000100004&lng=es&nrm=iso>. accedido en 11 jul. 2018.

_____. *Buenos Aires: una nueva capital para una nación moderna (1850-1888)*. **Revista Electrónica de Fuentes y Archivos Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti" Córdoba** (Argentina), año 2, número 2, 2011, pp. 69-89 ISSN 1853-4503

SIMMEL, Georg. *A Metrópole e a Vida Mental*. In: VELHO, Gilberto (org.), **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

SILVA, Regina Helena Alves . *As Cidades Capitais: Belo Horizonte, Rio e São Paulo.* In: **V Seminário de História da Cidade e Urbanismo**, 1998, Campinas. Caderno de Resumos, 1998. v. 1.

_____. *Arquiteturas do Espaço Público***. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SPIERENBURG, Pieter. *Well-ordered prison: England, 1780-1865*. In: **The Oxford History of the Prison: the Practice of Punishment in Western Society.** Oxford, Oxford University Press, 1995.

TERÁN, Oscar. **Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)**. Buenos Aires: Ed. Fondo de Cultura Economica, 2008.

THOMPSON, Edward. P. *Introdução: costume e cultura*. In: **Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

_____. *Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial*. In: **Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

URVOY , Philippe. *O plano e o oblíquo: ocupações de terras e movimentos de moradores em Belo Horizonte nos anos 1960* - reflexão sobre duas escritas distintas do espaço urbano. **Revista Libertas** v. 15, n. 2: (ago. dez. 2015):

_____. **Cidade em disputa** : lutas de moradores e urbanismo autoritário em Belo Horizonte (Brasil) e Porto (Portugal) - 1960-1980. TESE DE DOUTORADO. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

VENTURA, Roberto. "Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha". *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Ride Janeiro , v., supl. p. 133-147, Ju 19 . disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998.

WILLIAMS, Raymond. **La Política Del Modernismo**: Contra los nuevos Conformistas. Buenos Aires, Ediciones Manantial, 1997.

_____. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

ZUNINO SINGH, Dhan. **Cidades, práticas e representações em movimento: notas para uma análise cultural da mobilidade como experiência urbana.** *Tempo soc.* [online]. 2018, vol.30, n.2, pp.35-54. ISSN 1809-4554. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.142171.

Acervos e Fontes Consultadas

- *Atas, Correspondências, Memorias, Relatórios*

Fondo M Alvear. Intendencia de la Capital Federal Correspondencia Girada. Municipalidad de la Capital, 1885. Archivo General de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina

Fondo M Alvear. Intendencia de la Capital Federal Ordenanzas, Buenos Aires, 21 janeiro 1884. Archivo General de la Ciudad de Buenos Aires, Argentina

Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondiente a 1883. Tomo I, Imprenta M Biedma, 1884. Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

Memorias Municipales de la Intendência de la Ciudad de Buenos Aires. Correspondente a 1884, Tomo II, Imprenta M Biedma, 1884. Argentina, Biblioteca de la Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, , Argentina

Dictámenes de la Asesoría Municipal: 1874- 189. Honorable Concejo Deliberante Buenos Aires. Imprenta Nacional, 1896. Biblioteca Congreso de La Nación. Buenos Aires, Argentina

Actas del Consejo Deliberante Buenos Aires, ano 1884**.** Biblioteca del Congreso de la Nación. Colección Reservada. Buenos Aires, Argentina.

Digesto de Ordenanzas, Reglamentos, Acuerdos y Decretos de la Municipalidad de Buenos Aires. 4ª Edición 1890. Biblioteca del Congreso de la Nación. Colección Reservada. Colección Reservada.

Coleção Família Passos, Arquivo Histórico, Museu da República. Rio de Janeiro, Brasil.

Coleção de leis e Vetos Municipais. Ano 1901 Edição 08. Hemeroteca Nacional. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.

Anais da Câmara Deputados. 1900 a 1908. Hemeroteca Nacional, Fundação Biblioteca Nacional Rio de Janeiro, Brasil.

Boletim Municipal. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

Fundo do Apostolado Positivista do Brasil. Brasil, Biblioteca do Museu da Republica. Rio de Janeiro, Brasil.

Anales de la Sociedad Cientifica Argentina. Buenos Aires, enero de 1876, tomo 1. Disponivel em: https://www.biodiversitylibrary.org/page/48972844

Acta de la sesión de apertura del Congreso. Discurso de Julio Argentino Roca. Asamblea de 8 de Mayo de 1881. Congreso de la Nación. Buenos Aires, Argentina.

Mensagem do Prefeito do Districto Federal. Conselho Municipal. Biblioteca do Museu da República , Rio de Janeiro, Brasil.

- *Leis*

LEI Nº 939, de 29 de dezembro de 1902. Reorganiza o Distrito Federal e dá outras providências in: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-939-29-dezembro-1902.

Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892 estabelece a organização municipal do Distrito Federal. In Senado Federal.

Atos dos poderes legislativo e executivo sobre serviços impostos referente ao Distrito Federal. leis decretos e avisos (1891 a março de 1905) posturas municipais, Arquivo Geral Da Cidade do Rio De Janeiro.

Consolidação das leis federais sobre a organização municipal do Distrito Federal a que se refere o Decreto 5160 de 8 março 1904

Lei nº 85, de 20 de setembro de 1892 estabelece a organização municipal do Distrito Federal. In Senado Federal.

Ley de 21 septiembre de 1880. Sessiones y leyes Historicas. Camara de los Diputados de la Nacion Argentina.disponivel em: https://www.hcdn.gob.ar/secparl/dmuseo/archivoParlamentario/sesiones.html?page=actas

- *Periodicos*

La Tribuna Nacional, 26 de maio de 1883. Hemeroteca, Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Buenos Aires, Argentina

O Malho, 1903. Hemeroteca Nacional Digital Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil

Gazeta de Noticias. Hemeroteca Nacional Digital Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil

Jornal do Comercio. Hemeroteca Nacional Digital Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil

Revista da Semana. Hemeroteca Nacional Digital Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil

El Democrata. Hemeroteca, Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Buenos Aires, Argentina

Tagarela, Hemeroteca Nacional Digital Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil

Avança, Hemeroteca Nacional Digital Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil

O Commentário. Hemeroteca Nacional Digital Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil

Don Quijote.Instituto de História Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani". Buenos Aires, Argentina.

El Demócrata Hemeroteca, Biblioteca Nacional Mariano Moreno. Buenos Aires, Argentina

El Mosquito Hemeroteca, Biblioteca Nacional Mariano Moreno. Buenos Aires, Argentina

O Paiz, Hemeroteca Nacional Digital Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil

La Questioni Socialli. Cedinci - Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas. Buenos Aires, Argentina

Iskra Slavjanske Slobode, Hemeroteca, Biblioteca Nacional Mariano Moreno. Buenos Aires, Argentina

La Pampa Hemeroteca, Biblioteca Nacional Mariano Moreno. Buenos Aires, Argentina

Revista do Clube de Engenharia. Fevereiro de 1901. Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Disponivel em:

- *Livros*

FERREZ, Marc. *Avenida Central, 8 de março de 1903 - 15 de novembro de 1906.* Biblioteca Nacional.

SARMIENTO, Domigos Faustino **Facundo ou Civilização e Barbárie**, 1845. Disponivel em: https://bcn.gob.ar/uploads/Facundo_Sarmiento.pdf Acesso em 21 agosto de 2020.

Juan Bautista Alberdi. Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina In: Argentina, Biblioteca del Congreso de la Nación, 2017. Disponbiel em: https://bcn.gob.ar/uploads/BasesAlberdi.pdf. Acessado em: 20 de agosto de 2020.

AZEVEDO, Aluísio. O Cortiço. Disponivel em : http://objdigital.bn.br/acervo_digital/livros_eletronicos/cortico.pdf Acesso em 22 agosto de 2020.

CAMBACERES, Eugenio En la sangre, 1887. Disponível em: http://data.cervantesvirtual.com/person/620 Acesso em 23 agosto de 2020

LATINO, Anibal (José Cepi). **Tipos y costumbres bonaerenses**, 1885.Disponivel em: https://buenosaireshistoria.org/juntas/anibal-latino-cronista-de-buenos-aires/

- *Crônicas*

Adiós Pátria!, La Tribuna Nacional, 26 de maio de 1883

BARRETO, Lima Crônica. In. Correio da Noite. 26 de janeiro de 1915. Brasil, Hemeroteca Nacional Digital, Fundação Biblioteca Nacional.

BILAC, Olavo. Crônica. I. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 18/11/1900. Acervo Periódicos - Fundação Biblioteca Nacional.

BILAC, Olavo. Crônica. In: Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 15 de janeiro de 1903, p. 2.

RIO, Joao do. Cinematographo. Gazeta de Notícias, 18 de agosto de 1907

SOJO, Eduardo. Don Quijote ano I número 5 setembro de 1884.

SOJO, Eduardo Don Quijote Año II Nro. 124 del 7-Ago-1886, página 4.

Relação de Arquivos Consultados por País

I- Rio de Janeiro, BRASIL

1- MUSEU DA REPÚBLICA

1.1 Arquivo

Coleção Pereira Passos

2.1 Biblioteca

Fundo da Igreja Positivista do Brasil

2- ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Fundos e Coleções :Códigos de Posturas Municipais

Coleção Augusto Malta

3- BIBLIOTECA NACIONAL

3.1 Hemeroteca

3.2 Acervo Iconográfico

II – Buenos Aires, Argentina

1- ARQUIVO GENERAL DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES

Fondo M. Alvear

2- BIBLIOTECA DEL CONGRESO DE LA NACIÓN

2.1 Coleccion Reservada

2.2 Hemeroteca

3- BIBLIOTECA NACIONAL MARIANO MORENO

3.1 Hemeorteca

4- ARCHIVO GENERAL DE LA NACION

4.1 Departamento de Documentos Fotográficos

5- BIBLIOTECA DE LA LEGISLATURA PORTEÑA

5.1 Memorias de la Municipalidad

6- CEDINCI - CENTRO DE DOCUMENTACIÓN E INVESTIGACIÓN DE LA CULTURA DE IZQUIERDAS. BUENOS AIRES, ARGENTINA

6.1 - Periódicos

7- INSTITUTO DE HISTORIA ARGENTINA Y AMERICANA "DR. EMILIO RAVIGNANI

7.1 – Diário Don Quijote